

COLEÇÃO HISTÓRIA

AS REPÚBLICAS NO BRASIL
política, sociedade e cultura

Jorge Ferreira
(Organizador)

As Repúblicas no Brasil

política, sociedade e cultura

Jorge Ferreira
(Organizador)

As Repúblicas no Brasil **política, sociedade e cultura**



Editora da UFF
Niterói, RJ – 2011

Copyright © 2011 by Jorge Ferreira

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 - Niterói, RJ - Brasil -Tel.: (21) 2629-5287 - Fax: (21) 2629-5288 - www.editora.uff.br - e-mail: secretaria@editora.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Normalização: Fátima Carvalho Corrêa

Edição de texto: Maria das Graças C. L. L. Carvalho

Revisão: Tatiane de Andrade Braga, Rozely Capello Barrôco e Cinthia Paes Virginio

Capa: André Castro

Editoração eletrônica: José Luiz Stalleiken Martins

Supervisão gráfica: Kátia M. P. Macedo

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

F383 Ferreira, Jorge.

As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura/Jorge Ferreira. Niterói, Editora da UFF, 2010.

264 p. 21 cm. (Coleção História, 1, 2011)

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-228-0604-1

1. História do Brasil. 2. Política. I. Título. II. Série

CDD 907

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Diretor da Divisão de Editoração e Produção: Ricardo Borges

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado: Luciene P. de Moraes

Assessora de Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História:

Maria Fernanda B. Bicalho e Carlos Gabriel Guimarães

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Juarez Duayer

Livia Reis

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Renato de Souza Bravo

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Tania de Vasconcellos

Comissão Editorial da Coleção História (2010)

Martha Campos Abreu

Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

Marcelo Bittencourt Ivair Pinto

Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus

Márcia Maria Menendes Motta

Ismênia Lima Martins

Norberto Osvaldo Ferreras

Comissão Julgadora Convidada (2010)

Ângela de Castro Gomes

Jacqueline Hermann

Leonardo Afonso de Miranda Pereira

Editora filiada à



Editora da UFF

Sumário

Apresentação 7

Parte I Primeira República (1889-1930) sobre personagens das praias e dos morros

Corpore sano: o semanário *A Canoagem* e a construção
de identidades sociais na *belle époque* carioca.....13
Cláudia Maria de Farias

Imagens de um morro condenado: o morro do Castelo
pelas lentes de Augusto Malta (1912-1922).....29
Cláudia Miriam Quelhas Paixão

Parte II Segunda República (1930-1945) – sobre nazistas, músicos e trabalhadores

Estratégias do consenso: a política cultural exterior
alemã para o Brasil durante o Estado Novo (1938-1942)49
Igor Gak

Na trilha da jangada: pescadores e luta por
direitos no Brasil do Estado Novo..... 73
Berenice Abreu de Castro Neves

O Brasil cantando a uma só voz: Heitor Villa-Lobos, o músico educador93
Mirelle Ferreira Borges

Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros,
o movimento queremista e a transição democrática de 1945111
Michelle Reis de Macedo

Parte III Terceira República (1946-1964) – sobre esquerdas, direitas e humoristas

A história sem heróis: coisa pública e humorismo político (1964-1945).....133
Elio Chaves Flores

“Em busca da paz”: o Partido Comunista do Brasil e a campanha “Por Um Pacto de Paz” (1951-1952)	155
<i>Jayme Fernandes Ribeiro</i>	

Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira – 1961-1965	175
<i>Ricardo Antonio Souza Mendes</i>	

Parte IV
**Quarta República (1964-1985) – sobre homens,
mulheres e seus ideais em tempos sombrios**

Tempo de calar: a ditadura militar e a repressão aos movimentos de educação e cultura popular	197
<i>Wagner da Silva Teixeira</i>	

<i>Fé, razão e conflito:</i> a trajetória intelectual de Leonardo Boff	219
<i>Bruno Marques Silva</i>	

“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”: a campanha pela anistia no Brasil (1977-1979)	243
<i>Alessandra Ciambarella</i>	

Os autores	263
------------------	-----

Apresentação

Na concepção de muitos, a atividade do professor universitário se resume a dar aulas. Não é bem assim. O professor que atua nas universidades faz muito mais do que apenas lecionar. As aulas são uma entre diversas outras atividades.

O professor universitário realiza pesquisa e produz conhecimento original. Desse modo, ele não é apenas reprodutor de conhecimentos acumulados. Ele leva para a sala de aula o resultado de seu trabalho como pesquisador. Mas o professor tem de estudar. E tem também de publicar o resultado de seus estudos e pesquisas em artigos de revistas científicas e livros. Além disso, ele participa de bancas de mestrado e doutorado, emite pareceres e participa de reuniões administrativas – somente para citar algumas de suas atividades.

Para mim, uma das atividades da vida universitária é particularmente enriquecedora: a orientação de alunos. São vários os níveis de orientação. Um deles é o do aluno ainda no curso de graduação. Pode ser o caso de orientação de monografia de final de curso, mas pode, também, ser o caso do aluno premiado com uma bolsa de pesquisa. Nesse caso, o trabalho do professor é o de ensinar ao aluno as questões mais básicas do ofício de historiador: como elaborar um projeto de pesquisa, quais arquivos frequentar ou como trabalhar com documentos históricos. Às vezes, à maneira dos psicanalistas, é fundamental ouvir o aluno e sistematizar ideias ainda não muito claras para ele mesmo.

Há, também, os orientandos de pós-graduação lato-sensu. Ao longo dos anos aprendi muito convivendo com eles. Via de regra, são professores de nível médio interessados pelo estado atual da pesquisa historiográfica. Com muita dedicação, eles, após trabalharem toda a semana, passam o sábado assistindo aulas. Meu papel é orientá-los na monografia de final de curso. Os resultados, via de regra, são muito bons.

Mas temos, também, os mestrandos. A grande maioria é de recém-formados. Com o tempo, aprendi a lidar com eles. Entram com grande animação e sentem-se orgulhosos do estágio que alcançaram. No primeiro ano, dedicam-se aos cursos e à pesquisa. Tudo vai muito bem. Até quando chega o momento de escrever a dissertação. É nessa ocasião que surge a

insegurança, os receios e os medos. Algo humano. Afinal, até então o que escreveram foram trabalhos de finais de curso de graduação. No máximo, a monografia. O mestrado, na verdade, é a primeira pesquisa de fôlego. A intervenção do orientador, nesse momento, é crucial: mostrar que eles conseguem escrever a dissertação. Que eles são capazes. Quando entregam o primeiro capítulo, os argumentos são os de sempre: se desculpam por antecipação, alegando que poderiam ter feito melhor. Trata-se de uma salutar e normal insegurança. Ao final, ao perceberem que o texto está bom, que o “bicho” não é tão feio quanto pensavam, os mestrandos adquirem confiança e terminam de redigir a dissertação.

A orientação de doutorandos tem suas peculiaridades. Eles passaram pela graduação e pelo mestrado. Já sabem fazer pesquisa. O mestrado deu a eles experiência prévia e sabem o que virá pela frente. Mostram-se mais seguros e mais à vontade. Pesquisam muito e vivem intensamente o seu tema.

Orientação acadêmica é uma das atividades que mais me recompensam como professor universitário. É muito gratificante acompanhar o crescimento profissional de um aluno ao longo dos anos. Não são poucos os alunos e alunas que comecei a orientar ainda na graduação e, hoje, no doutorado, ou já doutores, apresentam os resultados de suas pesquisas em congressos e publicam seus trabalhos.

As minhas considerações sobre a prática da orientação acadêmica têm um bom motivo: neste livro estão presentes textos que resultaram de dissertações de mestrado e teses de doutorado que orientei. Com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, tive a oportunidade de reunir 12 pesquisadores que, cada qual com um capítulo, apresentam resultados inovadores de seus estudos sobre a República no Brasil.¹

¹ Como o limite para publicação era de 12 capítulos, fui obrigado a fazer escolhas. Assim, dei oportunidade aos mestres e doutores que, até o momento, não publicaram seus trabalhos. Os pós-graduados sob minha orientação que publicaram suas dissertações de mestrado e teses de doutorado, em livros ou em capítulos de livros, desse modo, não participaram do livro. São eles: Denaldo Alchorne de Souza, com mestrado defendido em 2002 e publicado como livro intitulado *O Brasil entra campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)* (São Paulo, Annablume, 2008); Andréa Casa Nova Maia, com a tese de doutorado defendida no mesmo ano e publicada no livro com o título de *Encontros e despedidas. História de ferrovias e ferroviários de Minas* (Belo Horizonte, Argumetum, 2009); Roberto Mansilla Amaral, com mestrado defendido em 2003, publicou capítulo intitulado “Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional” (In FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. As esquerdas no Brasil, volume 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007); Karla Guilherme Carloni, com mestrado defendido em 2005, publicou o capítulo “A esquerda militar no Brasil (1945-1964)” (In FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007); Angelissa Tatyane de Azevedo e Silva, com mestrado defendido em 2006, publicou o capítulo “A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional” (In idem). Luis Eduardo de Oliveira, com tese de doutorado defendida em 2008, publicou-a em livro com o título de *Os trabalhadores e a cidade – a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)* (Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2010). Lembro, ainda, de Márcio André Koatz Sukman, com importante trabalho de mestrado sobre a gestão de João Goulart no ministério do Trabalho, e Luciana Cunha Oliveira, também com mestrado sobre a fábrica Bangu, ambos trabalhos ainda inéditos.

São várias as Repúblicas presentes neste livro, a começar pela Primeira, entre 1889 e 1930. Nessa República, Cláudia Maria de Farias, no capítulo “*Corpore sano: o semanário A Canoagem e a construção de identidades sociais na belle époque carioca*” trabalha com a revista *A Canoagem*, órgão da Federação Brasileira das Sociedades de Remo. Fundada em 1903, a revista contribuiu para a elaboração da identidade coletiva do grupo, reforçando seus valores e estilos de vida durante o período em que as elites cariocas adotaram projeto de modernização da cidade. Com Cláudia Miriam Quelhas Paixão, deixamos o mar e subimos o morro no capítulo “Imagens de um morro condenado: o morro do Castelo pelas lentes de Augusto Malta (1912-1922)”. Em nome da modernização, as elites cariocas defenderam o arrasamento do morro do Castelo. Em seu trabalho, Cláudia Paixão analisa a construção da narrativa visual produzida por Augusto Malta no *Álbum de fotografias do morro do Castelo*.

A Segunda República, entre 1930 e 1945, trata de vários personagens. Igor Silva Gak, no capítulo “Estratégias do consenso: a política cultural exterior alemã para o Brasil no Estado Novo (1938-1942)”, dedica-se aos casos de dois jornalistas que, durante o Estado Novo, empreenderam campanha em favor da imagem da Alemanha nazista. Berenice Abreu de Castro Neves, em “Na trilha da jangada: pescadores e luta por direitos no Brasil do Estado Novo”, nos fala de quatro jangadeiros que, em busca de seus direitos sociais, viajaram de jangada de Fortaleza ao Rio de Janeiro para reivindicarem suas demandas diretamente com o presidente Vargas. Mirelle Ferreira Borges, no capítulo “O Brasil cantando a uma só voz: Heitor Villa-Lobos, o músico educador”, explora a trajetória do maestro e seu projeto de educação musical. Por fim, Michelle Reis de Macedo, em “Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento quere-mista e a transição democrática de 1945”, explora o universo conceitual dos liberais brasileiros diante de trabalhadores que exigiam a continuidade de Vargas na presidência da República.

A Terceira República, entre 1946 e 1964, trata do período democrático vivido pela sociedade brasileira. Elio Chaves Flores, em “A história sem heróis: coisa pública e humorismo político (1964-1945)”, trabalha com intelectuais do humor da época, explorando a maneira como eles descreveram a República. Jayme Fernandes Ribeiro, no capítulo “Em busca da paz’: o Partido Comunista do Brasil e a campanha ‘Por Um Pacto de Paz’ (1951-1952)”, recupera o esforço da militância comunista brasileira na luta contra as armas atômicas. Finalmente, Ricardo Antônio Souza Mendes, com o capítulo “Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira (1961-1965)”, analisa as propostas de militares sobre qual política externa o governo brasileiro deveria adotar.

A Quarta República trata da ditadura civil-militar instaurada em 1964 e exaurida em 1985. Wagner da Silva Teixeira, em “Tempo de calar: a ditadura militar e a repressão aos movimentos de educação e cultura

popular”, analisa a repressão que, logo a seguir ao golpe militar, se abateu sobre os movimentos e as campanhas de educação implementados durante o governo Goulart. Bruno Marques Silva, em “Fé, razão e conflito: a trajetória intelectual de Leonardo Boff”, trata da teologia da libertação, da trajetória intelectual de Boff e de duas importantes obras de sua autoria. Por último, Alessandra Ciambarella, no capítulo “‘Anistia ampla, geral e irrestrita’: a campanha pela anistia no Brasil (1977-1979)”, analisa os debates sobre que tipo de anistia deveria ser aplicado no Brasil em fins da ditadura militar.

Ao final do livro, o leitor terá conhecido muito sobre as Repúblicas no Brasil. Mas também perceberá a maneira como atualmente os jovens historiadores estão pesquisando e produzindo conhecimento original sobre a história contemporânea de seu próprio país.

Jorge Ferreira

Professor Titular de História
do Brasil da Universidade Federal Fluminense
Pesquisador I do CNPq e Pesquisador da FAPERJ



Parte I
Primeira República (1889-1930)
sobre personagens das praias e dos morros

Corpore sano: o semanário ***A Canoagem e a construção de identidades*** ***sociais na *belle époque* carioca¹***

Cláudia Maria de Farias²

Virada do século XIX para o século XX. Momento de euforia, ilusões e certezas, mas também de dúvidas, angústias e receios para os homens e mulheres da época. Afinal, se a modernidade era o prenúncio de novos tempos marcados pelo ritmo vertiginoso do progresso e pela crença na ação redentora das utopias, suas contradições revelavam uma face mais sombria marcada pela exclusão, pela repressão e pelo autoritarismo.³

Sede da Corte imperial e capital da República recém-inaugurada, o Rio de Janeiro tornava-se a “vitrine do país”, “cartão postal da modernidade brasileira”. Imagens burguesas de uma cidade homogênea e asséptica construídas através da difusão de novos padrões de moralidade e comportamento, como forma de hierarquizar a utilização do espaço público, na tentativa de controlar as inúmeras estratégias de participação e resistência entabuladas pelos segmentos populares, ao longo das primeiras décadas da nova forma de governo. Neste ambiente, pautado por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, mas também por disputas, tensões e conflitos travados entre os diferentes segmentos sociais, a *urbe* assumia feições “civilizadas”, consideradas pelas elites dirigentes mais adequadas aos padrões das cidades europeias que desejavam copiar. Urgia urbanizar, sanear e embelezar a Capital Federal, tornando-a mais dinâmica e atrativa para o afluxo do capital financeiro internacional.

¹ O capítulo desenvolve parte da minha dissertação de mestrado “Febre esportiva: esporte náutico e modernidade no Rio de Janeiro (1895-1914)”, defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense.

² Mestra em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Doutoranda em História na mesma Universidade e bolsista nota 10 da FAPERJ.

³ Para uma análise mais detalhada dessa conjuntura, ver COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos).

A partir dos anos 1880/1890, a prática do remo se difundiu através da formação de diversos clubes de regatas no Rio de Janeiro⁴ que, juntamente com a valorização da praia e dos banhos de mar, se expandiram como novos espaços de sociabilidade e lazer, atuando como signos de um estilo de vida burguês e civilizado. Segundo a historiadora Ana Mauad,

uma nova geografia do ser moderno se impôs sobre a cidade elegendo como espaços de aparência salões, confeitarias, cafés, cinemas, livrarias e a própria rua. Tal como um cenário de pura fachada estes espaços existem para que novos grupos sociais em ascensão, ligados às atividades tipicamente urbanas – tais como comércio e finanças – se identificassem no seu processo de vir-a-ser, na medida em que só passariam a existir, enquanto classe, em função de uma vivência social. São formas de conteúdo, sendo, portanto, impossível dissociar destes espaços os comportamentos que lhes eram subjacentes. (MAUAD, 2000, p. 267-286).

Associando-se ao ideário republicano de modernidade e civilidade, o remo preencheu todos os valores privilegiados pelas classes dominantes, “beleza, limpeza, ordem e progresso”, já mencionados por Cavalcante (1985). Ao mesmo tempo, a prática do esporte náutico se encarregava de incluir mais um item nesta representação burguesa: a saúde. Para os agentes sociais favoráveis à modernização, era necessário criar um novo mundo, mais saudável e higiênico, capaz de soterrar a imagem de “cidade pestilenta” que detinha a Capital Federal. A questão era combater rigidamente as epidemias e suas febres, incentivando a “febre esportiva”, na feliz imagem utilizada por Sevckenko (1998). Nesse contexto, o culto aos esportes e ao *sportsman* alcançou seu apogeu, principalmente na gestão do prefeito Pereira Passos. Durante sua administração (1902-1906), as competições de remo eram anunciadas e celebradas como um grande evento social, um espetáculo esportivo cujo símbolo maior era o Pavilhão de Regatas, construído na Enseada de Botafogo, em 1905, exclusivamente para o deleite da “melhor sociedade carioca”. Erguida em estilo eclético, sobre as águas da Baía de Guanabara, a dimensão avantajada da obra – levantada no bojo do amplo projeto de remodelação da cidade – representava a celebração de um novo tempo: o cosmopolitismo da capital federal. Desse modo, o monumento foi suporte de um duplo sentido, na medida em que incorporava e articulava interesses de grupos da elite urbana à iniciativa estatal. Sem dúvida, a imagem fornecia uma base de identidade comum para remadores, dirigentes esportivos e autoridades públicas, pois

⁴ No Rio de Janeiro os principais eram: Clube de Regatas Paquetaense (1884); Cajuense (1885); de Regatas Internacional (1887); Union de Cantoniers e Fluminense (1892); Botafogo (1894); Gragoatá, Icaraí e Flamengo (1895); Natação e Regatas (1896); Boqueirão do Passeio e Caju (1897); São Cristóvão e Vasco da Gama (1898); Guanabara (1899); Náutico e Internacional de Regatas (1900), cf. MENDONÇA, Alberto de. *História do sport nautico*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira das Sociedades do Remo, 1909. p. 23.

expressava valores sociais identificados ao progresso, à beleza e civilidade da *belle époque* carioca, tornando-se “lugar de recordação” das vivências destes grupos. Com efeito, ao esculpir corpos mais torneados e bronzeados, a prática do remo começou a representar um novo estilo de vida das elites urbanas emergentes, marcando suas diferenças e forjando, assim, suas identidades sociais. De acordo com Nicolau Sevcenko,

[...] o esporte, e tudo o que traga as suas conotações, se torna de fato um dos códigos mais expressivos para estabelecer os signos da distinção social. Ele surgiu e se impôs como um ritual elitista, revestido dos valores aristocráticos do ócio, do adestramento militar e do *sportsmanship* (cavalheirismo, imparcialidade e lealdade). Ao se apropriar dele a burguesia o traduziria em termos de agressividade, competitividade e imperativo de vitória. (SEVCENKO, 1998, p. 513-619).

Ao analisar também essa conjuntura, o historiador José Murilo de Carvalho (1999) afirma que a designação de moderno/modernidade era utilizada para qualificar as novidades tecnológicas, as novas ideias e os vários modismos que surgiam, entre eles o esporte e a educação física. Neste sentido, a prática do esporte náutico, assim designado pelos contemporâneos da época, respondia amplamente ao projeto civilizador que tentava se impor, na medida em que disciplinava os corpos, hierarquizava os espaços e difundia uma nova maneira de viver baseada no ideário *mens sana in corpore sano*. Fato atestado pela imprensa da época que começava a divulgar amplas notícias sobre este esporte, culminando no lançamento, em 4 de julho de 1903, da revista *A Canoagem*,⁵ órgão oficial da Federação Brasileira das Sociedades do Remo. Em seu primeiro editorial, Samuel Pontual Júnior, afirmava a principal meta do hebdomadário:

Um dia de regatas é um estímulo... O nosso público, galvanizado por uma animação estranha, glorificado por um sol que inunda de luz, testemunha às escancaras que ama de preferência o sport da canoagem – e esta é também nossa predileção, mas nosso semanário terá mais latitude, versará sobre todos os sports organizados no paiz [...] nosso fim é propagar e estimular os sports, que mais vantagens apresentam sob o ponto de vista do desenvolvimento físico de uma raça, inculcando o assunto de nossa particular eleição (PONTUAL JÚNIOR, 1903, p. 1).

Revelando um importante aspecto da vida mundana da cidade – as regatas –, é possível entrever, nessas linhas, os nexos existentes entre o esporte náutico e o projeto de modernização veiculado pelas elites para o país, em especial para o Rio de Janeiro e seus habitantes, na passagem

⁵ Essa revista teve curta duração, encerrando suas atividades em janeiro de 1904. Contudo, muitos periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *Semana Sportiva* já apresentavam seções específicas para este esporte, a partir de meados da década de 1890.

para o século XX. Utilizando-se de argumentos fundamentados nas teorias evolucionista e darwinista, estreitamente associados ao pensamento médico-higienista, este semanário esportivo contribuiu para a transmissão de valores, crenças e comportamentos burgueses em construção, identificando o remo/regatas como prática social higiênica e salutar, viável para o aprimoramento físico e moral da nação brasileira, em franco processo de “degeneração”, se comparada às nações civilizadas e mais progressistas. Para os articulistas dessa revista, a regeneração e redenção do país, a esta altura extremamente miscigenado, estavam nas mãos daqueles que regularmente se entregassem à prática de exercícios físicos e esportes.

Assim sendo, os perfis biográficos elaborados para os remadores, através das crônicas e artigos assinados com pseudônimos em *A Canoagem*, são objetos de investigação desse capítulo, pois revelam a visão de mundo, o estilo de vida, as trajetórias e os projetos dos sujeitos envolvidos no esporte náutico, como amálgama na construção e expressão das suas diferenças e identidades sociais. *Locus* privilegiado das crenças, preocupações e aspirações da Federação Brasileira das Sociedades do Remo e das associações náuticas a ela filiadas, este semanário funcionou também como um espaço de moderna sociabilidade, fundamental para a vivência e o reconhecimento das ações, dos triunfos e auxílios obtidos pelos remadores, dirigentes dos clubes e pela própria Federação. Conforme destaca Sirinelli, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.” (SIRINELLI, 1996, p. 231-262). Com efeito, as imagens e representações de “saúde, polidez, honra, beleza, coragem e virilidade”, forjadas para esses remadores, na maioria das vezes militares, imigrantes, estudantes e rapazes do comércio, ao redefinirem os padrões de sociabilidade, comportamento e moralidade, constituíam-se em sinais diacríticos desses grupos sociais, configuradores dos novos critérios de hierarquização e exclusão implementados pela ordem republicana. Nesse contexto de reordenamento social, marcado pela emergência de uma cidadania restrita, calcada nos preceitos de civilidade, progresso e modernidade, a descrição e valorização de trajetórias singulares, consideradas exponenciais neste esporte, passavam a ter, conforme destaca Gilberto Velho,

um significado crucial como elemento não mais contido, mas constituintor da sociedade. É a progressiva ascensão do indivíduo, que passa a ser a medida de todas as coisas. Nesse sentido, a memória deste indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais, seus amores, desejos, sofrimentos, decepções, frustrações, traumas, triunfos, etc. são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo, que é constantemente enfatizada (VELHO, 1988, p. 119-126).

As noções de “carreira, biografia e trajetória” (VELHO, 1988, p. 119-126), isto é, os relatos ordenados dos acontecimentos experimentados por uma pessoa tornam-se, então, fundamentais na divulgação de um discurso, cujo mote é a ideia de um indivíduo-sujeito que atua na condução da sua vida, elaborando projetos a partir da estruturação da sua *memória*, da consciência adquirida de seu passado e presente. Então,

o projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, a própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos [...] a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória (VELHO, 1988, p. 119-126).

Ao explorar as relações entre *memória, projeto e identidade social*, investigarei como a elaboração de perfis especiais para os remadores se tornou um elemento constitutivo de suas singularidades, socialmente construído para expressar e legitimar as aspirações, as trajetórias, os valores e os estilos de vida desse grupo na transição para a modernidade carioca. Através dessa produção textual, é possível reconstruir as crenças, práticas e representações sociais surgidas com a valorização desse esporte na vida urbana do Rio de Janeiro. Esse universo mental revela os ideais elitistas de modernização da nação, bem como a convicção no aprimoramento da raça através da prática salutar do remo. Cabe ainda ressaltar que o texto é parte integrante do segundo capítulo da minha dissertação de mestrado, *Febre esportiva: esporte náutico e modernidade no Rio de Janeiro (1895-1914)*, defendida em 2005, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do professor doutor Jorge Ferreira.

A canoagem e os perfis biográficos elaborados: memórias e identidades em construção

Em seu artigo “De meu banco”, utilizando-se de um pseudônimo, o articulista Sota-Voga assim escreveu, por ocasião da estreia de *A canoagem* na imprensa esportiva carioca:

Saí alegre e risonho da redação da “A Canoagem”, no dia de sua estréia [...]. O que querem? Vi que já é grande a animação pelo fidalgo esporte náutico. É! Leitores [...] se visseis, como eu vi, a redação do novo jornal repleta de moços fortes, corados, cheios de verve, a rir, alegrando a sala, certamente tereis, como eu, essa magnífica impressão.

Lá estavam o Sardinha, satisfeito, recordando-se ainda da sua vitória na *Cecy*, o Carlos de Castro, com os braços abertos por causa do muque[...] com esperança de bater a valente guarnição Paula Costa com quem tem contas a ajustar[...] o Guimarães, do Natação, numa exibição impressionadora de peito largo e braços grossos [...] (SOTA-VOGA, 1903, p. 4).

Nessas linhas, o autor manifestava seu contentamento pelo surgimento de um novo lugar de sociabilidade – a redação da revista –, que confirmava “a grande animação pelo fidalgo esporte náutico”, permitindo aos seus praticantes, “moços fortes, corados, cheios de verve”, contar os seus feitos, glórias e aspirações. Ao reproduzir “o que viu e ouviu” ao seu leitor, Sota-Voga fornecia, através das representações sociais de comportamento e de conduta veiculadas, um perfil social específico para esses indivíduos. Robustez, coragem, beleza, vivacidade e virilidade aparecem, neste discurso, como referências identitárias compartilhadas por esse grupo, adquiridas na prática do remo, símbolo de uma nova sociabilidade urbana que se voltava para o mar, principal aliado na formação de uma “geração de homens vitoriosos, fortes e sadios”, conforme podemos ver, também, no relato do seu contemporâneo e provável colega de redação, o cronista X.

Em sua crônica, A cidade, X descreveu o *frisson* causado pelas regatas no cotidiano da cidade e, simultaneamente, destacou os novos padrões de estética corporal, de consumo e lazer difundidos como signos representativos de uma ordem burguesa-capitalista em construção:

Toda a animação da cidade concentrou-se ontem na praia de Botafogo, onde se realizava a primeira regata de 1903. As arquibancadas estavam cheias, as carruagens custavam a mover-se, e o povo aplaudia, com entusiasmo e alegria, a robustez e a máscula beleza dos bravos rapazes que conduziram, sobre a água azul e tranquila, da baía, as suas esbeltas baleiras. Sempre que há uma regata, e sempre que vejo o prazer com que a melhor sociedade do Rio anima e vitoria os moços remadores, tenho uma satisfação grande e viva (X, 1903, p. 5).

Mais adiante o autor afirmava...

Essa geração que está se criando no mar, face a face com o perigo, criando energia muscular e moral, já é mais bela, mais forte, mais nobre do que a minha. Os adolescentes de hoje já não são mais como os de ontem, magros e tristes, macambuzios e histericos, criados sem exercício físico e liberdade de espírito...os meninos de hoje já são bravos como homens. Assim rapazes! Cuidai da inteligência, mas não esqueçais o corpo [...] (X, 1903, p. 5-6).

Para X, “a geração que está se criando no mar, face a face com o perigo [...] já era mais bela, mais forte, mais nobre do que a sua”, formada por homens “magros, tristes, macambuzios e histéricos” – tipos valorizados “ontem”, ou seja, antes da Proclamação da República. Associando discursivamente os ideais modernos de saúde, bravura, ousadia e beleza, preconizados por este esporte, à República, o cronista elaborava e articulava as interpretações de um “tempo passado” e de um “tempo presente”, relacionadas às suas experiências pessoais que desejava projetar e transmitir. Possivelmente, interessado em cristalizar suas expectativas sociais e dissolver todo o pensamento refratário à prática de esportes, ele fornecia os indicadores básicos de um passado e estabelecia, ao mesmo tempo, sua visão projetiva, a partir da advertência irônica que fez aos seus leitores: “cuidai da inteligência, mas não esqueçais o corpo ...”.

O autor, assim, organizava sua memória individual, ao expor a apatia e o abatimento moral da sua geração,⁶ ocasionados pela ausência de exercício físico, e forjava um importante elemento na constituição do sentimento de identidade dessa “nova geração” que, então, passava a categorizar a si e aos outros dentro desses novos parâmetros. De acordo com Pollack (1992), a memória é um fenômeno construído, um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

É neste sentido que podemos analisar o perfil de Arthur Amendoa, campeão brasileiro de remo em 1903, construído pelo editorial da revista:

Nascido na Capital Federal, em 1883, [...] conquistou no dia 11 do corrente a palma de campeão do remo, atingindo ao apogeu na vida do esporte náutico.

Desde cedo, com 11 anos, demonstrava aptidão para o remo, aprendendo a dar as primeiras remadas num pequeno caíque de palamenta; apresentando também qualidades de nadador resistente e veloz.

Fez a sua carreira esportiva somente no Clube de Regatas Boqueirão do Passeio, de cujo pavilhão é fanático e para cujas glórias tem muito concorrido, pois 27 medalhas já viu serem colocadas no quadro do clube, com o esforço da sua musculatura e com a tenacidade do seu capricho.

Possui 29 medalhas, sendo 2 de natação (distância de 1600 m); das 27 medalhas do remo, 7 são de ouro, 13 de prata e 7 de bronze; não incluindo as 2 de prata oferecidas pelos Exms. Srs. Drs. Campos Salles e Rodrigues Alves, pela vitória do Campeonato do Rio de Janeiro.

⁶ Para um maior esclarecimento sobre a utilização e a limitação do conceito de “geração” como critério “periodizante”, ver SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 131-137.

Arthur Amendoa é de estatura mediana, moreno, bela complexão de atleta, bastante musculoso, dotado de muito bom gênio e no trato é cortez e delicado, excelente companheiro e amigo leal.⁷

Relatando a breve trajetória do *sportsman* desde sua infância, “quando aprendeu a dar suas primeiras remadas”, até a sua última conquista no campeonato de remo de 1903, “apogeu na vida do esporte náutico”, o semanário estabeleceu um sentido ascendente para a carreira esportiva de Arthur Amendoa, a partir da seleção e organização de alguns momentos gloriosos do atleta, construídos “com o esforço da sua musculatura e com a tenacidade do seu capricho”. Ao enumerar suas conquistas, através do acúmulo de medalhas adquiridas, o perfil elaborado reconstruía uma memória específica, um projeto de vida que demonstrava a obstinação do remador em atingir uma finalidade específica: a de inscrever seus êxitos, para seu próprio reconhecimento, no Clube de Regatas Boqueirão do Passeio, “de cujo pavilhão é fanático e para cujas glórias tem muito concorrido”. Segundo Gilberto Velho,

a consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais impossível ter ou elaborar projetos. [...] Ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo (VELHO, 1988, p. 119-126).

Por fim, descrevendo os atributos físicos de Arthur Amendoa, “bela complexão de atleta, bastante musculoso”, o editorial da revista identificava o remador, paralelamente, através da apresentação do seu caráter e das suas qualidades morais, “dotado de muito bom gênio e no trato é cortez e delicado, sendo excelente companheiro e amigo leal”. O perfil delineado para Amendoa, por meio da eleição de um determinado projeto de vida, acabava por construir também uma identidade coletiva para o grupo de remadores que ele representava, na medida em que enfatizava os atributos físicos e morais inerentes a um indivíduo praticante desse esporte. Assim, a narração de acontecimentos similares, vivenciados por indivíduos pertencentes a este grupo social naquele período, construiu uma memória específica para esta coletividade, atuando como um fenômeno importante na criação de uma imagem de si, para si e para os outros. Contudo, convém ressaltar que o processo de constituição da memória, tanto individual como coletiva, é fruto de um incessante e “árido trabalho de organização”, pois, segundo Pollack (1992), a memória é seletiva. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um

⁷ A CANOAGEM. Rio de Janeiro: [s.n.], ano 1, n. 17, p. 3-4, 24 out. 1903.

verdadeiro trabalho de organização, refletindo o momento em que ela está sendo articulada, expressa.

Desse modo, podemos compreender o esforço da revista em formular perfis singulares para vários atletas, especialmente do remo, enfatizando suas personalidades e atributos. Tratava-se, com efeito, de criar e desenvolver um sentimento de pertencimento que os categorizasse e diferenciasse em função das suas vivências, dos seus projetos e das suas trajetórias no interior do esporte. Eric Hobsbawm nos abre caminho para esta reflexão ao pensar no esporte como “tradição inventada”: por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. (HOBSBAWM, 1984, p. 10).

O esporte é considerado, em seu estudo, uma das práticas sociais mais importantes entre fins do século XIX e início do século XX, na medida em que representou para a classe média uma tentativa de desenvolver um novo e específico padrão burguês de lazer e estilo de vida, bem como um critério flexível e ampliável de admissão num grupo. Fato observado no artigo, *A giz*, escrito por Max:

O biografado de hoje, nasceu no Rio, lá criou-se muito embora quem o vir julgue encarar um filho da loira Álbion, tais os seus modos, a sua maneira de andar e sua predileção por uma roda onde andam ingleses. Mas, muito embora se pareça com eles, é carioca, muito boa pessoa e tem pelo esporte em geral verdadeira cachaça, quero dizer verdadeiro *whisky* que ele gosta de beber aos goles [...]

Como *rower* tem em sua vida uma brilhante página [...] Em meio das 21 medalhas que lhe ornaram o peito, uma se destaca: a que lhe foi concedida por haver em uma tarde de tempestade, ido buscar uma fragata longe da praia, onde então se achavam, diversos naufragos de uma embarcação de regata. Desse dia para cá fez-se herói [...]

Cansado de tanto serviço braçal – de manhã o *cricket*, durante o dia, o carimbo do armazém, à tarde remo, ei-lo que vemos entregue ao *football* [...]

É como vêem um *sportsman*, *hors-ligne*.

A todos os gêneros de esporte ele se entrega, ainda lhe sobrando tempo para atender aos filhinhos que ele vai educando um tanto a inglesa, fazendo-os correr muito após o banho, exercitando-os na ginástica, enquanto não lhes pode enfiar nas mãos o remo [...] para faze-los vigorosos – brasileiros atletas (MAX, 1903, p. 7).

Na narrativa nota-se um fato curioso. Diferentemente do perfil anterior, em que o nome de Arthur Amendoa era ressaltado, Max não denominava o sujeito retratado. Utilizando-se de um recurso engenhoso que despertava a imaginação da comunidade esportiva e, muito provavelmente,

aumentava a vendagem da revista, na tentativa de decifração do nome de tal desportista, o articulista destacava as ações, os modos e atributos do biografado – elegância, graça e agilidade – que, possivelmente, garantiam o “reconhecimento de si” dos praticantes de diversas modalidades esportivas. No entanto, era quando sublinhava uma experiência singular do seu personagem, através do relato de “uma brilhante página” da sua vida como *rower* – o resgate de remadores naufragos –, que ele definia um perfil heróico e destemido para o atleta, na verdade, um remador com “21 medalhas que lhe ornaram o peito”. Portanto, o estilo de vida e as características morais do desportista anônimo, ressaltados por Max, garantiam a identificação e o reconhecimento “por tabela”⁸ de indivíduos pertencentes às diversas associações náuticas, uma vez que era costume desse grupo socorrer vítimas durante as ressacas nas praias cariocas,⁹ sem, entretanto, deixar de enquadrar e qualificar positivamente os praticantes de outros esportes. Com o artifício criado, o articulista conseguia alcançar os objetivos expostos anteriormente no primeiro editorial da revista: “nosso fim é propagar e estimular os esportes que mais vantagens apresentam sob o ponto de vista do desenvolvimento físico de uma raça, inculcando o assunto de nossa particular eleição”.

Por fim, o autor nos dá uma ideia da importância da ginástica e dos esportes na educação infantil da elite brasileira, ao demonstrar a preocupação do indivíduo retratado em tornar seus filhos “vigorosos, brasileiros atletas, exercitando-os na ginástica, enquanto não lhes pode enfiar nas mãos o remo”. Mais uma vez, ficava evidenciado o esporte de preferência do biografado e, por que não dizer, do próprio semanário na formação física e moral da nossa juventude.

Neste sentido, o artigo do cronista Waterman¹⁰ sobre a individualidade do capitão de fragata, Eduardo Midosi,¹¹ pode ser, também, bastante

⁸ Conforme Pollack (1992), os acontecimentos “vividos por tabela”, são aqueles vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Muitas vezes o indivíduo nem sempre participou deles, mas ganhou tanto relevo no imaginário que é quase impossível saber se ele realmente participou ou não.

⁹ Em requerimento enviado ao prefeito do Distrito Federal, Souza Aguiar, em 24/3/1908, as diretorias dos clubes náuticos Boqueirão do Passeio, Vasco da Gama, Natação e Regatas e Internacional de Regatas, solicitam a construção de uma ponte metálica, na praia de Santa Luzia, em lugar da de alvenaria, constantemente destruída pelas ressacas. Para isso, os requerentes alegam que a ponte metálica, “além de dar um realce estético maravilhoso a este trecho da Avenida Beira Mar, poderia facilitar o socorro de pessoas colhidas pela tempestade das ondas, como é nosso costume e pensamento comum”. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 49-4-5 (documentação avulsa – regatas).

¹⁰ De acordo com a homenagem prestada por Alberto de Mendonça, no preâmbulo do seu livro *História do Sport Nautico no Brazil*, editado pela Federação Brasileira das Sociedades do Remo, em 1909, ficamos sabendo que o pseudônimo empregado era adotado por Ernesto Curvello Junior, famoso remador e redator de vários artigos, na imprensa esportiva, sobre o remo. Na homenagem, fica visível a cooperação de Ernesto Curvello, cedendo “valiosas e úteis informações”, na confecção do livro. Com efeito, nessa obra, conforme expressão utilizada por Pollack, é nítido o “trabalho de enquadramento da memória”, realizado pela Federação Brasileira das Sociedades do Remo, ao “compilar fatos históricos sobre a vida deste esporte, apresentando documentos referentes a ele com o “intuito de provar o seu grande valor e a sua eficácia na vida física da nossa gloriosa mocidade”.

¹¹ A CANOAGEM. Rio de Janeiro: [s.n.], ano 1, n. 6, p. 3, 8 ago. 1903.

revelador da visão projetiva construída por esses articulistas, para os jovens remadores da época. Descrevendo o então comandante do cruzador República e presidente da Federação Brasileira das Sociedades do Remo, por vários anos consecutivos, Eduardo Midosi, como um “coração tão generoso, uma alma tão nobre, um caráter tão inteiriço, um espírito tão cultivado e reto”, o autor via nele um “modelo de correção [...] correspondendo sempre à confiança de seus chefes que nele admiram a disciplina, a proficiência, o brio militar e a ordem”. Para Waterman, o capitão de fragata constituía-se num exemplo, também, para os rapazes dos diferentes clubes náuticos, pois a “retidão das suas decisões”, acatadas indiscutivelmente no seio da Federação, “representava a expressão da equidade”, tornando-o “o melhor dos companheiros e o modelo mais digno da inveja”. Todavia, “à parte sua carreira profissional, construída no desempenho de importantes missões à frente da armada brasileira”, o articulista sutilmente sublinhava o fato de o comandante Midosi ser “um dos mais apaixonados amadores do esporte náutico”, deixando claro que as virtudes apresentadas por ele – generosidade, justiça e grandeza – “poucas vezes eram vistas sob uma farda”. Portanto, as qualidades ressaltadas no perfil de Midosi foram adquiridas na prática amadora do esporte náutico, constituindo-se num sólido alicerce moral para as suas futuras experiências pessoais e profissionais. Para o autor, o remo era o principal responsável na formação de um “caráter tão inteiriço, um espírito tão cultivado e tão reto”, útil à pátria no desempenho de importantes missões militares. No relato dessa breve biografia, o sujeito enfocado apresentava duas trajetórias paralelas e distintas, mas interligadas. A primeira, construída como comandante da Marinha de Guerra Brasileira; a segunda, como presidente da Federação Brasileira das Sociedades do Remo. Ao reconstruir o reconhecimento e a respeitabilidade adquiridos por Eduardo Midosi à frente desses cargos, o artigo habilmente demonstrava sua capacidade em elaborar e conduzir, concomitantemente, dois projetos distintos. Desse modo, o autor forjava, através do exemplo de Midosi, uma referência de identidade para jovens remadores interessados em seguir a carreira militar e vice-versa. Fato já ocorrido em meados de 1894, segundo Alberto de Mendonça (1909), com a criação de duas novas associações náuticas: o Grupo da Escola Militar e o Clube de Regatas Quinze de Agosto, organizado por oficiais e alunos a bordo do cruzador República que, em 1903, era comandado pelo nosso biografado em questão, talvez ele mesmo, um dos envolvidos na fundação do novo clube.

Em mais uma biografia, elaborada no periódico *O Remo*, representava-se o perfil do major Emílio Huguet, “honrado presidente do Clube de Regatas Boqueirão do Passeio”, por completar “mais um ano de existência, no dia 27 de janeiro de 1900”.¹² Retratando-o como um “militar distinto, amigo dedicado e sincero da República, em defesa da qual recebeu graves

¹² O REMO. Rio de Janeiro: [s.n.], ano 2, n. 7, p. 2, 25 jan. 1900.

ferimentos, por ocasião da revolta de 6 de setembro de 1893”, o major era exaltado também por sua paixão pelo esporte, pois seu nome aparecia inicialmente ligado à fundação da primeira sociedade ciclista no Brasil, o Velo-Club. Posteriormente, à frente do Clube de Regatas Boqueirão do Passeio, o periódico destacava sua “excelente administração”, cooperando para o progresso do clube com a “inauguração de aulas de esgrima e ginástica”. De forma similar ao perfil traçado para o Comandante Eduardo Midosi, o jornal forjava também para o major Huguet, um exemplo de conduta e honra, na medida em que ele “tem prestado relevantes serviços à Pátria não só como militar, mas também como Professor do Liceu de Artes e Ofícios, educando a mocidade pelo lado moral e físico”. Por último, “saudando o incansável propugnador da Educação Física”, o periódico associava definitivamente o nome do militar e desportista à “nobre causa republicana”.

Palavras finais

O advento do regime republicano, mais do que mera transição política, assinalou uma profunda mudança na estrutura econômica do país, assim como nos padrões de comportamento e sociabilidade que regiam a vida nas cidades.

Símbolo da modernidade brasileira, o Rio de Janeiro tornou-se uma “vitrine viva”, lugar onde a burguesia desfilou seu estilo de vida “moderno e civilizado”. Essa ordem burguesa, ao promover a abertura de amplos espaços públicos de lazer e divertimento, instaurou um novo cenário urbano propício à difusão dos esportes. O espetáculo das regatas, ao privilegiar o embelezamento da orla, acabou por alterar a paisagem urbana e ofereceu aos setores da elite carioca a possibilidade de externarem sua maneira de ver o mundo, veiculando comportamentos tidos como mais apropriados para os habitantes de uma cidade cosmopolita. A cidade, então, passa a ser lugar de significação que faz sentido para quem o vivencia, é suporte de sentidos variados produzidos pelos diversos grupos sociais que a compõem tornando-se, assim, “lugar de memória”, conforme afirma Pierre Nora.¹³

Segundo Barreto (apud COUTINHO, 1990, p. 75), “Era o delírio do *rowing*, era a paixão dos esportes” que, de acordo com João do Rio, fazia afluir, à praia de Botafogo, milhares de pessoas entusiasmadas pela modernidade, esculpida em corpos rijos, remando no ritmo frenético do progresso.

No artigo, ao analisar alguns perfis elaborados pela revista *A Canoagem*, demonstrei a construção de memórias socialmente significativas para os praticantes do esporte náutico, por meio do trabalho criterioso de seleção, organização e reconstrução de trajetórias individuais consideradas

¹³ Informação disponível em: <http://www.historia.uff.br/labhoi>.

exemplares no interior desse esporte. Desse modo, a ênfase dada em determinados projetos pessoais forneceu os indicadores básicos para a construção de uma identidade coletiva para esse grupo de remadores, na medida em que associou e articulou suas aspirações, ações e seus triunfos às suas individualidades singulares, recobrando muitas vezes as rivalidades entre clubes e as diferentes ocupações profissionais dos *rowers*.

A prática do remo representou, portanto, uma “tradição inventada” para diferenciar não só um “novo tempo” – a República –, como também para expressar e identificar o posicionamento de um indivíduo ou um determinado grupo nessa sociedade, sua “condição de classe”, conforme sugere o sociólogo francês Pierre Bourdieu:

uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provém do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes (BOURDIEU, 1974, p. 14).

Ao formular o conceito de *habitus*, Bourdieu (1990) nos chama a atenção para as distinções simbólicas operadas pelos agentes como forma de duplicação da posição objetiva ocupada por eles na estrutura social, definindo-o como um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas.

Revelando crenças, projetos e expectativas sociais, plenamente associados aos signos de civilidade, modernidade e progresso, o esporte náutico se impôs como prática burguesa, excludente e hierarquizadora, emblemática dos novos padrões de moralidade e comportamento divulgados pela República brasileira, à luz das teorias científicas e raciais surgidas na Europa, em fins do século XIX. Como espaço social de poder simbólico produziu estratégias e percepções acerca dessa realidade que, de forma dialética, contribuíram para a organização desse mundo definindo, também, a tomada de posição dos agentes sociais aqui enfocados.

Sendo assim, o presente trabalho é uma tentativa de investigar a importância do esporte náutico como objeto de estudo histórico fundamental para o entendimento das ações, práticas e estratégias implementadas por indivíduos e grupos da elite urbana emergente, na construção de suas memórias e identidades coletivas nessa conjuntura.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 14.

_____. Espaço social e poder simbólico. *Coisas ditas*, São Paulo, p. 158, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 119-120.

CAVALCANTE, Berenice de O. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 96, 1985.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando séculos).

COUTINHO, Edilberto. *Nação rubro-negra*. São Paulo: Fundação Nestlé de Cultura, 1990. p. 75.

FARIAS, Cláudia Maria de. *Febre esportiva: esporte náutico e modernidade no Rio de Janeiro (1895-1914)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MAUAD, Ana Maria. Flagrantes e instantâneo. Fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na 'belle époque'. In: LOPES, Antonio Herculano (Org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000. p. 267-286.

MAX. A giz. *A canoagem*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 7, 22 ago. 1903.

MENDONÇA, Alberto de. *História do sport nautico*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira das Sociedades do Remo, 1909. p. 23.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTUAL JÚNIOR, Samuel. Editorial. *A Canoagem*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, 4 jul. 1903.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 131-137.

SIRINELLI, Jean-François Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996. p. 231-262.

SOTA-VOGA. De meu banco. *A canoagem*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 4, 11 jul. 1903.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. *Revista TB*, Rio de Janeiro, n. 95, p. 119-126, 1988.

X. A cidade. *A Canoagem*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5, 4 jul. 1903.

Imagens de um morro condenado: o morro do Castelo pelas lentes de Augusto Malta (1912-1922)¹

Cláudia Miriam Quelhas Paixão²

No dia 17 de agosto de 1920, Carlos César de Oliveira Sampaio, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, assinou o decreto de arrasamento do morro do Castelo e agravou a acirrada discussão acerca do significado do morro para a cidade e da pertinência do ato administrativo. Basicamente a discussão travada girou em torno de dois discursos: o que defendia o arrasamento do morro e o que defendia a sua urbanização e o seu embelezamento (MOTTA, 1992). A elaboração de uma imagem negativa – vinculada à memória colonial, a qual os governos municipal e federal queriam eliminar da estrutura urbana do centro do Rio de Janeiro – ajudou a legitimar o arrasamento do morro do Castelo. A divulgação de mensagens negativas do morro foram maciças, tanto na imprensa quanto nos discursos solenes de autoridades, representantes de instituições e demais órgãos governamentais, bem como entre intelectuais. A sociedade, de uma maneira geral, não se opôs a demolição do local que fora o berço da cidade.

O morro do Castelo foi demolido em 1922, ação legitimada pela valorização dos ideais de modernidade e progresso inseridos no contexto das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, durante o início do século XX. No entanto a sua memória ainda está em construção. Este capítulo analisa a construção de uma narrativa visual produzida por Augusto Malta durante o arrasamento do morro do Castelo: o *Álbum de fotografias do morro do Castelo*. Ao analisar a elaboração de seu álbum e sua atuação como fotógrafo – Malta atuou tanto como fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde trabalhou de 1903 até 1933, quanto como profissional liberal através de seu estúdio fotográfico – quero destacar a sua

¹ Nesse trabalho, discuto questões contidas em minha dissertação de mestrado, *O Rio de Janeiro e o Morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*, defendida no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense em 2008.

² Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

importância na construção de um grande acervo iconográfico sobre a cidade do Rio de Janeiro. Igualmente quero analisar e discutir conceitos e aspectos da construção, dos usos e da circulação de imagens durante os primeiros anos do século XX. O objetivo do capítulo é o de “ler” o álbum como uma narrativa visual elaborada pelo fotógrafo.

Segundo Kossoy (2002), Augusto Malta vivia e trabalhava como fotógrafo, produzindo variadas imagens do cotidiano da cidade. Augusto César de Malta Campos – mais conhecido como Malta, nome com o qual assinava suas fotos – nasceu em Porto Afonso, na Província de Alagoas. Segundo Borges (2005), antes de dedicar-se à fotografia foi guarda-livros e, mais tarde, vendedor ambulante de tecidos. Já no Rio de Janeiro, em 1900, iniciou suas atividades como fotógrafo amador, e em 1903 foi convidado por Pereira Passos para assumir a função de fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. Seu trabalho consistia em registrar os eventos oficiais: andamento e inaugurações de obras públicas, cerimônias, assim como os logradouros e edifícios históricos que seriam arrasados com a reforma urbanística que sofria a cidade no início do século XX. As casas demolidas, as ruas alargadas, as praças retificadas, toda essa transfiguração da paisagem urbana carioca foi registrada em chapas de grande formato, material visual que teve grande utilidade documental para os processos de desapropriações ocorridas no governo de Passos. Além das fotos oficiais para a prefeitura, Malta manteve um estúdio fotográfico no qual trabalhava paralelamente, registrando o cotidiano e os personagens da cidade. Suas fotos eram constantemente utilizadas nas grandes publicações ilustradas da época como *Kosmos*, *Fon-Fon*, *Careta*, *Revista Ilustrada*.

Quando Augusto Malta foi contratado como fotógrafo oficial da Prefeitura, a técnica fotográfica já estava bastante desenvolvida. O advento tecnológico precursor da fotografia, inventado em Paris em 1839, o daguerreótipo, logo chegou ao Rio de Janeiro e desenvolveu novas formas de representação e de sociabilidade, determinando usos e funções para um novo circuito social criado a partir do consumo da fotografia segundo Fabris (1991). Para Vasquez (2003), a popularização desta representou o marco inaugural de nossa civilização do olhar, na qual a imagem técnica consiste no meio mais eficaz de veiculação da informação. Ainda segundo este autor, outro instrumento privilegiado para o aumento voraz do consumo da fotografia no início do século XX foi a introdução do álbum fotográfico. Por consistir em espaços a serem preenchidos por fotografias, os álbuns induziram ao hábito de colecionar retratos, mania que se popularizou no final do século XIX e atravessou o século XX.

A fotografia adentrou o século XX como símbolo de realismo e retratação do moderno. Nesse período, verifica-se o progresso das técnicas de reprodução fotomecânicas: a imagem fotográfica começou a ser impressa e multiplicada nas primeiras revistas ilustradas (KOSSOY, 2002, p. 16). Ainda em 1900, o interesse por vistas urbanas foi generalizado. Segundo

Lima (1991), coleções e álbuns eram anunciados ao pé das páginas dos periódicos e nos informativos de livrarias para a venda. Dessa maneira, a circulação das imagens era tão importante quanto a sua produção visto que as fotografias editadas em álbuns ou postais também figuravam em almanaques, revistas e livros, eram enviadas às exposições internacionais e consumidas por diversos setores e grupos sociais (LIMA, 1991, p. 70).

A circulação e o consumo de fotografias retratando as grandes cidades contaram com alguns incentivos, como o desenvolvimento urbano, a ampliação do mercado interno, o barateamento dos custos com a produção fotográfica – graças ao incremento tecnológico – e o crescimento do turismo. Como já foi exposto, os últimos anos do século XIX – quando as técnicas fotográficas se desenvolveram numa velocidade surpreendente, possibilitando a democratização do acesso às fotografias – estabeleceram nova visão da realidade trazida pela fotografia, sendo considerados, portanto, como um período de educação do olhar e redefinição de valores estéticos sob a ótica fotográfica. Neste sentido podemos afirmar que a fotografia passou a ser referência na construção da realidade, circulando tanto como um bem de consumo como um “retrato” fiel da realidade.

O discurso que imperava nesse momento sobre a fotografia enfatizava o caráter democrático e igualitário desse novo ramo da ciência. Além disso, os meios de circulação das imagens fotográficas vinham se ampliando de maneira sem igual desde o final do século XIX. Estes dois fatores contribuíram para o sucesso da comercialização de vistas urbanas a partir de 1900 (LIMA, 1991, p. 71). Entre elas estavam os álbuns temáticos elaborados pelos fotógrafos. Estes álbuns propiciaram uma diferente circulação social das vistas urbanas, visto que sofreram um processo de massificação muito mais acelerado que o dos retratos, devido ao barateamento do produto a partir do seu tipo de produção já em fase industrial (serial e com tiragens maiores) e o envolvimento de outros ramos de atividade (como o gráfico, o editorial e o de vendas). Quanto às suas funções sociais, a intensa produção e a circulação de vistas urbanas no início do século XX completaram o processo de autorrepresentação da modernidade idealizada pelos grupos hegemônicos, fazendo com que a fotografia passasse a integrar o elenco de suportes aptos à formação e veiculação de seu imaginário urbano (LIMA, 1991, p. 78-79).

Dessa maneira, a fotografia tornou-se símbolo da civilidade que o Brasil desejava alcançar, inserido no discurso propagado no início do século XX em defesa do progresso e da modernidade. Retratação do moderno, a fotografia registrava as imagens condizentes com uma cidade moderna digna dos valores europeus; integrava-se de forma ativa na construção da imagem pretendida para a capital, na medida em que permitiu a seleção de partes da cidade consideradas aptas à representação da metrópole moderna. Dessa prática, por exemplo, resultou a enorme série de fotografias que acompanhou as transformações urbanas do Rio de Janeiro no período

Pereira Passos e foi formatada em álbum. Segundo Kossoy (2002), Marc Ferrez, professor de Augusto Malta, elaborou vários deles, entre os quais o *Álbum da Avenida Central, 8 de março de 1903 – 15 de novembro de 1906*, contendo três plantas, 118 pranchas e 45 folhas, medindo 42 por 52 centímetros e pesando cerca de cinco quilos, que documentou os três anos de construção de todos os prédios da antiga avenida Central, na época maior símbolo de modernidade da capital brasileira (VASQUEZ, 2003, p. 39).

O que procurei apontar até aqui é que o início do século XX foi marcado por uma crescente produção de imagens, dada a importância, até mesmo em caráter científico, que se atribuiu à fotografia naquele momento. As imagens produzidas por Augusto Malta inserem-se nesse contexto. Para pensar essa produção de imagens é preciso levar em consideração os diversos elementos que a compõem. A imagem é uma produção social, na qual estão inseridos vários atores sociais: aqueles que produzem, os que veiculam a imagem e os que observam essas imagens. Isso posto, devemos pensar a imagem como uma construção social, sendo também a tradução de uma experiência em sociedade. Assim, aquele que fotografa atribui importância ao que está sendo fotografado; realiza uma operação que pretende destacar o objeto a ser retratado, glorificando ou condenando, mas nunca indiferente.

Malta é um homem de seu tempo. Analisar as fotografias produzidas por ele é ao mesmo tempo analisar a sociedade da qual ele é fruto, tendo-as como conteúdo, e não como ilustração, sendo importante considerar o processo de produção de seus significados (STURKEN; CARTWRIGHT, 2001). Assim, as imagens produzidas por uma sociedade estão inseridas nas suas práticas culturais e podem ser analisadas a partir dos aspectos ideológicos contidos na sua produção, direcionando os seus significados sociais.

Dessa maneira, o significado das imagens não é intrínseco, ele é produzido no momento em que elas são consumidas e veiculadas. A sua produção, além dos elementos ideológicos, envolve subjetividade, intencionalidade, influência no espectador e relação de poder. Um indivíduo, ao produzir uma imagem, representação de algo, estabelece noções e conceitos – visuais e textuais – que pretendem traduzir, descrever e definir o mundo em que ele vive. As fotografias não fogem a esta característica. A noção de que elas são uma produção mecânica, com pouca interferência humana, levou à ideia equivocada de que tais imagens não possuíam nenhum grau de subjetividade. No contexto do início do século XX, num Brasil influenciado pelas ideias positivistas desenvolvidas na Europa, “a câmara fotográfica foi tomada para ser uma ferramenta científica para registrar a realidade e era considerada como um meio de representar o mundo com mais precisão do que as imagens feitas à mão.” (STURKEN; CARTWRIGHT, 2001, p. 17). Atualmente já se tem em mente que o ato de clicar é uma atividade altamente subjetiva. O ângulo, o enquadramento,

a luz e outros fatores que compõem uma imagem fotográfica são escolhas do fotógrafo, ou seja, daquele que manipula o instrumento.

Segundo Sturken e Cartwright (2001), ao elaborar uma imagem, um fotógrafo nos diz muito sobre o seu conjunto de ideias, da ideologia que ele partilha. Assim, a obra de Malta apresenta a possibilidade para refletir a relação entre imagem e ideologia no Rio de Janeiro no início do século XX. Augusto Malta, como representante do poder municipal de 1903 a 1933, seria, ao que tudo indica, adepto dos valores progressistas defendidos durante o governo de Pereira Passos.

Como dito, a fotografia é produto de um instrumento tecnológico, que envolve e sempre envolveu algum tipo de manipulação do fotógrafo (VASQUEZ, 2003, p. 42). Ao elaborar um álbum sobre o morro do Castelo, Augusto Malta montou uma narrativa sobre o morro, que pode ser percebida através da análise da elaboração desse álbum, das imagens nele contidas, e da ordem em que elas aparecem.

O álbum foi feito com capa dura de couro, medindo 35 X 25 cm. O suporte para as fotos é de papel cartão grosso e de cor escura, com a mesma medida da capa. A primeira informação que temos ao abrir o álbum é o seu título, que aponta a intenção do fotógrafo em apresentar uma narrativa completa do morro, em que se poderia guardar a lembrança de seus elementos: *Morro do Castelo com todos seus prédios, Igreja de S. Sebastião, interiores, Convento dos Jesuítas, Panoramas do Morro etc.* Em seguida, o fotógrafo informa a data de finalização do álbum, 1922, e assina, Malta Photo, logotipo impresso em praticamente todas as fotos ampliadas.

As fotos obedecem a um padrão, sendo praticamente todas do mesmo tamanho,³ 23x17cm, e apresentando, quase todas, um título – em que o fotógrafo explica o lugar que fotografou ou de onde fotografou – seguido da data de sua elaboração, com dia, mês e ano. Algumas delas possuem uma numeração, que parece estar relacionada ao negativo de referência para o fotógrafo, mostrando a organização de seu acervo pessoal. Outra preocupação do fotógrafo foi registrar o título, indicando local e data, sempre nos cantos inferiores, direito ou esquerdo, evitando marcar o centro da imagem. Todas as fotos possuem boa luz, boa nitidez, margem e têm como temática o morro do Castelo. No caso do álbum, o que compõe a sua narrativa é a sequência das fotografias, pois o fotógrafo dispensa a ordem cronológica e organiza suas imagens de forma própria, de acordo com a sua interpretação sobre o morro. Ao anotar também, na maioria das imagens, a data na qual elas foram feitas, o fotógrafo mostra forte determinação em registrar os aspectos do morro, pois como se percebe, ele esteve no Castelo, entre 1912 e 1922, pelo menos 32 vezes para fazer

³ A maior parte delas, 96 fotografias, mede 23x17cm, apenas duas têm 21,5x15cm.

as fotografias, sendo que sua frequência foi muito mais assídua no ano de 1922, quando ele registrou 21 imagens para seu álbum.⁴

Malta utilizou os dois lados do papel cartão, colocando imagens tanto do lado direito do álbum, onde se encontra a primeira imagem, como do lado esquerdo, a partir da segunda imagem em diante, fazendo sempre um contraponto da imagem à esquerda com a imagem à direita. Considerando esta disposição, percebi que Malta montou propositalmente a ordem de suas imagens intercalando, ao longo de todo o álbum, dois tipos de sequências: a primeira, concentrada no início do álbum, destaca os aspectos de pobreza e riqueza do morro; a segunda, a partir da segunda metade do álbum, se atém à dicotomia morro e desmonte.

O fotógrafo iniciou o álbum apresentando o morro e sua principal construção arquitetônica: a igreja dos Capuchinhos, antiga sé da cidade. As primeiras cinco fotos são em torno desta edificação. Em seguida, Malta apresenta os principais pontos do morro, destacando em especial os prédios públicos, aqueles pertencentes ao Estado e que tiveram determinada importância para a cidade, mesmo que em tempos remotos, como é o caso do Observatório Nacional, da Caixa d'Água, do Hospital São Zacharias, da Escola Carlos Chagas, do antigo forte e do Telégrafo Nacional. As imagens de número 48 e 49, por exemplo, apontam com clareza que o álbum foi elaborado a fim de apresentar aquele espaço da cidade, visto que essas fotografias mostram os dois lados geográficos do morro: aquele virado para a baía de Guanabara, por onde se subia pela ladeira da Misericórdia; e o lado de dentro do continente, virado para as costas da avenida Central, atual Rio Branco, na altura da praça Cinelândia, por onde se subia pela ladeira do Seminário para alcançar a Chácara da Floresta. Com as duas imagens, é possível hoje mapear o espaço que um dia fora ocupado pelo morro do Castelo.

⁴ Das 98 imagens do álbum, 15 delas não apresentam data; uma foi feita no dia 2/9/1912; uma no dia 1/3/1914; uma em 23/4/1914; duas em 28/3/1920; dez delas no dia 31/8/1920; uma em 23/10/1920; duas em 28/10/1920; oito em 1/3/1921; uma em 13/3/1921; uma em 14/3/1921; seis no dia 29/7/1921; duas em 30/7/1921; uma em 3/9/1921; uma em 6/10/1921; oito em 1/11/1921; seis no dia 14/11/1921; uma em 1/12/1921; oito em 28/12/1921; uma no dia 15/1/1922; seis em 11/3/1922; duas em 14/3/1922, uma em 15/4/1922; duas em 25/5/1922; uma em 1/6/1922; uma no dia 2/6/1922; duas no dia 9/7/1922; uma no dia 29/7/1922; uma em 17/9/1922; uma em 20/9/1922; uma em 9/10/1922; uma em 5/5/1923; e uma no dia 24/9/1923.



Imagem 48 – Morro do Castelo, Ladeira da Misericórdia, 11/3/1922



Imagem 49 – 30/7/1921

Na apresentação do álbum, num primeiro momento, houve a preocupação em intercalar a pobreza e as dificuldades da população com a riqueza material e simbólica existente no morro. As imagens de número 10 e 13 explicam bem esta afirmativa. Na primeira, o autor retratou a parte mais carente do morro, com casas cheias de gente, muitas roupas estendidas, tanto em varais como no chão, e o uso de material muito precário para a construção das casas. Em seguida, a imagem 13 apresenta componentes que exaltam a beleza que poderia ser encontrada no Castelo, como a igreja dos Capuchinhos:



Imagem 10 – Morro do Castelo, 31/8/1920



Imagem 13 – Igreja do Castelo, 1/3/1921

Outra sequência que explica o argumento exposto é a das imagens de número 20 e 21 reproduzida a seguir:



Imagem 20 - Vista tomada do P. de Festas, 15/4/1922



Imagem 21 - Igreja do Castelo, 1/3/1921

Na sequência reproduzida acima, o fotógrafo intercalou um panorama do morro feito em abril de 1922, quando o processo de desmonte já estava bastante adiantado, com uma fotografia aproximada de um dos altares da igreja dos Capuchinhos, várias vezes chamada pelo fotógrafo de Igreja

do Castelo, onde se vê uma bela imagem de Jesus na cruz. Em seguida, na imagem 22, ele retratou o antigo forte com uma imagem de um lugar bastante abandonado, repleto de mato, duas casas mal conservadas e muitas roupas penduradas, indicando claramente a presença de lavadeiras. E terminou a sequência destacada, com a imagem 23, mais uma vez intercalando pobreza e riqueza: o largo dos Capuchinhos, com uma imagem retratando uma das partes da praça com os prédios em péssimo estado de conservação, e a igreja do Castelo, com uma linda imagem da bela ornamentação de suas paredes e ainda o túmulo de Estácio de Sá no chão à direita.



Imagem 22



Imagem 23

Neste primeiro momento de sua narrativa, composta por fotografias organizadas em álbum, Malta apresentou os contrastes do morro destacando as dificuldades e a pobreza nas ruas e casas, em especial quando ele enquadrou em sua máquina imagens da Chácara da Floresta,⁵ com a beleza e a importância de determinados prédios e construções.

O segundo momento da narrativa do fotógrafo gira em torno da dicotomia morro e desmorte. Antes de mostrar tal dicotomia, seria interessante destacar que a primeira fotografia em que o fotógrafo retratou imagens do desmorte é a de número 38, e a primeira na qual ele explicitou o desmorte, ou seja, aquela cujo título faz referência direta ao desmorte é a de número 69.⁶

Assim, percebemos que inicialmente Malta preocupou-se em apresentar o morro e somente depois narrar a sua destruição. Além disso, o fotógrafo, antes de ter apresentado por definitivo o desmorte em si, se ateu a um episódio marcante da história do morro: a última missa realizada na igreja dos Capuchinhos. Este evento foi amplamente abordado pelo fotógrafo, que ampliou nada menos do que oito imagens desse importante fato, dando-lhe destaque. No dia 1º de novembro de 1921, dia oficial da última missa da igreja, como divulgaram os periódicos da cidade, Malta foi ao morro e todas as imagens que foram feitas por ele naquele dia se referem à última missa: as de número 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65 e 67 mostram imagens dos sermões e da multidão que lotou a igreja. Além dessas imagens, o fotógrafo reforçou o seu interesse pela igreja ao mostrar mais seis, feitas dias após, em 14 de novembro do mesmo ano, nas quais ele apresentou o desmorte de tão importante construção, bem como o deslocamento dos religiosos, como mostra a imagem de número 62, na qual um grupo de nove capuchinhos aparece posando para suas lentes.

Quanto à dicotomia morro e desmorte, ela aparece claramente na sequência das imagens a partir do número 70. Nas de número 76 e 77, por exemplo, o fotógrafo apresentou primeiro uma imagem da demolição e depois o largo do Castelo com várias crianças e construções bastante precárias.

⁵ A Chácara da Floresta era um dos maiores cortiços existentes no centro da cidade na década de 1920 e se localizava no morro do Castelo.

⁶ Sendo neste caso o desmorte de um dos altares da igreja de São Sebastião, fotografado em 14 de novembro de 1921, data que se repete bastante em outras imagens, fato que nos aponta o desejo do fotógrafo em mostrar o desmorte da igreja.



Imagem 76 – Demolição do Morro do Castelo, 30/7/1921



Imagem 77 – Largo do Castelo, 28/12/1921

Outro exemplo são as imagens de número 78 e 79: na primeira se vê o cotidiano da ladeira do Castelo no dia 11 de março de 1922, com crianças e adultos subindo a rua, conversando, com bola na mão, mostrando inclusive uma certa normalidade e continuidade de suas tarefas diárias; e logo em seguida a próxima imagem, feita no mesmo dia da imagem anterior, apresentando as obras de demolição da igreja dos Capuchinhos.



Imagem 78 – Tomada da Ladeira do Castelo, 11/3/1922



Imagem 79 – Demolição do Convento dos Capuchinhos, Morro do Castelo 11/3/1922

As imagens de número 80 e 81 também seguem o mesmo discurso: a primeira registrando a abertura do túmulo de Estácio de Sá para o seu traslado, e a seguinte um panorama mostrando uma parte já bastante demolida do morro.

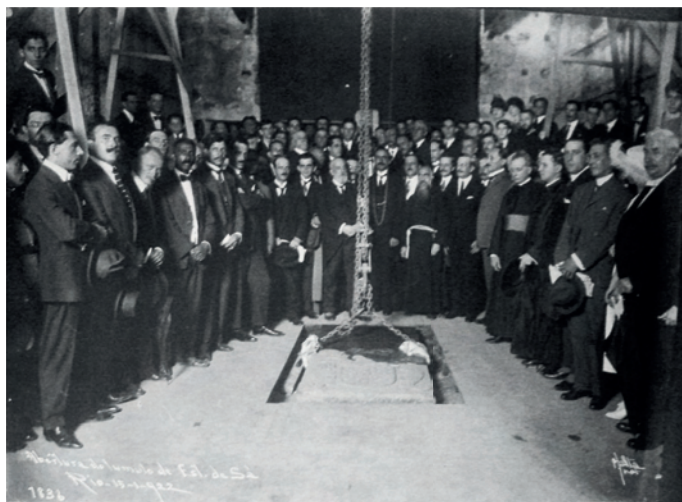


Imagem 80 – Abertura do túmulo de Estácio de Sá, 15/1/1922



Imagem 81 – Desmorte do Morro do Castelo, 14/3/1922

Na de número 86, feita em 29 de julho de 1921, o fotógrafo apresentou uma ótima imagem da Chácara da Floresta, mostrando bem de perto suas edificações, seu arruamento e seus moradores – um deles claramente vendedor de cestos – enquanto a seguinte, a de número 87, apresenta o morro em 25 de maio de 1922, já bastante demolido, parecendo mostrar o que havia naquele lugar e a sua ausência depois do desmorte.



Imagem 86 – Morro do Castelo - Chácara da Floresta, 29/7/1921



Imagem 87 – Morro do Castelo, 25/5/1922

Outras sequências seguem o mesmo discurso: 82 e 83, 88 e 89, 92 e 93, 94 e 95, e 96 e 97 reafirmam a ideia de que o fotógrafo procurou enfatizar os contrastes e as riquezas materiais, religiosas e pessoais existentes no morro do Castelo.

Interessante destacar também que em todas as imagens em que o fotógrafo narrou o desmonte do morro, houve a preocupação em mostrar a dificuldade do processo de arrasamento. Nessas fotografias há imagens de vários aspectos das obras, desde o seu início, quando o desmonte era feito por homens que operavam picaretas e pás e retiravam o entulho em pequenas carroças puxadas a burro, até a fase final, realizada por grandes tubulações que projetavam jatos de água sob alta pressão, fazendo com que a terra se desmanchasse em lama. Acredito que a preocupação do fotógrafo era mostrar as dificuldades técnicas encontradas pelas

autoridades responsáveis pelo desmonte, que hoje são pouco pontuadas nas narrativas sobre o episódio.

A princípio, ao analisar um álbum de fotografias feito pelo fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro sobre o desmonte do morro do Castelo, esperava um discurso em sintonia com os ideais de modernidade defendidos à época. No entanto percebi que o fotógrafo tentou chamar a atenção para as riquezas existentes no morro. Sua narrativa conta uma história através de imagens. Folhear o álbum é ler um fato que aconteceu no início da década de 1920, quando pessoas, imóveis e objetos foram desalojados por modernas máquinas.

O que Augusto Malta mostra em seu álbum é um morro cheio de contrastes, um lugar repleto de tradições e muito importante para a história da cidade, a qual o fotógrafo registrou como ninguém. Ele não assumiu o discurso utilizado por aqueles que defendiam o desmonte à época, de que a pobreza e a estética ali existentes o justificariam. Pelo contrário, Malta chamou a atenção para os valores existentes no morro. Prova disto é o fato de que o fotógrafo poderia terminar sua narrativa com uma imagem do desmonte, como aquelas que registraram os então modernos jatos de água que destruíram o morro; em vez disso seu álbum termina com um panorama do morro, feito em 23 de outubro de 1920, na qual ainda não se percebe que aquele lugar em pouco tempo não existiria mais.

Referências

BORGES, Maria Elisa Linhares. O ideal de metrópole moderna: entre o visto e o não-visto. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Disponível em: <<http://www.anpuh.com.br/>>. Acesso em: 16 set. 2009.

FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. Rio de Janeiro: IMS, 2002.

LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia: estudo de caso II. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.

PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o Morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. 2008.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

STURKEN, Marita; CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking: an introduction to visual culture*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VASQUEZ, Pedro Vaz. *O Brasil na fotografia oitocentista*. São Paulo: Metalivros, 2003.



Parte II
Segunda República (1930-1945)
sobre nazistas, músicos e trabalhadores

Estratégias do consenso: a política cultural exterior alemã para o Brasil durante o Estado Novo (1938-1942)¹

Igor Gak²

Der letzte freie Kontinent, ou “o último continente livre”, era como se apresentava a América Latina à política externa alemã após a Primeira Guerra Mundial. O novo regime republicano proclamado em 1919 buscava, então, conciliar as limitações impostas pelo Tratado de Versalhes à reinserção da Alemanha no cenário político internacional. Interessava, sobretudo, aos políticos alemães estabelecer contatos comerciais que voltassem a aquecer a economia alemã no pós-guerra, facilitando o cumprimento do cronograma de pagamentos e permitindo solucionar questões sociais graves decorrentes da guerra.

De acordo com essa perspectiva, a América Latina era um território muito favorável para que se alcançassem os objetivos políticos alemães: 20 países com a economia fortemente concentrada na exportação de matérias-primas, dependentes da indústria estrangeira, alguns deles com um grande número de imigrantes alemães e, talvez o dado mais importante, nenhum deles havia se envolvido ativamente na guerra. Apenas Brasil e Guatemala haviam confiscado propriedades alemãs durante o conflito, mas somente o governo brasileiro exigira reparações de guerra na Conferência de Paz de Paris.³

¹ O capítulo trata de temas pesquisados em minha dissertação de mestrado intitulada *Os fins e seus meios: diplomacia e propaganda nazista no Brasil (1938-1942)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2006.

² Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense, doutorando em História do Lateinamerika-Institut da Freie Universität zu Berlin e bolsista da Friedrich Ebert Stiftung.

³ O recém-eleito presidente da República, Epitácio Pessoa, foi o representante brasileiro na conferência e as exigências eram referentes ao afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães e ao fato de o crédito da venda de sacas de café pelo estado de São Paulo, e que estava depositado no banco alemão S. Bleischroeder, ter sido confiscado pelo governo do imperador Guilherme II em 1916. Em 1921 essas exigências são satisfeitas, mas de uma maneira distinta à adotada por França e Inglaterra. A tonelagem dos navios alemães estacionados em portos brasileiros, quando do rompimento das relações entre Brasil e Alemanha, menos a tonelagem dos navios brasileiros bombardeados gerou o valor da indenização que o Brasil deveria pagar à Alemanha para manter os navios confiscados, o que foi feito em 1921. Sobre a presença brasileira na Conferência de Paz de Paris, ver (PESSOA, 1925); ver também (RINKE, 1997).

Após a derrota na guerra, no entanto, muito pouco restava para a Alemanha de sua tradicional política externa, que aliava poderio econômico ao bélico como estratégia contra as principais potências europeias na disputa imperialista que antecedeu o conflito. Uma alternativa a esse modelo, porém, já havia começado a ser formulada ainda antes da guerra. Em 1912, o historiador alemão Karl Lamprecht tornara-se o primeiro a apresentar o que chamara de *auswärtige Kulturpolitik*, ou política cultural exterior. Segundo ele, os objetivos econômicos e políticos das relações internacionais alemãs teriam maior sucesso se acompanhados de uma política cultural exterior baseada no que ele chamara de *Kulturbegegnung*, ou “encontro cultural”, ou seja, lançar mão da produção artística e científica alemã para aproximar outros povos do chamado “espírito alemão” e, assim, alcançar objetivos da política externa alemã.⁴

O início da guerra, em meados de 1914, no entanto, impediu o desenvolvimento da proposta de Lamprecht, que foi retomada, porém, no conturbado início da República. A iniciativa de associações privadas que se dedicavam a ações de política externa coexistiu, a partir dos anos 1920, com esforços estatais, numa combinação entre a promoção do *Kulturbegegnung* e a preservação do germanismo no exterior. Ao lado da tradicional *Verein für das Deutschtum im Ausland* (VDA – Liga para o Germanismo no Exterior), criada na década de 1880, surgira o *Deutsches Auslandsinstitut* (DAI – Instituto Alemão do Exterior) em 1917 e, anos mais tarde, ainda durante o regime democrático anterior ao nacional-socialismo (1919 – 1933), era criado em 1931 o *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), com o intuito de intensificar e fomentar o intercâmbio entre intelectuais, cientistas e instituições científicas alemãs com seus pares no mundo inteiro. Neste mesmo sentido, criava-se em 1924 o *Ibero-Amerikanisches Institut Berlin* (Instituto Ibero-americano de Berlim), com o objetivo, porém, de se dedicar ao intercâmbio científico e cultural especificamente com a América Latina e a Península Ibérica.

Ao contrário da VDA e do DAI, que buscavam a defesa da identidade e cultura alemãs em regiões de minoria alemã, o DAAD e o Instituto Ibero-americano de Berlim têm muito a ver com as ideias de encontro cultural e de compreensão internacional, profundamente debatidas nos meios políticos e acadêmicos alemães desde o início do século XX. De acordo com Lamprecht, a política cultural exterior deveria fazer-se a partir do

⁴ Palestra proferida por Karl Lamprecht no Seminário da Associação para o Entendimento Internacional (*Verbandes für internationale Verständigung*), em 7 de outubro de 1912 e publicado no ano seguinte ver (LAMPRECHT, 1913). Até então, a política cultural exterior desenvolvida pela Alemanha estava ligada não a esforços estatais, mas a iniciativas privadas de associações como a *Verein für das Deutschtum im Ausland* (Associação para o Germanismo no Exterior). No entanto, essas associações se ocupavam não de promover um “encontro cultural” entre os alemães e outros povos do mundo no sentido de aproximá-los culturalmente, como propunha Lamprecht, mas de preservar o “germanismo” na Europa e no mundo onde havia minorias alemãs. Sobre isso, ver (MORAES, 2005).

desejo de compreensão internacional e, portanto, dedicar-se a táticas de conquista da simpatia internacional – como, por exemplo, o intercâmbio científico – para que se alcançassem acordos mútuos de cooperação política e econômica. (LAMPRECHT, 1913; MARTÍNEZ, 2002, p. 26).

O regime nacional-socialista manteve esses institutos em sua função original, enquadrando-os, porém, em seus padrões ideológicos, além de incluir também as instituições partidárias, como a *Auslandsorganisation der NSDAP* (Organização para o Exterior do NSDAP), no planejamento de sua política cultural exterior. Ao lado dessas instituições privadas, não partidárias e partidárias, estava o próprio Ministério do Exterior, instrumento tradicional, por assim dizer, da política externa alemã, que, através de seu *Kulturabteilung* (Setor Cultural), com novas atribuições a partir de 1936, também desenvolvia ações de política cultural exterior, além de, claro, possuir uma rede natural de contatos, ou seja, as embaixadas alemãs.⁵

Foi justamente a partir do ano de 1936 que as relações entre Brasil e Alemanha intensificaram-se ainda mais, quando as embaixadas foram criadas em suas respectivas capitais. A aproximação já não se fazia exclusivamente no sentido de aprofundamento das relações comerciais, mas também no que diz respeito a interesses político-ideológicos, como o combate ao comunismo, por exemplo. Após o Levante Comunista de novembro de 1935, a colaboração alemã neste sentido tornou-se bastante interessante ao governo brasileiro, que sugeriu acordos de cooperação anti-comunista entre os dois países. Essa colaboração previa troca de informações sobre movimentações comunistas internacionais e intercâmbio de experiências entre a polícia política brasileira e a alemã (Gestapo).

As tensões começaram a surgir quando, a partir do golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, o governo brasileiro passou a adotar medidas cada vez mais nacionalistas, chocando-se diretamente com os interesses do partido nacional-socialista nas regiões de grande imigração alemã, principalmente no sul do Brasil. Assinado em 18 abril de 1938, o decreto nº 383, no bojo da Campanha de Nacionalização, proibia as atividades políticas de instituições políticas estrangeiras em território brasileiro. No mês seguinte, o decreto nº 406 proibia o uso de material didático em língua estrangeira, o ensino de qualquer idioma estrangeiro a menores de 14 anos e a publicação de quaisquer periódicos em outro idioma que não o português.⁶ Somando-se a isso a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939, que mantinha estrito controle sobre a

⁵ Apesar da mudança de regime, a estrutura do Ministério do Exterior alemão permanece inalterada, pelo menos até 1936, quando uma reforma institucional põe sob a atenção do novo *Kulturabteilung* todas as instituições estrangeiras que, de alguma maneira, relacionavam-se com a Alemanha, “buscando influenciar a política de países estrangeiros através de relações culturais.” (JACOBSEN, 1968, p.23).

⁶ Em julho de 1939, a portaria 2.227 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ratificava o decreto nº 406/38 e considerava “a impressão de periódicos em língua estrangeira e sua circulação no país não constitui um serviço à cultura nacional, uma vez que tem por fim manter os caracteres nativos decorrentes da imigração, dificultando-lhes a assimilação ao meio brasileiro”.

circulação de jornais e revistas no Brasil, não sobrava mais espaço para a continuação das ações de defesa da cultura alemã promovidas pelo governo alemão junto aos imigrantes e seus descendentes.

Os esforços alemães para a defesa do *Deutschtum* (Germanismo) no exterior chocavam-se agora com os esforços do governo brasileiro para a criação de uma “identidade nacional” que incluía os imigrantes como cidadãos do Estado brasileiro. A diplomacia alemã percebia essa atitude como uma política profundamente hostil que ameaçava diretamente os interesses alemães entre os imigrantes e seus descendentes.⁷ A partir dessa compreensão, e tentando evitar o aprofundamento dos choques entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro que pudesse gerar uma possível ruptura de relações diplomáticas, medidas foram tomadas para desenvolver ações que promovessem um debate favorável à Alemanha no Brasil.

A chamada *Pressepolitik* (Política de Imprensa) foi uma delas e tinha por objetivo conservar a neutralidade brasileira diante do conflito. Isto seria feito através da publicação de notícias e artigos provenientes de agências de notícias alemãs, como a *Transozean* (TO) ou o *Deutsches Nachrichtenburo* (DNB – Escritório Alemão de Notícias), que funcionariam como um contrapeso às agências de notícias dominantes na imprensa brasileira: a francesa *Havas*, as norte-americanas *United Press* e *Associated Press* e a britânica *Reuter's*. (GAUDIG; VEIT, 1997).

Neste capítulo pretendo analisar os casos de dois jornalistas, contextualizando-os às ações da política cultural exterior alemã para o Brasil durante o Estado Novo. Os jornalistas Vicente Paz Fontenla e Wladimir Loureiro Bernardes empreenderam, a partir do ano de 1938, uma campanha em favor da imagem da Alemanha no Brasil. Seus textos, publicados em português, buscavam sempre destacar o direito da Alemanha de combater o Tratado de Versalhes e aqueles que desejavam conservá-lo, além de ressaltar a posição de destaque ocupada pela Alemanha no comércio exterior com o Brasil e apresentar os prejuízos decorrentes do possível rompimento das relações políticas e comerciais com os alemães. Fazia parte da convicção política de Fontenla e Bernardes a defesa dos ideais defendidos pelo nacional-socialismo? Ou eram as suas ações orientadas diretamente pelo planejamento da política cultural exterior alemã para o Brasil? Buscarei demonstrar que, mesmo que não compartilhassem dos ideais nacional-socialistas, esses jornalistas atuaram durante esses anos em estreito contato com a embaixada alemã no Rio de Janeiro e foram peças importantes para a aplicação das premissas da política cultural exterior alemã para o Brasil.

Entre 1938 e 1941, seus textos foram publicados sem problemas na imprensa carioca. Em janeiro de 1942, porém, após o ataque japonês a

⁷ “[...] o Governo [sic] Federal e vários governos estaduais, não só permitem que uma campanha seja feita contra a NSDAP, ou contra membros individuais do Partido, escolas alemãs etc., mas até a aprovam.” Relatório Político nº B 7/7 do embaixador no Brasil [Karl Ritter] para o Ministério do Exterior alemão de 30 de março de 1938. (O TERCEIRO, 1968. p. 27-30).

Pearl Harbor (7 de dezembro de 1941), o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, declarando-se solidário aos Estados Unidos. Essa reviravolta política representou também um revés nas atividades desses dois jornalistas, pelo menos até o fim da guerra, em 1945.

A “Guerra Europeia”: o discurso de Fontenla e a neutralidade brasileira

Em junho de 1943, o jornalista Vicente Paz Fontenla foi preso em casa por três agentes da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Espanhol de nascimento, mas naturalizado brasileiro e vivendo no país desde 1912, Fontenla dedicava-se ao jornalismo desde os anos 1920. Em 1943 foi preso, porém, sob a acusação de espionagem, depois de estabelecer contatos com o adido militar da embaixada dos Estados Unidos, Major Lloyd Gomes. A polícia, no entanto, o investigava desde 1940, quando começara a suspeitar dos textos e livros “germanófilos” que o jornalista publicava desde 1938 no Rio de Janeiro. Os novos contatos entre Fontenla e a embaixada norte-americana chamaram a atenção da polícia para o perigo de se tratar do caso de um agente duplo que poderia plantar informações que prejudicassem as relações entre Brasil e Estados Unidos no período.

À polícia, Fontenla relatou que no ano de 1938 entrara em contato com a embaixada alemã no Rio de Janeiro a fim de obter dados estatísticos sobre o comércio entre Brasil e Alemanha. Segundo ele, sua intenção era escrever artigos sobre o chamado “comércio de compensação”⁸ adotado nas transações comerciais entre os dois países. Interessado, Viktor Blascke, conselheiro comercial da embaixada, propôs a ele um acordo para que fossem publicados “artigos favoráveis à Alemanha” na imprensa carioca sob o pagamento de um valor mensal de Cr\$ 2.000, além de um “prêmio” de Cr\$ 2.000 a Cr\$ 5.000 a ser pago caso livros sobre o mesmo tema viessem a ser publicados. Esse acordo foi submetido à apreciação de Hans Henning von Cossel, líder do partido nazista no Brasil desde 1934, que, após a assinatura do decreto nº 383/38 havia assumido o posto de adido cultural da embaixada alemã no Rio de Janeiro.⁹

Com a aprovação de von Cossel e recebendo mensalmente a quantia acordada, Fontenla criou o *Boletim Mercantil de estudos político-econômicos*

⁸ Uma modalidade de troca comercial que dispensava o uso de divisas internacionais, das quais ambos os países careciam, depois de profundamente abalados pela crise de 1929. Nesse modelo, uma quantidade preestabelecida de um produto brasileiro gerava um crédito no *Reichsbank* que poderia ser convertido em produtos industrializados alemães e vice-versa. Esse comércio seguia o novo fundamento da política alemã de comércio exterior: “apenas comprar daqueles para quem nós posamos vender nossos produtos.” (GAUDIG; VEIT, 1997, p. 58-59).

⁹ De acordo com o depoimento de Vicente Paz Fontenla à Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) ver ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Série Prontuários, Notação GB 37.546.

documentados, um semanário declaradamente dedicado a questões econômicas, que circulou entre 1938 e 1941. Entre 1938 e 1940, o *Boletim Mercantil* foi editado pela Tipografia São Benedito, que Fontenla havia herdado de seu sogro. A partir de 1940, o *Boletim* passou a ser editado pela Agência Econômica e Financeira Paz Ltda., empresa que Fontenla havia criado junto com seu irmão mais novo, Diogo Nilo Paz Fontenla. A Agência funcionava como receptora das informações políticas e econômicas que repassava à embaixada alemã. Além disso, Diogo Fontenla, assumiu a direção da empresa, uma vez que era nascido no Brasil e isso poderia facilitar que o *Boletim* conseguisse o registro no DIP.¹⁰

O *Boletim* apresentava a Alemanha como o “país da civilização”, responsável por uma “cruzada” para o estabelecimento de uma “nova ordem” na Europa que corrigisse o “sistema injusto” implantado por franceses e ingleses. A Inglaterra, portanto, era descrita como “a nação imperialista que impõe sua dominação sobre as colônias através da força e sobre os outros países da Europa e do mundo através da propaganda”. Esse ponto era recorrente nos artigos do semanário: a Alemanha lutaria para livrar-se de uma injustiça, enquanto França e Inglaterra lutariam para conservá-la. O Tratado de Versalhes era, então, apresentado como a “raiz da guerra”, “fruto do egoísmo da plutocracia anglo-franco-judaica”, cujo objetivo seria a “aniquilação da Alemanha”.¹¹

Esse desejo de “aniquilar” a Alemanha tinha raízes muito anteriores ao conflito iniciado em 1939, segundo Fontenla. De acordo com ele, a origem desse “ódio contra a Alemanha” estava na disputa travada entre França e Inglaterra de um lado e Alemanha recém-unificada de outro pela hegemonia comercial no mundo. “As guerras da Inglaterra, já se disse e os fatos confirmam, são exclusivamente econômicas”, dizia Fontenla em um artigo de novembro de 1940, argumentando que se os ingleses desejassem ratificar sua hegemonia mundial “deveriam esmagar sua terrível rival nos mercados do mundo”: a Alemanha.¹²

O argumento era simples: a Inglaterra, incitada pelos interesses econômicos da “plutocracia judaica”, havia iniciado a guerra em 1939 para defender seus interesses econômicos ameaçados pela Alemanha desde que abandonara as cláusulas do Tratado de Versalhes. A defesa desses interesses econômicos, segundo o *Boletim*, acabaria por prejudicar também

¹⁰ Depoimento de Vicente Paz Fontenla sobre a Agência Econômica e Financeira Paz Ltda. ver ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. Fundo Primeiro Ofício de Títulos e Documentos, Série Registro Integrade Contratos, Notação Livro F-40.

¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. *Boletim Mercantil* n° 389, de 20 de maio de 1940. Fundo Polícias Políticas, Série DESPS, Setor Alemão, Pasta 11, Dossiê 14. p. 1-2.

¹² Id., n° 416, de 25 de novembro de 1940.

a economia brasileira, uma vez que os ingleses impunham um bloqueio marítimo à Alemanha, principal parceira comercial do Brasil na Europa.¹³

Assim Fontenla pretendia demonstrar que o Brasil era atraído a um conflito provocado exclusivamente pelos interesses econômicos da “plutocracia anglo-franco-judaica”, que não traria nada além de prejuízo à economia brasileira, caso o governo optasse por aliar-se a um dos lados beligerantes. A manutenção da neutralidade, portanto, era a tônica defendida nos textos de Fontenla. Segundo ele, para o Brasil manter-se fora do conflito, dando continuidade ao comércio exterior que vinha desenvolvendo de maneira independente, traria apenas benefícios durante e depois da guerra.

De acordo com Fontenla,

a retórica franco-britânica não deve impressionar aos brasileiros. [...] Precisamos de Paz, de Neutralidade, para realizarmos um grande esforço no sentido de ampliar e fortalecer o mercado interno, elevando a capacidade aquisitiva das populações e garantindo, assim, o consumo de uma parte maior de nossos produtos, conforme as palavras do Presidente Getúlio Vargas, discursando em São Paulo, ao definir perante as classes conservadoras a nossa posição como país exportador de matérias-primas e mostrando os reflexos da guerra na economia nacional.¹⁴

O esforço em evitar que o Brasil se engajasse no conflito contra a Alemanha passava também pela valorização dos aspectos culturais e científicos alemães do passado que teriam, de alguma maneira, contribuído para a humanidade. No entanto, para Fontenla, apesar de a filosofia de Kant, Leibniz e Ranke ter muito contribuído para “os desenvolvimentos científicos mundiais”, era o caráter belicoso dos alemães que teria colaborado mais para o desenvolvimento político e econômico da Alemanha. No artigo intitulado “Idéias políticas na Alemanha e a guerra”, de setembro de 1940, ele observava que mesmo pensadores e políticos que não eram alemães concordavam que “a guerra sacode as nações do marasmo e da indolência psíquica, serve de disciplina e coesão”, ou seja,

a guerra conduz á concentração da intelligencia, do engenho, do sentimento moral nas virtudes marciaes da disciplina, da obediência, da veracidade e do amor. Outro philosopho não prussiano, Carlos Pearson, defende a guerra como um meio de seleção natural. W. G. Sumner, que também não

¹³ De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1941), somente as vendas brasileiras à Alemanha representavam quase que todo o valor somado das vendas brasileiras para a França e a Inglaterra.

¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. *Boletim Mercantil* n° 416, de 25 de novembro de 1940. Fundo Polícias Políticas, Série DESPS, Setor Alemão, Pasta 11, Dossiê 14.

é alemão, entende que a guerra possui um alto valor educativo, dado que produz a eliminação ou a submissão dos ineptos [...].¹⁵

Porém, apesar de, na visão de Fontenla, a guerra ser um fator importante para a formação do caráter alemão, a Alemanha, segundo ele, não desejava a guerra. Os alemães, de acordo com sua argumentação, combateriam pela reparação de uma injustiça imposta contra eles após a Primeira Guerra Mundial. Ou seja, eram levados ao conflito por uma necessidade. Além disso, repetidas vezes teria Hitler oferecido a paz à Inglaterra, que a recusou. No dia 29 de julho de 1940, Fontenla noticia a tentativa, mais uma vez frustrada, do, segundo ele, “vencedor das maiores batalhas até hoje registradas na historia mundial”, Hitler:

No dia 19 presenciamos mais uma vez a histórica oferta de paz do Fuehrer alemão. O vencedor das maiores batalhas até hoje registradas na historia mundial, declarava singelamente: “Diante da minha consciência sinto-me obrigado a appellar á razão também da Inglaterra. Não há motivo para continuar a lucta”. Mais uma vez era estendida a mão à Inglaterra como no dia 06 de outubro de 1939. Esta foi recusada. Como naquela ocasião, os esforços pela paz do grande chancellor alemão, que se encontrarão mais tarde na historia como ato humanitário e verdadeira cooperação para a salvação da civilização christã, foram classificados de fraqueza.¹⁶

Estes eram, então, os três pontos principais da argumentação de Fontenla: (1) a Alemanha, “país da civilização”, tem o direito de lutar pela revisão de uma injustiça, qual seja o Tratado de Versalhes, enquanto França e Inglaterra, influenciadas pela plutocracia judaica, lutariam para mantê-lo e, assim, esmagar a Alemanha; (2) o Brasil deve conservar-se neutro diante do conflito entre as potências europeias para continuar desfrutando do comércio com a Alemanha, sua principal parceira comercial na Europa, e alcançar maiores ganhos no futuro após a guerra; (3) a Alemanha não quer a guerra. As ofertas de paz à Inglaterra, mesmo depois da queda da França, são sempre rechaçadas pelo governo inglês, cujo objetivo é destruir a sua principal rival nos mercados do mundo: a Alemanha. Esses três aspectos, característicos da retórica da propaganda nacional-socialista, foram mais fortemente destacados nos livros que Fontenla publicou entre 1940 e 1941.

Em 10 de agosto de 1941, o *Boletim Mercantil* foi impedido de funcionar por não ter obtido o registro necessário no DIP. No entanto, os artigos do *Boletim* serviram para a publicação dos livros, cujos textos, segundo Fontenla, eram elaborados a partir de artigos publicados no *Boletim* ou de informações coletadas pela Agência Econômica e Financeira Paz

¹⁵ Id., nº 407, 23 de setembro de 1940, p. 4-5.

¹⁶ Id., nº 399, 29 de julho de 1940, p. 5.

Ltda.¹⁷ Foram cinco os livros publicados no período. Pela Tipografia São Benedito, saíram, em 1940, *A Guerra Econômica: o mil-réis, o ouro, intercâmbio comercial, especulação, concorrência e guerra* e *O Brasil na Guerra actual* e, em 1941, *A Lucta entre o ouro e o Sangue* e *Alemanha: Sonho & Ação*. Além destes, também em 1941, ele publicou *A Insidia Financeira*, pela editora Leuzinger S.A. De acordo com o depoimento de Fontenla à polícia do Rio de Janeiro, ele teria recebido previamente da embaixada alemã o prêmio acordado de Cr\$ 2.000 a Cr\$ 5.000 por cada um desses livros publicados.

Aspectos raciais, bem como o desenvolvimento técnico-científico alemão, eram destacados em seus livros como maneira de enaltecer a contribuição alemã para a humanidade. Além disso, o comércio de compensação também foi bastante ressaltado em seus textos como maneira de destacar os benefícios da manutenção das relações políticas e comerciais entre a Alemanha e o Brasil. Sua argumentação era a de que, através da ciência, os alemães defenderam a Europa de doenças tropicais que as tropas coloniais franco-britânicas levaram aos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial: “Os ingleses e francezes em 1914 enfrentaram as tropas brancas alemães com verdadeiros exércitos coloniais, trazidos de regiões onde o typho e o colera são endêmicos. A Europa é salva destas duas pragas devido à descoberta do Dr. Kock!” (FONTENLA, 1940, p. 13).¹⁸ E, com o comércio de compensação, inovavam adotando uma prática antiga de troca comercial, sem atrelar as moedas envolvidas ao ouro, como era necessário no período:

[A Alemanha] sendo paiz essencialmente industrial, mas sem matérias-primas próprias em quantidade sufficiente para supprir as respectivas fabricas, sempre dependia do commercio externo, cuja effectivação necessitava o numerário da circulação universal.

Os marcos germânicos, sem lastro-ouro, não podiam entrar no campo internacional das transacções commerciaes, principalmente em se tratando de negócios importantes. Ahi o gênio germânico adoptou o systema anti-quíssimo: a *troca mercantil*. Não podendo applicar este systema pelo modo directo, isto é, mercadoria X em troca de mercadoria Y, ideou e instituiu uma moeda totalmente nova na vida dos povos e baptizou-a: *marcos compensados*. (FONTENLA, 1940, p. 20-21, grifo do autor).

Além disso, a guerra iniciada em 1939 era mais uma vez destacada como a intenção britânica de impedir uma expansão alemã na Europa e no mundo, que os ingleses desejavam dominar. Assim como ressaltava no *Boletim Mercantil*, o conflito não era o que a Alemanha desejava para suas relações com os ingleses e, por isso, frequentemente lhes oferecia a

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Série Prontuários, Notação GB 37.546.

¹⁸ Refere-se aqui ao dr. H. H. Robert Koch, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina de 1905 por ter descoberto o bacilo causador da tuberculose e o vibrião colérico, causador do cólera.

paz. O discurso inglês sobre a guerra era classificado também como uma ilusão promovida pela Inglaterra para corromper os países neutros contra a Alemanha. No entanto, a conservação da neutralidade ante a Alemanha deveria, segundo Fontenla, trazer maiores dividendos aos países neutros após a guerra:

Certamente, a Inglaterra pensava fazer esta guerra sozinha com o peso do seu prestígio e o auxílio de vários aliados empolgados por esse mesmo prestígio, sem que a metrópole britânica fosse obrigada a dispendir maiores sacrifícios próprios. [...] O povo inglês compreenderá muito breve que a fome, a escassez, o frio e o desespero não são mais aliados da Inglaterra, mas sim da Alemanha e dos seus amigos. Compete à Inglaterra inteirar-se das consequências nefastas dessas ilusões. Para os países neutros, porém, é importante saber avaliar a amplitude de tais ilusões, porque, depois da guerra, na hora do reinício das relações internacionais normais, tais ilusões não constituem credenciais para os que se deixaram envolver em véus de fantasia. O que vale, é a realidade e os realismos; ilusões não podem ter curso na política universal (FONTENLA, 1940, p. 30-31).

Os telegramas trocados entre o Ministério do Exterior alemão e as embaixadas alemãs na América Latina expõem o desejo alemão em manter a neutralidade dos países latino-americanos e, talvez, justifiquem mesmo as incessantes investidas de Fontenla em favor da neutralidade brasileira diante do conflito europeu. Comunicados oficiais instruíam os diplomatas alemães a pressionarem os governos latino-americanos para que mantivessem a neutralidade ante a Alemanha. A argumentação oficial do Ministério do Exterior era, tal qual a de Fontenla, de que “os Estados Unidos [ou qualquer outro país] jamais poderiam ocupar o lugar que ocupa a Alemanha e seus aliados no comércio exterior” com os países latino-americanos. Além disso, “é claro, portanto”, esclarecia o ministro do Exterior alemão, J. von Ribbentrop, “que após a vitória nos lembraremos apenas daquelas nações que agora conservarem conosco a amizade”.¹⁹

Já em setembro de 1939 estes comunicados instruíam os enviados alemães na América Latina a destacarem que a Alemanha “estava decidida a, de acordo com as possibilidades, intensificar o comércio transatlântico e a tudo fazer para que a Alemanha permaneça como mercado consumidor do excedente de matéria-prima local”.²⁰ O comércio entre a Alemanha e os países da América Latina era interessante para os últimos, o que poderia levá-los a manter a amizade com a Alemanha durante a guerra.

A estratégia de Fontenla segue também essas orientações. Seu discurso, porém, se divide entre o ataque à Inglaterra e a valorização da amizade

¹⁹ Comunicado de Ribbentrop para todas as missões na Ibero-América, em 22 de junho de 1940 “*Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes (PA/AA), R 29760*” ver (GAUDIG; VEIT, 1997, p. 74).

²⁰ PA/AA, R104942, Telegrama do Ministério do Exterior alemão para todas as embaixadas e legações na América Latina em 13 de setembro de 1939 ver (GAUDIG; VEIT, 1997, p. 74).

do Brasil com a Alemanha. A Inglaterra, segundo ele, seria a única a lucrar caso o Brasil decidisse romper as relações com a Alemanha, por isso os brasileiros deveriam enxergar além do conflito e avaliar as possibilidades de ganho num cenário de pós-guerra com a vitória alemã, como vislumbrado por ele. Seu trabalho parece buscar criar um ambiente de discussão em que essas questões estejam cada vez mais presentes e uma possível vitória alemã seja cada vez mais levada em consideração.

A guerra entre Alemanha e Inglaterra significava, para ele, uma “luta entre o ouro e o sangue” e o comércio de compensação, a evolução das práticas comerciais, fruto do “progresso da técnica, o desenvolvimento da inteligência e da reflexão que produziu novas formas de crédito” (FONTENLA, 1941c, p. 49). Os prejuízos do comércio exterior brasileiro provocados pela guerra “desencadeada pelo interesse inglês em extinguir a concorrência alemã nos mercados do mundo” são ainda assim destacados por ele. Essa concorrência seria intensificada, mais que tudo, pela compreensão internacional dos ganhos e benefícios do comércio de compensação, que Fontenla (1941) insiste em exaltar. De acordo com ele:

Em fevereiro de 1939 a Itália assignou com a URSS accordo commercial, regulado pelo *clearing* no valor de um bilhão de libras. Em março de 1939 foi assignado, em Buenos Aires, o accordo argentino-alemão para a troca de cem mil toneladas de trigo argentino por material ferroviário alemão. O Brasil recebeu da Alemanha, machinas, produtos chimicos, material ferroviário e navios, tudo para pagamento com as nossas remessas de algodão, cacau, café, fumo e outros artigos. [...] O Brasil soffre presentemente as consequências da lueta entre o ouro e o Sangue. O governo bem comprehendeu a questão geral da política commercial brasileira e finda a guerra, aproveitando a experiência do passado, com a insistente firmeza da acção até hoje demonstrados, seguiremos o caminho que, no interesse da economia nacional e da nossa política de commercio exterior é o único viável: fomento da nossa exportação e da nossa comunhão de interesses para com todos, preservando sempre os altos interesses nacionaes (FONTENLA, 1941c, p. 50/61).

Segundo ele, interessava sobretudo aos brasileiros manter o comércio com a Alemanha, pois “apesar de suas necessidades reais, a Alemanha não depende do Brasil”, uma vez que os produtos vendidos pelo Brasil à Alemanha poderiam ser encontrados em outros mercados que se mantinham neutros diante do conflito, como os Estados Unidos. De acordo com Fontenla (1941):

Não nos esqueçamos de que o café, produto facilmente substituível, ela poderá obter, e de fato já obtém, de outras procedências sob o regime de compensação. O algodão também pode ser adquirido nos Estados Unidos.

[...] De igual forma, peles e couros podem ser encontrados nos mercados argentino e uruguaio, ainda em compensação. E assim por diante. (FONTENLA, 1941b, p. 40).

Além disso, argumentos raciais não foram dispensados no discurso de Fontenla (1941) para tratar da hegemonia britânica na economia mundial. Seguindo sua argumentação, a estratégia britânica de dominação política e econômica das chamadas “nações jovens” teria sido influenciada pela presença judaica no planejamento econômico liberal inglês. As chamadas “práticas insidiosas” inglesas seriam parte do complô de uma “minoridade judaica” para conseguir lucro sobre nações que ainda buscavam o seu desenvolvimento econômico:

O imperialismo financeiro que uma minoria anglo-judaica quer perpetuar, extorquiou insidiosamente aos governos das Nações jovens, sob o disfarce do liberalismo e do humanitarismo, o direito sagrado de emitir o próprio dinheiro. Embora produzindo artigos em quantidade excedente às necessidades das coletividades, a ficção da moeda correspondendo a certa reserva de ouro cingiu governos e povos num asfíxiante círculo, tanto mais odioso porque não era uma verdadeiro círculo de ouro, mas apenas uma teoria. Sociólogos, patriotas, procuraram a origem do mal, sofreram perseguições alguns e pagaram com a vida outros a inútil revolta, pois pregavam erradamente contra os governos sem perceberem que a miséria das coletividades era causada pela manobra oculta da plutocracia judaica na ampla ambição de impor ao mundo a sua moeda e de tornar o mundo dependente do seu capital para reservar-se o direito universal de emitir dinheiro e emprestar dinheiro. (FONTENLA, 1941b, p. 36).

Seria, então, para ele, o comércio de compensação a solução encontrada pela Alemanha para impedir a continuidade dessa “extorsão”. Fontenla (1941) apresentava o abandono do modelo que atrelava o padrão monetário ao ouro como a solução para os problemas das trocas comerciais entre os países. E essa prática, segundo ele, pioneira iniciada pela Alemanha teria despertado na Inglaterra o desejo de excluir a participação alemã no comércio internacional através, inclusive, de uma guerra que impedisse o desenvolvimento normal do comércio exterior alemão:

O Terceiro Reich foi o primeiro que renunciou seguir essa política de astuciosas manobras no terreno monetário, imensamente prejudiciais para as economias nacionais e mais nociva ainda num sistema de créditos a longo prazo. [...] A Alemanha trabalharia e construiria a sua felicidade e grandeza sem ouro e revelaria ao mundo as consequências exaustivas da tolerância das Nações. [...] Por isso o capitalismo internacional declarou guerra a Hitler, ao Nacional-Socialismo, à Alemanha. [...] A guerra declarada

pela Inglaterra à Alemanha, em 1939, é indubitavelmente a Guerra do Ouro contra o Sangue. O capital internacional, a oligarquia plutocrática contra o Nacionalismo. O Bezerro de Ouro contra o Trabalho. A Alemanha defende um regime de riqueza proporcional ao valor real de cada coletividade humana. A Inglaterra defende o regime imperialista de especulação cosmopolita. (FONTENLA, 1941b, p. 36-37).

Em 1941, Fontenla publica também *Alemanha: Sonho & Ação*. Esse livro destoa um pouco dos outros por privilegiar aspectos culturais e políticos alemães, em detrimento dos econômicos, para tentar explicar as motivações britânicas de iniciar uma guerra contra a Alemanha. O valor do soldado alemão, as contribuições artísticas de Goethe e Schiller e as contribuições filosóficas de Kant para o pensamento ocidental eram destacados como elementos característicos de uma “essência germânica”. Entretanto, a motivação britânica para o conflito continuava a encontrar sua razão na “prosperidade alemã”, que “despertaria os ciúmes da Inglaterra e da França. A Inglaterra procurará manter a supremacia comercial e financeira; a França defenderá o seu imperialismo intelectual. Chegamos à corrida armamentista e à inquietação diplomática que culmina em 1912 e chega à sua plenitude em julho de 1914.” (FONTENLA, 1941c, p. 21).

As razões da guerra iniciada em 1939 eram apresentadas por Fontenla como intransigência inglesa diante da intenção alemã de conservar a paz, revendo, porém, uma “injustiça” imposta contra a Alemanha pelo Tratado de Versalhes. As negociações entre Hitler, Chamberlain e Daladier eram apresentadas a partir das palavras de Hitler, ressaltando que, ao contrário do que diziam os ministros britânico e francês, a Alemanha não desejava nada além dos territórios que lhe haviam sido subtraídos em 1919, o que seria seu direito.

Junto aos filósofos e poetas alemães dos séculos XVIII e XIX, em *Alemanha: Sonho & Ação*, Fontenla (1941a) faz a análise do livro ... *E assim veio a guerra*, de R. von Wehrt,²¹ lançado no Rio de Janeiro, também em 1941. Sua resenha trata, na verdade, de promover o livro junto aos leitores brasileiros. Livro, que, segundo ele, elucidava “os mistérios da Europa”:

Narração despida de vaidade pessoal e calcada extritamente dentro da realidade. Os antecedentes diplomáticos da guerra, os detalhes na sua crua simplicidade mostram como os responsáveis pelo presente e o futuro de uma grande nação não se deixaram envolver pela intriga nem perturbar pelos Mistérios. [...] “...E assim veio a guerra” elucidada os mistérios da Europa, mistérios que não devem perturbar a tranquilidade construtiva dos brasileiros. (FONTENLA, 1941c, p. 37).

²¹ Até agora não foi possível encontrar informações que permitissem identificar o autor R. Von Wehrt, permanecendo a hipótese de que se trata de um pseudônimo.

O livro de Von Wehrt se concentra em abordar as relações externas alemãs uma semana antes do ataque à Polônia. Sua análise não faz nenhuma referência à América Latina ou ao Brasil, mas às negociações entre Hitler e outros governantes europeus. A justificativa para o ataque alemão à Polônia em 1º de setembro de 1939 segue a mesma linha argumentativa dos textos de Fontenla desde o *Boletim Mercantil*: França e Inglaterra se uniram na prática do que ele chamava de uma “política de cerco” contra a Alemanha ao firmarem um acordo de proteção à Polônia, que, segundo o texto, dava continuidade a atos de violência contra as minorias germânicas que viviam em território polonês:

Duros são os sofrimentos das minorias allemãs na Polonia, comquanto os polonezes, já de garantia ingleza no bolso, julguem que todo allemão em territorio polonez está agora fora da lei. Ascendem a 75.000 os fugitivos da Polonia que transpuzeram a fronteira allemã; aviões militares polonezes já sobrevoam territórios allemães e slovacos; os polonezes fecharam a fronteira allemã-poloneza e não mais deixam passar da Polonia para a Allemanha, qualquer pessoa de origem germanica. Das minas foram expulsos todos os operarios allemães; prisões, supplicios, assassinatos de allemães estão na ordem do dia. [...] Estes [os poloneses] sentem-se à vontade; nada lhes poderá acontecer. A Inglaterra e a França os auxiliarão em caso de perigo. Todos os membros da organização estrangeira do N.S.D.A.P. são aprisionados e mettidos no carcere. O filho de um casal de origem allemã fora arremessado pela janela e morto à vista dos Paes. Todos os habitantes de origem allemã que residem na zona limitrophe de 30 kilometros, foram expulsos e abandonados, entregues à fome e à miséria (WEHRT, 1941, p. 28).

Este texto, no entanto, parece mais se tratar de uma tradução do alemão para o português, que de um texto escrito para o público brasileiro. A função de Fontenla, ao construir uma análise sobre ele, porém, inseriu-o na argumentação elaborada para o público brasileiro: a “tranquilidade construtiva dos brasileiros” não deve ser perturbada pelos “mistérios da Europa”; neutros, os brasileiros defenderiam os interesses nacionais, enquanto a Alemanha lutaria para desvencilhar-se de uma imposição franco-britânica e, ao mesmo tempo, livraria o Brasil do jugo da “plutocracia anglo-franco-judaica”. Os dois textos, portanto, combinam-se nos argumentos desenvolvidos para que se alcançasse o objetivo da política externa alemã de manter a neutralidade brasileira.

Ao ser preso em 1943, Fontenla declarou em seu depoimento ter sido “um admirador do nacionalismo” até o momento em que as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha cessaram, em janeiro de 1942. A partir

de então, segundo ele, devia “solidariedade ao governo do Brasil”.²² Os policiais, entretanto, compreenderam que Fontenla servia a “interesses políticos criminosos”, ao se aproximar dos círculos diplomáticos norte-americanos, e ele foi levado, então, ao presídio da Ilha Grande.

Independentemente de Fontenla partilhar da ideologia nacional-socialista ou não, a análise de seus textos e dos objetivos da diplomacia alemã na América Latina, expressos na correspondência trocada entre o Ministério do Exterior alemão e as embaixadas alemãs, demonstra que havia uma coordenação, uma orientação na atividade desenvolvida por Fontenla entre 1938 e 1941. Essa coordenação fazia parte de um planejamento de política externa que buscava alcançar seus objetivos através da adoção de uma política cultural exterior que relacionasse a realidade brasileira aos interesses alemães no Brasil e, além de Fontenla, envolvia também outros periódicos e jornalistas.

“Por que o Eixo combate a Inglaterra”: o discurso da Gazeta de Notícias na campanha pró-Alemanha

Diferentemente do *Boletim Mercantil*, a *Gazeta de Notícias* já era um jornal tradicional nos anos 1930, quando as notícias provenientes da agência alemã *Transocean* começaram a destacar-se nas páginas do jornal. Junto a isso, os editoriais assinados pelo jornalista Wladimir Bernardes, diretor do jornal, e artigos escritos por outros jornalistas ou comentaristas políticos sobre o cenário político europeu, de 1939 até 1941, davam a tônica do discurso em favor da Alemanha nas páginas da *Gazeta*. Por se tratar de um jornal diário, com notícias diversificadas e não com um enfoque em economia, como o *Boletim Mercantil*, o público leitor da *Gazeta* também era maior e mais variado que o do *Boletim*.

Fundada em 1875, a *Gazeta de Notícias* surgiu como um periódico republicano e, depois de 1889, passou a defender cada governo republicano até o movimento de 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder e um grupo de simpatizantes da Aliança Liberal, indignado com a posição do jornal diante dos últimos governos republicanos, atacou sua sede e destruiu os equipamentos gráficos. Encontrando-se em difícil situação econômica a partir de então, o jornal ficou fechado até 1934, quando Wladimir Bernardes, seu diretor desde 1925, conseguiu finalmente reparar a gráfica.

Além dos argumentos que já vinham sendo expostos por Fontenla em seus textos, os artigos de Bernardes (1938a) fazem ainda uma crítica ao sistema político da liberal-democracia. Depois do golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, ele defendeu o que chamava de “função pública da imprensa”. Segundo ele, a liberal-democracia comportava “malefícios” e

²² Depoimento de Vicente Paz Fontenla à Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Polícias Políticas, Série Pronuários, Notação GB 37.546.

“mistificações” responsáveis pelo “aviltamento das energias criadoras” do Brasil e só o autoritarismo inaugurado pelo golpe de 1937 poderia livrar o país desses aspectos políticos nocivos ao Brasil.

Um desses aspectos políticos nocivos inerentes à liberal-democracia seria a própria liberdade de expressão. Como solução, Bernardes (1938b) propunha uma “função pública” para a imprensa que deveria estar de acordo com as diretrizes do governo:

O clima da liberal-democracia, com a exuberância que ele proporcionava á decantada liberdade de pensamento, permittia o apparecimento dos mastodontes da palavra escrita, cevados pela mão de capitalistas ou de grupos de industriaes interessados na defesa dos seus negócios ou na propaganda de sua política privada. O jornal adquiria, então, todas as deformações do meio-ambiente. (BERNARDES, 1938b)

Para Karl Dietrich Bracher (1995), a crítica ao regime de democracia representativa constituía um “ponto de partida” da ideologia nacional-socialista, que reconhecia na “singularidade e superioridade da entidade nacional alemã” a base para o ataque a esse sistema, visto como um regime tipicamente ocidental que havia sido imposto aos alemães, junto com as outras determinações de Versalhes. (BRACHER, 1995, p. 200). Segundo Bracher, o nazismo enxergava a política como “uma luta por princípios, não um processo de integração social fundado sobre a livre discussão e a aceitação das regras democráticas”, em que o princípio de singularidade e superioridade da entidade nacional alemã também seria responsável pela formação de um regime político peculiar às vicissitudes históricas do povo alemão: o Estado forte, no qual o poder estivesse centralizado nas mãos de um “líder”, o regime autoritário e militarista que nada tinha que ver com as noções democráticas parlamentares ocidentais. (BRACHER, 1995, p. 203).

Questões relativas ao comércio de compensação também ocupavam espaço na *Gazeta de Notícias* desde janeiro de 1938, quando o conselheiro comercial da embaixada alemã, Viktor Blascke, publicou uma carta em resposta a um artigo publicado dias antes no *Correio da Manhã*, que dizia que as mercadorias adquiridas pela Alemanha no Brasil eram revendidas na Europa, o que consistiria numa quebra dos acordos de compensação, uma vez que estes dispensavam moedas nas trocas comerciais. Blascke argumentava que o Brasil dependia muito mais das mercadorias industrializadas alemãs que a Alemanha das matérias-primas brasileiras, que poderiam ser facilmente adquiridas em outros países nos mesmos termos do comércio de compensação, o que não aconteceria, segundo ele, caso o Brasil tivesse que tentar estabelecer acordos de compensação com outros países industrializados.²³

²³ GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 jan.1938, p. 5.

As questões políticas europeias do ano de 1938 foram abordadas pela *Gazeta* com comentários de artigos publicados no *Der Angriff*, jornal oficial do NSDAP na Alemanha, com discursos de Hitler, relatos sobre a situação das minorias alemãs na Tchecoslováquia e seguidas manchetes sobre a anexação da Áustria pelo Terceiro Reich. No ano de 1939, a surpreendente aproximação entre a Alemanha e a União Soviética foi saudada na *Gazeta de Notícias* pelos textos de Heitor Moniz. O tema da neutralidade brasileira também ganha mais expressão nesse ano com o início da guerra na Europa. Os editoriais de Wladimir Bernardes tornavam-se mais frequentes para, segundo ele, impedir que os brasileiros se deixassem “posuir pela cegueira de partidarismo desenfreados”.²⁴

O historiador e jornalista Heitor Ferrão Moniz de Aragão empreendeu uma forte campanha em defesa da Alemanha nas páginas da *Gazeta de Notícias* ao dedicar-se a analisar a política externa europeia do ano 1939. Entre 1938 e 1939, Moniz fez uma viagem pela Europa que resultou em um livro relatando suas experiências e comentando a situação política, econômica e social do continente. Nesse livro, *Berlim, Paris, Roma: para onde vai a Europa*, Moniz (1939) apresenta sua visão da Alemanha nacional-socialista:

Hitler assumiu o governo encontrando uma Alemanha humilhada. Fez uma Alemanha que ergue alto e forte a sua voz. Encontrou uma Alemanha de moral abatida, uma Alemanha que falava baixo diante da França e que temia as ameaças da Sociedade das Nações. Fez uma Alemanha que sorri desdenhosa em face das invectivas e que se acha, actualmente em condições de reagir contra quem quer que a provoque, ou se anteponha ao seu caminho. Encontrou uma Alemanha desarmada e despreparada para qualquer emergencia que a pudesse pôr em perigo. Hitler rearmou a Alemanha até os dentes. Restabeleceu o serviço militar. Resuscitou a esquadra alemã. Fez uma aviação que caminha para ser, dentro em breve, uma das melhores do mundo. [...] Quando o governo do Reich reocupou a Rhenania, quizeram mobilizar contra elle toda a Europa. Hitler enfrentou duramente a situação. Hoje a Alemanha está dona da Austria, aliada à Hungria, à Italia, e outras potências. Formou um dos blocos mais fortes do continente e conquista sympathias geraes nos paizes europeus, mesmo naquelles que sempre a olharam com desconfiança, mas apaludem a sua idéa de formação daquillo que o Fuehrer denomina “cordão sanitario anti-sovietico”. Os francezes se inquietam sobre os secretos designios de Adolf Hitler. Os inglezes acompanham aprehensivos e desconfiados a marcha dos acontecimentos... Declara na França um deputado, antigo secretario de Estado: Hitler, com as novas estradas alemãs e com os caminhões ligeiros de que dispõe, acha-se em condições de, no espaço de uma só noite, fazer avançar 500 kilometros todo o seu exercito. É o único que pode fazer

²⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS, 30 set. 1939.

isso na Europa! Declara na Inglaterra sir Winston Churchill: “A Alemanha se arma mais activamente, mais scientificamente e sob uma mais larga escala que nenhuma outra nação jamais o fez até agora” (MONIZ, 1939, p. 163-165).

Essa defesa da Alemanha se justificava pela crença de Moniz (1939) de que a União Soviética e não a Alemanha representava a maior ameaça à paz no mundo e, segundo ele, a Alemanha e a Itália juntas, “levantando a bandeira do combate ao comunismo”, seriam as únicas capazes de “frear o avanço bolchevique sobre a Europa oriental” (MONIZ, 1939, p. 158-159).

Na *Gazeta de Notícias* Moniz foi apresentado como um “grande historiador brasileiro conhecedor do cenário político europeu, provavelmente por conta da publicação de seu livro sobre a situação política europeia. Entre 23 de agosto de 1939, dia da assinatura do pacto de não agressão germano-soviético,²⁵ e o início do conflito na Europa, em 1º de setembro de 1939 – isto é, pouco mais de uma semana “Moniz publica cinco artigos sobre o desenrolar da política europeia. Ele celebrava o acordo no mesmo dia 23 de agosto de 1939 com um artigo intitulado “Um golpe que abalou o mundo”:

O Sr. Adolf Hitler acaba de desfechar o mais sensacional golpe político destes últimos tempos, abalando o mundo inteiro ante o rumo inesperado que passam a tomar os acontecimentos. A França e a Inglaterra, succumbidas, não voltaram a si na surpresa em que as deixou o “segredo do Reich”. Foi tudo tão repentino, tão brusco, tão inopinado e de uma repercussão tamanha, que os arautos da guerra, ora mascarados em promotores de uma “frente da paz”, ficaram como que sem respiração e sem fala. A diplomacia franco-britannica foi posta mais rasa que o pó do chão.

Nesse mesmo dia, a *Gazeta* ainda privilegia as notícias da *Transocean* sobre o acordo, saudando-o como “um dos fatos mais decisivos da história da humanidade”. Segundo o artigo da agência de notícias alemã, o pacto

inaugura uma phase de esperanças na evolução histórica de ambos os povos. Saliencia-se especialmente o modo favorável porque se processaram as negociações, vendo-se nisso a garantia da lealdade com que as duas partes interpretarão a volta a relações amistosas, e do espirito que presidirá no futuro a colaboração dos dois países.²⁶

²⁵ Também conhecido como Pacto Ribbentrop-Molotov, em referência aos ministros das relações exteriores da Alemanha e União Soviética, respectivamente. Esse acordo definia que a Alemanha e a União Soviética não entrariam em guerra caso uma das duas atacasse um outro país europeu. Definido nesses termos, o acordo frustra a intenção dos políticos franceses e ingleses de firmar um acordo de assistência recíproca com os soviéticos para o caso de uma guerra contra a Alemanha e, ao mesmo tempo, satisfaz as pretensões expansionistas alemãs e soviéticas sobre a Polônia e outros territórios da Europa oriental.

²⁶ Id., p. 30.

No dia seguinte, Moniz (1939) declarava em sua análise da conjuntura política europeia que, então, “da Inglaterra e da França depende agora haver ou não a guerra na Europa” e argumentava que

o pacto ajustado entre os “soviets” e o Reich não é um tratado militar, mas apenas um acordo de não-agressão. Ora, se o que Londres e Paris desejam, na verdade, é preservar a paz não há porque se irritarem com o facto. Se assumem, porem, uma attitude diferente é porque, na realidade, o que elles queriam e desejavam era conquistar na Russia um aliado para a guerra e não um parceiro para evitar a guerra.²⁷

O discurso do esforço empreendido por Hitler para manter a paz na Europa era retomado pela *Gazeta de Notícias* e ganhava força nos textos de Moniz e nos editoriais de Wladimir Bernardes a partir de então. Assim como Vicente Paz Fontenla, Bernardes enxergava na Inglaterra um “desejo imperialista” de “intervir sempre nas contendas do mundo” e de “não reconhecer, senão para si, a necessidade de espaço vital das nações do continente europeu” (BERNARDES, 1941, p. 03). Essa era, para ele, uma das razões que os países do Eixo encontravam para lutar contra a Inglaterra.

Em 1941, Bernardes publica uma coletânea de seus editoriais publicados na *Gazeta de Notícias* nos dois anos anteriores, sob o título *Porque o Eixo combate a Inglaterra*. Em um dos artigos de seu livro, que já havia sido publicado em novembro de 1940 na *Gazeta de Notícias*, Bernardes clamava para que os brasileiros “conhecessem um pouco mais da Historia de sua Pátria” antes de acreditarem nos “protestos de amizade e sympathia” britânicos publicados pela imprensa “anglo-israelita”. Para Bernardes, desde a independência brasileira, os ingleses davam constantes “demonstrações de pouco caso, de profundo desdém pela nossa soberania”.²⁸

Bernardes também ataca as informações provenientes de algumas agências estrangeiras. Segundo ele, os funcionários dessas agências de notícias seriam obrigados a telegrafar “notícias interessantes” que despertassem a atenção dos leitores. Portanto, “quando escasseiam os assumptos trepidantes, têm que inventar ocorrências extraordinárias, onde o heroísmo se confunde com o inverossímil e o trágico se mistura com o grotesco.”²⁹ Para ele, “a publicidade [era] uma das únicas armas da retaguarda aliadophila” que seria “controlada por capitais judaicos” e poderia ser considerada a “sexta arma levita”, organizada e transmitida aos rádios, cinemas e jornais do “ocidente líbero-judaico”. E de acordo com os que ele chamava de “arautos da derrota alemã, o grande povo germânico vae

²⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 ago. 1939. p. 4.

²⁸ Id., p. 46. ver também GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 nov. 1940.

²⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 dez. 1939.

sucumbir de inanição. Segundo esses corvos da grande fome germânica, [...] o ‘bloqueio total’ irá dar indigestões aos vermes da terra teutonia.”³⁰

De acordo com Bernardes, essa “campanha de propaganda” corresponderia ao que ele chamava de uma “ocupação branca”, que prejudicava a neutralidade brasileira na medida em que o bloqueio marítimo britânico imposto à Alemanha durante a guerra impedia a normalidade das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha, pois uma vez que estava “o commercio externo controlado abusivamente nas rotas marítimas, as nações não-belligerantes têm que aceitar o asphyxiamento das suas forças productoras em holocausto aos interesses e às necessidades da política imperialista anglo-francesa.”³¹ Essa “ocupação branca”, fruto da penetração da “propaganda aliada” no Brasil, segundo ele seria responsável por retratar a Alemanha

como uma truculenta devoradora de povos fracos. Torcendo os factos, deturpando os acontecimentos, falseando a verdade, digamos logo, mentindo desbragadamente, a Inglaterra e a França apresentam-se como paladinhas da auto-determinação dos povos e dos direitos imprescriptíveis da Civilização frente a um brutal inimigo do gênero humano.

Bernardes observava, em 1940, que a “prepotência franco-britânica” deixava “prever, caso a guerra leve mais alguns meses, uma crise sem precedentes em nossa economia, [que geraria] sérios problemas de política interna, de inquietação social, como derivantes dessa revoltante ‘ocupação branca’”. Sua avaliação era a de que o futuro, não só econômico, mas também político e social do Brasil, estaria ameaçado pelos prejuízos causados ao comércio exterior brasileiro pelo bloqueio marítimo britânico:

[...] o desmantelamento de toda a nossa rêde commercial de exportação já é por muitos encarada como uma coisa irremediável. Como neutros, somos, desta forma, empurrados em nome da Humanidade, não para a voragem da guerra, mas para um vórtice ainda mais tumultuário, qual seja os rumos de uma crise econômica, seguida de violentas subversões sociaes.³²

Ele se queixava também de não ver na imprensa brasileira jornalistas que se insurgissem contra o que ele chamou de “esfacelamento do nosso comércio com o exterior”, responsável por “maior tortura que a própria guerra”. A razão para isso, de acordo com ele, residia no fato de que os jornais dependeriam do “ouro das plutocracias judaicas” para manter em funcionamento as oficinas de seus periódicos.³³

³⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 abr. 1940.

³¹ GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 abr. 1940. p. 3.

³² GAZETA DE NOTÍCIAS, 03 abr. 1940.

³³ Id., p. 3.

A linha argumentativa de Bernardes e da *Gazeta de Notícias*, de maneira geral, seguia a de Fontenla: necessidade premente de manutenção da neutralidade brasileira ante o conflito na Europa, o desejo alemão de manter a paz, com o direito, porém, de rever as cláusulas do Tratado de Versalhes. Somava-se a isso, no entanto, a crítica ao sistema liberal-democrático, a previsão de crises político-sociais e econômicas provocadas pelo impedimento britânico de que o Brasil mantivesse seu comércio com a Alemanha em bases normais e, por fim, a acusação de infiltração da propaganda aliada no Brasil.

Ao contrário de Fontenla, Bernardes foi afastado da direção do jornal no início de 1942, quando romperam-se as relações entre Brasil e Alemanha. Não constam nos arquivos da polícia política do Rio de Janeiro indicações de que ele tenha sido investigado em algum momento durante esse período. O discurso da *Gazeta de Notícias* sobre a Alemanha e o conflito na Europa, entretanto, se comparado ao de Fontenla e do *Boletim Mercantil*, bem como às diretrizes da política externa alemã para a América Latina, demonstra que havia um planejamento político alemão para o Brasil que envolvia uma campanha jornalística em jornais do país, cujo objetivo era conservar a neutralidade brasileira num conflito que era fruto, como dizia Fontenla, “dos mistérios da Europa que não deveriam perturbar a tranquilidade construtiva dos brasileiros”.

Conclusão

De forma distinta da adotada por Inglaterra e França, a Alemanha apenas aprofundou suas reflexões a respeito da política cultural exterior no contexto das sucessivas crises políticas, sociais e econômicas por que passava no início dos anos 1920. A sua aproximação com a América Latina lhe rendera um mercado fornecedor de matérias-primas que não era controlado por diretrizes coloniais das principais potências europeias. A divisão política do mundo em blocos ideologicamente antagônicos nos anos 1930 permitiu também aos governos latino-americanos expandir suas relações exteriores entre os dois principais blocos: o nazi-fascismo e a democracia-liberal.

A longa tradição de relações diplomáticas normais entre Brasil e Alemanha se fortaleceu a partir da campanha anticomunista adotada nos dois países. O início de um regime autoritário de características nacionalistas no Brasil, no entanto, gerou tensões entre os governos alemão e brasileiro, cuja intensidade o desenvolvimento de uma *Pressepolitik* (política de imprensa) para o Brasil buscava abrandar.

Os artigos e as obras de Vicente Paz Fontenla e Wladimir Bernardes buscavam criar condições para um debate favorável à Alemanha na sociedade brasileira, não com o interesse de conquistar militarmente o Brasil, como dizem alguns autores, mas com o objetivo de conservar a

neutralidade do governo brasileiro e manter o comércio estabelecido com o Brasil desde os anos 1920 e, principalmente, aquele iniciado em 1934, o comércio de compensação. Como observam Olaf Gaudig e Peter Veit, a América Latina representava um mercado fornecedor de matérias-primas que a Alemanha não poderia prescindir durante o desenrolar de uma guerra como a que se iniciava na Europa.

Fontenla e Bernardes faziam parte do planejamento da política cultural exterior alemã para o Brasil. Embora as pesquisas desenvolvidas até o momento não tenham ainda permitido encontrar documentos que comprovassem também o envolvimento de Bernardes com a diplomacia alemã no Rio de Janeiro, além da adoção de termos tipicamente nacional-socialistas, como “plutocracia anglo-franco-judaica”, ou “ocidente líbero-judaico”, a argumentação utilizada em seus textos é facilmente comparável à linha argumentativa de Fontenla, sem mencionar que as obras dos dois jornalistas se encaixavam nas diretrizes enviadas pelo Ministério do Exterior alemão para as embaixadas na América Latina.

Referências

ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Fundo Primeiro Ofício de Títulos e Documentos, Série Registro Integral de Contratos, Notação Livro F-40.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. *Boletim Mercantil* n° 389, de 20 de maio de 1940. Fundo Polícias Políticas, Série DESPS, Setor Alemão, Pasta 11, Dossiê 14. p. 1-2.

_____. Rio de Janeiro. *Boletim Mercantil* n° 399, de 29 de julho de 1940. Fundo Polícias Políticas, Série DESPS, Setor Alemão, Pasta 11, Dossiê 14. p. 5.

_____. Rio de Janeiro. *Boletim Mercantil* n° 407, de 23 de setembro de 1940. Fundo Polícias Políticas, Série DESPS, Setor Alemão, Pasta 11, Dossiê 14. p. 4-5.

_____. Rio de Janeiro. *Boletim Mercantil* n° 416, de 25 de novembro de 1940. Fundo Polícias Políticas, Série DESPS, Setor Alemão, Pasta 11, Dossiê 14.

_____. Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Série Livros apreendidos, Notação 218.

_____. Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Série Livros Apreendidos, Notação 221.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, Fundo Polícias Políticas, Série Prontuários, Notação GB 37.546.

BERNARDES, Wladimir. O Estado Novo e o seu grande interpretador. *Gazeta de Notícias*, [S.l.], 18 jan. 1938a.

_____. Função pública da imprensa. *Gazeta de Notícias*, [S.l.], 19 jan. 1938b.

_____. *Porque o Eixo combate a Inglaterra*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Guido & Cia., 1941. p. 3.

BRACHER, K. D. *Hitler et la dictature allemande*. Paris: Éditions Complexe, 1995. p. 200.

FONTENLA, Vicente Paz. *Alemanha: sonho e ação*. Rio de Janeiro, 1941a. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Série Livros apreendidos, Notação 218.

_____. *O Brasil na guerra actual*. Rio de Janeiro: Tipografia São Benedicto, 1940. p. 13.

_____. *A insídia financeira*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1941b. p. 40.

_____. *A lucta entre o ouro e o sangue*. Rio de Janeiro, 1941c. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Série Livros Apreendidos, Notação 221.

GAK, Igor. *Os fins e seus meios: diplomacia e propaganda nazista no Brasil (1938-1942)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GAUDIG, Olaf ; VEIT, Peter. *Der Widerschein des Nazismus: Das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 1997. p. 80-90.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Repertório estatístico do Brasil: quadros retrospectivos nº 1 – Separata de: *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 5, p. 76, 1939-1940.

JACOBSEN, Hans-Adolf. *Nationalsozialistische Außenpolitik (1933-1938)*. Frankfurt am Main / Berlin: Alfred Metzner Verlag, 1968. p. 23.

LAMPRECHT, Karl. *Über Auswärtige Kulturpolitik*. Veröffentlichungen des Verbandes für Internationale Verständigung (Heft 8). Stuttgart: Druck von W. Kohlhammer, 1913.

MARTÍNEZ, Jesús de la Hera. *La política cultural de Alemania em España en el período entreguerras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002. p. 26.

MONIZ, Heitor. *Berlim, Paris, Roma: para onde vai a Europa?* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1939. p. 163-165.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Konflikt und anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlin: Metropol Verlag, 2005.

PESSOA, Epiácio. *Pela verdade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

RINKE, Stefan. Deutsche Lateinamerikapolitik, 1918-1933: Modernisierungsansätze im Zeichen transnationaler Beziehungen. In: JAHRBUCH FÜR GESCHICHTE VON STAAT, WIRTSCHAFT UND GESELLSCHAFT LATEINAMERIKAS. Band 34. Köln: Böhlau Verlag, 1997. p. 364-368.

O TERCEIRO Reich e o Brasil: a correspondência entre Berlim e suas Embaixadas no Rio de Janeiro e em outras capitais do continente... Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

WEHRT, R. von. *E assim veio a guerra*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941. p. 28.

Na trilha da jangada: pescadores e luta por direitos no Brasil do Estado Novo¹

Berenice Abreu de Castro Neves²

O maior prazer que senti na minha vida foi me dirigir ao presidente da República porque eu fiquei ombro a ombro com ele. E ainda me lembro que parece que alguém dizia que quando eu chegasse aqui o presidente da república não me ligava importância. Que era golpe errado que nós ia dá.

Jacaré, em entrevista a Mario Grazini, da Rádio Cruzeiro do Sul (novembro de 1941).

O trecho acima faz referência à audiência pública organizada pelas autoridades do Estado Novo (1937-1945), no Palácio Guanabara, quando quatro jangadeiros do Ceará entregariam ao presidente Getúlio Vargas as reivindicações da categoria. Mais do que um encontro protocolar, a própria dimensão de uma audiência pública já sugere a força simbólica com que o encontro se revestiu. Segundo o jornal oficial *A Manhã*, do Rio de Janeiro, era o encontro do “chefe dos jangadeiros” com o “chefe do governo”, o que equivale, na fala de Jacaré, a ficar “ombro a ombro” com a autoridade máxima do país. Era o espaço da “fala” ou da negociação direta entre um trabalhador e o presidente da República que estava sendo aberto naquele momento.

A data daquele “encontro” também sugere uma forte carga simbólica: 15 de novembro, aniversário da República brasileira. Vivíamos em tempos de ditadura, e, para entendê-la, é muito sugestivo atentar para o modo como o “raid da Jangada São Pedro” foi tratado pelo governo getulista. Se os direitos civis estavam limitados, seja pela ação da censura ou da repressão a algumas manifestações autônomas, a ditadura estadonovista se caracterizou, entre outras coisas, por alimentar uma relação direta entre os trabalhadores e o Estado, personificado no presidente Getúlio Vargas,

¹ O capítulo discute algumas questões presentes em minha tese de doutoramento intitulada *O raid da Jangada São Pedro, Pescadores, Estado Novo e luta por direitos*, tese de doutorado em História Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense em 2007.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora Adjunto da Universidade Estadual do Ceará.

sem intermediários, inclusive através de atos públicos, como esse ocorrido no palácio Guanabara.

Mas os desdobramentos e toda a dimensão política dessa *ação social*³ dos “jangadeiros do Norte” extrapolam em muito o fato contido na audiência pública. Nesse “romance”, há vários fios emaranhados que procurarei reunir discutindo a viagem dos quatro jangadeiros como momento exemplar de aprendizado de classe, de luta por direitos e cidadania no Brasil nos tempos do Estado Novo. Seguirei para tal empreendimento a trilha aberta pela jangada São Pedro, que partiu do Ceará em 14 de setembro e chegou às águas da Guanabara em novembro de 1941, levando a bordo quatro pobres trabalhadores: Jacaré, Jerônimo, Mané Preto e Tatá.

O Pero Vaz de Caminha da jangada São Pedro e o sonho da viagem

Manoel Olimpio Meira, o Jacaré, que ficou ombro a ombro com Vargas, era, ao tempo da viagem, presidente da Colônia de Pesca Z-1, da praia de Iracema, em Fortaleza, Ceará, a mais antiga e importante colônia de pesca⁴ do estado. Dividia seu tempo entre as atividades administrativas da entidade, a pesca em jangada e a família que chegou a somar dez filhos.

Jacaré era filho e neto de pescador e viu o pai ser tragado pelas ondas do mar num dia de pescaria. Nasceu no Rio Grande do Norte, indo depois, com a mãe viúva e os irmãos, a maioria ainda pequenos, primeiro para a praia da Caponga e, em 1934, para Fortaleza, ambas áreas pesqueiras do litoral cearense, já casado e com três filhos ainda crianças, trazendo, ainda, sob sua responsabilidade, a mãe e os irmãos. Já em Fortaleza, se agregou aos outros migrantes pescadores que se espalhavam pelos arredores da praia de Iracema e Mucuripe. Tatá chegou antes, em 1906, vindo da praia de Uruaú, de onde também veio o primo Jerônimo, nos anos de 1920, época em que também chegou Mané Preto, oriundo de Barra Nova.

A ideia da viagem ao Rio de Janeiro parece ter aparecido pela primeira vez em 1939, dois anos antes da sua realização. É nesse período que Jacaré e o companheiro Tatá procuram a jovem professora das crianças da escola mantida pela entidade e revelam-lhe o sonho de ir até a capital federal contar ao presidente Vargas que os pescadores do Ceará viviam desamparados e na miséria. Essa revelação vinha acompanhada de um pedido: queriam que a professora lhes ensinasse a ler e escrever. A professora de pronto atendeu ao pedido e os dois, Jacaré de modo mais assíduo,

³ Utilizo essa noção de *ação social* entendendo que, apesar da existência de uma realidade que impõe normas e condicionamentos aos indivíduos, há uma margem de manobra, negociação, manipulação, escolhas e alternativas individuais, como sugere Geovanni Levi (apud BURKE, 1992, p. 135).

⁴ As primeiras colônias de pesca foram criadas em 1919, pela Marinha de Guerra, com o lema positivista *Pátria e Dever*. Segundo o primeiro estatuto, de Janeiro de 1923, eram “agrupamentos de pescadores ou agregados associativos”. (MORAIS, 2001, p. 39).

conforme as lembranças da professora,⁵ estiveram nos bancos da escola da Z-1 por cerca de um ano e meio, tempo em que o aluno mais empenhado aprendeu a ler e a escrever razoavelmente.

Se a aprendizagem de Jacaré aparecia nas lembranças da professora Lyrisse como “razoável”, nas memórias de Maria Olimpio Meira,⁶ filha do pescador, estava registrada como algo espetacular, e motivo de grande orgulho. Lembra Maria que o pai tinha o hábito de anotar em um caderno que possuía em casa o aniversário da extensa prole e também escrevia poesia. A filha nunca esquecera o nome daquela responsável pela alfabetização do pai, dona Lyrisse Porto.

Mas por que, no entendimento de Jacaré, ler e escrever eram quesitos necessários para a realização daquela ação? É certo que os quatro jangadeiros tinham algum conhecimento das medidas legais de proteção ao trabalho e ao trabalhador que vinham se realizando no governo Getúlio Vargas e Jacaré, especialmente, conhecia bem a importância e o peso político do discurso escrito. Em 1939, ano em que assume a presidência da Colônia e revela o sonho à professora, ele, acompanhado de cerca de cem pescadores, percorre as redações dos jornais de Fortaleza pedindo o apoio da imprensa a uma causa encampada pela categoria: os pescadores combatiam uma determinação legal sobre a venda do pescado, que, no entendimento deles, contrariava diretamente seus interesses e beneficiava os “atravessadores”, comerciantes de pescado, figuras odiadas por grande parte da categoria.⁷ Segundo a nova lei, o preço do pescado seria tabelado e a praia, ou qualquer outro lugar não seriam pontos de venda da mercadoria, comercializada apenas nos mercados municipais ou na venda ambulante, no caso das jangadas que ancoravam à noite. Aceitavam o tabelamento, mas discordavam da fixação dos pontos de comercialização.

Esses jangadeiros, na verdade, apelavam em nome de um costume, amparados em uma referência moral⁸ que conferia um direito referendado no trabalho e na noção de comunidade (THOMPSON, 1998). Como trunfos de forte apelo emocional, ressaltavam os perigos a que estavam submetidos cotidianamente na luta pelo pescado, fonte de sobrevivência das famílias e da própria comunidade pesqueira. Eram esses interesses, em suas concepções, que as leis deveriam respeitar em primeiro lugar.

Além da imprensa, de quem obtêm apoio através de várias matérias em defesa dos interesses dos pescadores, os jangadeiros, liderados por Jacaré, recorrem também às autoridades municipais e ao conterrâneo Waldemar

⁵ Entrevistei a octogenária Lyrisse Porto em 2001, no Teatro São José, em Fortaleza-Ceará, onde mantém atividades de assistência a idosos e dirige o Museu do Maracatu.

⁶ Entrevistei a sra. Maria Olimpio Meira, por duas vezes, na residência em que mora com a irmã, dona Raimunda, no bairro Montese, em Fortaleza-Ceará, em 2001 e 2006.

⁷ Jacaré, em suas denúncias, sempre lembrava de apontar os atravessadores como responsáveis pela miséria dos pescadores. Também Câmara Cascudo registra a aversão dos pescadores em relação a esses comerciantes (CASCUDO, 1957).

⁸ Aproprio-me aqui do conceito de *economia moral*, de Edward P. Thompson (1998).

Falcão, na época à frente do Ministério do Trabalho. Mas, por mais apelos que fossem feitos, a tal lei dava visibilidade ao processo de higienização por que passavam as áreas litorâneas das capitais do Brasil, agora já consolidadas como espaços de entretenimento e veraneio de famílias elegantes, que, apesar de se beneficiarem da bela paisagem composta pelo mar, areia e jangada, não mais aceitavam conviver com o odor e a imagem gerados pelas vísceras dos peixes, expostos à beira-mar. A praia de Iracema cada vez mais enterrava a antiga praia do Peixe.⁹

O aprendizado das letras e da escrita confundiu-se, na experiência de Jacaré, com o aprendizado do protesto. Também, através do contato com a imprensa e da relação amistosa e de mútua admiração travada com os jornalistas, os pescadores passaram a conhecer o universo das leis; e, nesse momento, era das leis de amparo aos trabalhadores do Brasil que se falava, era a legislação social que se encontrava na ordem do dia. Em 1941, ainda sob o governo Vargas e quando o *campo de possibilidades*¹⁰ sinalizava como oportuno para a investida dos pescadores, Jacaré, Tatá, Mané Preto e Mestre Jerônimo começam a preparar a tão sonhada viagem.

Mas por que o *campo de possibilidades* se mostrava propício? Além da legislação social ser de algum modo conhecida pelos pescadores, a propaganda política do Estado Vargas, veiculada pelo rádio, jornais, oficiais ou não, cartilhas escolares etc., ressaltava de modo constante a figura do presidente e suas qualidades morais, além de enfatizar a centralidade e a positividade da figura do trabalhador, encarnada em suas qualidades morais, como fibra, coragem, honestidade etc. Os jangadeiros se viam, desse modo, representados de alguma maneira no discurso do Estado.¹¹ Nada mais oportuno para os pescadores do Ceará que o “chefe dos pescadores” fosse se entender diretamente com o “chefe do governo”!

Por essa época, começou a circular nos jornais locais a notícia da criação da Escola de Pesca de Marambaia, na capital federal. Tal escola, idealizada por uma entidade filantrópica católica, Abrigo do Cristo Redentor, foi encampada pelo governo federal, recebendo o nome Escola de Pesca Darcy Vargas, em homenagem à esposa do presidente Vargas.¹² Por essas notícias, começou a ser divulgado que ela queria ornamentar a fachada da “escola modelo” com uma jangada. Estava então decidido o meio de transporte: a viagem até a capital federal aconteceria em cima dos paus de uma jangada de piúba.¹³

⁹ Sobre o processo de mudança de nome da Praia do Peixe para Praia de Iracema, em alusão a obra do cearense José de Alencar. (SCHRAMM, 2001).

¹⁰ Aqui utilizo o conceito de *campo de possibilidades* a partir de Gilberto Velho (1999), compreendendo-o no sentido das alternativas extraídas do mundo social que acionam o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura.

¹¹ Essa propaganda do Estado e a ideia de que os pescadores se percebiam no centro do cenário político são discutidas por Maria Helena Capelato (1998).

¹² Sobre esse assunto, (MARAMBAIA..., 1942).

¹³ A jangada de piúba, ou jangada de paus, era a embarcação utilizada na época para a pesca artesanal. Por volta dos anos de 1950, começa a ser substituída pela de tábuas, que possui um pequeno convés.

A aquisição do domínio da leitura e da escrita se explica, em parte, por essa compreensão dos jangadeiros a respeito das demandas sociais. Entretanto, Jacaré queria ir além disso! Ele estava decidido a não apenas realizar a ousada viagem de caráter reivindicatório e de reverência ao Estado, encarnado na figura do presidente, como também registrar os principais momentos da travessia: ele seria “O Pero Vaz de Caminha da Jangada São Pedro”.¹⁴

Com quantos paus se faz uma jangada? A rede paternalista e os preparativos da viagem

Tão logo a notícia da viagem chegou ao domínio público, os jangadeiros passaram a acionar a rede de relações, composta por autoridades civis, políticas e religiosas, em que estavam envolvidos cotidianamente, a fim de obter os meios materiais para a concretização do *projeto*.¹⁵ Os primeiros “amigos” procurados foram alguns jornalistas dos Diários Associados no Ceará, redatores dos jornais *Correio do Ceará* e *Unitário*, que, após saberem da intenção dos pescadores, se comprometeram em fazer o “patrocínio jornalístico” da viagem, que, dentro da linguagem de época, passou a se chamar *raid*.

Ora, a leitura que fizeram do *campo de possibilidades* que se colocava para a efetivação de suas demandas foi engenhosa e perspicaz, demonstrando que faziam alguma ideia do efeito simbólico que uma viagem de jangada causaria. Parece claro que a intenção de presentear a Escola e por extensão o presidente da República e sua esposa escondia um propósito mais ousado. Eles também achavam que, através dela, poderiam “demonstrar a coragem e o arrojo” dos jangadeiros cearenses,¹⁶ correspondendo, assim, à representação da figura do trabalhador na ótica do Estado Novo.

Essa importância simbólica da viagem, percebida pelos pescadores e pelos jornalistas, em parte explica a insistência com que os jangadeiros defenderam essa intenção, contrariando as orientações, que, em nome de uma maior segurança, sugeriam que as demandas fossem enviadas pelo correio, ou em uma viagem de navio. O jornal cearense *Correio do Ceará*, entre agosto e início de setembro, deu conta da polêmica em torno da demora da emissão de autorização para a realização da viagem de jangada. O que estava se insinuando, claramente declarado na matéria “Escândalos

¹⁴ Jacaré registrou em seu diário que, em Natal, na hora das bebidas um “doutor”, sabendo que era ele que estava escrevendo o “diário de bordo”, propôs um brinde exclamando: “salve o Pero Vaz de Caminha da Jangada heróica”. Intrigado, o jangadeiro perguntou: “salve quem, homem? Após o tal doutor repetir, Tatá emendou: “esse não veio, não senhor” ver DIÁRIO DOS JANGADEIROS. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura, 2004. p. 191. Edição fac-similar.

¹⁵ A noção de projeto dá conta da “performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”. Isso pressupõe uma carga de racionalidade que orienta a ação dos indivíduos, portanto, de seus projetos. (VELHO, 1999).

¹⁶ *Jornal Correio do Ceará*, Fortaleza, 21 de agosto de 1941, p. 5.

na Pesca”, de 10 de setembro de 1941, é que algumas entidades locais temiam as denúncias a serem feitas pelos pescadores.

Após intervenção do capitão dos portos do Ceará, Henrique César Moreira, e do interventor federal, Menezes Pimentel, o Ministro da Marinha Mercante, senhor Aristides Guilhen, decidiu autorizar a viagem, mediante a assinatura de um documento pelo qual os quatro pescadores eximiram as autoridades de qualquer responsabilidade por quaisquer acidentes que viessem a sofrer.¹⁷ Ressalte-se que, na carta enviada pelo capitão Henrique César ao ministro da Marinha, foi enfatizado que o *raid* era uma atividade “puramente esportiva”, fato assinalado também no documento que assinaram mestre Jerônimo e Mané Preto, representando os quatro pescadores.

Em conformidade com o telegrama recebido pelo Dr. Menezes Pimentel, d.d. Interventor Federal, em que o exmo. Sr. Ministro da Marinha considera indispensável a declaração escrita perante essa Capitania, de que a prova esportiva do “raid” em Jangada Fortaleza-Rio, é feita espontaneamente e de responsabilidade exclusiva dos respectivos pescadores, vimos com o presente declarar que se trata de um movimento espontâneo, ficando essa capitania e quem quer que seja exonerado de qualquer responsabilidade sobre o bom ou mal êxito, desastres ou quaisquer imprevistos que nos possam acontecer. Confiamos em Deus e no Padroeiro dos pescadores que levaremos ao Presidente da Republica a prova do nosso destemor e arrojo de pescador nortista.

Eles assumiam todos os riscos. Enxergavam o risco e os sacrifícios que teriam de passar para chegar até o Rio desse modo. Apesar de contarem com a experiência e a habilidade, já comprovadas, de mestre Jerônimo, o comandante da São Pedro, não sabiam quando, de fato, chegariam: teriam de enfrentar mais de 1.500 milhas em mar aberto, enfrentando todas as adversidades da natureza, temporais, falta de ventos, tubarões e o que mais estivesse por vir.¹⁸

Estavam dispostos a ir de jangada e ela teria o nome do padroeiro dos pescadores, São Pedro. Sabiam que era esse o *capital* – recurso de poder utilizado como trunfo em uma dada *negociação da realidade* (BOURDIEU, 1989) – de que dispunham para o encontro com o presidente: presenteariam o Estado Novo e Vargas com a coragem e a fibra dos homens do mar. Domando ondas, “desafiando as tempestades e rindo da morte”, seguiriam os “herdeiros de Dragão do mar” em seis paus de piúba, pela costa brasileira. (MOREL, 1941, p. 2).

¹⁷ Esse documento foi transcrito no *Jornal Unitário*, Fortaleza, 14 de setembro de 1941, última página.

¹⁸ Segundo o navegador brasileiro Amir Klink, a jangada de velas é ideal para a navegação em alto mar. O problema de uma viagem como essa era a falta de conforto e a ausência de instrumentos de localização. Ele assegura ainda que essa era uma viagem que gostaria de fazer, se pudesse contar com a habilidade de um bom mestre de jangadas. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 8, jun. 2004.

Os custos da viagem aumentavam com essa decisão, pois eles teriam de mandar confeccionar uma jangada especificamente para esse fim. A madeira da embarcação custava caro, vinha importada do Pará, tornando, por isso, bastante custosa sua aquisição. Jacaré, em suas declarações aos jornalistas no Rio, enfatizou que, no caso da São Pedro, adquirida por 1:640\$000, o gasto com a importação da madeira representava 1:100\$000. Informava o abusivo preço da jangada para demonstrar a impossibilidade dos próprios jangadeiros de a possuírem, ficando, por isso, subordinados aos proprietários das embarcações.¹⁹

A ampla rede de relações dos jangadeiros foi mobilizada para a concretização da viagem. Se, na obtenção da autorização, foi decisivo o apoio do interventor Menezes Pimentel e da imprensa, agora essa rede se ampliava para a obtenção dos meios materiais necessários para custeá-la. Além dos jornalistas dos Diários Associados, o padre da paróquia, a presidente da Associação de São Pedro da praia de Iracema, convertida em “madrinha do *raid*”, os presidentes de clubes da praia de Iracema, comerciantes e cidadãos prestaram sua ajuda, amplamente divulgada pelos jornais, à viagem dos jangadeiros.

Em 14 de setembro, quando “soprava um bom Nordeste”, a jangada São Pedro foi lançada ao mar, comboiada por inúmeras outras pequenas e grandes jangadas, tripuladas por outros pescadores, os “irmãos de palhoça e de sofrimento”, nas palavras de Jacaré, em nome de quem os jangadeiros iriam falar.

Entre “festas, falta de vento, tubarão e temporal”: o aprendizado de classe

A bordo da São Pedro, além de todos os apetrechos comuns a esse tipo de embarcação, constavam dois cadernos de anotações.²⁰ Em um deles, o agora alfabetizado Jacaré descreveria, entre outros momentos da viagem, a cena da partida da embarcação, fazendo referência aos outros pescadores que comboiaram a São Pedro até a ponte do Mucuripe. A existência desse caderno de notas comprova que, realmente, o interesse de Jacaré em narrar à viagem Fortaleza-Rio se concretizou. Sua experiência de cidadania, amplificada pela viagem, extrapolava assim a expressão oral, que será tantas vezes acionada nos discursos que proferirá durante o *raid*, especialmente na capital federal, alcançando o nível do registro escrito. Uma certa consciência histórica, presente no entendimento da importância da

¹⁹ A São Pedro foi construída pelo operário cearense Francisco Altino, medindo aproximadamente 30 ½ palmos de comprimento por 8 palmos de largura. *Jornal Unitário*, Fortaleza, 14 de setembro de 1941.

²⁰ Esses registros receberam uma publicação em *fac-símile*, por esse motivo, farei referência nesse texto apenas a essa obra, desconsiderando o original do *Livro do raid*, hoje acervo do Museu do Ceará, em Fortaleza e as publicações do caderno de notas de Jacaré, transcrito nos jornais do Rio de Janeiro e de Fortaleza (*Diário dos Jangadeiros*, 2004, p. 191).

viagem e da crença de que extrapolaria a época de sua realização, talvez explique sua intenção. Seu registro inicial descreve a cena da partida:

Fortaleza, 14 de Setembro – o doutor Pimentel, que é interventor, veio nos cumprimentar e os meninos da Colônia Z-1 cantaram um hino muito bonito. [...] As nove em ponto quando soprava um bom Nordeste empurramos a jangada pra dentro d'água. Ia começar a nossa grande aventura. O samburá cheio de coisas, a barrica cheia d'água e nossos corações cheios de esperança.²¹

Nesse caderno, escrito por Jacaré e por outros companheiros alfabetizados com quem topou ao longo da costa brasileira, encontramos a marca daquilo que Paul Zunthor chamou de oralidade mista, mescla do universo letrado com o oral. A escrita, como no caso do caderno de Jacaré, está marcada pela força do discurso oral, como se os sentidos e os gestos estivessem presentes nos termos e palavras ao dispor do narrador. Elas exemplificam, comparam, têm forte apelo da emoção e ensaiam uma performance, como uma cena teatral. Descrevendo o estado emocional do companheiro Tatá na partida, o narrador anota que o companheiro estava com “cara de acompanhador de procissão do Senhor Morto” [...].

A oralidade mista se configura naquelas situações, pois no universo cultural desses homens pobres havia pouco espaço cotidiano para a agilização de uma comunicação escrita. Jacaré e seus companheiros percebiam na aquisição da escrita uma ferramenta de cidadania e de luta por direitos, mas o trânsito da oralidade para a escrita era dificultado pelo peso que a primeira forma imprimia na segunda expressão. Daí Jacaré escrever exatamente como se estivesse falando.

Mas, na jangada, também havia outro caderno. As primeiras páginas já estavam preenchidas, com uma bela letra, onde se lê no cabeçalho: *Raid em jangada Fortaleza-Rio, setembro de 1941*. Foi idealizado pela diretora da Associação de São Pedro da Praia de Iracema para ser o registro oficial da viagem dos quatro jangadeiros; era a memória oficial em construção. Mais do que o feito dos jangadeiros, era a celebração do Estado, da Nação, dos benfeitores do *raid* e da Igreja Católica que se queria celebrar. Após nomear todos os apoiadores da viagem, essas primeiras páginas assim se encerram:

Deus, que favorece as causas nobres, nos auxiliará nessa arrojada jornada, para que demonstremos ao grande e imortal brasileiro que é o Dr. Getulio Vargas, o quanto pode o destemor, o arrojo e o patriotismo do jangadeiro cearense, que deseja ver o Brasil forte e unido, livre e altaneiro como o seu digno presidente.²²

²¹ Ibid., p. 187.

²² Ibid., p. 38.

Em cada ponto de parada, uma autoridade era solicitada para deixar suas impressões sobre a viagem e sobre os jangadeiros. Professores, inventores, padres, militares, enfim, autoridades diversas ao longo da costa brasileira, no trecho Fortaleza-Rio de Janeiro, imprimiram sua marca no livro oficial do *raid*. Em quase todos esses escritos, são ressaltadas as qualidades físicas e morais dos jangadeiros, que aparecem confundidos com as qualidades da nação e do presidente da República. No Rio de Janeiro, ponto final da viagem, o cardeal arcebispo Dom Sebastião Leme escreve:

Acabo de receber a visita dos bravos pescadores da “Jangada São Pedro”. Parecia-me estar vendo e ouvindo a própria alma da nacionalidade, naquilo que ela tem de mais brasileiro e cristão: fé viva, bravura física e moral, simplicidade feita de mansidão e doçura. Abençoe Deus os valentes jangadeiros, heróis da pobreza, lutadores do mar, florões da raça e da fé! Para eles, suas famílias e sua classe, com a admiração do Brasil, invoco a proteção, assistência e justiça que, em nome de Deus e da Pátria lhe são devidas.²³

A viagem demorou 61 dias, entre a permanência no mar e paradas em terra onde ficavam hospedados em lugares estabelecidos pela Capitania dos Portos de cada localidade. Antes da partida dos pescadores, o comandante da Capitania dos Portos do Ceará telegrafou aos representantes da entidade ao longo da costa brasileira solicitando que fosse dado apoio aos pescadores e (não menos importante) notícias sobre o andamento do *raid*.

Esse apoio foi maior do que o esperado pelos jangadeiros. Em cada porto, em cada parada, autoridades civis, militares, religiosas e políticas esperavam festivamente os quatro tripulantes da São Pedro. Mas houve um lugar, “duas léguas” antes de chegarem a cidade de Marco, como assinalou Jacaré em seu caderno de notas, que a recepção calorosa não apareceu, o que levou Tatá a concluir que “desgraça pouca é tiquim”.

Indagamos se aí existia algum representante da Colônia e responderam que existia sim. Era o capataz. Falei com este e verifiquei que o mesmo não cumprira o telegrama do Capitão dos Portos. Passamos momentos bem desagradáveis nesse lugar. Não encontramos apoio de ninguém. Nem o padre estava lá: tinha ido confessar uma velha que há duas semanas estava entregando a alma a Deus. O Jerônimo disse pra mim: – Começou a urucubaca da miudinha. E então Tatá saiu com esta: – Desgraça pouca é tiquim.²⁴

Apesar de parte da viagem, pelo menos na permanência em terra, ter sido tranquila e festiva, no mar os jangadeiros tiveram de enfrentar fortes tempestades, a companhia de baleias comboiando a embarcação em

²³ Ibid., p. 106.

²⁴ Ibid., p. 189.

alguns trechos, ou ainda falta de ventos, o que, para a jangada, movida a vela, era um grande prejuízo e significava, para os jangadeiros, o esforço de ter de remar em alto mar por várias horas. Além do mais, ficavam expostos a sol e chuva o tempo todo, pois a jangada de pau não possui qualquer convés, ao contrário da de tábuas, que substituiu esse tipo de embarcação. Quando algum pescador precisava descansar, tirar um sono em alto-mar, tinha de fazer como mestre Jerônimo, registrado por Jacaré em seu caderno: “pra descansar o Jerônimo arriou um pouco e foi descansar na corda”. Jacaré queria dizer que o jangadeiro dormia amarrado para não cair no mar desprevenido.

No direcionamento da jangada, os jangadeiros só contavam com a experiência e habilidade de mestre Jerônimo e dos demais tripulantes que auxiliavam no comando da embarcação. Durante a viagem, eram constantemente indagados por jornalistas e curiosos sobre os equipamentos técnicos, como bússola ou carta de navegação. Gozavam com as caras espantadas e diziam, orgulhosos, como Tatá em resposta ao jornalista do *Diário da Noite*:²⁵ “a bússola só serve pra atrapalhar a gente [...] cada porto tem uma estrela pra guiar os jangadeiros”. Jacaré assinalou em seu diário “a cara de bocó” de um repórter de Maceió e registrou vaidoso: “a gente se guia pelas estrelas e deixa o vento fazer o resto”.²⁶

Entre festas, temporais, falta de chuvas e tubarões, algo não esperado sucedeu aos quatro jangadeiros da São Pedro. Em cada parada, além do aparato oficial já previsto, topavam com outros pescadores pobres que dividiam com os da São Pedro o pouco que tinham em suas choupanas, além de compartilharem as mazelas que Jacaré e os outros perceberam como não sendo muito diferente das privações enfrentadas pelos pescadores do Ceará. Era o aprendizado político que se realizava através dessas experiências de vida e dos relatos do sofrimento coletivo que fez brotar nos tripulantes da São Pedro a consciência de uma identidade de classe.

Jacaré registrou no primeiro trecho da viagem, Fortaleza-Natal, alguns contatos com pescadores. Já em Barrinha, ainda no Ceará, foram recebidos pelo presidente da colônia Z-7 e por capatazes. Em Macau, a São Pedro foi guarnecida de “farinha, carne seca e rapadura”, presente de pescadores da região. No caminho de Maxaranguape, ainda em território riograndense, vítimas de um vento que os fez “sofrer” muito, os pescadores encostaram a jangada numa “biboca” e foram acolhidos pela pobre família do pescador Antônio Odorico. Jacaré anota em seu caderno que, chegando na casa, a mulher do pescador disse: “casa de pobre, onde comem seis, comem dez”. Feliz com a solidariedade recebida, mestre Jerônimo cochichou baixinho: “se a gente encontrar em toda a viagem gente boa como esta, a viagem será uma beleza”.²⁷

²⁵ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1941.

²⁶ *Diário dos Jangadeiros*, op. cit., p. 199.

²⁷ *Ibid.*, p. 190.

Na Bahia, onde Jacaré, Tatá, Mané Preto e Jerônimo passaram bons bocados em terra, usufruindo do conforto proporcionado por “gente graúda”, também o contato com os irmãos de palhoça e de sofrimento fizeram tornar mais clara a identificação de classe. Em seu diário, registram o contato com o pescador “Guilherme de tal” (tratava-se de Guilherme Lopes Bitencourt), que os levou até a sua casa onde compartilharam um arroz de peixe preparado à moda da terra, com muita pimenta e azeite de dendê. Aos jornalistas dos Diários Associados, Jacaré revelava já estar convencido de que a pobreza, que achava ser apenas dos pescadores do Ceará, era compartilhada pelos pescadores de todo o “Norte”.

Quando sai de Fortaleza pensava que só fossem pobres os jangadeiros do Ceará, mais comprovei que pobres são, também, os pescadores dos outros estados os quais não tem casa, nem remédio, nem escolas. Eles me pediram e eu levo mensagens suas para o presidente Getúlio Vargas solicitando auxílio para a classe. Hoje já não somos mensageiros apenas dos pescadores do Ceará. Somos mensageiros dos pescadores de todo o Norte.

Mas foi na saída da Bahia que os pescadores enfrentaram as maiores adversidades na permanência em alto-mar, em virtude de um forte temporal: “mar brabo, muita chuva e muito vento” até Canavieiras. Mas a solidariedade recebida em terra pelos pescadores de Atalaia parece ter amenizado o sofrimento. Jacaré assinalou com toda a força de sua escrita performática o empenho espiritual da comunidade de pescadores desse local:

O temporal foi em Canavieira. Era quatro horas da tarde quando começou o temporal. Não deu tempo nem de nós chegar na costa e então a chuva e o vento batia e ai passemos o resto da tarde até o outro dia, até as 9 hora da manhã, quando o tempo miorou. Chegando na Praia de Canavieira dirigi-me aquela povoação e uma senhora me disse que “aqui ninguém dormiu”. Mas por que? “Porque todo mundo está fazendo promessa para que nada acontecesse aos jangadeiros”. Uma muié passou a noite dando uma surra no filho para que ele rezasse por nós.

Enquanto os jangadeiros enfrentavam o mar para chegar até a capital da República e ao mesmo tempo se reconheciam enquanto classe, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do governo Vargas, encomendava ao cineasta Rui Santos um filme sobre os jangadeiros. Em outubro de 1941, *A Jangada Voltou Só* começou a ser filmado em Fortaleza, tendo no papel principal de um jangadeiro o jovem Dorival Caymmi, cuja música foi escolhida para dar título à película.

De Vitória, no Espírito Santo, os jangadeiros aportaram na praia das Conchas, em Macaé, em vez de Cabo Frio, como era a intenção inicial, não fosse um erro de cálculo. Foi nessa parada que encontraram pela primeira

vez o jornalista cearense, radicado no Rio, Edmar Moral, que fora encarregado pelos Diários Associados de levantar detalhes da viagem dos jangadeiros do Ceará para a revista *Diretrizes* e para os jornais do grupo. Nessa conversa, Jacaré esclareceu aspectos escritos em seu caderno e o doou ao jornalista, que passou a chamá-lo e divulgá-lo como “O Diário de Bordo da Jangada São Pedro”.

Nessa conversa com Morel, o tom festivo é arrefecido e em seu lugar os jangadeiros começam a tecer sérias denúncias sobre aquilo que consideravam como responsáveis pela miséria e falta de assistência em que se encontravam, elementos da consciência de classe que a viagem proporcionou. Apontavam a pressão exercida pelos proprietários de jangadas, que, valendo-se do fato de os pescadores, em sua maioria, não possuírem jangadas, cediam a embarcação e em troca exigiam metade do pescado, pelo sistema de “meia”. Para os jangadeiros, a repartição era desigual, pois um único homem, justamente aquele que não se arriscava na captura do pescado, os que “ficavam de papo pro ar”, na fala dos pescadores, ficava com a metade de tudo que era pescado, enquanto quatro ou cinco homens dividiam a outra metade.

As outras denúncias se referiam à Federação dos Pescadores do Ceará, que não estava repassando o imposto municipal de 5%, que recaía sobre o pescado, para as colônias. Jacaré revela ao jornalista que havia sido preso justamente porque exigiu o repasse imediato do tal imposto. Também denunciariam a prática dos *currais*,²⁸ que privatizavam áreas de pesca, além de aprisionar várias espécies de peixes que procuravam a costa em demanda dos rios para desovar, impedindo, desse modo, a reprodução. Mas essas eram apenas algumas das denúncias dos jangadeiros. Aos ministros de Vargas e ao próprio presidente havia mais coisa a ser falada. (ABREU, 2007).

Ombro a ombro com o presidente da República: o Estado getulista e os pescadores da São Pedro

A chegada dos jangadeiros ao Rio de Janeiro, a exemplo do que ocorreu ao longo da costa brasileira, não foi surpresa para as autoridades do Estado Novo, nem para a sociedade da capital federal. Desde o início do mês, o gabinete do ministro do Trabalho havia assegurado o apoio do Estado, através daquele ministério, à iniciativa dos jangadeiros, patrocinando a recepção calorosa pelas “classes trabalhistas cariocas”.²⁹

Em ofício de 12 de novembro, o então diretor do Departamento Nacional do Trabalho, senhor Luiz Augusto do Rego Monteiro (1941), escrevia ao major Filinto Muller, chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro,

²⁸ Essa prática figurava como proibida no Código de Pesca, do tempo de Vargas, através do decreto-lei n. 794, de 19 de outubro de 1938.

²⁹ O telegrama vinha assinado pelo sr. Maciel Pequeno, chefe do gabinete do ministro do Trabalho, em resposta à consulta feita pela senhora Mariinha Holanda, diretora da Associação de São Pedro da Praia de Iracema.

justificando a razão do apoio do ministério aos jangadeiros, ao mesmo tempo que pedia a “colaboração” daquele departamento a fim de garantir que a recepção festiva transcorresse dentro da ordem.

Considerarei adequado o motivo e conveniente a oportunidade para, em torno de uma Idea e de um feito acessível à inteligência e ao sentimento dos trabalhadores, promover uma grande demonstração nacionalista no sentido de comover a consciência cívica do proletariado. Esse objetivo está sendo plenamente alcançado pelo entusiasmo com que entidades sindicais assumiram a iniciativa do movimento. (MONTEIRO, 1941)

O evento público de massa era comum na prática política do governo Vargas como momento por excelência de estímulo à “consciência cívica”, buscando alcançar o campo dos sentimentos dos trabalhadores. Eram rituais de culto à Pátria, de expressão de nacionalismo que o Estado não poderia desperdiçar. Nesse sentido, receber condignamente os jangadeiros, que, se sabia, trariam demandas de políticas sociais, significava, dentre outras coisas, promover um ritual que demonstrasse a adesão dos trabalhadores à política do Estado e, ao mesmo tempo, que celebrasse a relação entre Estado e trabalhadores inaugurada com o período Vargas. A data, mesmo não recaindo no aniversário da ditadura, ainda era propícia para aquilo que Eliana Dutra (1997) denominou “espírito cívico”.

De fato, a recepção à “jangada cabocla”, como chamou um jornal carioca, foi esfuziante. A jangada e os quatro homens desfilaram sobre um caminhão pelas ruas da capital, sob um céu de papéis picados, com os curiosos se espremendo para vê-la passar. Entidades de classe, com suas bandeiras, saudavam entusiasmados os pescadores, respondendo com esse entusiasmo à propaganda oficial, veiculada em várias notícias e matérias que assaltavam cotidianamente a população carioca. O jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, resumia o episódio declarando que “foi uma verdadeira apoteose”. Na primeira parada da comitiva de recepção e dos recém-chegados trabalhadores, na Praça Mauá, discursaram Gastão Penalva, pela Confederação dos Pescadores do Brasil, Luis Augusto do Rego Monteiro, do Departamento Nacional do Trabalho, os presidentes das Federações e Sindicatos de Trabalhadores do Distrito Federal e Manoel Olímpio Meira, o Jacaré, orador oficial da São Pedro.

Naquele mesmo dia, o presidente, alguns de seus ministros e membros do Estado encontraram os pescadores na residência oficial, o palácio Guanabara, que é aberto para o ingresso da multidão que se espremia do lado de fora. Foi justamente aí que Jacaré ficou “ombro a ombro com o Chefe do Estado”. Ao radialista da rádio *Cruzeiro do Sul* e a outros jornalistas com quem conversou, o jangadeiro expressou sua emoção com aquele encontro e revelou que, por alguns momentos, na conversa ombro a ombro, esquecia que Vargas era o chefe da Nação, tomando-o por um

camarada. Declarou orgulhoso e atrevido que “na voz de dizer a verdade, eu lasquei o verbo pra cima”. Em certos momentos, o presidente esboçava um leve sorriso, o que para o jornalista do *Diário da Noite* se devia ao jeito simples e rude do pescador. Para Jacaré, “o doutor Getúlio achou muito graça quando eu disse que urubu vive mais feliz do que a gente. O urubu tem a casa deles nas palmas dos coqueiros. E nós?”

Nesse encontro, Jacaré entregou ao Presidente o memorial³⁰ contendo algumas das reivindicações da categoria. A estrutura desse documento sugere que foi escrito ou teve a redação finalizada por alguém que tinha o pleno domínio da linguagem escrita, o que não era o caso, como pudemos ver, de nenhum dos tripulantes da São Pedro. Entretanto, o conjunto de reivindicações é coerente com as demandas expressas pelos pescadores ao longo dos preparativos da viagem e de sua realização. O documento inicia com a manifestação de simpatia e reverência dos pescadores ao presidente e ao Estado, explicitando o sentido que conferiam à reivindicação realizada através de uma jangada. “Quiseram (os jangadeiros do Ceará) que a jangada de que se servem diariamente para conquistar com perigo de vida o pão para si e para os seus fosse o veículo natural para essa manifestação de reverência e simpatia.”

Depois de traçar um perfil dos jangadeiros, elencando as qualidades físicas e morais daqueles trabalhadores, condizentes com aquelas enfatizadas no discurso das autoridades do Estado, o memorial passa a tocar nos direitos sociais, pretendendo com reverência “lembrar” ao presidente que os pescadores do Ceará ainda não tinham sido beneficiados com tais medidas, estando, como lembrou Jacaré, em situação pior que os urubus. Como outros trabalhadores do Brasil, analisados por Jorge Ferreira (1997) através das cartas enviadas à presidência, o tom das denúncias e dos pedidos era sempre de demonstrar o desconhecimento do presidente em relação à situação narrada e a confiança de que a situação seria sanada tão logo fosse conhecida. Segue o memorial:

Confiando inteiramente em v. exa., sr. Presidente, os pescadores do Ceará nos mandaram aqui para saudando v. exa. lembrar-lhe também que os sentinelas avançadas do litoral nortista ainda não foram devidamente amparados pelas leis sociais que v. exa. tem promulgado para bem da coletividade nacional. Não possuem os homens que labutam nos v. perigos da pesca o seu instituto de aposentadoria e pensões, não sabem o que sejam férias nem licença com remuneração, não podem almejar possuir uma casinha em que abriguem a numerosa família. Os pescadores cearenses habitam em casas de palha e, por falta de um órgão controlador das suas atividades, o produto do seu trabalho mal é suficiente para o sustento de uma vida miserável. Os pescadores cearenses não conhecem o mais mínimo sinal de conforto na vida, seja familiar, seja social, seja profissional.

³⁰ Esse memorial está transcrito no *Jornal Unitário*, Fortaleza, 26 de novembro de 1941.

E este abandono ainda persiste porque não é do conhecimento de v. exa., estamos certos. E foi para que não mais continuasse tal situação que nos abalamos até aqui, vencendo os tropeços de uma travessia perigosa e fatigante. Queríamos, por um lado, dar uma demonstração do quanto vale a fé, a coragem, o desprendimento do pescador cearense. E, por outro, conseguir a atenção de v. exa. Para esses problemas que pedem uma solução por parte do estado.”

O tom desse documento é de reverência ao presidente, que personifica o Estado, reafirmo, mas dá mostras de que os trabalhadores da pesca estavam demandando algo que extrapolava a esfera privada dos favores, presentes na vida cotidiana e no contato com os “amigos graúdos”, na rede paternalista em que se inseriam. Estavam demandando direitos sociais, políticas de assistência e amparo a uma categoria. Mas, é preciso que se diga, que iam “pedir direitos”, o que está absolutamente coerente com o *campo de possibilidades* que se lhes apresentava, marcado ainda pelo paternalismo que, de algum modo, fazia parte de sua leitura do mundo. No Conselho Administrativo do Instituto dos Marítimos, onde Jacaré foi convidado a se pronunciar, essa compreensão do sentido político de “pedir direitos” é explicada de modo claro e sincero:

Eu não sei o que diga – afirma Jacaré – quando ouço dizê que dessa grande casa tem um pedaço que pertence a nós jangadeiros do Norte. Eu não sei o que diga quando ouço fala por todo o mundo que está aqui presente que nós jangadeiros, temos algum direito e *podemos pedir esse direito...* Saindo da Praia de Iracema, com o coração partido – continua Jacaré – despedindo dos nossos filhinhos que choravam, vocês pensam que nós queríamos somente era vê a capitá bonita? Vocês pensa que nós queria goza? Não. Nós saímos de lá porque nós tinha de procurá nossos direitos. Porque todos que aqui estão podem acredita, nenhum dinheiro do mundo me fazia abandona meus fio, para vir até aqui. Mas é que eu me achava esmagado, provocado e nem respeito havia pelo pescador no Ceará... *Quando nós saímos de Fortaleza – diz adiante – vendo ao longe as velas distantes no farol do Mucuripe, nós queríamos vir buscar nosso direito.*³¹ (grifo nosso)

Vale nesse momento lembrar que esses jangadeiros não aceitaram a sugestão de enviar pelo correio as demandas da classe, quiseram ir até o Rio de Janeiro de jangada, enfrentando toda sorte de adversidades, para “pedir esses direitos” diretamente ao presidente, em um exemplo de luta por direitos e de cidadania conquistada. Mesmo considerando o apoio oficial e o uso político que a ditadura getulista fez do episódio, no meu entendimento, foi uma experiência de cidadania “ativa”, valendo-me de

³¹ Jornal *O Radical*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1941, p. 3.

um termo utilizado por José Murilo de Carvalho (2001, p. 110), Lucília de Almeida Neves (1997) e Tânia Regina De Luca (2003, p. 469-493).

Desse modo, quero sugerir que o entendimento das demandas e da relação que os jangadeiros estabeleceram com o Estado deve ser compreendido como uma via “de mão dupla”, como afirma Ângela de Castro Gomes (1988).³²

Advirto, como faz a autora, que as armas de ambos são potencialmente diferentes, mas, desejo enfatizar o lugar dos jangadeiros da São Pedro como sujeitos de suas ações e decisões. Viviam sob uma ditadura, esse era o marco ou o *campo de possibilidades* enxergado pelos pescadores, mas eles negociaram com a realidade e foram atrás daquilo que entenderam como “pedir direitos”.

A brecha aberta pelo Estado às reivindicações dos jangadeiros foi plenamente aproveitada. Falaram tudo o que queriam, como disse e escreveu Jacaré: “Dei conta do recado direitinho”. O que Jacaré não disse ao “dr. Getúlio”, diria a seus ministros nos encontros posteriores que ocorreram nos 15 dias em que permaneceu na capital da República, ou falou aos jornalistas. Os jangadeiros foram à Marambaia conhecer a escola de pesca modelo do estado, e participaram de uma pesca em um moderno barco a vapor. Participaram de uma verdadeira procissão cívica, visitando certos monumentos a vultos ilustres selecionados pelo Estado como representantes da pátria, como Tiradentes. Enfim, cumpriram uma extensa agenda de visitas a lojas, autoridades, encontros com entidades de classe, entre outros eventos. (ABREU, 2007).

A ditadura se fez sentir em todos esses momentos de estada dos jangadeiros na capital federal. Em toda essa movimentação, os jangadeiros estavam acompanhados de dois funcionários da Secretaria de Segurança Social da Polícia Política de Vargas, que encaminhavam relatórios diários dando conta de todos os seus passos, o que levou o jornalista que acompanhou os pescadores da São Pedro desde a praia das Conchas, Edmar Morel (1999), a escrever, em suas memórias, que os quatro jangadeiros eram vigiados “até os dentes” pela polícia do presidente. Era o outro lado da política de Vargas em relação aos trabalhadores do Brasil...

No encontro de “ombro a ombro”, o presidente falou longamente sobre sua política social de assistência e valorização do trabalho e dos trabalhadores brasileiros. Três dias após o encontro no palácio Guanabara, assinou um decreto-lei incorporando os pescadores ao sistema de aposentadoria e pensão dos marítimos, o que levou um jornalista carioca a escrever com exagerado entusiasmo que era a “carta de alforria dos pescadores brasileiros”, “arrancada das mãos do presidente” pelos jangadeiros do Ceará. Mesmo impressionados com a rapidez das medidas governamentais, os jangadeiros declaravam precavidos aos jornalistas que “aquele decreto, se

³² Ver também FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história, debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

for cumprido, pra nós é um colosso”. Apesar da confiança no presidente, os jangadeiros sabiam que havia uma distância entre a lei e seu cumprimento. Sabiam que mais luta estaria por vir.

Voltando ao Ceará, mais festas e homenagens esperavam os jangadeiros. Passado o entusiasmo do retorno, a luta cotidiana voltou a ocupá-los, agora cada vez mais empenhados em ver o tal decreto, a “carta de alforria”, ser cumprido. Mas os limites da legislação social daquele momento prevista para o trabalho formal e urbano não combinava com as características próprias das atividades dos pescadores artesanais. Assim, Jacaré e os outros tiraram mais dividendos simbólicos do que reais daquela viagem, exercitaram a cidadania naquilo que entendiam como “pedir direitos”, foram reconhecidos pela sociedade e pelo Estado como trabalhadores brasileiros e entenderam que o drama social não era exclusividade de um recorte regional e sim de um recorte de classe.

Um ano depois da primeira viagem, aquele novelo embaraçado que uniu em um mesmo tempo quatro pescadores, autoridades, pescadores do litoral brasileiro, jornalistas e o presidente Getúlio Vargas, agora também era acrescido do notável cineasta americano Orson Welles. Sabendo, ainda nos Estados Unidos, do *raid* da São Pedro, e impressionado com a coragem e bravura daqueles que considerava os verdadeiros heróis americanos, o ousado diretor resolve filmar a saga daqueles heroicos pescadores. Por ironia do destino, a destemida jangada, que havia enfrentado ondas fortes, temporais e tubarões, sucumbiu a uma forte onda na praia da Barra da Tijuca, na reconstituição das cenas da chegada ao Rio de Janeiro. No acidente, morreu Jacaré, justamente aquele que havia se notabilizado como o líder político dos pescadores do Norte.

Mas a morte do cidadão Jacaré não arrefeceu o afã dos pescadores em se utilizar da viagem em jangada como estratégia política de denúncia e de luta por direitos. Em 1951, 1958, 1967, 1972 e 1993, outras jangadas saíram das águas do Ceará, procurando novos mares. A bordo dessas embarcações outros líderes foram surgindo, enquanto velhas demandas eram insistentemente reclamadas. Como trunfo de negociação, os jangadeiros lançavam mão da coragem, aquela qualidade que os faziam enfrentar o mar, vencer ondas e todo tipo de tempestade. Como disse ao jornalista o pequeno pescador Augusto, de 11 anos de idade,³³ ao comentar o feito de Jacaré, Tatá, Mané Preto e Jerônimo:

A gente só pode tá satisfeito com o que fizeram Mestre Jerônimo, Jacaré, Tatá e Mané Preto, eles mostraram o nosso valo e alcançaram a proteção dos graúdos. Papai sempre diz que *jangadeiro é mais home que jogador de futebol*.

³³ Nessa matéria em que falou o pequeno Augusto também falaram outros pescadores, comentando o decreto-lei de incorporação dos pescadores no Sistema de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos. Foi publicado com o título Alvorada de uma nova vida para os pescadores do Brasil. *Jornal Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 de novembro de 1941.

Referências

ABREU, Berenice. *O raid da Jangada São Pedro, pescadores, Estado Novo e luta por direitos*. 2007. Tese (Doutorado em História Social)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ARAÚJO, Nearco Barroso Guedes de. *Jangadas*. 3. ed. Fortaleza: BNB, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter A *escrita da história: novas perspectiva*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 135.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASCUDO, Câmara. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agricultura, 1957.

_____. *Jangada, uma pesquisa etnográfica*. 2. ed. São Paulo: Global, 2002.

DE LUCA, Tânia Regina. Direitos sociais no Brasil. In: PINSK, Jaime; PINSK, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. 2. ed. Campinas: Contexto, 2003.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário, imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história, debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1988.

MARAMBAIA: Escola de Pesca Darcy Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

MONTEIRO, Luiz Augusto do Rego. Ofício n. 165, de 12 de novembro de 1941. Ao Major Filinto Muller chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Polícia Política, Setor Estados - Ceará.

MORAIS, Sérgio Cardoso de. Colônia de pescadores e a luta por Cidadania In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 10., 2001, Fortaleza. Anais... Fortaleza: [s.n.], 2001.

MOREL, Edmar. A epopéia dos jangadeiros cearenses. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, p. 2, 2 out. 1941.

_____. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania: dilemas e perspectivas na República Brasileira. *Tempo*, Niterói, v. 2, n. 4, dez. 1997.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. *Território Livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2001.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

O Brasil cantando a uma só voz: Heitor Villa-Lobos, o músico educador¹

*Mirelle Ferreira Borges*²

Em tempos do ministério Gustavo Capanema, várias características de outros tempos foram superpostas. Muitos projetos desenvolvidos nesse ministério, conhecido pela inovação, contaram com o engajamento e a participação de diversos artistas e intelectuais modernistas que se destacaram na década de 1920. O ministério desenvolveu importantes transformações nas esferas da saúde, cultura e educação. A partir da necessidade de construção de uma mentalidade que expressasse as vontades políticas daquele momento, intelectuais contribuíram com o ideal de nacionalidade que se queria construir.

Diante de contexto tão desafiador, entrou em cena o maestro. O compositor Heitor, de mente efervescente, criou fantásticas histórias que seriam repassadas pelas gerações seguintes e repetidas em diversas páginas da historiografia.³ Heitor Villa-Lobos, o músico educador, desenvolveu na década de 1930 um projeto educacional que pretendia estabelecer o ensino do canto nas escolas, cujo objetivo era despertar o gosto pela música, o civismo e a cidadania.

Antes mesmo dos laços unirem o ministério Capanema aos projetos do maestro, uma geração de intelectuais iniciava a atuação nas políticas públicas estatais. Diversas propostas surgiram e a educação se tornou

¹ Trato, no capítulo, de questões desenvolvidas em minha dissertação de mestrado *Heitor Villa-Lobos, o músico educador*. A dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2009.

² Mestra em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

³ Em 1949, o musicólogo Vasco Mariz publicou a primeira obra biográfica de Heitor Villa-Lobos. Livro que utilizou técnicas literárias, sem comprometimento com as fontes que comprovassem as informações presentes em seu conteúdo. Não nos cabe aqui exigir do musicólogo uma postura de historiador, com suas metodologias específicas. Na realidade, a biografia citada foi escrita em circunstâncias muito especiais, já que o autor teve contato direto com o biografado, sofrendo em alguns momentos fortes pressões de Villa-Lobos. O fato é que muitos trabalhos realizados posteriormente sobre o maestro, pautaram-se em informações da obra de Vasco Mariz e acabaram formando uma verdadeira imagem mitológica do músico, especialmente sobre determinados aspectos de sua vida.

a arena de debates na qual as bases da construção da nacionalidade se consolidariam.

Heitor Villa-Lobos, filho de Raul Villa-Lobos e Noêmia dos Santos Monteiro nasceu em 5 de março de 1887 na rua Ipiranga, bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. O nome Villa-Lobos possui origem andaluza.

O pai de Villa-Lobos, Raul, nasceu no Rio de Janeiro e algumas fontes confirmam sua ligação com a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, participando na medida em que escrevia artigos para jornais gaúchos. Raul foi funcionário da Biblioteca Nacional com o cargo de amanuense. Acusado pelo governo de Floriano Peixoto de subversão, fugiu para Sapucaia, interior do Rio de Janeiro, e depois para Bicas e Santana de Cataguases, em Minas Gerais. Passado o período de turbulência política, Raul foi nomeado chefe da Biblioteca do Senado e deixou como herança para o filho o aprendizado e o gosto pela música. A mãe de Villa-Lobos, Noêmia, era filha e neta de comerciantes portugueses radicados em Friburgo. Desejou para Heitor uma carreira mais “sólida”, como a medicina, o que suscitou conflitos entre mãe e filho.

Como percebemos na trajetória de vários compositores clássicos que se destacaram no cenário da música,⁴ Heitor Villa-Lobos foi educado no contexto de uma família com tradições musicais. A casa de Villa-Lobos reunia aos sábados nomes respeitados na época, e eram tocadas músicas até a madrugada. Através de sua tia Zizinha, “Tuhú”, apelido de Villa, aprendeu a apreciar a obra de Johann Sebastian Bach, compositor que influenciou bastante a sua obra. Segundo biografias escritas sobre Villa-Lobos, com a morte do pai em 1899, ele passaria a tocar seu instrumento preferido, o violoncelo, em teatros e cafés. Aperfeiçoou o estudo do instrumento com o mestre Benno Niederberger. Começou a estudar violão, contrariando a mãe, e a partir de então sofreu a influência de músicos populares, como Quincas Laranjeiras, Anacleto de Medeiros, Irineu de Almeida e José Cavaquinho. A fim de conhecer o Brasil, teria viajado pela Bahia, Espírito Santo e Pernambuco, onde, além das capitais, visitou fazendas, engenhos e vilarejos. Fez um intervalo nessas viagens em 1907 e matriculou-se no curso de harmonia de Frederico Nascimento, no Instituto Nacional de Música (INM), mas em pouco tempo desistiu por conta do dogmatismo dos professores. A partir de então, tornou-se autodidata.⁵

⁴ Temos como exemplos Wolfgang Amadeus Mozart, que foi educado por um pai músico; Johann Sebastian Bach também nasceu em uma família de músicos: Felix Mendelssohn Bartholdy não pertencia a uma família de músicos, especificamente, mas tal família era repleta de professores e figuras importantes nas letras, ciências e nas artes; Charles Gounod era filho de uma pianista, entre outros. Tais informações demonstram a importância do contexto familiar na formação intelectual de músicos.

⁵ São biografias que ostentam tal discurso sobre o contato de Villa-Lobos com músicos populares e a influência de Bach em sua obra: (HORTA, 1987; SILVA, 1974). Além destas, destacamos a biografia escrita por Vasco Mariz.

Logo após a sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922, Villa-Lobos partiu rumo a Paris. Já em 1923, suas peças eram apresentadas na Europa. Consolidada sua carreira no exterior, Villa-Lobos retornou ao Brasil em junho de 1930, realizando vários concertos de conteúdo nacional e patriótico. Segundo Contier (1998), o maestro recebeu o apoio do interventor paulista João Alberto. Tais apresentações se expandiram, chegando então até a 54 cidades, sendo apresentados hinos como *P´ra Frente, Ó Brasil, Meu país e Brasil Novo*. Foram realizadas várias concentrações em diversas partes do Brasil, reunindo 15.000 crianças (1932) no estádio do Fluminense e 60.000 pessoas (1931) no Parque Antártica, em São Paulo.

Villa-Lobos lutou pela institucionalização do canto orfeônico, enviando, em 1932, uma carta para o presidente Getúlio Vargas, onde argumentava a importância da música como veículo para a construção de uma cultura nacional.⁶ Em fevereiro do mesmo ano, o maestro recebeu de Anísio Teixeira o convite para chefiar o Serviço de Música e Canto Orfeônico da capital da República.

O maestro trabalhou então ostensivamente e já em março de 1932 lançara um edital convocando professores para o Curso de Pedagogia de Música e Canto Orfeônico. Participaram da aula inaugural professores do Instituto Nacional de Música e artistas. Já em maio de 1932, criou o Orfeão dos Professores, que desenvolvia atividades como os Concertos da Juventude, voltados para a apresentação da música erudita aos operários e pessoas sem recursos e apresentações educativas, realizadas para pais e alunos. Através do Decreto Municipal número 4.387, o Serviço de Música e Canto Orfeônico, dirigido por Villa-Lobos, transformou-se numa Superintendência subordinada ao Departamento de Educação do Distrito Federal, sendo então denominada Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA).

Com a crise do Estado Novo, Villa-Lobos passou a se dedicar mais à sua carreira internacional, principalmente nos Estados Unidos, onde divulgou a sua música. Compôs para a orquestra New York Skyline Melody, tendo como inspiração a paisagem de Nova York. Recusou-se anteriormente a ir aos Estados Unidos porque não concordava com a Política da Boa Vizinhança. Em 1943, Villa recebeu o título de *doutor honoris causa*, pela Universidade de Nova York. Posteriormente, foi agraciado com o título de *doutor em leis musicais* em Londres pelo Ocidental College. Realizou muitos concertos em Nova York que chegaram a reunir até 10 mil pessoas.

⁶ No conteúdo da carta, Villa-Lobos afirmava: “[...] eficaz de propaganda do Brasil, no estrangeiro, sobretudo se for lançada por elementos genuinamente brasileiros, porque desta forma ficará mais gravada a personalidade nacional, processo este que melhor define uma raça, mesmo que esta seja mista e não tenha tido uma velha tradição [...] mostre Vossa Excelência Senhor Presidente, aos derrotistas mentirosos ou aos pessimistas que vivem não acreditando num milagre da proteção do vosso governo às nossas artes, que Vossa Excelência é de fato o lutador consciente e realizador, tornando, incontinenti, uma realidade o Departamento Nacional de Proteção às Artes.” (CONTIER, 1998, p. 28).

Os anos de vida que Villa teve após a descoberta de sua doença – o câncer – foram marcados pela depuração artística. Desse período são seus sete quartetos em corda, as óperas *Yerma*, baseada em Garcia Lorca, e *A menina das nuvens*, os poemas sinfônicos *Erosão*, *Emperor Jones* e *Floresta do Amazonas*, além das últimas cinco sinfonias que compôs. Só parou de compor no dia de sua morte: 17 de novembro de 1959. Um dia antes de sua morte, foi homenageado no cinquentenário do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, momento de muita emoção para o músico e para Mindinha, sua segunda mulher.

O objetivo do capítulo é o de apresentar o pensamento de Villa-Lobos, em particular seu compromisso com a educação musical. Além de realizar breve análise das principais políticas públicas estabelecidas no ministério de Gustavo Capanema, marcado pela ampla adesão de intelectuais, pretendendo trabalhar com as concentrações orfeônicas. Nesse caso, Villa-Lobos tinha por objetivo desenvolver o senso de coletividade através da música: crianças de escolas públicas se apresentavam em grandes estádios, com a presença de outros estudantes e de autoridades públicas. Na apresentação de hinos patrióticos, Villa-Lobos visava criar o sentido cívico nos estudantes para a integração do indivíduo na coletividade.

O ministério Capanema e as ideias do maestro

O ministério Capanema desenvolveu-se no contexto de expansão do setor público. Em vista dessas necessidades, reformas foram implementadas. A atuação do ministro Capanema estabeleceu políticas públicas específicas nas esferas da saúde, educação, trabalho e cultura. O movimento reformista e nacionalista dos anos 1930 representava rupturas, mas também continuidades em relação aos períodos anteriores.

Segundo José Silvério Horta (2000), desde 1935 estava prevista a realização de uma conferência anual de educação que reuniria o ministro e os principais responsáveis pela educação de cada estado da federação. Através de um decreto, ficou estabelecido que a realização dessa conferência teria como metas a resolução de problemas escolares e extraescolares, com destaque para os problemas concernentes à organização, difusão e ampliação da qualidade do ensino primário e normal, do ensino profissional e à organização da chamada “Juventude Brasileira”.

Adiada diversas vezes, a conferência ocorreu no dia 3 de novembro de 1941. Segundo Capanema, o evento era de vital importância, pois nele seria inaugurado o estudo das principais bases de organização de um programa nacional de educação, o estudo e a avaliação de linhas gerais de organização dos sistemas educativos regionais, a avaliação do ensino profissional e técnico, adequando-se às reais necessidades nacionais, e a promoção das medidas administrativas necessárias ao desenvolvimento da Juventude Brasileira em todas as escolas do país.

O discurso defendido pelo ministro na conferência era o de “educar para a pátria”. Capanema reconheceu os avanços pedagógicos defendidos pelo movimento da Escola Nova,⁷ mas indicou algumas falhas nessa perspectiva educacional. Segundo o ministro, a educação, de forma alguma, poderia ser neutra no mundo moderno; ela deveria colocar-se a serviço da nação. A concepção educacional escolanovista limitava-se a preparar cada homem para conviver entre outros homens, enquanto o ministro enxergava a necessidade de levar os homens à ação, ao progresso.

Com a instauração do Estado Novo, a educação tornou-se um instrumento importante para a promoção do progresso econômico e do desenvolvimento humano. O ministro buscou estabelecer uma definição nítida do papel da União e dos estados na esfera do ensino. Objetivou definir as diretrizes do Plano Nacional de Educação, ressaltando a importância do ensino primário. Para isso, propôs a criação do fundo estadual para a educação primária, com a contribuição do governo federal e dos municípios. Foram criadas taxas especiais e impostos para a constituição desse fundo. Outra proposta lançada foi a da criação de algumas seções especiais em secretarias de educação com o auxílio do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) para a realização de pesquisa e treinamento de profissionais da área.

Em 1933, realizou-se a Conferência Nacional de Proteção à Infância. Como resultado, foi criada a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Na esfera do trabalho infantil, através do decreto-lei número 3.616 de 13 de setembro de 1941, o Estado proporcionou maior proteção ao menor nas relações de trabalho.

Durante o ministério Capanema, foram realizados investimentos ainda no setor da saúde,⁸ no desenvolvimento do cinema nacional e do teatro. Em dezembro de 1937, já no período de implantação do Estado Novo, Vargas criou o Serviço Nacional de Teatro. Essa medida consagrava o reconhecimento, por parte do Estado, de que o teatro era uma expressão da cultura nacional e tinha como objetivo o incentivo e o aprimoramento do teatro brasileiro.

No cenário de efervescência cultural, Villa-Lobos apresentou seus projetos e ideias relacionados à educação e à cultura. Para ele, a música era

⁷ Sobre o movimento da Escola Nova ver (NUNES, 2000).

⁸ Segundo Gilberto Hochman, o ministro Capanema, desde o início de sua gestão, procurou estabelecer uma ampla reforma administrativa nos serviços federais de saúde, em concordância com os ideais do governo Vargas, buscando a formação de uma nova nação e de um novo homem brasileiro, sadio e capaz. Com o estabelecimento das reformas de Capanema na esfera da saúde pública, o território nacional, para efeitos administrativos, foi dividido em oito regiões, sendo cada uma delas ligada a uma Delegacia Federal de Saúde. A função da delegacia era a de realizar a supervisão de atividades necessárias com a colaboração do governo federal, voltada para os serviços locais de saúde pública e assistência médica. Além disso, foi criado o Fundo Nacional de Saúde, que era constituído de recursos especiais para a assistência médico-social, já que a administração local era insuficiente ver (HOCHMAN; FONSECA, 2000).

“fator imprescindível à educação do caráter da juventude”, destacando, em 1937, que há muitos anos a humanidade mostrava desinteresse pelos valores da coletividade (VILLA-LOBOS, 1937). Para o maestro, embora existissem importantes instituições voltadas, naquele momento, para o ensino da música, como, por exemplo, a Escola Nacional de Música, ligada à Universidade do Brasil, a questão da educação popular ainda não havia sido concluída em sua plenitude.

O maestro acreditava que a melhor maneira para formar a disciplina das gerações futuras era o canto coletivo. Compreendendo a música como arte universal, levantou a bandeira da independência da arte musical no Brasil. Segundo Villa-Lobos, a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), do Departamento da Educação da Prefeitura do Distrito Federal era fundamental em tal processo, tendo como função planejar, orientar, cultivar e desenvolver o estudo da música nas escolas primárias, no ensino secundário e nos demais departamentos da municipalidade.

Em Educação Musical, Villa-Lobos (1946) criticou os métodos de ensino da música em sua época, caracterizando-os como incapazes de levar a música a grande número de pessoas. Iniciando as suas considerações, enfatizou a necessidade de se estabelecer a distinção entre música popular e música folclórica, sendo esta última a marca da expansão, o desenvolvimento livre do próprio povo expresso pelo som, uma densa e verdadeira “expressão biológica da raça”.

A educação musical expressaria a sua importância, uma vez que, segundo o maestro, na arte não existia a liberdade sem o controle da consciência. Os sistemas educacionais fracassavam porque os jovens ouviam sem parâmetros, sem referências, tendo a escola então um importante papel na formação de suas consciências.

O estudo de música voltado para a leitura de notas não poderia ser completo. Villa-Lobos apontou como estritamente necessária a busca de seu sentido. O aluno deveria familiarizar-se com os sons antes de ser atrapalhado pelas regras. Além destas questões, Villa enfatizou a necessidade de trabalhar o senso estético coletivo, pois somente quando as pessoas apresentassem o ouvido treinado, educado, saberiam distinguir a música de alma universal da música superficial, acadêmica e vazia.

O maestro destacou ainda que, a partir de 1930, começou a organizar as suas expedições com o objetivo de difundir o que chamava “música pura”. Villa, em companhia de vários músicos virtuosos, apresentava nas excursões a originalidade da música brasileira. Os panfletos e prospectos exortativos foram distribuídos em fábricas, jornais, escolas e academias e lançados por aviões.

As apresentações orfeônicas não eram exibições artísticas ou recreativas. O objetivo era estabelecer a formação da disciplina coletiva da multidão, pois, segundo o maestro, a maioria da população brasileira ainda não compreendia a importância da disciplina coletiva. O resultado já podia ser

percebido através de atitudes cívicas expressadas pelo povo. O canto orfeônico apresentava, então, três finalidades distintas: disciplina, civismo e educação artística.

Em *A música nacionalista no governo Getúlio Vargas*, o maestro destacou a importância que o governo Vargas atribuiu à música como fator de civismo e cultura para a integração da consciência nacional (VILLA-LOBOS, 1946). Segundo o maestro, a música não devia ser considerada um pasatempo das elites ou uma diversão mundana. A música seria a voz da nacionalidade, mostrando “a sua força, a alegria pelo trabalho construtor, a confiança no futuro da Pátria e na grandeza do seu destino”. Havia a necessidade de trabalhar a mentalidade infantil a fim de realizar a reforma da mentalidade das futuras gerações. Para tal, o canto orfeônico se colocaria como um conjunto de fatores educacionais voltados para tal direção porque além de proporcionar uma iniciação à consciência dos ritmos, acordes e melodias, realiza uma verdadeira reforma nas sensações estéticas.

O canto coletivo, além dessas rupturas, predispõe o indivíduo à recusa do individualismo, fazendo crescer cada vez mais o sentimento de coletividade, de pertencimento, de renúncia e disciplina. Proporciona o envolvimento com a chamada solidariedade humana, “que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades” (VILLA-LOBOS, 1946, p. 10), que, aliadas às comemorações importantes de acordo com os acontecimentos marcantes da história do Brasil, se fixam na mentalidade coletiva. O maestro expõe:

Entoando as canções e os hinos comemorativos da Pátria, na celebração dos heróis nacionais, a infância brasileira vai se impregnando aos poucos desse espírito de brasilidade, que no futuro deverá marcar todas as suas ações e todos os seus pensamentos, e adquire, sem dúvida, uma consciência musical autenticamente brasileira. E as gerações novas, tocadas por esse sopro renovador e dinamogênico, colocarão acima de todos os interesses humanos o símbolo sagrado da Pátria (VILLA-LOBOS, 1946, p. 11).

Villa-Lobos posiciona-se politicamente ao lado de Vargas, afirmando que o governo realizou investimentos no sentido de sistematizar todas as energias voltadas para a construção de “um bom sentido nacionalista”, alargando-se além da nova estrutura política, social e econômica. Para ele, o governo Vargas buscou incentivar a vida espiritual do povo brasileiro, além da proteção à infância, à adolescência e à maternidade assegurando o futuro da nação, afirmava o maestro.

Ele enfatizou ainda o declínio que experimentava a educação brasileira antes das reformas estabelecidas no governo Vargas. Tal declínio estaria explícito no ceticismo e no egoísmo da mocidade que não valorizava as tradições, não valorizava a possibilidade de desenvolvimento do Brasil.

As forças intelectuais se encontravam em dispersão e cada vez mais o sentimento do que era nacional se tornava algo secundário. A mocidade não demonstrava então consciência de que possuía a missão de conduzir o Brasil aos seus destinos de grande potência.

Segundo Villa-Lobos, lutando contra tal perspectiva da educação brasileira, o presidente Vargas investiu nos alicerces da nacionalidade, direcionando então esforços para a conscientização da juventude. Para a formação de tal alicerce, o presidente teria aliado, progressivamente, as esferas da cultura musical, o canto coletivo e o plano educacional da escola renovada.

O maestro destacou ainda a ligação entre o que chamou de “Brasil Novo” e a música nacionalista. Em tal abordagem, o Brasil era ainda um país em formação, apresentando então aspectos culturais e étnicos indefinidos. Através das viagens que realizou pela Europa, sentiu a indiferença e a incompreensão da “música racial” no Brasil, marcada pela materialidade das multidões. A partir de 1930, com o advento do “Brasil Novo”, percebera a sua missão de trabalhar pela educação da Pátria, buscando então a institucionalização do canto orfeônico como fator de civismo e de disciplina coletiva.

Villa-Lobos (1946, p. 39) demonstrava entusiasmo com as políticas públicas do Estado. Para ele, uma das características mais marcantes do governo Vargas seria então a visão do futuro. “Todas as suas criações têm um caráter duradouro e transcendem dos limites marcados pelas gestões governamentais, visando uma construção futura.” (VILLA-LOBOS, 1946, p. 39). Em tal contexto, qualquer obra, para ser duradoura, deveria basear-se nas raízes da nacionalidade e a partir da instituição do ensino da música nas escolas, o governo usou com perspicácia uma tendência psicológica do povo brasileiro.

Para o maestro, a música tinha um papel preponderante na formação espiritual dos povos, enfatizando o seu caráter socializador, que rompia as fronteiras das determinações estéticas. O canto orfeônico não deveria, portanto, se limitar a exibições públicas, devendo estar presente na vida escolar, dando suporte à concepção de mentalidade voltada ao sentimento cívico.

Villa-Lobos enfatizou os elos existentes entre a sensibilidade infantil e o folclore. Por isso, as crianças deveriam estudar os compositores clássicos, mas principalmente estabelecer contato com a música folclórica, já que tal estilo as colocaria em contato com o ritmo, sendo envolvidas pela simplicidade. As melodias adequadas então seriam as cantigas de ninar, canções de roda, marchas etc. A assimilação das melodias do folclore desencadearia então a percepção de ressonâncias ancestrais.

As ideias de Villa-Lobos são próprias de um contexto histórico. Em relação à valorização do folclore, as mais altas autoridades que atuavam nas esferas da educação e da cultura brasileira nas décadas de 1930 e 1940

concordavam com a utilização de temas folclóricos na composição erudita. Modernistas como Mário de Andrade, Cassiano Ricardo e Renato Almeida consideravam o folclore a pura e “verdadeira expressão” do povo brasileiro. Tais intelectuais enxergavam nas fontes folclóricas a legitimação do conceito de brasilidade, o que esbarrava também na discussão voltada para a construção da nação brasileira.

Um dos representantes da corrente de folcloristas voltados ao nacionalismo musical foi Renato Almeida. Além dele, outro folclorista, Joaquim Ribeiro, defendia que o folclore não era apenas um estimulador da imaginação, pois através desta manifestação cultural, sentimentos de bondade seriam disseminados, voltados, sobretudo, para a solidariedade humana. A marca ressaltada do folclore seria a imensa capacidade de ensinar com simplicidade a sabedoria das manifestações populares.

Villa-Lobos desenvolvera um projeto educacional voltado para a música com a utilização de temas folclóricos, algo que era bem divulgado em meio à intelectualidade brasileira naquele contexto. Portanto, não havia nada de inovador e nem de extraordinário na ação do maestro. O folclore representava uma eficiente possibilidade de inspiração para a construção da nacionalidade brasileira por apresentar uma linguagem simples, voltada para o cotidiano brasileiro, que ressalta também o passado e as experiências da cultura popular.⁹

Rompendo com a memória construída em torno do Villa-Lobos, com aquela que o aponta como o pioneiro no projeto educacional com a música, é importante salientar que já em 1921, no estado de São Paulo, a atuação de orfeões normalistas era muito comum. Em 1929, Fernando de Azevedo, na época diretor-geral de Instrução Pública, constituiu uma comissão formada por Eulina de Nazareth, Francisco Braga e Sylvio Salema Ribeiro com o objetivo de formular um programa de música destinado aos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal. Ou seja, já existiam projetos de música direcionados ao ensino musical nas escolas antes mesmo de 1930, elaborados, por exemplo, por Francisco Braga na década de 1920. O projeto de Villa-Lobos então representava uma leitura “modernista” do que já se havia iniciado. Ele fora amplamente influenciado por um forte contexto de modernização estatal, reformas sociais e efervescência intelectual, com acentuada atuação do Estado na educação pública.

A elaboração do projeto político-ideológico do Estado Novo, que buscava o convencimento da sociedade para o estabelecimento de uma nova ordem social, recebeu o apoio do maestro. Sobre a formação da consciência nacional brasileira, Villa-Lobos destacou:

Aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e de civismo e integrá-la na própria vida e na consciência nacional – eis o milagre realizado em dez anos pelo governo do Presidente Getúlio Vargas. [...] A intenção

⁹ Ainda sobre a importância do folclore no período ver (VILHENA, 1997).

do chefe de governo não foi a de legar somente ao Brasil uma nova estrutura política, social e econômica. Ao contrário dos antigos regimes, o atual governo procurou coordenar todas as forças diretrizes e sistematizar todas as energias num bom sentido nacionalista (VILLA-LOBOS, 1946, p. 13).

A recuperação do passado, realizada tão amplamente pelo projeto político do Estado Novo, também está presente no discurso do maestro. Em termos específicos, a ligação existente entre passado e presente como fatores imbricados para a formulação da nova nacionalidade insere-se, em Villa-Lobos, na produção dos temas folclóricos. A valorização do bandeirante e do jesuíta, destacada na revista *Cultura Política*, também se manifestou nos escritos do músico. A ideia da formulação de um Brasil Novo, direcionado pelo Estado, o entendimento do papel que os “profetas” intelectuais desempenham nesse processo, a moralidade como base sustentadora do avanço social e a necessidade da formação patriótica da juventude também estão presentes no pensamento de Villa-Lobos:

Cheio de fé na força poderosa da música, senti que com o advento desse Brasil Novo era chegado o momento de realizar uma alta e nobre missão educadora dentro da minha pátria. Tinha o dever de gratidão para com esta terra que me desvendara generosamente tesouros inigualáveis de matéria-prima e de beleza musical. Era preciso pôr toda a minha energia a serviço da Pátria e da coletividade, utilizando a música como meio de formação e de renovação moral, cívica e artística de um povo. *Senti que era preciso dirigir o pensamento às crianças e ao povo* (grifo nosso). E resolvi iniciar uma campanha pelo ensino popular da música no Brasil, crente de que o canto orfeônico é uma fonte de energia cívica vitalizadora e um poderoso fator educacional. Com o auxílio das forças coordenadoras do atual governo, essa campanha lançou raízes profundas, cresceu, frutificou e hoje apresenta aspectos iniludíveis de sólida realização. (VILLA-LOBOS, 1946, p. 18).

As políticas públicas no campo da educação permitiram que intelectuais e artistas, como Villa-Lobos, desenvolvessem seus projetos. Os intelectuais podiam expressar diferentes perspectivas sobre os assuntos, mas as temáticas deveriam estar afinadas com as perspectivas ideológicas do Estado.

O Brasil cantando a uma só voz

Como já foi mencionado anteriormente, o maestro Heitor Villa-Lobos entendia que as demonstrações cívico-orfeônicas representavam um meio de formar a disciplina coletiva, não estando voltadas assim para a diversão e o lazer. O maestro apresentava um objetivo político em relação

às concentrações. Tratava-se de um intelectual engajado. A postura de Villa-Lobos o coloca como agente direto que busca interferir na educação infantil.

As apresentações orfeônicas tiveram como palco o estádio do Fluminense, a Esplanada do Castelo, o Largo do Russel, o estádio do Vasco da Gama, entre outros. Porém, aquela realizada em 24 de maio de 1931, no campo da Associação Atlética São Bento (São Paulo), foi a primeira demonstração orfeônica organizada no Brasil e na América do Sul. Patrocinada pelo interventor paulista João Alberto, contou com a presença de músicos populares de renome nas apresentações como solistas.

A infraestrutura que se exigia para a organização das concentrações orfeônicas era algo realmente grandioso. Analisando os documentos que se encontram no Museu Villa-Lobos, especialmente aqueles que apresentam informações sobre a famosa “Solenidade da Hora da Independência”, podemos concluir que assim como o evento, a disciplina e a organização eram realmente monumentais. Organizada pelo Ministério da Educação e colocada em prática nas semanas que antecediam o dia 7 de setembro, representava um marco para a sociedade brasileira, pois sua atuação cultural ia além da esfera dos estádios e das apresentações.

Em tempos de Estado Novo, os eventos representavam o ápice de sua realização, pois eram milhares de pessoas, de diferentes classificações etárias (crianças, jovens, adultos, idosos), diferentes profissões (professores, operários, estudantes, burocratas, músicos) e de diferentes orientações políticas cantando, devidamente organizados, as glórias do Brasil, com disciplina e organização.

Geralmente Vargas comparecia ao evento da “Hora da Independência” e proferia um discurso e uma oração em homenagem à festa e ao povo brasileiro. Segundo Chernãvsky (2003, p. 109), “este era o ponto máximo da festa, o momento no qual o apelo do Chefe da Nação entrava em perfeita consonância com o canto dos jovens (dirigidos por Villa-Lobos) fazendo com que ambos os discursos fossem difundidos em uma só voz que falava a todos os brasileiros.” Encontramos a convergência entre os ideais do Estado com a disciplina coletiva e o projeto de Villa-Lobos.

Getúlio Vargas se entusiasmava muito com as concentrações organizadas pelo maestro, sendo o *Canto do Pajé* sempre executado nas grandes comemorações. Nos programas dos eventos, como vimos, havia a presença de hinos e músicas nacionais, elementos folclóricos para demonstrar às crianças que a verdadeira arte não deveria ser confundida com a chamada “música popularisca”, principalmente evitando a perspectiva mercantilizada e comercial. No caso do *Canto do Pajé*, Villa-Lobos pretendeu homenagear o presidente da República. Temos então em sua letra, de Paula C. Barros:

*Oh, manhã de sol
Anhangá fugiu
Anhangá rê rê
Ah, foi você
Quem me fez sonhar
Para chorar a minha terra
Coaracy rê rê
Anhangá fugiu*

*Oh, Tupã deus do Brasil
Que o céu enche de sol
De estrelas de luar e de esperança
Oh, Tupã tira de mim esta saudade
Ah, Anhangá me fez
Sonhar com a terra que perdi*

*Oh, manhã de sol
Anhangá fugiu
Canta a voz do rio
Canta a voz do mar
Tudo a sonhar
O céu e o mar
O campo, as flores
Oh, manhã de sol
Anhangá fugiu*

O Tupã deus do Brasil, presidente Getúlio Vargas, é homenageado representando a esperança da construção do futuro. O sonho com a terra perdida pode ser resgatado através da reconstrução do passado proposta pelo projeto ideológico do Estado Novo. A esperança, a crença no futuro grandioso representaria as bases de sustentação da formação de uma consciência nacional, presentes assim nessa letra. Observamos na música a arte que expõe as características de um determinado tempo. Villa-Lobos, segundo Contier (1998), foi o único compositor de grande *status* internacional que se envolveu em uma causa política e estética de tão grandes proporções.

Países como França, Alemanha, União Soviética, Estados Unidos, Hungria, Brasil, entre outros, independente das ideologias defendidas naquele contexto, também apresentavam manifestações do canto coral. Essa forma de expressão musical representou uma forma de integração da coletividade. No entanto, foi no contexto europeu dominado pelo nazismo e pelo fascismo que o canto coral ganhou maior força, por apresentar uma eficaz ferramenta de desenvolvimento do sentimento nacionalista. Mas qualificar as concentrações orfeônicas realizadas por Villa-Lobos

como “fascistas”, ou ainda “totalitaristas”, é um erro. Nem o projeto político estadonovista nem Villa-Lobos demonstraram simpatias por esses regimes. O canto coral não foi expressão musical exclusiva dos fascismos, mas de diversos regimes políticos, incluindo os de democracia-liberal.

As concentrações orfeônicas rendiam aos cofres públicos gastos elevados. Porém, o Estado continuou financiando tais empreendimentos, pois eles representavam um marco simbólico muito importante para a legitimação do poder. Segundo Contier (1998),

agora, dada a própria organização desses espetáculos, além de puramente se exaltarem o trabalho e a disciplina como sustentáculo do Brasil Novo, transmitia-se às crianças, aos professores e aos militares *o exemplo vivo* de um trabalho fruto de muita disciplina [...] Pode-se verificar que o programa a ser apresentado era de forte conteúdo militar, religioso e político. A música, tida como uma arte coletiva, procurava transmitir, através de diversos tipos de efeitos sonoros, um determinado *retrato do Brasil* a todos os participantes e espectadores. (CONTIER, 1998, p. 69).

Se, por um lado, o Estado se beneficiava com os símbolos expostos e trabalhados nas grandes concentrações, o maestro também se beneficiava nesse processo. Na década de 1920, Villa-Lobos não era tão conhecido no Brasil, mas a partir da realização das concentrações orfeônicas estabelecidas em 1930, ele se tornou popular. No entanto, não podemos avaliar que Villa-Lobos só desenvolveu seus projetos por desejar prestígio e fama. Também seria errôneo pensar que o compositor desenvolveu seus projetos pensando essencialmente nas questões financeiras. Segundo a análise de Gilberto Velho (1988) sobre a noção de projeto, pode-se afirmar que este é formado a partir de conceitos e experiências que levam em consideração o outro, tornando-se um instrumento de negociação da realidade, expressando sentimentos, objetivos e interesses em relação ao mundo, não podendo ser limitado a uma esfera específica. Se em um projeto existe a negociação com a realidade em interação com os outros, há uma troca entre diferentes agentes, uma negociação entre eles. As motivações serão múltiplas, embora um fator específico seja ressaltado. Portanto, o projeto de Villa-Lobos apresentava interesses diversos, interesses de viés educacional principalmente.

O grande interesse do maestro ao desenvolver seu projeto, era ensinar música às crianças nas escolas. Ainda que fosse bem remunerado pelo Estado, não podemos afirmar que o dinheiro movia seu trabalho. Embora Villa-Lobos expressasse sua postura política, a preocupação principal dela era a música, o ensino, a educação.

No ano de 1939, Villa-Lobos apresentou a Gustavo Capanema um plano para estruturar o ensino da música no sentido cívico. Tal plano previa a criação de um Departamento Nacional de Música, Educação e

Cultura Musical, subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde, composto por uma Escola Nacional de Música, Escola de Estudos Superiores, Escola de Professores e uma Inspeção Geral e Inspeções Regionais de Canto Orfeônico. As inspeções seriam responsáveis por garantir a execução correta dos hinos oficiais, a aplicação do canto orfeônico nas escolas, a valorização do folclore, entre outras coisas. Porém, inicialmente o projeto apresentado por Villa não foi aprovado.

Somente em 1941, no contexto de reformas do ensino secundário, o ministro Gustavo Capanema organizou uma comissão para estabelecer reformas também na esfera do ensino musical, sendo o maestro Villa-Lobos o principal idealizador dessa comissão. Foi criado então o Departamento Nacional de Música e Teatro, que apresentava três divisões.

A primeira divisão, destinada ao ensino de música e teatro, era composta por Conservatório Nacional de Música, Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e Conservatório Nacional de Teatro. Teria como funções fiscalizar todos os estabelecimentos estaduais, municipais e particulares de música, canto orfeônico e teatro, controlar a prática do canto orfeônico e teatro nos estabelecimentos de ensino secundário, normal e profissional e controlar a repartição estadual destinada à direção do canto orfeônico e teatro nas escolas primárias.

A segunda divisão, destinada ao Serviço Nacional de Música, era composta por Orquestra Nacional, Banda Nacional, tendo como função o amparo e a orientação das Sociedades Artísticas e dos Conjuntos Musicais (coros, bandas e orquestras); o amparo pessoal dos artistas; o controle artístico dos concertos, filmagens, gravações e rádio e a prestação do serviço de gravação e impressão.

Por último, a terceira divisão, destinada ao Serviço Nacional de Teatro, era composta pelo Teatro Nacional e teria como funções o amparo às Companhias Nacionais de Teatro, de iniciativa particular, e o controle do Teatro de Rádio.¹⁰ Utilizando então as sugestões de Villa-Lobos, o ministro Gustavo Capanema estabeleceu o decreto-lei que criava o Departamento Nacional de Música e Teatro.

Em 1942, foi criado o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, instituição que teria como função trabalhar a formação de professores de canto orfeônico em escolas primárias e secundárias, formular novas diretrizes técnicas para implantar o ensino do canto orfeônico em todo o Brasil e desenvolver pesquisas com o objetivo de colher material folclórico, preparar discos com as músicas que seriam cantadas pelas crianças nas escolas. As atividades mencionadas então foram supervisionadas por Villa-Lobos, nomeado primeiro diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

Todas as modificações e decretos estabelecidos pelo Ministério da Educação, relacionados à esfera da música, contaram com a atuação direta

¹⁰ CPDOC – GC g 1937/2/13 – rolo 46 – foto 330 a 353.

do maestro Villa-Lobos. Sendo a principal referência na esfera da música, na organização do canto orfeônico, o maestro atuava diretamente na formulação de diretrizes que se aplicariam à educação nessa esfera específica, contando sempre com a colaboração do ministro Gustavo Capanema. Segundo Chernãvsky (2003, p. 129) como diretor do Conservatório Nacional do Canto Orfeônico, Villa “tornou-se também responsável por transmitir ao exterior as diretrizes da Educação musical aplicadas no Brasil”. Dessa forma, Villa-Lobos também se tornava uma referência internacional, mostrando em outros países seu programa de ensino.

Considerações finais

Heitor Villa-Lobos, como músico e educador, adotou uma postura de agente da história, desenvolvendo seu projeto de ensino do canto orfeônico nas escolas. No entanto, por apresentar um trabalho que entrou em consonância com as necessidades do Estado no período das décadas de 1930 e 1940, foi acusado de “fascista” e de “cooptado” pelo Estado.

As concentrações orfeônicas realizadas por Villa-Lobos foram eventos que buscaram integrar e reunir a nação brasileira. Porém, isso não significa que a sociedade atuante nos eventos não possuía “consciência política”, impotente diante do poder ideológico das classes dominantes. Atuando como um sujeito do seu tempo, Villa-Lobos fez parte de uma geração de intelectuais que buscou o apoio do Estado para a realização dos seus principais projetos. O maestro, dedicando-se tantos anos à questão do ensino do canto orfeônico, não pode ser reduzido a um indivíduo tão-somente em busca de ganhos materiais, muito menos a um homem manipulado pelos governantes.

Além disso, temos que considerar que a concretização do projeto de ensino musical não obteve sucesso simplesmente por ter tido como protagonista o personagem histórico Villa-Lobos. O que seria do projeto do canto orfeônico se homens e mulheres não tivessem participado? Certamente resultaria em grande fracasso.

Sobre sua trajetória de vida, o maestro, como representante de um tempo, recebeu inúmeras influências. A influência da família que marcou em sua vida a relevância da música foi extremamente marcante. O pai de Villa-Lobos e sua tia Zizinha envolviam o pequeno Heitor, ainda criança, no mundo encantador da música. Portanto, as referências das primeiras notas quebram a perspectiva de um “gênio” musical, uma vez que desde criança já recebia tal formação. A partir da juventude, Villa-Lobos passou a ter contato com um instrumento popular, o violão, além de interagir com músicos populares. O Villa-Lobos adulto, atuante na Semana de Arte Moderna de 1922, experimentava um tempo em que a perspectiva modernista já germinava há alguns anos. Os projetos folclóricos surgiram quando outros músicos também levantavam essa bandeira.

Portanto, chegamos à conclusão de que Villa-Lobos foi um intelectual que agrupou uma série de características temporais específicas. A compreensão destes aspectos nos obriga a desmoronar os castelos construídos por alguns estudiosos da vida e obra do maestro, cujas características seriam a genialidade, predestinação, autodidatismo, missão, ingenuidade e romantismo.

O fato de rompermos com certa visão sobre Villa-Lobos, retratada nas obras do musicólogo Vasco Mariz, não pode também nos levar ao caminho oposto, e também equivocado, da manipulação política ou da lógica materialista. Avaliar que Heitor Villa-Lobos desenvolveu o projeto do canto orfeônico só porque nas cartas que escrevia à sua primeira esposa, Lucília, relatava dificuldades econômicas, é acreditar que o comportamento humano é guiado exclusivamente pelos interesses materiais.

O contexto em que o maestro atuara teve como marca principal a eferescência intelectual. São redes de intelectuais que irão interagir, desenvolver projetos, debater a questão da nacionalidade, apoiar, rejeitar ou simplesmente assistir a atuação do Estado. Villa-Lobos apoiou o Estado, em nome da música, da educação, da perspectiva de futuro.

O projeto do Estado que surgiu com a Revolução de 1930 tinha viés autoritário. Porém, intelectuais como Heitor Villa-Lobos, Carlos Drummond de Andrade e outros percebiam no apoio estatal a possibilidade da concretização de projetos. Projetos esses que poderiam estar até mesmo no patamar de sonhos. Sonhos não estão “à venda” para Estados “manipuladores”. Heitor Villa-Lobos sonhou com o ensino musical nas escolas brasileiras e, apoiado pelo Estado, colocou seu sonho em prática. Na atualidade, a prática do seu sonho não existe mais. Restou a história de sua vida e principalmente do seu projeto educacional para refletirmos sobre as relações entre a sociedade e o Estado no Brasil republicano.

Referências

BORGES, Mirelle Ferreira. *Heitor Villa-Lobos, o músico educador*. 2009. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CHERNÁVSKY, Anália. *Um maestro no gabinete: música e política no tempo de Villa-Lobos*. Campinas: [s. n.], 2003. p. 109.

Contier, Arnaldo Daraya. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo*. São Paulo: EDUSC, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In:

Gomes, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

HORTA, José Silvério. A I Conferência Nacional de Educação ou de como homologar sobre a Educação na presença de educadores. In: Gomes, Ângela de Castro (Org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

HORTA, Luiz Paulo. *Villa-Lobos: uma introdução*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. *Educação e Sociedade*, ano 21, n. 73, dez. 2000.

SILVA, Francisco Pereira da. *Villa-Lobos*. São Paulo: Três, 1974.

VELHO, Gilberto. Memória e Identidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 95, out./dez.1988.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

VILLA-LOBOS, Heitor. Educação musical. *Boletim Latino Americano de Música*, v. 6, n. 4, 1946.

_____. *O ensino popular da música no Brasil: o ensino da música e do canto orfeônico nas escolas*. Distrito Federal: [s. n.], 1937.

_____. *A música nacionalista no governo Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: DIP, 1946.

Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945¹

*Michelle Reis de Macedo*²

Em momentos de transição de um regime político para outro, diferentes projetos entram em disputa, redefinindo as regras do jogo a partir das escolhas feitas pelos agentes históricos. Nas palavras de Stéphane Monclaire (2001), “uma transição é um período muito aberto, um momento crítico no decorrer do qual a natureza e a direção da mudança dependem, antes de tudo, das estratégias adotadas pelos grupos de atores implicados nesses processos.” O ano de 1945 foi assim. Durante a crise da ditadura do Estado Novo, o clima de discussões e conflitos políticos configurou-se em torno da questão democrática. Ações e discursos distintos de militares, políticos situacionistas e opositores liberais, intelectuais e estudantes, socialistas e comunistas, trabalhadores e populares, entre outros setores da sociedade, foram delineando o tipo de democracia que seria implantada no Brasil.

No calor dos embates, dois projetos se destacaram: o liberal e o queremista. Enquanto o primeiro exaltava os princípios do liberalismo clássico, o segundo queria que o presidente Vargas, chefe do regime autoritário, continuasse no poder. Para os liberais, o queremismo causou estranhamento, já que, de acordo com suas ideias, o ato de aclamar o ditador em plena exaltação dos valores democráticos contrariava os anseios da sociedade brasileira. Portanto, estava fora da normalidade e precisava ser combatido. Nas páginas da imprensa, adjetivos depreciadores eram utilizados para desqualificar o movimento.

¹ O capítulo constitui reflexão integrante de minha dissertação de mestrado *Trabalhadores e cidadania no Brasil. O movimento queremista e a democratização de 1945*, defendida no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense em 2008.

² Mestra em História Social pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda em História na mesma Universidade.

O objetivo do meu trabalho é o de refletir sobre as explicações liberais, expostas em jornais, às manifestações populares pró-Vargas durante o processo de transição para o regime democrático em 1945. As fontes utilizadas são periódicos que circularam no Rio de Janeiro durante aquele ano, particularmente *Correio da Manhã* e *O Jornal*, ambos jornais de oposição ao Estado Novo. Através dos relatos jornalísticos, pretendo analisar criticamente as concepções dos liberais sobre o movimento queremista.

O projeto liberal no processo de transição

Apesar das indefinições, uma certeza se confirmava: a ditadura não mais se sustentava. Na conjuntura internacional de derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial, as ideias liberal-democráticas voltaram a ser valorizadas, fato que interferiu diretamente no alinhamento das correntes políticas brasileiras. A entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados mobilizou amplos setores da sociedade, inclusive adeptos do Estado Novo. Todavia, os opositores do regime aproveitaram o momento para promover seus interesses políticos internos, substituindo paulatinamente a luta contra o autoritarismo fascista europeu pela denúncia da situação política nacional. Criava-se, assim, uma contradição. Por um lado, o Estado brasileiro aliava-se às nações democráticas contra o fascismo; por outro, mantinha um regime cujo aparato repressivo ainda vigorava. Ademais, desde 1943, Getúlio Vargas já sinalizava as modificações institucionais, mas foi somente em 1945 que elas foram efetivadas. Uma transformação controlada pelo Estado e dirigida pelo presidente, cuja influência foi central no processo de democratização.

A censura à imprensa foi suspensa em fins de fevereiro de 1945. Em 25 de maio daquele ano, o governo decretou o Código Eleitoral, o qual marcava as eleições para presidente da República, deputados federais e senadores para o dia 2 de dezembro do mesmo ano, regulamentava o alistamento dos eleitores e o processo eleitoral, e definia normas para a organização de partidos com bases nacionais. Além disso, determinou que indivíduos com cargo político não poderiam ser registrados como candidatos, a não ser que o abandonassem até 90 dias antes da eleição. As regras da disputa eleitoral estavam definidas, mas as oposições, ainda insatisfeitas, desconfiavam de manobras golpistas de Vargas. Para elas, as medidas de abertura do regime eram apenas estratégias do ditador para permanecer no poder, comprometendo o processo de democratização.

Passateas, marchas e organizações liberais ganhavam espaço nas ruas e nas páginas dos jornais, expressando críticas cada vez mais contundentes ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Naquele contexto de disputas, parecia inevitável a vitória do projeto político dos liberais. Afinal o autoritarismo já havia sido derrotado na Europa, só faltava liquidá-lo no Brasil. E essa tarefa não seria difícil, visto que, segundo as oposições, toda

a sociedade estaria a seu favor. Ao exigir o fim da ditadura estadonovista, acreditavam estar em conformidade com a vocação política do Brasil, um país que, segundo *Correio da Manhã*, “revelou sempre a vontade persistente e inabalável de organizar-se democraticamente”.³ Seguindo essa lógica, o autoritarismo instalado parecia-lhes uma aberração; algo fora dos padrões culturais brasileiros e, portanto, deveria ser combatido para que fosse restaurada a “verdadeira” tradição política do Brasil: a democracia. Nesse sentido, o caráter ditatorial de Vargas era estrategicamente enfatizado para desqualificá-lo. Segundo o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato a presidente da República pela UDN:

Na sua incompatibilidade visceral com os processos democráticos de escolha dos governantes, o sr. Getúlio Vargas considera a eleição um intolerável recurso revolucionário, parecendo-lhe que seria muito mais decente resolver-se o caso mediante um pequeno golpe branco, a exemplo de 1942, em que, por um simples decreto, S. Excia, por ato exclusivo de sua vontade e, como sempre, sem qualquer participação do povo, desse por finda a sua divina missão.⁴

Os grupos liberais tentaram provar, de todas as formas, que a maneira de Vargas governar era incompatível com a natureza da política brasileira. Para eles, democracia e Getúlio não combinavam. Portanto, o ditador deveria ser substituído por uma personalidade que melhor representasse a democracia que almejavam construir. O escolhido foi o brigadeiro Eduardo Gomes, lançado pela União Democrática Nacional (UDN) (BENEVIDES, 1981, p. 42). Ele parecia preencher todos os quesitos para um candidato ideal à presidência da República: herói sobrevivente dos 18 do Forte de Copacabana, incorporaria valores morais como dedicação, profissionalismo, confiança e persistência. Portanto, possuiria uma trajetória histórica invejável e ideal para traduzir os anseios de liberdade em 1945.

A campanha de Eduardo Gomes começou a invadir as páginas dos grandes jornais. Com o processo de transição democrática em curso, parecia coerente a certeza da vitória daquele que, segundo seus adeptos, melhor representaria o novo sistema político. Consequentemente, as notícias em destaque demonstravam o quão confiantes encontravam-se os opositores. “Ninguém apóia o governo!”, “A vitória da candidatura de Eduardo Gomes é um fato indiscutível” e “A vitória do candidato nacional não pode ser motivo de dúvida” eram algumas das manchetes que apareciam com entusiasmo na imprensa, juntamente com anúncios de adesões à candidatura de Eduardo Gomes em diversas cidades do país. Pretendia-se, desse modo, ratificar a ideia de um candidato nacional, isto é, daquele que

³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1945, p. 2.

⁴ O trecho faz parte de declarações feitas à imprensa pelo candidato udenista Eduardo Gomes em 2 de maio de 1945. Ver *idem*, 3 de maio de 1945, p. 2.

incorporasse as demandas da nação sofrida devido à repressão de Estado visto como muito poderoso. Por ser o candidato nacional, logicamente todos os grupos sociais deveriam estar congregados em torno dele. Aqueles que não o fizessem estariam contra a sociedade, seja por interesse próprio ou por manipulação.

Líderes políticos da Primeira República, liberais, intelectuais, setores das classes médias, estudantes organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE), grupos socialistas, entre outros, apoiaram a “candidatura do lenço branco” (BENEVIDES, 1981, p. 41-47). Uniram-se com o intuito de derrotar a ordem vigente e substituí-la por outra baseada nos preceitos básicos do liberalismo, como os direitos civis, os direitos políticos, a anistia e o estabelecimento da ordem jurídica legítima. Porém, a campanha udenista não conseguiu angariar o apoio dos trabalhadores que apoiavam as políticas públicas de Vargas. Apesar disso, acreditava numa suposta “natureza liberal” do operariado brasileiro. Mesmo reconhecendo, algumas vezes, a gratidão dos trabalhadores a Vargas, os udenistas consideravam-na um fator insuficiente para estimulá-los a tomar uma atitude “incoerente com as tendências naturais e legítimas de sua classe, de estabelecer-se no Brasil um clima de garantias constitucionais e jurídicas, de representação política e liberdade de opinião”.⁵ Portanto, o que fugisse à regra entrava na categoria de estranho e anormal e era considerado resultado da interferência perversa de um fator externo: a propaganda política do Estado Novo.

Projetos políticos em disputa: liberais versus quememistas

Dia 2 de março de 1945. Apesar da tarde chuvosa, reuniram-se os estudantes universitários na praça da Sé, em São Paulo. A multidão dava “vivas entusiásticos à democracia e morras ao Estado Novo e às suas figuras dirigentes.” Logo que se iniciou o comício, ao microfone, estudantes leram uma proclamação dirigida aos trabalhadores:

Os estudantes de São Paulo são filhos do povo e com o povo lutam pelo Brasil. Cuidado com as manobras fascistas que neste instante pretendem criar confusão e separar os trabalhadores dos estudantes [...]. É pela melhoria das condições de vida do povo que os estudantes têm tombado nas ruas de São Paulo. Os estudantes não têm compromissos políticos senão com o povo, senão com o Brasil. Por isso, lutam e lutarão intransigentemente. Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante! Pela Democracia!⁶

Ao falar aos trabalhadores e em nome deles, os estudantes pretendiam alertá-los com relação às tentativas de manobra do Estado através

⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1945, 1ª seção, p. 4.

⁶ *Idem*, 3 de março de 1945, 1ª seção, p. 3.

de ações de “agentes do situacionismo”. Segundo eles, eram elementos de um perigoso núcleo de *gangsters*, pagos por conhecida figura da política subterrânea, que estavam incendiando os centros elegantes da capital federal. Sob o plano de dificultar a ordem e retardar o processo democrático, esses “agentes” tentaram induzir a classe operária a colocar-se contra os estudantes, verdadeiramente solidários aos seus interesses. Entretanto, o aviso não evitou a confusão.

De acordo com notícias da imprensa, supostamente armados com cacetetes e pedaços de pau embrulhados em jornais, uma “malta de embriagados” avançara contra os universitários, gritando: “Abaixo os estudantes!”, “Abaixo o PRP!”, “Nós queremos Getúlio!”, “Viva os trabalhadores!”. Ao repelir atos violentos, ainda segundo a reportagem, os estudantes dispersaram-nos pacificamente. Porém, os “perturbadores” insistiram, criando um ambiente de brigas e correrias. O comício foi interrompido. Os estudantes universitários, “dando mais uma demonstração de civismo e do seu espírito ordeiro”, retiraram-se, levando à frente a bandeira nacional, enquanto os “desordeiros” tomavam a praça, dando continuidade aos atos violentos. Não satisfeitos, eles seguiram os estudantes até a Faculdade de Direito. Aos gritos, os “selvagens” depredaram as vidraças da tradicional escola. Logo em seguida, dispersaram-se em grupos de 50 a 100 elementos para praticar desordens em vários pontos da cidade. Nas ruas, “obrigavam” senhoras e senhoritas a levantarem vivas ao ditador. De acordo com notícias publicadas em *O Jornal*, o “bando de malfeitores assalariados” e “agentes da polícia federal” agrediram transeuntes, atacaram casas comerciais e quebraram letreiros luminosos dos jornais de São Paulo.⁷ Por conta dos fatos ocorridos, os autores do comício enviaram um protesto à imprensa: “Unicamente reafirmamos ao povo de São Paulo a nossa confiança no futuro democrático da Nação e pedimos que o povo se acautele contra esses elementos que agem em todas as esferas. Povo de São Paulo: chega de ter medo!”

O episódio do dia 2 de março, em São Paulo, não foi o único, mas o primeiro de uma onda de conflitos de rua entre as forças estudantis ligadas à União Nacional dos Estudantes (UNE), adeptos da campanha pró-Eduardo Gomes, e trabalhadores fiéis ao presidente Getúlio Vargas. Outras cidades também serviram de palco para esses embates. Já no dia seguinte, episódio semelhante ocorreu, dessa vez na cidade de Recife. Assim como seus “congêneres paulistas”, relata a imprensa liberal, elementos da polícia pernambucana, “disfarçados sob a capa de operários”, tentaram perturbar o comício democrático com o intuito de dissolvê-lo. O resultado da confusão foi a morte do primeiro secretário da União de Estudantes de Pernambuco, Demócrito de Souza Filho, o que gerou repercussão nacional. Na imprensa, o ocorrido foi definido com expressões como “bárbaro

⁷ Os relatos foram publicados em periódicos declaradamente antivarguistas. Ver *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1945, 1ª seção, p. 3 e *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1945, p. 28.

fuzilamento”, “trucidamento” e “massacre de pessoas desarmadas”, a fim de divulgar uma imagem dramática. Os liberais não podiam crer que tal fato fora obra de operários; portanto, ironicamente, referiam-se aos manifestantes com a expressão “operários de aspas”.

Conforme o pensamento das oposições liberais, o governo ditatorial estaria agindo violentamente contra a transição democrática e pretendia manipular os trabalhadores para que fizessem o mesmo. Embora acreditassem na impossibilidade de os trabalhadores atentarem contra o processo democrático, demonstravam, em seus discursos, preocupações em esclarecê-los acerca da suposta intenção da ditadura de separá-los dos estudantes. No pronunciamento do estudante Paulo Silveira, por ocasião do comício carioca realizado no dia 7 de março na praça Floriano, o destaque foi justamente essa preocupação. Eis um trecho do discurso:

Devemos opor, aos provocadores, o exemplo de nossa disciplina, de nossa coesão e, logo, eles ficarão isolados no meio da massa, como vil grupelho de criminosos, inexpressivos cogumelos da ditadura. [...] Eles pretendem dividir-nos porque sabem que estamos unidos. A alucinação desses fascistas encapuzados chega ao cúmulo de pretender conseguir o absurdo de lançar trabalhadores contra o povo, contra os estudantes. Eles não sabem que isso é impossível, porque o operariado e os estudantes pertencem ao povo, são aliados naturais. [...] Nesta conjuntura, delinea-se um plano sinistro que nos apressamos a denunciar e contra o qual protestamos. Capangas e policiais, disfarçados em operários, metem-se na multidão, começam lançando apartes encomendados e vão até a agressão, ao assassinato. Ontem São Paulo, Campinas, Recife. Hoje e amanhã, onde será?⁸

Dessa vez em Belo Horizonte. Na capital mineira – noticiou a imprensa – os “provocadores” também tentaram impedir a campanha oposicionista, perturbando comícios e quebrando sedes de jornais. Ademais, no dia 20 de março, quando da chegada do governador Benedito Valadares, foi organizada uma concentração de funcionários públicos e operários para recebê-lo. Após a dispersão da multidão, formou-se um “grupo de exaltados” gritando “Getúlio! Getúlio!”, identificados pelas testemunhas como “trabalhadores da Prefeitura Municipal entre eles lixeiros, com seus reconhecidos uniformes.”

No dia 4 de agosto, foi a vez do Rio de Janeiro. Um comício da UDN foi preparado para ser realizado na praça Barão de Drumond, em Vila Isabel. Logo que se iniciaram os discursos, “elementos perturbadores” invadiram o comício, dando vivas a Getúlio Vargas. Desta vez, a reportagem identificou nomes: Raul da Vila e Paulo de Tal, “elementos conhecidos pelas suas truculências.” Os sobrenomes atribuídos aos indivíduos pelo jornal sugerem que eram pessoas desqualificadas socialmente. O periódico relata

⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, p. 16.

ainda a ocorrência de um tiroteio, iniciado por um soldado do Exército que fazia parte do grupo dos “bagunceiros.” O comício foi cancelado e várias pessoas saíram feridas.⁹

Aos poucos, nos argumentos utilizados pela imprensa liberal, a palavra *operário* foi perdendo as *aspas*. Nos meses seguintes, com a intensificação do movimento pró-Getúlio Vargas, conhecido como *queremismo*, tornou-se inviável negar a participação de trabalhadores e populares, cada vez mais numerosos. Se admitir que esses grupos apoiavam o ditador em plena transição democrática era difícil, mais ainda era compreender esse fenômeno social. Para os liberais, a explicação plausível estava na força da propaganda política estatal, que teria criado uma imagem bondosa do Estado e do ditador Getúlio Vargas. Enganando e manipulando os trabalhadores durante o Estado Novo, Vargas teria conseguido recrutá-los e manobrá-los com o propósito de estabelecer a confusão política e garantir sua continuação na presidência da República. Portanto, a reivindicação da candidatura Vargas pelos *queremistas*, na concepção liberal, adveio da propaganda mentirosa do Estado.

O *queremismo* sob suspeita

Todas as medidas tomadas por membros do governo eram vistas com desconfiança pela oposição. Até mesmo o lançamento da candidatura do general Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrático (PSD) foi considerada uma tentativa de desunir as Forças Armadas para que Getúlio Vargas fizesse o “sacrifício” de permanecer no poder por mais alguns anos. Mesmo não confirmando a ideia de uma candidatura própria, Vargas, para os liberais, agia de forma suspeita com relação à transição democrática.

Em seu discurso do Dia do Trabalho, o presidente anunciou que retornaria “às atividades de simples cidadão” e recolher-se-ia “à vida privada”. Todavia, em vez de tranquilizar os nervos adversários, irritou-os ainda mais em razão da ativa participação da multidão, que freneticamente insistia no “Queremos Getúlio”. As declarações do presidente eram vistas como ambíguas, porque, mesmo afirmando não ser candidato, concedia carta branca ao movimento que exigia sua candidatura.

Inconformados com o crescente prestígio de Vargas, as oposições desqualificavam também suas políticas sociais e tentavam, a todo custo, convencer os trabalhadores de que eles eram vítimas da manipulação fascista do governo. Preocupavam-se excessivamente em desmentir a ideia divulgada pelo Ministério do Trabalho e pelo DIP de que o Estado foi doador de leis trabalhistas. Nas irônicas palavras de um jornalista, a legislação do trabalho seria “uma concessão a título precário, como estas feitas aos jogadores de bicho em Niterói: se não pagam o ‘combinado’, a polícia fecha

⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 3.

a casa. Se o operário não aplaude a ditadura e não canta ‘nós queremos’, acabou a legislação social”.¹⁰

As discussões – ou melhor, as desqualificações – sobre a legislação social eram tema de vários artigos de jornais liberais. Por um lado, insistiam no argumento de que as leis trabalhistas não foram obras do ditador, e sim resultado da evolução natural do mundo ocidental. Por outro, diziam que elas faziam parte da política nazifascista, aproximando-as das doutrinas de Hitler e Mussolini. Mas o objetivo final era o mesmo: subtrair o mérito do presidente Vargas no que se refere às políticas sociais. Os liberais não compreendiam a legitimidade dos direitos sociais produzidos em um regime autoritário. De acordo com seus valores, os direitos civis e políticos, sobretudo os últimos, representavam os verdadeiros direitos de cidadania e, sem eles, nada poderia ser positivo. Entretanto, os valores dos populares engajados no projeto queremista eram outros. A falta de liberdade política não os incomodou. Interessava-lhes leis de amparo ao mundo do trabalho. A situação de miséria e carestia agravada com o “esforço de guerra” não os impedia de reconhecer o presidente como protetor dos benefícios sociais.¹¹

O que era legítimo para os populares era incompreensível para os liberais. Na tentativa de livrá-los do suposto estado de hipnose, o então jornalista Raul Pilla publicou, a partir do mês de junho de 1945, artigos destinados a orientar o trabalhador. Em formato de carta, o autor escreveu diversos textos referindo-se a um operário fictício nomeado por ele de Antônio. O jornalista confirmava a preferência dos operários por Getúlio Vargas, mas tentava convencer Antônio de que essa escolha não era coerente com a situação de miséria pela qual passavam. No primeiro artigo, iniciou a “carta” expondo a opção política de Antônio: “No teu modo de entender, nenhum dos dois candidatos apresentados serve: nem Eduardo Gomes, nem Eurico Dutra. O homem é Getúlio, tu queres Getúlio.” Logo depois, deslegitimou esse “estranho critério” ao afirmar que Antônio teria sido enganado pela propaganda política estatal, que o fez sentir gratidão ao ditador e desejar sua continuação no poder:

Essa legislação social, que tu e muitos operários, como tu enganados por uma propaganda sistemática e exclusiva, pensais dever à pessoa do Ditador, deve-se, em verdade, a uma grande campanha política e,

¹⁰ A definição é do jornalista Raphael Correia de Oliveira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1945, 1ª seção, p. 4.

¹¹ No período de guerra, o governo pediu o sacrifício da sociedade para derrotar o inimigo externo – momento denominado “esforço de guerra”. Para aumentar a produção nacional, determinou-se o retorno da jornada de 10 horas, a suspensão da lei de férias, da lei que estabelecia o pagamento de horas extras e da lei que regulamentava o trabalho noturno de crianças e mulheres. Além disso, o aumento da exportação de gêneros alimentícios para os países em guerra causou escassez de oferta, contribuindo para o aumento da inflação, que solapava cada vez mais o poder de compra dos salários. Mas foram justamente os setores sociais mais atingidos pelo “esforço de guerra” que incrementaram as fileiras do movimento de apoio a Getúlio Vargas.

sobretudo, á mudança dos tempos. O sr. Getúlio Vargas foi um simples instrumento nunca sincero e nem sempre eficaz, destas reivindicações sociais. Se pensas dever-lhe muito e por isso te julgas obrigado a desejar a sua continuação no governo estás redondamente enganado. É o que verás melhor em outra carta, se me dispensares a atenção de considerar devidamente esta.¹²

Nas “cartas” seguintes, Raul Pilla não economizou ofensas a Getúlio Vargas para enfatizar sua concepção política:

Mal informado, como tens estado, é natural que estejas julgando mal. Em verdade, Antônio, o que o Ditador tem feito com os trabalhadores é exploração, politicagem, demagogia. Longe, muito longe, está ele de ser um reformador social [...]. Para assentar o seu poder pessoal, precisava ele da conformidade, senão do beneplácito das massas. Necessário se tornava lisonjeá-las, mimá-las e, sobretudo, enganá-las, como torpemente enganadas têm sido. [...] Vos considerais preso ao Ditador por sentimentos de gratidão. Mas esses sentimentos, Antônio, são errôneos, são falsos, não têm base real, são adrede provocados e cuidadosamente alimentados para justificar e garantir a continuidade do poder pessoal do Ditador [...]. Assim, Antônio, pior do que politiqueiro, demagogo é o homem que tanto tem malsinado os políticos, tem sido sempre um deles.¹³

Nos demais artigos, Raul Pilla discutiu a falsidade das políticas varguistas, a precária situação dos trabalhadores devido aos efeitos da inflação, a insidiosa propaganda política estatal, enfim, temas que conduziam sempre à mesma conclusão: “nada justifica o quererismo que, com *mefistofélica* arte, foi inoculado em certas camadas populares.”¹⁴ O adjetivo *mefistofélica* refere-se a Mefistófeles, um demônio intelectual das lendas germânicas, portanto, perfeito para descrever o “Nós queremos” na concepção liberal.

Mas por que os populares louvavam o ditador justamente num momento de grandes dificuldades econômicas e de crise política da ditadura? Perplexos, os liberais deparavam-se com a questão. Intelectual e diabólico, Vargas, o arquiteto do movimento, cujo *slogan* “Nós queremos” deu-lhe o nome de quererismo, teria se utilizado de inimagináveis medidas políticas para conseguir esse feito, todas elas derivadas de duas estratégias: a manipulação decorrente do trabalho de uma sofisticada propaganda política e a repressão através da polícia política. Além disso, o sucesso desse projeto estatal teria sido facilitado pela ingenuidade e ignorância

¹² Essa coluna jornalística foi publicada durante os meses de junho e julho sob o título “Cartas políticas a um operário”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1945, 2ª seção, p. 1 e 6.

¹³ *Idem*, 16 de junho de 1945, 1ª seção, p. 4.

¹⁴ *Idem*, 17 de junho de 1945, 2ª seção, p. 1.

das classes populares, envolvidas por promessas vazias e, por isso, incapazes de enxergar a realidade em que viviam.

No contexto de democratização da política brasileira, essas noções tornaram-se armas nas mãos dos liberais contra o adversário. O intuito era o de desmerecê-lo. Condenava-se o Estado Novo, representado por Getúlio Vargas, capaz de inserir maquiavelmente ideias degeneradas nas mentes das pessoas. Consequentemente, isentava-se a sociedade, em especial trabalhadores e populares, da culpa pelo apoio ao Estado autoritário. No conjunto, todos esses argumentos constituiriam, anos mais tarde, elementos teóricos para a construção da categoria “populismo”, conceito que explicaria fenômenos políticos no Brasil do pós-1930. A expressão alude a políticos mal-intencionados cujo propósito é enganar o povo através da manipulação. Getúlio Vargas, nesse sentido, seria a personalidade inaugural do populismo.¹⁵

A evolução do queremismo

O rápido crescimento da campanha queremista pró-candidatura de Getúlio Vargas alastrava o temor entre udenistas e dos próprios possedistas. A grande mobilização dos setores populares indicava que a transição democrática não ficaria restrita a um acordo entre as elites. Apesar da campanha desqualificadora da imagem do presidente pelas oposições, o movimento pela candidatura de Getúlio Vargas foi se fortalecendo e adquirindo dimensões nacionais. Em abril, o DIP e o Ministério do Trabalho, sobretudo o Departamento Nacional do Trabalho, já estavam apoiando o queremismo. Todavia, essa participação era prudente e discreta, tendo em vista que o engajamento de órgãos do governo ao movimento poderia comprometer Vargas.¹⁶ Além do apoio governamental, o movimento contou com significativos financiamentos provenientes de empresários favoráveis à continuidade de Vargas no poder, com destaque para a atuação do líder queremista Hugo Borghi, engajado na campanha desde junho. Indubitavelmente, a presença do DIP, do Ministério do Trabalho e de

¹⁵ Para compreender a emergência do fenômeno social chamado de populismo, intelectuais na década de 1950 encontraram na sociedade brasileira três pré-condições histórico-sociais. A primeira delas corresponde ao processo de mudança de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial e urbanizada, em que os trabalhadores urbanos, herdeiros de um campesinato desmobilizado, transformaram-se em mão-de-obra sem consciência de classe e, portanto, sujeitos à exploração. A segunda seria a perda de hegemonia das classes dirigentes, o que ameaçaria a segurança do Estado. Portanto, precisavam de novos mecanismos capazes de controlar uma massa emergente. O terceiro e último elemento seria o surgimento de um líder carismático que mobilizasse – e controlasse – as classes populares, satisfazendo as classes dominantes. Na versão marxista, os trabalhadores seriam os agentes da transformação social, quando detentores da “verdadeira” consciência de classe. No entanto, no Brasil esse processo “natural” fora interrompido pelo populismo. Diante das investidas ideológicas do líder populista, os trabalhadores foram manipulados e afastados dos seus “reais” interesses. Sobre a construção do conceito de populismo ver (FERREIRA, 2001).

¹⁶ Sobre o apoio do DIP e do Ministério do Trabalho ao movimento queremista ver (DELGADO, 1989).

empresários foi importante para o alcance do quererismo em escala nacional. Contudo, sem a vontade de participação dos trabalhadores e populares, o movimento não ocorreria com as mesmas proporções e condições.

Em 24 de maio, o movimento “Queremos” começou a mostrar maior organização. A imprensa anunciou a criação de um comitê pró-candidatura Getúlio Vargas num bairro proletário do Rio Grande do Sul, integrando comerciários, médicos, operários e outros representantes de várias profissões. Dois meses depois, os dirigentes do comitê viajaram ao Rio de Janeiro com o objetivo de registrar a candidatura do chefe do governo. Além disso, juntaram-se aos líderes do movimento nessa capital para fundar o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal. A inauguração do comitê em 31 de julho, foi descrita pela imprensa da seguinte maneira:

Um prédio velho, sujo, sombrio, e com entrada misteriosa, por um beco de mau aspecto, pelos “queremistas” para a sua Convenção. A sala pequena do primeiro andar, da rua D. Manuel n. 30, facilmente daria a impressão de cheia. [...] Naquela sala escura, e acanhada, tudo foi preparado para dar ideia de uma grande sessão. Alguns enfeites patrióticos, instalações radiofônicas poderosas para que os “milhares” que assistiram à Convenção pudessem ouvir tudo muito bem [...]. Por cima da sessão, no 2º andar, representantes da reserva do nosso Exército e o Tiro de Guerra 97 e em baixo uma agência da Caixa Econômica Federal. Tudo muito sugestivo e capaz de nos levar a ideias extravagantes.¹⁷

Nota-se, nesse relato, palavras e imagens que sugerem suspeitas. Caracterizando o local da Convenção quererista como “velho”, “sujo” e “de mau aspecto”, a reportagem dá a impressão de que a reunião tratava-se de um plano conspiratório às escondidas, em que seus membros estariam tramando um ataque contra a ordem pública. Para além disso, houve a intenção de diminuir a importância do encontro ao definir ironicamente a quantidade de ouvintes com a palavra “milhares” – entre aspas. Mais adiante, com o subtítulo “Leite e gente miúda”, a reportagem parecia satirizar o fato de os participantes não pertencerem a grupos de grandes posses:

Não conseguimos compreender, no entanto, porque os “queremistas” encomendaram leite num estabelecimento ao lado. Esta informação nos deu o dono do botequim da esquina. Informou-nos ainda que o movimento, estes dias, tem sido grande. Mas ele não viu automóveis nem “gente graúda”.

Certamente, havia uma preocupação dos fundadores do comitê em reunir pessoas anônimas, num ambiente sem muita ostentação, para que

¹⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945, 1ª seção, p 3 e 7.

não duvidassem de sua origem popular. Os discursos dos oradores exaltaram o nome de Vargas, acreditando na aceitação de sua candidatura, atacaram os políticos e rejeitaram a candidatura oficial. Momentos antes de se encerrar a audiência, Jayme Boa Vista, presidente do Comitê do Distrito Federal, divulgou a realização de um grande comício marcado para o dia 10 de agosto, em frente ao Teatro Municipal. A partir daí, o comitê do Distrito Federal passou a concentrar as forças do movimento, dando-lhe um caráter mais organizado e centralizado.

Com a criação de vários comitês e a organização de diversos comícios, tornava-se cada vez mais difícil para as oposições negar o crescimento do quererismo e o aumento da mobilização popular. O perigo da continuação de Getúlio Vargas na presidência da República, com o maciço apoio dos trabalhadores e de setores populares, amedrontava os udenistas e deixava inseguros os pessedistas. Vargas estava passando dos limites. A manchete de um jornal da oposição demonstrava o estado de alerta dos antiqueremistas: “A nação está gravemente ameaçada e é dever das forças armadas intervir”.¹⁸

Assim como o previsto, o primeiro comício foi realizado no dia 20 de agosto. Do Rio de Janeiro, foi propagado, em rede de rádio, para vários estados.¹⁹ Enquanto no Distrito Federal ocorria a manifestação queremista, cujo ritual foi repetido nos demais encontros, em outras cidades também aconteceram eventos simultâneos. Iniciou-se no largo da Carioca, onde foram feitos os discursos, e depois a multidão seguiu em passeata para o palácio da Guanabara com a finalidade de falar com o presidente e tentar convencê-lo a aceitar sua candidatura.

No dia seguinte, *O Jornal* noticiava o comício e, sempre que possível, minimizava sua repercussão. Descreveu-o como uma manifestação “fria” e de “pequeno agrupamento”. Segundo a reportagem, dentre os poucos que assistiram ao comício, “a maioria era de curiosos, o que foi fácil perceber pelas centenas de pessoas que não batiam palmas nem demonstravam nenhum entusiasmo com as palavras dos oradores, limitando-se apenas a ouvir.” Para reforçar a ideia de que o comício foi pouco espetacular, publicou-se, ao lado do texto, fotografias do local retratando a pouca quantidade de ouvintes. Contudo, eram fotografias tiradas durante o dia, enquanto o comício havia sido marcado para o cair da noite.²⁰ Utilizando-se de palavras mais agressivas, *Correio da Manhã* (apud CABRAL, 1984, p. 118) chamou os queremistas de “tipos de ralé” e “turmas de cafajestes”, pertencentes a um “mal contagioso que deveria ser erradicado”.

¹⁸ Trecho da entrevista de Otávio Mangabeira à imprensa. Idem, 28 de junho de 1945, 1ª seção, p. 3.

¹⁹ O comício foi divulgado, em horários pagos pelos queremistas, pelas rádios Tupi e Tamoio, ambas pertencentes à rede de comunicação de Assis Chateaubriand. Foi transmitido também pelas estações de rádio Cruzeiro do Sul e rádio Clube do Brasil, adquiridas pelo empresário queremista Hugo Borghi.

²⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1.

A agitação popular nas ruas assustava aqueles que primeiro propuseram a abertura do regime – os liberais – desejosos de realizar a democratização pelo alto e sem participação popular. Porém, a esse grupo político juntavam-se também os pessedistas fiéis à candidatura de Dutra. O general, na verdade, necessitava de uma palavra de apoio de Vargas para se eleger. Como se já não bastasse o poder de mobilização do movimento, uma notícia impactante, cinco dias antes do primeiro grande comício quememista, intensificou a indignação dos liberais udenistas: o líder comunista Luís Carlos Prestes declarou apoio a Vargas. A união das personalidades políticas mais populares no cenário de 1945 levou os líderes da UDN e do PSD a ficarem seriamente preocupados, aproximando cada vez mais suas propostas de solução para a crise política. Surpresas, as oposições não hesitaram em utilizar este fato como mais um argumento de combate ao governo. Tendo em vista que, no discurso liberal da época, autoritarismo era considerado uma prática inerente ao comunismo, o apoio de Prestes a Vargas pareceu às oposições liberais mais uma evidência de que as intenções democratizantes do presidente eram falsas.

Apesar das tentativas de subestimar a participação comunista, as fontes históricas evidenciam o importante papel que os comunistas tiveram no queremismo. Além da participação ativa no movimento pela continuação de Vargas no poder, foi de autoria dos comunistas a ideia da “Constituinte com Getúlio”, que, em determinado momento, foi adotada pelos líderes quememistas e progressivamente alastrada pelo movimento. A partir daí, os quememistas passaram a se comprometer de fato com o regime democrático (FERREIRA, 2005).

Adotando a proposta dos comunistas, líderes quememistas anunciaram a defesa da eleição de uma Constituinte com Vargas na presidência. O lema “Constituinte com Getúlio” criou um mal-estar nos udenistas, tendo em vista que a demanda por uma Constituinte fazia parte de sua pauta de reivindicação desde o início do ano. Confusos quanto à maneira de atacar a nova proposta quememista sem contrariar sua validade democrática, os liberais passaram a criticá-la com o argumento de que, se aceita, seria manipulada por Vargas.

Durante os meses de sua existência, o movimento quememista mostrou-se bastante dinâmico, evoluindo e adquirindo maiores proporções. Surgiu como reação às críticas de Vargas; foi crescendo em número de adeptos dia após dia; passou a ter um núcleo, que lhe conferiu maior centralização e organização; realizou grandes comícios; exigiu a candidatura de Vargas. Porém, Vargas sabia que suas bases de sustentação política eram frágeis para levar adiante um projeto de continuação na presidência da República. Diante disso, o quememismo mudou de tática, elaborando melhor seu projeto político em consonância com o processo de transição democrática – visto como inevitável. O *slogan* “Constituinte com

Getúlio” trouxe um novo significado e uma nova bandeira de luta para o movimento.

A princípio, a demanda fundamental era manter Getúlio Vargas no poder de qualquer jeito, com ou sem Constituinte. Trabalhadores e populares reconheceram no “Queremos Getúlio” a solução para os seus problemas em 1945. A lembrança que possuíam do período anterior à chegada de Vargas à presidência estava associada à exclusão política, à exploração social, à repressão policial contra os trabalhadores, ao descaso, enfim, um mundo sem leis, garantias e proteção ao mundo do trabalho. Com Vargas, eles conquistaram a cidadania social e aprenderam a lidar com suas vantagens. Mas o contexto da democratização de 1945 anunciava a volta ao regime liberal. Retornariam ao período anterior a 1930 quando os direitos sociais ainda não tinham sido conquistados? A saída de Vargas do poder anularia os benefícios adquiridos? Não queriam correr riscos. Projetando no presidente a única possibilidade de garantir as leis sociais, reuniram-se em torno do movimento “Queremos Getúlio”. Contudo, no decorrer dos acontecimentos, os líderes queremistas perceberam a inevitabilidade da democracia naquela conjuntura e decidiram trabalhar com os fundamentos próprios desse sistema. Substituíram, então, o simples “Queremos Getúlio” por um lema mais bem elaborado. Antes, personificavam a política na pessoa de Getúlio, agora, reconheciam a necessidade de institucionalizá-la com a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte (FERREIRA, 2005). A ideia era garantir a cidadania social na Constituição e não mais depender da contingência dos governantes. Porém, a presença de Vargas ainda era indispensável: exigia-se que a Constituição fosse elaborada antes das eleições para que ele, no poder, pudesse controlar o processo de transição e garantir a inclusão das leis sociais na nova Carta Constitucional.

No dia seguinte ao comício do dia 3 de outubro, a UDN publicou um comunicado ao povo, expressando sua indignação referente ao “manicômio político”. Referindo-se ao termo “comício monstro” utilizado pelos queremistas, o comunicado afirma que a monstruosidade do comício consistia, unicamente, no absurdo de ter sido o próprio governo o articulador da “bombachada”, na qual foram gastos “muitos milhões de cruzeiros”. Ainda segundo os udenistas, os que assistiram à manifestação eram os subversivos, pois a população ordeira retirou-se da cidade à medida que ia se aproximando a hora das expansões do fervor queremista. Quanto a Vargas, denunciaram: “o ditador, desarvorado, se dispõe, ou a continuar, seja como for, ou a, se tal não conseguir, como não conseguirá, vingar-se da nação, usando dos últimos meses que acaso ainda lhe restem de governo, para sacrificar o país, de modo a não deixar senão destroços como herança ao seu sucessor”.²¹

²¹ O *Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.

O comportamento das oposições com relação ao queremismo oscilava entre subestimação e temor. Por um lado, afirmavam com convicção que a campanha queremista pró-Constituinte, com adiamento das eleições presidenciais, não teria possibilidade alguma de êxito e que os discursos de Vargas dirigidos aos queremistas não passavam de traduções dos “tormentos de uma alma decepcionada por lhe terem tolhido a realização de um golpe”.²² Por outro, os vários grupos antiqueremistas sentiam-se tão ameaçados que decidiram se unir para tomar enérgicas providências contra o inimigo comum.

A reação final viria com a deposição do presidente no dia 29 de outubro; afinal, ele havia ultrapassado os limites do conservadorismo das elites brasileiras. Já estava mais que na hora de frear o avanço do radicalismo popular. Góis Monteiro, Agamenon Magalhães e João Alberto advertiram Getúlio Vargas, de que se ele aceitasse a demanda queremista, “não teriam forças para segurar o governo” (CABRAL, 1984, p. 142).

Os liberais e a deposição de Vargas: a ilusão da vitória

Logo após a deposição de Getúlio Vargas, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu o Executivo Federal, seguindo a proposta udenista expressa no lema “Todo poder ao Judiciário”. Embora considerado apolítico, o presidente interino tomou decisões que favoreciam os interesses da UDN. A cerimônia de posse de Linhares foi exemplar nesse sentido. Apesar da multidão presente ter sido composta por pessedistas e udenistas, foram estes últimos os que mais se destacaram, acenando com lenços brancos e gritando “Brigadeiro! Brigadeiro!”. E o novo chefe do governo respondia também com um lenço branco nas mãos, o símbolo da campanha brigadeirista. Outra demonstração de apreço ao partido de Eduardo Gomes foi a perseguição aos adeptos do regime derrubado e a nomeação de ministros udenistas ou, no mínimo, simpáticos aos seus interesses. Diante das alterações no quadro político, abateu-se um clima de desânimo sobre o PSD, cujo candidato não conseguia unir as forças políticas getulistas para combater a vitória quase certa do brigadeiro. A situação chegou a tal ponto que vários diretórios do PSD dissolveram-se e seus membros ingressaram na UDN. Em contrapartida, a euforia tomou conta dos udenistas, visto que todos os acontecimentos indicavam a eleição do brigadeiro Eduardo Gomes.

O clima era de festa e, acima de tudo, alívio. Para os antigetulistas, o processo de transição democrática em bases conservadoras, inerente à política brasileira, parecia garantido e o movimento queremista, findado. Não restava dúvida alguma. As reportagens anunciavam, previamente, a vitória da Eduardo Gomes nas eleições para presidente da República. Dizia *O Jornal*:

²² Trecho da declaração de Juracy Magalhães à imprensa. Idem, 4 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.

As urnas de 2 de dezembro consagraram pelo triunfo, num sufrágio livre e puro, a escolha prévia da nação. Por todas as forças morais e políticas que se adensam para sustentá-lo, caberá ao brigadeiro Eduardo Gomes a glória de ter sido o primeiro presidente do Brasil, incontestavelmente, eleito pelo povo.²³

Até mesmo o líder queremista Hugo Borghi tinha certeza da eleição do brigadeiro e avaliou, tempos depois, que ele teria 90% dos votos, enquanto Dutra não conseguiria nem mesmo 10%.²⁴ Faltavam poucos dias para as eleições e somente um acontecimento político capaz de causar forte impacto na opinião pública poderia inverter os resultados do pleito.

No dia 25 de novembro, Vargas preparou uma mensagem, aconselhando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a população brasileira a cerrarem fileiras em torno da candidatura Dutra à presidência da República. O manifesto chegou meia hora antes do encerramento do último comício de Dutra no Rio de Janeiro e foi lido por Borghi ao público. Realizado 5 dias antes do pleito, seus oradores pessedistas insistiam em elogiar Dutra. No entanto, a noite pertencia aos queremistas, disse um periódico. Um locutor que se tornou conhecido pelas irradiações de comícios promovidos à porta do Palácio Guanabara, quando se reivindicava uma Constituinte com Vargas, apoderou-se do microfone. Falando em nome dos trabalhadores, anunciou a adesão de Vargas à candidatura do general Dutra e passou a palavra a Borghi. Ouviam-se gritos de “Getúlio! Getúlio! Getúlio!”

A partir daquele momento, iniciou-se uma nova campanha, trazendo fôlego ao candidato do PSD. A mensagem “Ele disse: votem no general Dutra” foi impressa, juntamente com a fotografia de Getúlio Vargas, e distribuída em todo país. O sucesso foi tanto que as impressões sobre o resultado da disputa eleitoral mudaram. Até mesmo Luís Carlos Prestes admitiu que a mensagem teve papel decisivo nas eleições e revelou que muitos operários do Partido Comunista o procuraram para dizer que votariam em Dutra (CABRAL, 1984, p. 167). Os relatos do líder queremista José Junqueira mostram o comportamento de grande parte dos eleitores na véspera das eleições. Afirmou que o centro da cidade do Rio de Janeiro fora tomado pela vibração popular aos gritos de “Getúlio!Getúlio!Getúlio!” Parecia ter voltado aos tempos do “Queremos Getúlio”. Diante das manifestações, concluiu que o “Ele disse” fora a salvação de Dutra, cuja vitória lhe parecia assegurada (JUNQUEIRA, 1945). A vitória era de Dutra, mas a demonstração era queremista.

As oposições udenistas ainda tentaram se recuperar, fazendo críticas e duvidando do “Ele disse”. Em um artigo intitulado “Equívoco”, esclareciam que não se podia acreditar na autenticidade da mensagem, pois outras da mesma natureza teriam sido desmentidas anteriormente. Porém,

²³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 4.

²⁴ Hugo Borghi. (depoimento), Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1982, p. 51.

mais adiante, o texto fez uma suposição. Caso fosse verdadeiro o último suspiro de Vargas, dizia o periódico, significaria “mais uma prova da desfaçatez do chefe do governo deposto a 29 de outubro.” Ainda segundo o autor do artigo, durante meses, depois de lançada a candidatura do general Dutra, Vargas empenhara-se em destruí-la; submetera seu antigo ministro da Guerra a humilhações; reduzira sua candidatura a um desprezível movimento de ambição de políticos sem conceito; suscitara o quererismo para torpedeá-la; aliara-se aos prestistas para a campanha da “Constituinte com Getúlio Vargas”; tentara desmoralizar as próprias Forças Armadas que garantiam as eleições ao nomear Benjamim Vargas à chefia da polícia com o objetivo de garantir a convocação da Constituinte. Além disso, enquanto esteve no governo, resistira de todos os modos a empenhar uma palavra que fosse em favor de Dutra e ainda orientou os operários a ingressar no Partido Trabalhista, que, segundo o texto, havia se manifestado intransigentemente contra Dutra. Portanto, se autêntico, o “Ele disse” seria mais um testemunho de sua insensibilidade moral aos acontecimentos de que resultou a sua deposição. Portanto, concluiu:

Equívoco penoso é o do sr. Getúlio Vargas, teimando em baixar ainda mais no julgamento do país, com essa falta de compostura cívica de que tem dado provas, ao insistir em estar presente na vida política da nação que o escorraçou, quando o seu rudimentar dever seria acolher-se, buscando no esquecimento o perdão dos seus enormes crimes contra o Brasil.²⁵

Os esforços das oposições foram em vão, pois o caminho das urnas já estava traçado àquela altura. Já nas primeiras apurações, o candidato pessedista aparecia na frente. O resultado das eleições foi surpreendente: Eurico Dutra venceu com 52,39% dos votos, enquanto Eduardo Gomes obteve 34,74%. Exceto no Ceará, no Piauí e no Distrito Federal, em todos os estados a aliança PSD-PTB conseguiu a vitória. Getúlio Vargas foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo. Como deputado federal, foi eleito por sete estados (São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná). Inconformada, a UDN justificou sua derrota nas eleições afirmando que, no interior do Brasil, muitos quereristas levaram às urnas eleitores comprados ou embriagados (CABRAL, 1984, p. 168). No entanto, os números mostraram que a popularidade de Getúlio Vargas era inegável.

Considerações finais

Em 1945, diante da derrota das forças do Eixo na Segunda Guerra Mundial e do próprio processo brasileiro de transição para um regime liberal-democrático, as elites liberais opositoras do Estado Novo encontraram

²⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 4.

terreno fértil para propagar as diretrizes do seu projeto político para o Brasil. Para elas, a transição para a democracia deveria ser negociada pelo alto, com a saída da elite do Estado Novo e a entrada de uma outra, a da UDN, no controle do Estado. O novo sistema a ser implantado deveria se basear nos preceitos do liberalismo clássico, sobretudo no tocante aos direitos civis e políticos, com as devidas limitações à participação popular. Mas o queremismo impediu que a transição democrática fosse um mero acordo entre elites. Em pleno momento de crise da ditadura, trabalhadores e populares reivindicavam a permanência do ditador no poder.

Em busca de explicações, os opositores da ditadura tentavam explicar esse fenômeno social nas páginas da imprensa liberal. Na lógica deles, o queremismo era uma prova viva do quanto a ditadura de Vargas se utilizou da poderosa propaganda estatal para manipular os grupos populares, levando-os a lutarem por uma demanda contrária a seus verdadeiros interesses. Criticaram, desmereceram, desqualificaram o queremismo, mas nada foi suficiente para fazer os adeptos do movimento desistirem de suas ideias políticas. Presos às suas concepções elitistas, os liberais foram incapazes de compreender o impacto que as políticas públicas de Vargas e a ideologia do trabalhismo tiveram na vida dessas pessoas. Não conseguiram entender o significado que a cidadania social conquistada teve para elas e que o queremismo fora uma resposta popular à situação de ameaça criada pela possibilidade de um processo de transição sem a presença de Vargas. Havia o medo de perderem as leis trabalhistas alcançadas ao longo dos anos 1930.

Na configuração do novo sistema, os liberais desconsideraram o prestígio de Getúlio Vargas entre trabalhadores e populares e o aprendizado político desse grupo. Acabaram frustrados com o resultado das eleições para a presidência da República.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CABRAL, Elza Borghi de Almeida. *O queremismo na democratização de 1945*. 1984. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JUNQUEIRA, José Monteiro Ribeiro. *Carta para Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2 dez.1945.

MACEDO, Michelle Reis de. *Trabalhadores e cidadania no Brasil: o movimento queremista e a democratização de 1945*. 2008. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.17, nov. 2001.



Parte III
Terceira República (1946-1964)
sobre esquerdas, direitas e humoristas

A História sem Heróis: coisa pública e humorismo político (1964-1945)¹

Elio Chaves Flores²

- Pedrinho, quem foi que quebrou a vidraça, meu filho? - e, ante a negativa reiterada do filho, apelou: - Meu filhinho, pode dizer quem foi que eu prometo não castigar você.

- Quem quebrou foi o garoto do vizinho. [...] Foi aí que Pedrinho provou que tinha ideias revolucionárias. Virou-se para o pai e aconselhou:

- Papai, esse menino do vizinho é um subversivo desgraçado. Não pergunte nada a ele, não. Quando ele vier atender a porta, o senhor vai logo tacando a mão nele.

Stanislaw Ponte Preta, *Garoto Linha Dura*, 1964.

- As forças esquerdistas estão à procura de um candidato às direitas.

- Os homens às direitas são aqueles que estão hoje às esquerdas.

- Os grandes estadistas do momento são como a Torre de Pisa: são um pouco inclinados para a esquerda.

Barão de Itararé, *A Manhã*, 1945.

Introdução

O ponto de partida para a pesquisa que originou este texto seria o pressuposto, considerado óbvio por humoristas e cientistas sociais, de que não existiria humorismo a favor. Em larga medida, em pouco mais de 100 anos da história republicana, os intelectuais do humor, em diferentes períodos históricos, consagrariam e repetiriam certas representações

¹ O presente texto é versão reduzida do quarto capítulo da tese de doutorado intitulada *República às Avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil contemporâneo (1993-1930)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, em março de 2002. A tese em PDF pode ser solicitada por e-mail: elioflores@terra.com.br

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela PUC-RS e Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

cômicas do regime: mulher pública, coisa de ninguém, mundo da desordem, esfera da politicagem, ninho de raposas, gaiola de jecas inocentes e manipulados. E, mais atualizada do que nunca, mar de lama, de corrupção e moedeiros miraculosos. Saber em que sentido tais práticas políticas seriam exageradamente representadas e distorcidas por intelectuais que têm no humor político sua razão de ser evidencia o caminho a ser desvendado pela pesquisa historiográfica. A rigor, não seria difícil sustentar que, sem o deliberado exagero da imagem feita pelo chargista e a invenção sobre o fato levado às últimas consequências pelo cronista, não haveria nem sátira, nem paródia, nem ironia, apenas a versão officiosa do acontecimento que não produziria riso nem consternação. Por isso, o fundamental para a historiografia que procura tratar do humor político não se vincula tanto a leituras semióticas da charge e da crônica, mas sim à apreensão dessas fontes como artefatos e bens simbólicos da luta política que se trava nas esferas e instâncias do poder relacional e institucional. Neste sentido, tanto os cronistas quanto os chargistas que, de uma forma ou de outra, historiam os “agoras”, os instantes e os momentos que vão sedimentando e reinventando a cultura política testemunham e representam práticas sociais e não deixam de justificar seus próprios fazeres no contexto da produção das coisas miúdas ou, mais exatamente, do cotidiano da história.

Neste trabalho optou-se pela narrativa regressiva, isto é, desbobinando o filme da temporalidade escolhida. Se fosse tratá-la na perspectiva de um método, admito escovar a história a contrapelo, virando pelo avesso aquilo que foi sendo imposto como causa e, ainda, perseguir as dobraduras dimensionadas na própria duração, cujos recônditos temporais estabelecem, portanto, os fundamentos epistemológicos daquilo que chamaria de avessia. Este procedimento, um tanto raro na historiografia que trata da República, foi testado sem nenhum prejuízo à narratividade e à objetividade dos pressupostos historiográficos.³

Os intelectuais do humor Stanislaw Ponte Preta (cronista), Millôr Fernandes (cronista e chargista), Barão de Itararé (cronista e chargista) seriam fazedores de um humor político pouco crente quanto às possibilidades de a República superar o populismo e a manipulação, e realizar as reformas. Algo parece ser recorrente nessa temporalidade, o intelectualismo como traço diferenciador, em que cronistas e caricaturistas se esforçariam para não se confundirem com os trabalhadores comuns, vistos como objetos de manipulação política. Nesse sentido, os intelectuais do humor, valorizados com a crescente importância da imprensa escrita nos debates e enfrentamentos políticos, experimentariam uma próspera fase de profissionalização, e muitos se libertariam da pouco generosa condição de meros colaboradores de textos e de imagens nos jornais e revistas. Seria

³ Ao me impor a tarefa do método regressivo, pretendi ser um bom leitor de Marc Bloch (1997), Walter Benjamin (1994), Paul Veyne (1992) e Mikhail Bakhtin (2000).

possível aventar a hipótese de que, entre a euforia dos demais intelectuais nacionalistas pelo desenvolvimento autônomo e o pessimismo moralista dos conservadores quanto à participação das classes trabalhadoras nos destinos da República, boa parte dos intelectuais do humor evidenciaria o que se pode definir como uma perspectiva cética, que beirava a desconfiança ante os desafios de se construir os fundamentos de uma cultura cívica, participativa e deveras republicana.

Nós, o povo: entre as direitas e as esquerdas

Caso o historiador se debruce no que se consagrou como realmente patético na temporalidade 1964-1968, perceberá que havia entre os setores civis uma gama de políticos locais, líderes regionais e candidatos a estadistas bastante sensíveis à ideia de que as forças armadas da República poderiam desempenhar funções mais nobres do que cuidar das fronteiras da nação. Talvez fosse possível admitir o quinhão dos intelectuais do humor em forjarem a representação do militar como inepto, truculento, violento e gorila, o que aconteceu justamente na conjuntura que se seguiu à ruptura da ordem democrática.

Antes mesmo do próprio *Pasquim*, o mais pasquiniano dos cronistas cariocas, Stanislaw Ponte Preta, que se identificava como “um observador e não um novidadeiro”⁴ dos marcos da história contemporânea do Brasil, arrolaria como fatos do festival de besteira política situações que se manifestavam nos mais diferentes lugares da República. Numa narrativa inconfundível, Sérgio Porto seria o primeiro intelectual humorista a tentar uma explicação para todo o processo repressivo, ainda no começo da ditadura, a que designaria mordazmente como Redentora:

É difícil ao historiador saber precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o país. Pouco depois da “redentora”, cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem “otoridades”, sentindo a oportunidade de aparecer, já que a “redentora”, entre outras coisas, incentivou a política do dedurismo (corruptela de

⁴ O carioca Sérgio Porto ou Stanislaw Ponte Preta (1923-1968) seria o grande ícone do humor pasquiniano e reconhecido como um criador de tipos populares e frasista nato. Cronista irreverente, também teria atuação destacada na televisão e no teatro na década de 1960. Ao escrever crônicas para a imprensa carioca, imaginou parodiar o nome do personagem de Oswald de Andrade, título do romance *Serafim Ponte Grande*, um dos marcos da sátira modernista. Mas, advertido de que o satirista da Paulicéia pudesse não gostar do homônimo Serafim Ponte Preta, resolveu trocar para Stanislaw. A partir daí deixou de assinar Sérgio Porto, fixando-se em Stanislaw Ponte Preta nos livros publicados e na vasta produção de crônicas em jornais como *Tribuna da Imprensa*, *Diário da Noite* e *Última Hora* e nas revistas *Manchete*, *Fatos & Fotos* e *O Cruzeiro*. De inconfundível inspiração oswaldiana, Stanislaw nasceu no mês de novembro de 1955 com certidão batida numa Remington semiportátil como assevera numa nota autobiográfica: “Eis cá o mais vivo dos Ponte Preta, o mais fero dos colonistas, o mais noticioso dos noticiadores. [...] no estilo dos colonistas modernos, Stanislaw passa, muito a contragosto, a falar dos outros.” (SÉRGIO, 1998; MAGALHÃES JÚNIOR, 1967, p. 450-453; SÁ, 1987, p. 30-37).

dedo-durismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo – alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas) iniciaram essa feia prática advindo daí cada besteira que eu vou te contar.⁵

A charge de Jaguar para a crônica mostraria um caçador de bruxas, fisionomia raivosa e truculenta, carregando num estandarte uma grande mão cerrada com o dedo indicador apontando para o vazio a sua frente. Talvez mais expressiva, ainda, tenha sido a capa da primeira edição do FEBEAPÁ, que trazia a mesma imagem da mão, repetida três vezes, apontando para direções diversas, especialmente para um transeunte que está passando na parte inferior da imagem sob o peso paquidérmico das letras garrafais que chamavam o título: *Festival de Besteiras que Assola o País*. Com a sua irreverência, o autor dos consagrados “Festivais de Besteiras” falaria muitas vezes da censura, de seus agentes insolentes e de seus atos patéticos.⁶ Em São Paulo, na estreia da peça *Electra*, os agentes do DOPS teriam comparecido ao teatro para prender o autor do texto trágico, o grego Sófocles, acusado de subversão, e que morrera em 406 a.C. Na peça de César Vieira, *Um Uísque para o Rei Saul*, a censura atuaria antes, para cortar partes do próprio texto. O cronista ridicularizaria uma atitude de derisão: “Na frase dita pelo Rei – ‘Dei meus testículos para o bem do povo’ – o censor sublinhou a palavra testículos e anotou: corte-se isto!”.⁷ Como diria um historiador freudiano, as invenções mais bizarras não surgiriam totalmente derivadas da imaginação, seriam antes versões e fragmentos de experiências marcantes. Portanto, não seria descabido deduzir que a mente do censor moralista procuraria avidamente “representações realistas que favoreçam a visibilidade, a precisão e a nitidez pictórica, enquanto corporificações de seus impulsos e ansiedades – e encontra o que precisa nas suas vizinhanças imediatas”. (GAY, 1989, p. 108-110)

Tratava-se de atos patéticos e insólitos no terreno das cumplicidades em que muitos poderes municipais reforçariam a verticalização dos poderes institucionais. Seria necessário admitir que a fruição cômica da acusação e do elogio somente alça voo com o anjo da história, pois, no chão

⁵ PONTE PRETA, Stanislaw. *FEBEAPÁ 1*: primeiro festival de besteira que assola o país. 11. ed. Prefácio e ilustração de Jaguar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23.

A primeira edição do FEBEAPÁ (Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1966) sairia com aquilo que o autor arrolou como procedimentos patéticos dos que deram o golpe de 1964 nos anos seguintes, isto é, 1965 e 1966. O sucesso editorial seria imediato: em 1967, sairiam mais quatro edições e, em 1968, mais duas edições, ambas pela Editora Sabiá, do Rio de Janeiro.

⁶ Conforme mencionei antes, além das sete edições do primeiro volume, o *Segundo Festival de Besteira que Assola o País* teria também sete edições entre o ano de lançamento, 1967 até 1969. O terceiro volume *FEBEAPÁ 3*, dividido em duas partes, “Na Terra do Crioulo Doido” e “A Máquina de Fazer Doido”, teria, até 1969, três edições. Todas as edições referidas saíram pela Editora Sabiá, do Rio de Janeiro.

⁷ Stanislaw Ponte Preta, *FEBEAPÁ 1*, op. cit., p. 30; *FEBEAPÁ 3*: “Na Terra do Crioulo Doido”, op. cit., p. 23-24. Sobre represálias e censura às atividades humorísticas do autor dos Febeapás, ver (SÉRGIO, 1998, p. 230-246).

dos poderes, a aliança recupera as forças guardiãs da boa ordem e dos desejos do tipo verde que te quero oliva. Parece ser o que se depreende do decreto 166, do prefeito de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, o engenheiro Heródoto Bento de Melo. Segundo o cronista, a transcrição teria sido feita de um jornal da cidade:

Considerando que o Marechal Castelo Branco tem-se conduzido na Presidência da República como um estadista de escol; considerando que o Presidente Castelo Branco com o seu manifesto de então Chefe das Forças Armadas foi o primeiro grito de alerta contra a corrupção e subversão que assoberbava a Pátria brasileira; considerando que o Presidente Castelo Branco, como Chefe da revolução, banuiu a subversão comunista e a corrupção do Brasil; considerando que o Presidente Castelo Branco trouxe a paz, a tranquilidade à família brasileira; considerando que o Presidente Castelo Branco vem implantando no país o clima de ordem, respeito e trabalho; considerando que o Presidente Castelo Branco, como herói da FEB, se fez credor da gratidão do povo brasileiro, decreta: - Artigo 1.º - Fica denominada Praça Presidente Castelo Branco o logradouro público conhecido por Largo do Matadouro.⁸

Tal como muitos civis e militares, o referido prefeito municipal sentia-se honesto e incorruptível por ser anticomunista e dava ao largo do Matadouro, espaço republicano de sua cidade, um nome de ferro com elogiosos títulos ao militar no poder: marechal, presidente da República, chefe das forças armadas, chefe revolucionário, incorruptível, herói da FEB. Alguém próximo das letras poderia acrescentar: primo de Raquel de Queiroz e sangue de José de Alencar, o pai cearense do romance brasileiro. Dado que tal manifestação vinha do interior e “de baixo” e se repetia às centenas, o cronista admitia que o primarismo e o provincialismo estavam produzindo “cada besteira de encabular dupla caipira”.⁹ Num sentido concomitante à demonização das práticas políticas consideradas de esquerda, a resolução prussiana dos impasses da República seria ironizada por Stanislaw Ponte Preta a partir do mito napoleônico lembrado por um político menor: “dizia muito bem Napoleão Bonaparte, com aquela sabedoria napoleônica, que lhe era peculiar, que com a espada podia-se fazer tudo, menos sentar-se sobre ela”. O cronista não perdoaria a lição de história do nobre deputado: “ora vejam só as peculiaridades peculiares ao peculiar Napoleão – esse napoleônico”. A charge de Jaguar, ilustrando a exemplaridade bonapartista, consubstanciaria a imagem do discurso salvacionista da República que tanto irritava o cronista dos festivais de besteiras, ao colocar o traseiro de um suposto Napoleão brasileiro esfolado na

⁸ PONTE PRETA, Stanislaw. *FEBEAPÁ 2*: segundo festival de besteira que assola o país. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 30-31.

⁹ *Ibidem*, p. 17.

ponta de uma espada desembainhada.¹⁰ Outra analogia cômica a grandes personalidades históricas seria feita pelo editor Ênio Silveira, intelectual que aglutinaria grupos de artistas e pensadores democratas em torno da Editora Civilização Brasileira, o qual ironizaria “a farsa de abril ou o mito da honradez cívica”, aludindo à famosa Oração Fúnebre de Marco Antonio diante do corpo de César e de seus justiceiros, segundo o qual Brutus e os demais seriam “homens honrados”. Sua verve, entre a indignação e o humor cáustico, exclama: “arfam os bustos honestos das ilustres damas da CAMDE; vibram – sonantes e heróicas – as algibeiras dos ilustres senhores da alta indústria e do não menos alto comércio; tornam-se mais verdes os campos dos ilustres senhores rurais”. Para o editor, o Brasil estava “enfim, livre da corrupção, poderá agora marchar bem, marchar com Deus pela família: a Revolução está vitoriosa e começa a institucionalizar-se. Está salvo o Continente”.¹¹

Stanislaw Ponte Preta, na crônica que resgata a fábula do operário e do leão, enche o texto de relações paródicas com a política do momento, chegando a um resultado surpreendente, ao colocar a inversão dos fatos nas manchetes da imprensa. Embora longa, a crônica citada insere alusões irônicas aos reformadores de “reinos e republiquetas” e às versões sinistras de fatos pungentes em que um operário transeunte se depara com um leão furioso que havia se evadido do circo.

Um dia – foi num domingo – o povo daquele reino, que vinha sendo vítima dos reformadores contumazes de todos os reinos, países, principados e republiquetas, ouviu dizer que o leão ia aparecer em um novo número. E então todo mundo foi ao circo, ver a coisa, e se distrair um pouco.

Mas eis que, de repente, o feroz leão deu um pulo dentro da jaula e arrebentou as grades, fugindo para a rua. O pânico estabeleceu-se imediatamente. Todo mundo correu, menos um rapaz franzino que estava parado numa esquina, esperando a namorada. O leão avançou para o rapaz que, muito valente, puxou um canivete que tinha, para fazer ponta em fósforo e economizar o palito. E só com aquele canivetezinho, ele matou o leão. A fera pulou em cima dele e ele teve tanta sorte que acertou uma canivetada na jugular do leão, que morreu de anemia ali mesmo.

Foi uma coisa espetacular. Logo o povo todo correu para festejar o rapaz e veio a imprensa, veio o rádio, a televisão e até as autoridades. Um ministro perguntou logo, diante da coragem do rapaz, se ele era chefe de

¹⁰ Ibidem, p. 70-71, a crônica política.

¹¹ Prefácio ao livro de Carlos Heitor Cony, *O ato e o fato: crônicas políticas*, datado de 22 de junho de 1964. Silveira abre o prefácio com epígrafe do que é considerado um dos discursos políticos mais irônicos do cânone ocidental, a “Oração Fúnebre”, e ele mesmo inspira-se em Marco Antonio quando define João Goulart ora como “o Hamlet dos pampas” ora como “o César de São Borja”. A meu ver, o prefácio de Ênio Silveira constitui um dos discursos mais irônicos sobre o golpe de 1964 na medida em que se afigura “circunstancial, textual e intertextual”, isto é, gráfico, fônico e gesticulatório, embora seja evidente que foi escrito na sala da direção da Editora Civilização Brasileira. Sobre a ironia e o discurso político, ver (HUTCHEON, 2000, p. 203-227).

esquadrilha de aviões de combate. Mas o rapaz não era. Um oficial da marinha quis saber se o rapaz era piloto de submarino suicida. Mas o rapaz não era. Não pertencia a qualquer das Forças Armadas daquele reino.

– Mas então, que é que você é? – perguntou o diretor do maior jornal dali.

– Eu sou operário – respondeu o rapaz.

E no dia seguinte, todos os jornais do reino publicavam em manchete: LEÃO ACUADO E INDEFESO MORTO POR FERROZ AGENTE COMUNISTA.¹²

Assim, a inversão dos fatos ou a apropriação de versões sensacionais e sensacionalistas por parte da imprensa da época permitem demonstrar que certos intelectuais do humor trabalharam representações cômicas de modo também invertidos: os conservadores fazendo uma “revolução” contra os subversivos e os comunistas. Neste aspecto, não se descartaria o fato de que a realidade poderia ser mais fabulosa do que a fábula. Pois, vivia-se mesmo um tempo febril, e o espectro da “república sindicalista” poderia ser meio caminho andado para a comunização do país, segundo os defensores do golpe: pretextos, narizes obliterados, dispositivos militares, demasiadas e sinceras euforias por reformas de base, tudo isso metido no meio do fantasma do operariado numa suposta “terra em transe”. Ora, ser comunista chegou a ser considerado aquele camarada que lutava por “reformas e revolução, na lei ou na marra”, como explicitariam algumas análises historiográficas.¹³

Um ano antes do golpe militar, o cronista-cartunista Millôr Fernandes, demitiu-se da revista *O Cruzeiro*, em 1963, no qual havia começado no politizado ano de 1945. Nessa duração republicana, ele se tornou o mentor intelectual de um grupo de caricaturistas que reconheceriam sua expressiva influência nos seus caminhos e traços, como Ziraldo, Fortuna, Claudius e Jaguar. Com os três últimos, ele fundaria em 1964 a revista humorística *Pif-Paf* que seria considerada o primogênito da imprensa nanica, com apenas oito edições. O jornal humorístico, realmente um precursor do *Pasquim*, findou derrubado pela censura, ao propor a candidatura do

¹² Stanislaw Ponte Preta, *Garoto Linha Dura*, Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1964, p. 89-90. Sabe-se que a fábula, *O Operário e o Leão*, chegou ao Brasil a partir do humor europeu. Stanislaw Ponte Preta colocou elementos da conjuntura e deu-lhe um estilo pasquineiro a partir de detalhes cariocas. Acredito que esta fábula incorporou-se à sátira política como uma variável do estigma “comunista comedor de criancinha”.

¹³ Ver Dulce Pandolfi (1995, p. 183-207). Parece que no período constitucional apenas um intelectual do humor se identificaria com o Partido Comunista, o irreverente Aparício Torelly, Barão do Itararé, que se elegeria vereador pelo Distrito Federal com 3.669 votos, o oitavo mais votado da bancada comunista composta por 18 vereadores. Não há menção de nenhum outro no detalhado estudo de Leôncio Martins Rodrigues (1983, p. 361-443).

general Castelo Branco para Miss Brasil.¹⁴ A rigor, o cronista e cartunista Millôr, por uma estranha argumentação na tentativa de preservar a máxima humorística do “contra todos” tentaria a solução pirotécnica de não ser a favor de ninguém visto não acreditar na “utopia tão deslavada e tola que é a democracia absoluta ou a paridade social e racial absoluta”. O dilema ideológico da crônica “Pró ou Contra?”¹⁵ beira o pirronismo, na medida em que qualquer utopia republicana não passaria de perspectiva “deslavada e tola”. Creio que se poderia aventar a seguinte ideia: a democracia brasileira apresentar-se-ia como paródia da República trabalhista, que, por sua vez, seria a própria ironia da história, pois o cronista não acredita nela. Há mesmo descrença e desencanto nas suas necessidades estruturais, que pareciam interessar aos setores reformistas e participantes das ansiedades de mudança social que tinham piques de euforia e repiques de dúvidas e incertezas. (FERREIRA, 1997).

Na crônica “Independência (Ou Morte?)”, publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, no mesmo ano, a atenção de Millôr Fernandes volta-se para os agentes ideológicos e representacionais do que se poderia chamar de luta de classes e também de costumes e valores geracionais. Seria, pois, o público e o íntimo de uma República pouco clara, apesar da ordem. A fúria pirronista do cronista atingiria um largo espectro ideológico que vai da moda das praias cariocas, passa pela suposta natureza freudiana dos comunistas brasileiros e chega ao seu próprio cronotopos de trabalho, não sem antes ironizar o povo e o governo:

Minha posição política é mais analítica do que apaixonada, muito embora às vezes eu inverta os termos da proposição, pois sou humano e, conseqüentemente, desumano. O Bispo? Como acreditar na sua retórica santimoniosa, nos seus gestos tão-deidade, tão bonzinhos, tão pecaminosos? Os comunas? Ah, que ira, que fúria, que freudianismo, embora amplamente justificado porque a frustração é um dos mais legítimos ingredientes

¹⁴ Com o pseudônimo de Emanuel Vão Gôgo e profissional dos *Diários Associados*, Millôr Fernandes produziu para a revista *O Cruzeiro* a seção “Pif-Paf” que se tornou o espaço humorístico permanente da revista, apresentada em página dupla e a cores entre 1945 e 1963. Inicialmente ele fazia os textos e os desenhos que estavam a cargo de Péricles Maranhão, o criador de *O Amigo da Onça*, mas em seguida Millôr ficaria com a seção desenhando e escrevendo textos. Millôr Fernandes publicou mais de 50 livros, entre peças teatrais, traduções literárias, álbuns de humor e livros ilustrados. Considerado um filósofo do humor brasileiro, com longa trajetória intelectual, atuando na grande imprensa e fundando jornais alternativos, Millôr Fernandes testemunharia e interpretaria boa parte da duração republicana entre 1943 até o momento em que escrevo. Uma síntese de sua “filosofia humorística” pode ser vista em três de suas várias coletâneas: *Lições de um Ignorante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1963; *Livro Vermelho dos Pensamentos de Millôr*, Rio de Janeiro, Nórdica, 1973; e, *Todo Homem é Minha Caça*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1981. Três de suas peças, escritas nas décadas de 1960 e 1970, têm conotações satíricas com a história republicana contemporânea. Com Flávio Rangel escreveria *Liberdade, Liberdade*, representada em 1965 (Porto Alegre, LP&M Editores, 1997); *A História é uma Istória e o homem o único animal que ri*, representada em 1976 (*Millôr. Teatro Completo*. v. I. Porto Alegre, L&PM, 1994, p. 139-87); e, finalmente, *Os Órfãos de Jânio*, representada em 1979 (Porto Alegre, L&PM, 1979).

¹⁵ FERNANDES, Millôr. *Trinta anos de mim mesmo*. [s.n.t.]. p. 126.

da reivindicação social. Os militares agaloados, enquepizados, endeusados? No Brasil, sofrem, no máximo, de neurose de paz. O maiô biquini? nunca houve tanta moralidade quanto num domingo de sol na praia do Arpoador. Os políticos brasileiros? Tirando o senhor Jânio Quadros, que se tem definido até a TRAGÉDIA GREGA, onde estão as posições, pelo menos claras que o povo possa entender e seguir ou repudiar? [...]

Pode-se argumentar que um povo tem a imprensa que merece, assim como se diz que um povo tem o governo que merece. Em ambas as hipóteses o povo brasileiro, ofendido, devia se revoltar. Que povo terrível e abjeto seria o nosso, se realmente merecesse esse governo e essa imprensa! Governo que não consegue sequer impedir que se adultere o leite das crianças! Imprensa que não consegue sequer ser legível, para o bem ou para o mal.¹⁶

O humor textual de Millôr Fernandes aponta não só para as tendências ideológicas vigentes nos projetos republicanos em curso, mas também para o que seriam as posições dos humoristas no mesmo contexto. Nos dez mandamentos da revista *Pif-Paf*, uma espécie de editorial de como se portaria uma publicação de propriedade de humoristas, ele procuraria explicitar a singularidade do intelectual do humor, bem como a posição de uma publicação humorística ante as perspectivas ideológicas:

Pretendemos meter o nariz exatamente onde não formos chamados. Humorismo não tem nada a ver e não deve absolutamente ser confundido com a sórdida campanha do “Sorria Sempre”. Essa campanha é anti-humorística por natureza, revela um conformismo primário, incompatível com a alta dignidade do humorista. Quem sorri sempre ou é um idiota total ou tem a dentadura mal ajustada. [...]

Esta revista será de esquerda nos números pares e de direita nos números ímpares. As páginas em cor serão, naturalmente, reacionárias, e as em preto e branco populistas e nacionalistas. Todos os comerciantes e industriais que não anunciarem serão olhados com suspeitas, pois “quem não anuncia, se esconde”.¹⁷

Com efeito, se o riso poderia significar uma ação patética, o espectro do meio termo, metade das páginas para a direita e a outra metade para a esquerda, seria a estratégia para o humorista se livrar da pesada situação de se definir diante do embate político. A evidência de que tal estratégia não seria nada otimista se revelaria no quarto mandamento, quando se ironiza a sociabilidade valorativa e hierárquica da República, os homens de bem, a partir de um objetivo, o cáustico: “Nossa intenção básica é fazer com que os homens de bem se arrependam”. Talvez isso signifique ante-ver certa impossibilidade de as forças políticas, tanto as direitas quanto

¹⁶ Idem, p. 123, 71-72.

¹⁷ Idem, p. 134.

as esquerdas, se afastarem de outra categoria metafísica da República: a ordem. E, neste sentido, nem as inversões de posições ideológicas, como bem frisou o cronista no exemplo das páginas da publicação, nem a posição de idiotia do ridente, teriam o que fazer ou o que salvar. A ironia parece ser uma só, como uma profecia contra as boas intenções dos homens de bem, tão recorrentes na história do Brasil, especialmente na duração republicana: “Em todos os momentos da história ficou provado que um país que precisa de salvador não merece ser salvo”.¹⁸

Parece um tanto evidente o forte ceticismo de muitos intelectuais sobre as utopias republicanas, especialmente do cronista Millôr Fernandes, o qual venho definindo como exemplaridade de intelectual juvenaliano, que não se sentiria à vontade com as crenças políticas das esquerdas que empolgariam outros tantos artistas e intelectuais do cinema, teatro e literatura.¹⁹ Como um humorista que construiu tradições gráficas e textuais, ele tenta provar, com uma relação de dez pontos, que o propalado perigo comunista não existiria mais, uma vez que, segundo suas teses, o Brasil já seria uma República socialista. O sugestivo título da crônica, “Brasil, País Comunista”, trabalharia os principais vetores das lutas ideológicas, a saber, os fantasmas das direitas reacionárias e as veleidades das esquerdas reformistas:

1. Os homens públicos falam sem nenhuma propriedade.
2. A mudança da capital para Goiás é prova de que o Governo caminha decididamente para a esquerda.
3. O preço que atualmente se paga por essas obras de arte automobilística chamadas J. K., Simca e Volkswagen, exige sacrifícios tais que bem demonstram que o Brasileiro é um adepto fervoroso da arte dirigida.
4. A tremenda corrida imobiliária e a construção de incontáveis arranha-céus levou os operários a alturas que nunca alcançaram em outros países. Temos aí a verdadeira ascensão do proletariado.
5. Os assobios e ditos, quando passa pela rua um bom “material”, mostram que a maior parte dos homens brasileiros é materialista.

¹⁸ Millôr Fernandes, *Livro Vermelho dos Pensamentos de Millôr*, op. cit., p. 71. Variações da mesma abordagem foram mencionadas no campo do humorismo por Stanislaw Ponte Preta: “Tenho horror aos salvadores da pátria. É ela que tem de nos salvar e não nós a ela”, Renato Sérgio, *Stanislaw Sérgio Ponte Porto Preta*, op. cit., p. 146; e, no campo da crônica política, por Carlos Heitor Cony (1963, p. 72) na conjuntura de 1964: “a pátria está salva, mas não está livre ainda daqueles que desejam salvá-la”.

¹⁹ Com sua radical forma de inverter sentidos e inventar linguagens, Glauber Rocha seria, a meu ver, a antítese intelectual de Millôr, ao menos sobre o processo histórico da década de 1960: “quando eu faço a redução pro BRASIL SUBDESENVOLVIDO E INCULTO – eu vejo que a Europa é a HISTÓRIA FEITA e nós SOMOS A HISTÓRIA A FAZER, e nosso tempo é pouco, nosso passado é vergonhoso e temos de agir engajados na história. O Brasil de hoje não tem lugar pro artista romântico e sim para o artista revolucionário, mas não um revolucionário da arte e sim da própria história, estética hoje é uma questão política”. Carta de Glauber Rocha a Paulo César Saraceni, enviada em janeiro de 1962. (BENTES, 1997, p. 163-166)

6. A totalidade das medidas governamentais causam *revolta permanente*.
7. País cheio de sol e de praias, aqui todo trabalho é trabalho forçado.
8. Já está oficializado pelos paredros e técnicos de futebol a instituição dos *campos de concentração*.
9. O fato de os proletários terem de criar seus inúmeros filhos sem nenhuma assistência ou amparo oficial mostra que o Estado brasileiro aceita plenamente a tese marxista: “o trabalhador tem direito ao resultado total de seu esforço”.
10. Como provam as crônicas especializadas, o país tem uma sociedade absolutamente sem classe.²⁰

Pode-se perceber que os dez pontos mencionados são retirados de fatores socioeconômicos, numa evidente sátira às análises marxistas sobre conjuntura e condições objetivas que levariam o Brasil ao caminho bem-aventurado de uma República nacionalista, progressista, democrática e, se assim fosse o empenho e luta das vanguardas e operários, uma República popular inspirada na exemplaridade bolchevique.²¹ Parece ser verossímil que o cronista trata dos elementos mais demonizados pelos críticos das Repúblicas comunistas: campos de concentração, trabalho forçado, arte dirigida, materialismo. Outras expressões não deixam de ser apropriações da apolínea discursividade das esquerdas que se transformam em mordaz ironia aos brasileiros: a sociedade republicana seria sem classe, os dirigentes falam sem propriedade, o materialismo seria a erotização da carne, enfim, a ascensão do operariado não passaria do canteiro de obras de cidades verticais. Trata-se, a meu ver, de inversão humorística das exemplaridades republicanas tão gloriosamente decantadas pelos crentes e seguidores que consideravam uma espécie de paraíso terrestre o cronotopos das repúblicas soviéticas.²² Em outra ocasião, na década de 1950, mais precisamente no fatídico ano de 1954, Millôr Fernandes ironizaria uma das teses mais caras aos marxistas, no que diz respeito

²⁰ Millôr Fernandes, *Lições de Um Ignorante*, op. cit., p. 66-67.

²¹ Documento dos comunistas do final da década de 1950, assim analisava a conjuntura: “A característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. O socialismo ultrapassou os marcos de um só país e se transformou num sistema mundial vigoroso e florescente, que exerce influência positiva na evolução política e social de todos os povos. São enormes os êxitos econômicos e culturais dos países socialistas, e em primeiro lugar da União Soviética, que já assumiu a vanguarda em importantes ramos da ciência e da tecnologia, marchando para superar, em breve prazo histórico, o país capitalista mais adiantado, os Estados Unidos, quanto aos índices fundamentais da produção por habitante. Estes êxitos crescentes atraem para a ideia do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes. Aplicando com justeza os princípios do marxismo-leninismo às condições nacionais específicas, fortalecem-se os partidos comunistas e operários de numerosos países do mundo capitalista”. Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro, de 4/3/1958, *PCB – Vinte Anos de Política: 1958-1979* (documentos). São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980. p. 3-27.

²² Sobre essa dimensão de crença política, ver (FERREIRA, 1996) e para a história das “repúblicas soviéticas”, ver (REIS FILHO, 1997).

à economia capitalista: “Os comunistas são contra o lucro. Devemos ser apenas contra os prejuízos”.²³

Dores públicas, sarcasmos privados

Muitos intelectuais do humor não se abstiveram de encarar as tragédias coletivas da República e tentaram extrair delas não só lições proféticas, mas também elementos patéticos que beiram o cômico ou aquilo que se poderia designar mais propriamente como humor mordaz. A rigor, seria um procedimento de que os próprios perseguidos se utilizariam para caracterizar situações de classe, liberação dos costumes e debates ideológicos no início da década de 1960. O historiador Marcelo Ridenti conta a história de uma ironia transideológica:

Naquela época, constituiu-se no Rio de Janeiro um grupo de jovens intelectuais para ler obras de Marx. (Em São Paulo, reunia-se um grupo bem mais sisudo e conhecido para ler *O Capital*.) Era um tempo em que o automóvel mais desejado era o Cadillac. O grupo carioca era famoso por ser frequentado por algumas belas mulheres. Um de seus integrantes costumava dizer: “Quem não tem Cadillac pega mulher com o *Manifesto comunista*”. A frase chegou ao conhecimento do dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues – célebre por seu talento e também por suas posições de direita –, que a mencionou numa crônica, para ironizar os marxistas. (RIDENTI, 2000, p. 47-48)

Os próprios intelectuais do humor não se mostrariam arredios a se representarem a si mesmos, uma característica dos quixotes e moralistas de determinada cultura política, como os desbravadores do trágico. Em situações dramáticas, talvez se sentissem mesmo como republicanos sem República. Desse modo, ao fazer um resumo do ano de 1963, Millôr Fernandes profetizaria situações e análises políticas sobre os acontecimentos que o cercavam, numa aparente condição de caçador solitário das verdades republicanas. Ainda na década de 1950, num ímpeto em que a mordacidade também seria atribuída ao público, Millôr Fernandes sustentaria, no “Decálogo do Verdadeiro Humorista”, que a condição para tal seria arrancar dos leitores um sorriso de compreensão. Tratar-se-ia daquilo que os teóricos do humor chamam de inversão de sentidos: “O humorista é o último dos homens, um ser à parte, um tipo que não é chamado para congressos, não é eleito para academias, não está alistado entre os cidadãos úteis da República, não planta, não colhe, não estabelece regras de conceito ou comportamento”.²⁴ Tais posturas seriam, com

²³ Millôr Fernandes, *Livro Vermelho dos Pensamentos do Millôr*, op. cit., p. 84. A premissa seria reaproveitada mais tarde, em 1964, para os mandamentos da revista *Pif-Paf*. Ver *Trinta Anos de Mim Mesmo*, op. cit., p. 134.

²⁴ Millôr Fernandes, *Trinta Anos de Mim Mesmo*, op. cit., p. 68.

efeito, posições juvenalianas de quase uma confissão, como se quisessem sugerir que ele seria apenas o artesão a moldar radicalmente os artefatos satíricos e patéticos da República e que a via às avessas, para mostrar suas dimensões mais viscerais.

Fiquemos agora com outro intelectual do humor que marcou o humorismo republicano desde o final da década de 1920, inventor de máscaras humorísticas de si mesmo: Aparício Torelly, Aporelly, Barão de Itararé.²⁵ A perspectiva horaciana do Barão do Itararé fazia-lhe “mostrar a nossa miséria de forma leve”, e isso não significaria que o humorismo fosse destinado aos “assuntos fúteis”. Ao contrário, o humorismo “consiste em mostrar o outro lado das coisas, o lado que o povo não vê. Para o intelectual do humor, o povo “não vê, mas sente”.²⁶ Assim, ele falaria da conjuntura republicana, em meados da década de 1950, ironizando os udenistas, os generais, os militares em geral e a influência da economia americana: “O país em que habitamos ainda se chama *Estados Unidos do Brasil*, embora um pequeno grupo golpista se esforce para que seja *Brasil dos Estados Unidos*. A forma de governo é a República Democrática Federativa, dentro de certos limites, exercida periodicamente por pronunciamentos *generalizados*”.

²⁵ Barão de Itararé, pseudônimo de Aparício Torelly (1895-1971), gaúcho da cidade portuária de Rio Grande, estudou medicina sem concluir o curso, pois começou a distinguir-se por sua verve humorística através de sonetos e quadrinhas populares. Em suas andanças no Rio Grande do Sul, Torelly fundou jornais humorísticos de vida curta na capital e no interior. Muda-se para o Rio de Janeiro em 1925 e começa a trabalhar no jornal *O Globo* e depois no *A Manhã*, jornal de Mário Rodrigues. Neste último escrevia a seção em prosa “Amanhã Tem Mais”. Em 1926 lança seu próprio jornal com o título de *A Manhã*, uma paródia ao seu último emprego no jornal dos Rodrigues. O “Órgão de Ataques... de Riso”, como seria consagrado o subtítulo e a marca do jornal, teria trajetória atribulada: 1926-28, 1930-37, 1945-48, 1950-52, quando desaparece em definitivo. Lançaria ainda três edições do *Almanhaque*, o Almanaque de *A Manhã*: uma em 1949 e duas em 1955. Torelly adotou o título de Barão como sátira ao que se esperava ser a “maior e mais sangrenta batalha da América do Sul” que imaginaria acontecer entre as forças legalistas da Primeira República e os revolucionários, sob o comando de Getúlio Vargas, que saíram do Rio Grande do Sul, em Itararé, São Paulo. Como a esperada batalha nunca aconteceu, o jornalista, pelas páginas de *A Manhã*, se autoconcedeu o título nobiliárquico Barão de Itararé. Numa notável inversão humorística, ele justificaria o baronato para congruar “as virtudes cívicas com as necessidades temporais: PÁTRIA – A TRIPA”. Dados biográficos e fragmentos da obra em R. Magalhães Júnior (1957, p. 344-350); Ernani Só (1984). Considero a melhor biografia do Barão a escrita por Cláudio Figueiredo (1987). Sobre o humor feito pelo Barão, ver Leandro Konder (1983). No último capítulo de minha tese (FLORES, 2002, p. 342-365) desenvolvo algumas hipóteses de trabalho sobre o humorismo de Itararé e como ele se tornaria um cânone do humor político da República.

²⁶ Ernani Só (1984, p. 90). Duas máximas do Barão pensadas na década de 1950, no ano de 1955, e dotadas de um realismo cáustico, asseverariam o perfil de um dialeto horaciano: “A esperança é o pão sem manteiga dos desgraçados” e “há heróis de dois tipos: os que a pátria chora porque morreram e os que a pátria chora porque não morreram”. Também significativa de sua dialética seria a teoria anti-Darwin: “Todo progresso humano é aparente. Na realidade, porém, significa um retrocesso. Veja-se, por exemplo, a calvície. Quando se começa a verificar a queda do cabelo, parece que a careca vai avançando. É uma ilusão. A careca, na realidade, não vai para a frente, mas, ao contrário, vai dando para trás. Aliás, tudo no mundo é assim. Sendo a terra redonda, tudo o que parece que vai para a frente efetivamente vai para trás. A linha reta não existe, porque a reta avança em curva, tendendo sempre a voltar ao ponto de partida. [A teoria] sustenta que não é o homem que descende do macaco, mas é o macaco que descende do homem. [E] apresenta como prova da superioridade do macaco sobre o homem o fato de o homem imitar o macaco, fazendo macacagens, ao passo que o macaco, em liberdade, nunca faz homenagens”. Afonso Félix de Sousa (1985, p. 118-119/157).

Além dos generais fardados da República, que seriam nacionais, embora não necessariamente nacionalistas, haveria os generais econômicos, estes sim multinacionais, ou mais precisamente americanos: “Mas além dos generais que assinam proclamações para o presidente da República ler ao microfone, num mau quarto de hora do Brasil, mandam um bocado no país o General Motors e o General Eletric”.²⁷ A irreverência do Barão parecia incompatível com as análises de seus camaradas comunistas que, em sisudos documentos oficiais, pretendiam afirmar coisas semelhantes “contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam”. Aos dramas da República, as ironias da história: “A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil”.²⁸ Nesse caso, a dialética do humor parecia – para usar as expressões do próprio Barão – “levemente benéfica”, enquanto a dialética do comitê partidário não passaria de “bastante entorpecente”.

Ao realizar uma espécie de reportagem sobre os dramáticos acontecimentos de novembro para o seu *Almanhaque*, da edição do segundo semestre de 1955, o Barão de Itararé construiria sátira com os nomes dos políticos, associando o estado de saúde dos envolvidos com o estado da República ou o que se poderia chamar de os humores políticos dos republicanos:

O Brasil em novembro último viveu dias de emoção quando foi anunciado o afastamento do presidente Café Filho, por motivo de um distúrbio cardiovascular. O povo, na sua alta sabedoria, melhorou o diagnóstico, dizendo que não se tratava de uma desordem nas coronárias, mas de uma indisciplina nas coronelárias.

Por deliberação do Congresso Nacional, assumiu o Sr. Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, conforme preceitua a Constituição, o que prova que o organismo da nação estava saudável, funcionando normalmente.

A crise se agravou. O resto é conhecido. No dia 11 de novembro, faltava café e luz no Catete. Só havia pão de Lott.

Parece não haver dúvida de que daí surgiria uma de suas máximas famosas, ao aproveitar o nome do político e ironizar com um trocadilho na página seguinte: “nem tudo o que é luz é Carlos”.²⁹ Com impressionante economia linguística, o Barão havia mostrado o outro lado dos dramáticos episódios de um governo que findava melancolicamente numa residência privada guardada por tropas federais, e que começara mediante um

²⁷ Barão do Itararé, *Almanhaque*, Almanaque de *A Manhã*, São Paulo, p. 2, 1. sem. 1955, grifos do autor.

²⁸ PCB – *Vinte Anos de Política: 1958-1979* (Documentos), op. cit., p. 13.

²⁹ Barão de Itararé, *Almanhaque*, Almanaque de *A Manhã*, São Paulo, p. 33-34, 2. sem. 1955.

suicídio presidencial que comovera a República. Se, como já foi dito, todo desenvolvimento acaba por parodiar a si mesmo, e uma tal paródia seria a afirmação de que o desenvolvimento sobreviveu à sua própria duração, então a concepção cômica torna-se um momento que mostra a inteireza de uma personalidade, uma tendência e um sentimento. No caso dessa temporalidade republicana e, em específico, o contexto do getulismo, a ironia estaria justificada pela história, porque os artefatos teóricos de Clio podem dissecar demônios que habitam territórios ideológicos e áridos desertos sociais de uma cultura política historicamente produzida. Talvez tenham sido os intelectuais do humor a perceber que o choque entre uma República ideal e abstrata e a miserável luta cotidiana da política não escaparia do plano cômico.³⁰

O jornal do Barão de Itararé satirizaria a temporalidade republicana que veio antes com as sucessões presidenciais, em meio ao desencantamento de uma democracia em que os democratas perseguiram operários, fechavam sindicatos e cassavam comunistas. Na foto que ilustraria a manchete da capa, “O Próximo Quatriênio Será de 20 Anos”, as imagens de Dutra e Vargas aparecem superpostas, e a legenda abaixo complementaria a chamada editorial: “Este mundo dá muitas voltas”. A matéria textual, com humor econômico, mas cheio de dramas históricos recentes, sintetizaria épocas republicanas:

Um dia que, por sinal, era de noite, o ditador Vargas foi apeado do governo. A ditadura nefasta foi substituída, então, pelo governinho trimestral do sr. José Linhares. Este governo-relâmpago (que raios o partam) acabou cedendo lugar ao sr. Eurico Gaspar Dutra, que se apresentou como “presidente de todos os brasileiros”. Nem cinco anos são passados e o sr. Eurico Gaspar Dutra vai sair do governo como um dos piores ditadores e o ex-ditador volta como “o presidente de todos os brasileiros”. Este mundo é redondo, mas está ficando muito chato.³¹

O desencantamento com o presente instituinte da relatividade democrática não descartaria a repetição do passado recente no futuro próximo. Assim, noutra página do jornal, coerente com a reportagem da capa, dois republicanos vaticinam sobre a política. O primeiro comenta: “– Aposto

³⁰ “Esta ideia da história como sequência ininterrupta de momentos, na qual toda repetição é ridícula, sai diretamente de Hegel. [...] Sua tese é que depois da tragédia [clássica] vem a tragédia do mundo moderno, incluindo nela o prosaísmo da farsa e da sátira. Quem não é sério, para o filósofo especulativo, não tem lugar na História e não atinge o Conceito. Os que ficam nas bordas da história e da razão merecem sátira”. (ROMANO, 1996, p. 173-192). As análises sincrônica (permanência) e diacrônica (conflito) do processo histórico nos modos de tragédia e comédia propostas por Karl Marx, a partir de Hegel, inspirariam o trabalho de Bakhtin que o cita na famosa passagem em que a humanidade precisa “separar-se alegremente de seu passado” (BAKHTIN, 1993, p. 382). Em trabalho anterior, analisei uma série de caricaturas com imagens getulianas “confrontando a intertextualidade dessas imagens com alguns discursos satíricos e irônicos produzidos por memorialistas”. (FLORES, 2001, p. 133-157)

³¹ *A Manhã*, Órgão de Ataques... de Riso, Ano 25, n. 7, 12 out. 1950.

contigo, velho, como o brigadeiro será apresentado candidato à presidência da República nas próximas eleições de 1970...” Ao passo que o segundo responde: “– Isso não é aposta. Isso é um furto...” E por falar em furto, as máximas do Barão para o ano de 1949, na República sexagenária, diriam respeito aos fundamentos econômicos de certos interesses e grupos políticos. Na primeira, ele parece inverter uma premissa de um estudioso da ironia, Kierkegaard, quando afirma que “deve haver honestidade entre os ladrões”, e, na segunda, uma de suas frases mais repetidas pelos colecionadores do cômico em que diz que “negociata é um negócio para o qual não fomos convidados”.³² Não somente o Barão de Itararé teria boas razões para certo desencanto com a República no período Dutra. Parcelas significativas dos republicanos também sofreriam as consequências do surto inflacionário, da síndrome liberal que descartaria o planejamento social e da somatória de confusões intencionais entre democracia e liberalismo que inviabilizariam a possibilidade de que “valores sociais e nacionais” fossem “superiores à simples agregação de interesses privatizados”.³³

Num sentido ainda mais horaciano, o Barão de Itararé faria o editorial para o seu *Almanhaque* no mesmo ano, satirizando os homens públicos, especialmente os responsáveis pela justiça republicana; aliás, esses seriam o alvo mais visado pelo Barão, depois que a cassação dos comunistas foi referendada pelos tribunais. Ao ironizar a questão moral e os homens de bem da República, ele sentenciaria: “os raros homens de caráter deste país já estão muito bem aboletados nos tribunais e particularmente no eleitoral [...]”³⁴ A cassação dos comunistas ressoaria nos jornais alternativos, com charges de Dutra coroado com a Lei de Segurança Nacional e dísticos do tipo: “Acabou-se a Ditadura e começou a Dutradura”.³⁵ Como

³² *Almanhaque*, Almanaque de *A Manhã*, 1º semestre de 1949, p. 50. Para o filósofo dinamarquês “há tão pouca unidade comunitária numa clique de irônicos quanto honestidade num Estado de ladrões”, donde se segue que “tanto pode ser irônico fingir saber quando se sabe que não se sabe, como fingir não saber quando se sabe que se sabe”. A ironia também pode se mostrar numa relação de oposição, e parece ser esse o sentido da ironia do Barão de Itararé, “quando ela dá preferência às pessoas mais simples e mais limitadas, não para burlar-se delas, mas sim para escarnecer dos homens sábios”. (KIERKEGAARD, 1991, p. 217-218)

³³ Para a alta do custo de vida e os índices inflacionários no período Dutra, a análise macroeconômica de Furtado (1986), ainda que quase de meio século, permanece indispensável.

³⁴ *Almanhaque*, Almanaque de *A Manhã*, 1º semestre de 1949, p. 2. Noutra matéria, na mesma edição do almanaque, sua verve glosaria os agricultores, de quem parecia ter alguma reserva ideológica: “Campo é campo. E campo é uma coisa que foi feita pela natureza para os bois pastarem e para a gente decente rolar pela relva e fazer pic-nic. Só um louco varrido, indo ao campo lembra de pegar uma enxada para virar a terra para plantar. Mas plantar o quê? Feijão? Arroz? Mas isso são coisas que se encontram em qualquer armazém, por mais vagabundo e rebentado que seja”, op. cit., p. 21.

³⁵ *A Marmita*, São Paulo, 8 de agosto de 1947. A cronologia do processo seria esta: em março de 1946, sob a acusação de “provocar desordem social”, o deputado petebista Barreto Pinto entra com recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a cassação do PCB; depois de uma disputa judicial de 14 meses, o tribunal excluiu o partido da República liberal-democrática em maio de 1947; finalmente, em janeiro de 1948, todos os mandatos dos parlamentares comunistas foram cassados. Curioso que a expressão “ditadura”, segundo Pandolfi (1995, p. 157-181), praticamente abolida do vocabulário comunista desde 1943, passaria a ser adotada de forma recorrente.

consequência de sua condição de comunista cassado, parece que os humores do Barão não estariam muito afeitos à própria história da República. Assim, na crônica “República dos Estados Unidos do Brasil”, ele elaboraria notável síntese do processo histórico brasileiro: “O Brasil foi descoberto, por acaso, em 1500, e ficou sendo colônia de Portugal até 1822, mas não por acaso. Nesse ano, um príncipe português proclamou a independência do Brasil e o país, desde então, passou a fazer dívidas por conta própria, ficando cada vez mais dependente de seus credores”. A sátira da duração do regime republicano, que viria a seguir, não deixaria de ser menos notável: “Em 1889 foi proclamada a República, a qual foi passando por muitos estados de evolução, entre os quais podemos citar o estado de sítio, o estado de emergência, o estado de guerra, o Estado Novo, que culminou, afinal, no estado a que chegamos”.³⁶

Millôr Fernandes, escondido no pseudônimo de Vão Gôgo, em artigo de fundo na coluna Pif-Paf da revista *O Cruzeiro*, abordaria a economia da República, a partir de um duplo sentido. Era abril de 1946, e as descomposturas cotidianas da economia no varejo pareciam preocupar mais o cronista do que outras fermentações republicanas, entre elas as eleições para os governos estaduais e os constituintes que elaborariam os novos fundamentos jurídicos da República. A crônica “Exploradores do Polvo” trataria de uma aliteração com viés político, algo como o polvo que vem do povo que o enrosca nos preços e na inflação:

Tanto se fala em povo hoje em dia que aos poucos nossos ouvidos se vão embotando no ouvir diário desse nome e passamos a achar que se fala é em polvo. Na verdade há campo para a confusão uma vez que se fez partirem centenas de exigências que ele não fez, tentáculos sugazes que partiram do povo para chupar seu próprio sangue – um polvo, portanto, com instintos suicidas de escorpião.

Comerciantes de todas as espécies de exploração e exploradores de todas as espécies de comércio vivem por aí transformando em pão de 100 réis o pão de duzentos réis e em nota de cinco cruzeiros as pelegas de cinquenta. Dou de graça, inteiramente de graça – espantem-se senhores – um conselho aos fecundos donos dos armazéns de secos e molhados, e aos donos das mercearias e a seus filhos também, simpáticos sucessores naturais

³⁶ *Almanaque*, Almanaque de *A Manhã*, p. 23, 1.º sem. de 1949. Essa passagem seria a íntegra da frase do Barão que, com o tempo, seria comprimida na versão “o Estado Novo é o estado a que chegamos”. Os próprios biógrafos do Barão e mesmo historiadores tendem a reproduzir o que se poderia chamar de uma apropriação udenista da sátira. O jornal do Barão parou de circular em junho de 1937, portanto, antes do golpe de novembro, e somente retornaria em 1945, com importantes colaboradores como Rubem Braga, José Lins do Rêgo, Sérgio Milliet entre outros. Nesse período, o Barão colaboraria no *Diário de Notícias* e dificilmente colocaria matéria de outro jornal no almanaque exclusivo de *A Manhã*. Portanto, considero a crônica “República dos Estados Unidos do Brasil” mais provável de ser de 1949 do que de 1937, mesmo porque a própria semântica da frase não permite que se entenda Estado Novo por “culminou, afinal, estado a que chegamos”, uma etapa posterior. Incorrem no mesmo equívoco de datar o texto do Estado Novo: (SSÓ, 1984, p. 70; FIGUEIREDO, 1987, p. 130; SOUSA, 1985, p. 67).

da dinastia de estoucar para lucrar. Esse Conselho estende-se aos donos de cafés, aos gerentes de restaurantes e aos proprietários de bares: continuam a aumentar seus preços. Há gente naturalmente pronta a agredi-los, mas ninguém leva essa agressão ao físico – temos perfeitíssimas organizações para vos proteger.

Certo, certo, com suas explorações, os comerciantes desonestos só perdem o nosso respeito. E está visto que comerciantes desonestos não precisam do nosso respeito. (GÔGO, 1946b).

Com efeito, o cronista põe no limbo a fictícia separação entre economia e política e o suposto poder demiúrgico das instituições republicanas, ao sugerir que os tentáculos do polvo, o Leviatã democrático, partem do próprio povo. Assim, se bem interpreto os sentidos duplos do discurso do humorista, os interesses econômicos teriam a seu dispor a proteção institucional para qualquer revolta ou movimento contra a carestia, para usar uma expressão da época. Por esse lado, uma definição de democracia que apareceria em 1945, num jornal paulista, seria expressiva da tese do cronista: “É semelhante a um ferro quente, porque pode ser vista mas não pode ser tocada” (DICIONÁRIO..., 1945). De sorte que não seria por mero diletantismo que Vão Gôgo (1946a) [Millôr] riria de si mesmo, ao se enquadrar no mundo do capital simbólico: “A vantagem de ser humorista é de poder ridicularizar a fortuna que esse senso humorístico nos impede de conseguir”. Neste caso, o intelectual do humor configura-se como ator histórico da situação sociopolítica que denuncia: Vão Gôgo seria o capital simbólico da crítica à situação econômica, e, Millôr Fernandes, em carne e osso, seria o ator, como os demais, em que se materializa a economia e que não é respeitado nos seus direitos republicanos. Como diria Bourdieu (1998), os aspectos econômicos e simbólicos coexistem na própria realidade, em proporções que variam conforme os nichos sociais e as classes sociais, admitindo-se que “as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as” (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Assim se manifestaria o Barão de Itararé, ao comentar a apresentação da peça *O Poder das Massas*, em cartaz na capital da República. Para ele, o conteúdo socioeconômico da República deveria ser analisado a partir “não das massas alimentícias, mas das massas mal alimentadas”, pois “o poder ainda é um monopólio da ditadura e, enquanto dura a dita, as massas gemem”. Daí que trocar o título da apresentação para *O Poder do Dinheiro* seria a solução mais apropriada para o momento histórico, e este último seria, afinal, “o instrumento dos poderosos sobre as massas”. Cerca de três meses depois, a partir de uma de suas máximas, o humorista elaboraria um prognóstico bastante realista sobre a provável democracia eleitoral que se avizinhava: “O voto não enche a barriga de ninguém. Mas há muita

gente boa que já está enchendo a barriga com a propaganda eleitoral”.³⁷ Também expressivo da representação cômica em torno das questões econômicas da República seria outro texto de Millôr Fernandes, em 1945, na sua coluna Pif-Paf da revista *O Cruzeiro*. O cronista apresentaria a peça *O Capitalismo Mais Reacionário*, tragédia em um ato que tinha como personagens o empregado e o patrão na “época atual”. Tratava-se, portanto, de ato único e duas falas: “– Patrão, eu queria lhe falar seriamente. Há quarenta anos que trabalho na empresa e até hoje só cometi um erro”. Antecipando-se ao que viria como qualquer reivindicação, o patrão interrompe capciosamente: “– Está bem, meu filho, está bem. Mas de agora em diante tome mais cuidado”. Millôr acrescentaria apenas uma indicação para o diretor da cena: “Pano bem rápido”.³⁸ Tanto Itararé quanto Millôr escreveriam essas assertivas ainda antes da queda do Estado Novo, mas em plena efervescência dos que exigiam mudanças no rumo da República e dos que reivindicavam a permanência do ditador, algo estranho para as sensibilidades liberais e não menos incongruente para cronistas e caricaturistas que, como intelectuais produtores de artefatos simbólicos, pareciam estar condenados à dimensão cética.

Antes de concluir, seria prudente retornar ao que se colocou no início da narrativa e lembrar que se partiu da hipótese de que, na temporalidade 1964-1945, intelectuais do humor seriam portadores de sensibilidades céticas, beirando o pirronismo, embora a República vivesse uma duração de entusiasmos nacionalistas e utopias ideológicas. A bem da verdade, o entusiasmo nacionalista não seria assim tão unânime, uma vez que surgiram vozes céticas quanto à formação das instituições nacionais, claramente observáveis no ensaísmo sociológico. Da mesma forma que as utopias ideológicas, por terem a pretensão de instituintes de modelos políticos de República, desqualificar-se-iam mutuamente numa espécie de enterro da democracia representativa. Os escreventes de memórias e os colunistas políticos seriam outros tantos intelectuais testemunhos dessa autofagia republicana. Essas observações soam significativas para enfatizar que os intelectuais do humor não estariam fora ou acima dessas escolhas e trajetórias.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1993.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

³⁷ *A Manhã*. Órgão de Ataques... de Riso, 24 maio 1945 e 29 ago. 1945.

³⁸ Millôr Fernandes, *Trinta Anos de Mim Mesmo*, op. cit., p. 14.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história, magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, 1).

BENTES, Ivana (Org.). *Glauber Rocha, Cartas ao Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Edição rev. e aum. por Étienne Bloch. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CONY, Carlos Heitor. *Da arte de falar mal: crônicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

DICIONÁRIO político de bolso. *O Governador*, São Paulo, 6 dez. 1945. Revista Semanal Humorística.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. *Tempo*, Niterói, v. 2. n. 3, p. 149-182, jun. 1997.

_____. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: Editora da UFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002..

FIGUEIREDO, Cláudio. *As duas vidas de Aparício Torelly: o Barão de Itararé*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, ANPUH, 2001.

_____. *República às avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil contemporâneo (1993-1930)*. 2002. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GÔGO,Vão [Millôr Fernandes]. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1946a. Sessão Pif-Paf.

_____. Exploradores do Polvo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1946b. Sessão Pif-Paf.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KIERKEGAARD, S. A. *O Conceito de ironia*. Petrópolis: Vozes, 1991.

KONDER, Leandro. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Antologia de humorismo e sátira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.

PANDOLFI, Dulce *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Roberto Marinho, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1983. p. 361-443. t. 3, v. 3 Sociedade e política (1930-1964)

ROMANO, Roberto. Sátira e secularização. In: _____. *Silêncio e ruído: a sátira em Denis Diderot*. São Paulo: Unicamp, 1996.

SÁ, Jorge de. Sérgio Porto: o cotidiano visto com o humor de Stanislaw Ponte Preta. In: _____. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1987. p. 30-37.

SÉRGIO, Renato. *Dupla exposição: Stanislaw Sérgio Ponte Porto Preta*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

SOUSA, Afonso Félix de (Org.). *Máximas e mínimas do Barão de Itararé*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

SÓ, Ernani. *Barão de Itararé*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1984.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1992.

“Em busca da paz”: o Partido Comunista do Brasil e a campanha “Por Um Pacto de Paz” (1951-1952)¹

Jayme Fernandes Ribeiro²

O cenário da nova guerra

A Guerra Fria, deflagrada em meados da década de 1940, abriu uma nova página na história contemporânea. A disputa político-ideológica e militar entre Estados Unidos e União Soviética alterou as bases das relações internacionais. O mundo inteiro foi marcado pela sombra de uma nova guerra mundial que, em determinados momentos, pareceu uma possibilidade real. As armas nucleares intensificariam ainda mais o temor de um conflito internacional, principalmente por não ser possível calcular suas proporções.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, sobretudo, a partir dos horrores causados pela ação das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, inúmeras manifestações em favor da paz eclodiram em diversas partes do mundo. No entanto, foi o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, realizado três anos após o lançamento da bomba de Hiroshima, em 6 de agosto de 1948, em Wroclaw, na Polônia, que iniciou, de maneira contundente e sistemática, os trabalhos para a organização da luta pela paz em nível mundial. Um ano depois, a palavra de ordem “criar um Movimento pela Paz” deu resultados. De 20 a 25 de abril ocorreu, em Paris e em Praga,³ o Congresso Mundial dos Partidários da Paz. O objetivo era o de congregar

¹ O artigo compreende parte de minha dissertação de mestrado, *Os “Combatentes da Paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950), defendida na Universidade Federal Fluminense em junho de 2003. Agradeço aos alunos do curso de graduação de História da Universidade Gama Filho, Axel Semm e Josué Rodrigues Nogueira Júnior, pelo auxílio no levantamento das fontes.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela mesma Universidade e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

³ O Congresso Mundial dos Partidários da Paz foi realizado em dois locais diferentes porque o governo francês não permitiu a entrada das delegações vindas da União Soviética e dos países socialistas.

todos aqueles que quisessem e pudessem participar da luta pela paz e organizar as suas ações. Foi, em particular, por intermédio desse congresso que a luta pela paz – ou o Movimento pela Paz, como ficou conhecido – foi divulgada em diferentes países do mundo. O Brasil também se fez presente no congresso. Jorge Amado, representante da delegação brasileira, foi enviado no intuito de afirmar o compromisso do Brasil na luta pela paz e trazer as orientações acerca das ações práticas destinadas a cada país.

No contexto nacional, o Partido Comunista do Brasil⁴ vivia um momento de radicalização de sua política. O registro do partido fora cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em maio de 1947, e os mandatos de seus parlamentares, igualmente cassados, em janeiro de 1948. A partir daquele momento, a linha de luta armada, mais tarde consolidada pelo Manifesto de Agosto, em 1950, passou a estar na ordem do dia. A direção do PCB acreditou que aquele era o momento oportuno para se mobilizar a população no sentido da tomada do poder por via das armas. Afinal, o partido fora fundado em 1922 para fazer a revolução. A linha política anterior, de "União Nacional", elaborada em 1943, fora abandonada. Para isso, o partido procurou organizar a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) e o Exército Popular de Libertação Nacional (EPLN). O intuito era pôr em prática ações que levassem à luta armada revolucionária e à conquista do poder político do Estado brasileiro. Contudo, tal virada radical à esquerda fez aumentar ainda mais a repressão política e policial do governo. Nesse período, entre a luta armada e a luta pela paz, os comunistas brasileiros procuraram conquistar a adesão de brasileiros de diferentes setores da sociedade, ora pedindo assinaturas para suas campanhas em favor da paz ora tentando conquistá-los para pegar em armas e mudar a "realidade brasileira".

O que se pode apresentar como uma relevante contradição – propor a luta armada para a tomada do poder ao mesmo tempo que mobiliza sua militância para coletar assinaturas em favor das campanhas pela paz –, não o foi para o PCB, ao menos para sua direção. A luta pela paz se dava em âmbito internacional e a revolução era articulada internamente. Uma não anulava a outra, principalmente porque, de acordo com o pensamento comunista daquele momento histórico e do seu programa de ação, a paz só seria alcançada com a implantação do socialismo, e esse só seria alcançado, segundo o *Manifesto de Agosto*, por via das armas.

Para a compreensão do contexto internacional em que foi criado o Movimento pela Paz e, posteriormente, a inserção nesse movimento da Campanha Por Um Pacto de Paz, observam-se vários fatores bastante significativos, tais como: o envio, para o Uruguai, de bombardeiros do Comando Aéreo Estratégico dos Estados Unidos, armados com

⁴ Será utilizado o nome Partido Comunista do Brasil devido ao período compreendido pelo trabalho. Fundado em março de 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista, e adotando a sigla PCB, somente em agosto de 1961 o Comitê Central do partido modificou os estatutos e sua denominação, passando, assim, a utilizar o nome Partido Comunista Brasileiro.

dispositivos nucleares, em uma demonstração de força no momento da posse do presidente do Uruguai em fevereiro de 1947, a Doutrina Truman e o Plano Marshall do mesmo ano, a crise de Berlim (junho de 1948 – maio de 1949), a conclusão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em abril de 1949, o comunicado da agência de informação Tass, em 25 de setembro de 1949, confirmando a explosão de uma bomba atômica soviética em abril daquele ano – e revelando que a União Soviética a possuía desde 1947 – e a Guerra da Coreia, em junho de 1950.⁵

Enquanto os militantes empenhavam-se na coleta de assinaturas,⁶ eclodiu a Guerra da Coreia, o primeiro conflito entre forças ocidentais e comunistas. A guerra na Coreia, nesse contexto, surgiu para os comunistas como uma grave ameaça de guerra atômica.

O medo crescente de uma nova guerra mundial, agora de proporções nucleares, marcou o imaginário comunista e o de inúmeras coletividades que viveram aqueles “períodos quentes” da chamada Guerra Fria.⁷

Em março de 1950, *O Jornal*, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, apresentou a manchete alarmante: “IMPOSSÍVEL A DEFESA DA EUROPA”.⁸ No artigo, o ex-primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, advertia sobre o “perigo crescente de uma agressão russa” e conclamava uma ação decidida do governo inglês para impedir os horrores de uma nova conflagração internacional. O dirigente conservador dizia, no Parlamento, que, sem a ajuda efetiva da Alemanha Ocidental, não se poderia defender com êxito a Europa Ocidental de uma possível invasão russa. Suas declarações causavam polêmica no cenário internacional, já que estava falando de uma Alemanha que havia posto o mundo em uma guerra catastrófica e dispendiosa para o povo europeu. Contudo, o temor de uma invasão, por parte da União Soviética, era maior do que o do rearmamento alemão e, como ele, havia muitos que apostavam nessa ideia. Em outras palavras, não apenas para Churchill, mas para a grande maioria dos parlamentares europeus ocidentais, o medo de uma invasão soviética, junto com seus países “satélites”, povoava o imaginário

⁵ A guerra da Coreia teve início em 25 de junho de 1950 e terminou em 27 de julho de 1953, com o armistício de Pammunjom. O conflito está inserido no contexto da Guerra Fria, pelo qual a Coreia do Norte (socialista, apoiada pela China) invade a Coreia do Sul (capitalista, apoiada pelos Estados Unidos), visando, pelo menos, alterar as fronteiras do paralelo 38º – fronteira artificial que separava os dois Estados.

⁶ A Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas – conhecida pela expressão Apelo de Estocolmo – surgiu da terceira sessão plenária do Comitê Permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, em Estocolmo, Suécia, em março de 1950. No Brasil, foi divulgada, propagandeada e desenvolvida pelo Partido Comunista do Brasil, seguindo a linha de luta pela paz do Partido Comunista da União Soviética. A campanha contra as bombas atômicas foi a primeira campanha organizada pelo Comitê Permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, ficando mais conhecida como a primeira campanha do Movimento pela Paz. A campanha visava conseguir 500 milhões de assinaturas no mundo inteiro. A cota do Brasil era de 4 milhões. (RIBEIRO, 2008, p. 261-283)

⁷ Vale lembrar que o general Douglas McArthur, responsável pelo comando dos exércitos norte-americanos na Coreia, por diversas vezes, declarou ser favorável ao uso de armas nucleares no intuito de pôr um fim ao conflito.

⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1950, p. 6.

daqueles que pretendiam manter relações político-econômicas com os Estados Unidos ou estavam sob sua área de influência. Vale lembrar, entretanto, que o crescimento dos partidos comunistas, em todo o mundo, e suas vitórias nas eleições parlamentares de diversos países, contribuíam, em grande medida, para a confirmação e da reprodução daquele imaginário. Segundo Winston Churchill,

... a decisão de estabelecer uma frente na Europa contra uma possível invasão russa e de seus Estados satélites é de suma gravidade para nós e também imperiosa. Acredito necessário dizer, falando pessoalmente e expressando opinião própria, que esta longa frente não poderá ser defendida com êxito sem a ajuda ativa da Alemanha Ocidental. [...] Não podemos assegurar aos alemães de que seu território não será invadido pelos russos ou seus satélites. A poderosa massa do exercito russo e seus satélites ameaça o povo alemão como uma nuvem ominosa e os aliados não podem dar-lhe proteção.⁹

Sempre com um tom alarmante, o ex-primeiro-ministro britânico fazia questão de enfatizar o avanço comunista pelo mundo, a possibilidade real de uma terceira guerra mundial desencadeada pela União Soviética. Se nenhuma ação prática fosse decidida a curto prazo, se nenhum acordo de paz fosse eficazmente realizado ou se a Alemanha Ocidental não fosse tão logo remilitarizada, o mundo inteiro reviveria os revezes de uma guerra mundial nuclear. A esse respeito Churchill prevenia: "neste terreno da bomba atômica a nossa situação piorou desde a terminação da guerra, isto porque os russos obtiveram o segredo da bomba atômica e, diz-se, começaram sua produção".¹⁰

Raoul Girardet (1987) afirma que é ao longo das linhas de mais forte tensão social que se desenvolvem os mitos, principalmente os mitos políticos. Segundo o autor, "é nos 'períodos críticos' que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração" (GIRARDET, 1987, p. 180). Os mitos tensionam e, ao mesmo tempo, atraem. Assim, temos pistas para compreender a adesão das pessoas que contribuíram com suas assinaturas à Campanha Por Um Pacto de Paz. A possibilidade de um novo conflito mundial, com bombas atômicas, povoava o imaginário dos militantes comunistas e, ao mesmo tempo, informava acerca da realidade que estava por vir. Num momento de grave tensão internacional, em que as duas superpotências enfrentavam-se e hostilizavam-se mutuamente, a guerra na Coreia simbolizava, no imaginário comunista, o início de confrontos mundiais que levariam ao fim da humanidade.

Assim, o ambiente propício para se lutar pela paz e coletar assinaturas estava formado. A paz não era um sonho distante, mas uma necessidade

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

imediatamente, principalmente se se for levar em conta que os horrores da Segunda Guerra Mundial ainda estavam bastante vivos na memória das pessoas, e a guerra na Coreia mostrava ao mundo a possibilidade de um novo conflito, naquele momento de proporções incalculáveis, devido à utilização das armas atômicas.

O comunismo e a luta pela paz

O período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, até 1947, é marcado por uma relativa cordialidade nas relações entre o governo norte-americano e o governo soviético. Entretanto, apesar dos esforços diplomáticos, as coligações não duraram muito tempo, pois os antagonismos das concepções dos Estados Unidos e dos países capitalistas, por um lado, e os da União soviética e dos países socialistas, por outro, afloraram novamente. Naquele mesmo ano, a União Soviética, sob a liderança de Stálin, ditou aos partidos comunistas uma nova “Linha Geral” (CLAUDIN, 1970) que representava a adaptação da política desses partidos à resposta que o Kremlin pretendia dar ao curso expansionista de Washington. Nesse momento, fazia-se necessário formar uma ampla frente antinorte-americana, na intenção de impor aos Estados Unidos um arranjo mundial, baseado na repartição das áreas de influência, que fosse satisfatório para os interesses soviéticos. Como afirma Fernando Claudin (1970),

a ideia tática essencial da nova linha consistia em explorar a fundo as contradições entre a expansão americana e as burguesias nacionais européias ou de outras latitudes; em agrupar – como dizia Zdanov – “todas as forças dispostas a defender a causa da honra e da independência nacional”, e mobilizar a todos os “partidários da paz” contra o perigo de uma terceira guerra mundial. (CLAUDIN, 1970, p. 525)

Segundo Stálin, isso faria pressão sobre as autoridades políticas norte-americanas e as obrigaria a empreender as resoluções da conferência de Yalta.¹¹ Da mesma forma, permitiria aos partidos comunistas do Ocidente empreender o caminho da união nacional seguido até 1947, pela via parlamentarista e pacífica até o socialismo.

¹¹ Em Yalta, ficaram estabelecidos diversos pontos sobre o fim da Segunda Guerra Mundial e a paz que, logo após, se propunha. A conferência, entre várias questões, estabeleceu: a divisão da Alemanha em zonas de influência pelos países vencedores, dentre eles a União Soviética; a concessão de territórios à União soviética na Ásia e na Europa; um pacto secreto entre Roosevelt e Stálin, pelo qual a União Soviética deveria receber de volta a Estrada de Ferro Chinesa Oriental, a parte meridional da ilha de Sacalina, as Ilhas Kuril e Porto Arthur; o desmantelamento das indústrias alemãs, sobretudo as bélicas; o pagamento de indenização à União Soviética por danos causados pelos nazistas nos territórios ocupados durante a Segunda Guerra Mundial; entre outros. (DEUTSCHER, 1970).

A intenção de explorar as contradições interimperialistas teve escassos resultados, ao menos até a morte de Stálin. Os apelos para "defender a causa da honra e da independência nacional" não encontraram eco fora das fileiras comunistas, salvo em alguns reduzidos círculos intelectuais. Segundo Claudin (1970), "o único aspecto da nova linha que tomou corpo em certa medida, ainda que em um plano quase exclusivamente propagandístico, foi a 'luta pela paz'" (CLAUDIN, 1970, p. 525). Importa ressaltar que movimentos e apelos reivindicando a paz para o mundo eclodiram até mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, e, principalmente, a partir do seu fim. Todavia, o movimento organizado que obteve mais destaque em todo o mundo foi o chamado "Movimento dos Partidários da Paz" ou, como ficou conhecido: "Movimento pela Paz", oriundo do Congresso Mundial dos Partidários da Paz.

O contexto da Guerra Fria e o desenvolvimento da corrida armamentista, principalmente no que concerne à posse da bomba atômica pelos Estados Unidos, causavam uma enorme preocupação ao governo soviético. A Campanha Por Um Pacto de Paz assumiria, dessa forma, a tentativa de controle da corrida armamentista por parte da União Soviética, procurando, também, impedir o desenvolvimento armamentístico norte-americano, proporcionando, ao mesmo tempo, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas. Na "luta pela paz", os militantes comunistas deveriam recolher assinaturas por meio de inúmeros documentos dirigidos à opinião pública e aos governos, assim como parlamentares, Organização das Nações Unidas (ONU) etc., não apenas reclamando o pacto de paz entre as potências, mas também protestando contra a OTAN, reclamando a interdição das armas atômicas, reivindicando o desarmamento geral e apoiando as iniciativas da diplomacia soviética.

Em novembro de 1949, na reunião do Kominform, a "luta pela paz" foi definida como tarefa central do movimento comunista, à qual deveriam subordinar-se todas as outras tarefas e objetivos. Acreditava-se, naquele momento, numa possível "ação direta" do imperialismo norte-americano contra a União Soviética. Os líderes do Kominform diziam que a União Soviética vivia uma grave ameaça com a escalada armamentista dos Estados Unidos, especialmente com seus arsenais atômicos. A intervenção na Coreia, relatavam, era a grande prova da agressividade imperialista. O objetivo prioritário dos revolucionários, portanto, era o de conquistar uma paz "sólida e duradoura" em detrimento de novas revoluções socialistas. De acordo com Stálin, o movimento pela paz se propunha a mobilizar as massas populares na luta pela conservação da paz, por conjurar uma nova guerra mundial. Por conseguinte, não tendia a derrubar o capitalismo e a instaurar o socialismo: se limitava a fins democráticos de luta pela manutenção da paz. (CLAUDIN, 1970, p. 528)

É nesse sentido que, no início da década de 1950, militantes comunistas, de várias partes do mundo, lançaram-se em diversas campanhas com o

objetivo de salvaguardar a paz mundial. Uma tarefa extremamente difícil, porém de grande valor humanitário.

Os comunistas e o “Apelo de Berlim”

O II Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizado na Polônia, em 1950, em nome dos 2.065 delegados de 80 países,¹² adotou várias resoluções, dentre elas uma mensagem à ONU, chamada de “Carta da Paz”. Segundo o documento, a Organização das Nações Unidas já não garantia mais o entendimento pacífico entre os diferentes países do mundo, já não era o melhor mediador de conflitos. O documento relatava:

Entretanto, a guerra perturba hoje a vida pacífica de certos povos, e ameaça perturbar amanhã a de toda a humanidade. Se a Organização das Nações Unidas não justifica a grande esperança que nela depositaram os povos do mundo – tanto os que ali estão representados pelos seus governos, como os que ainda não estão – Se a Organização das Nações Unidas não assegura a humanidade a tranquilidade e a Paz, é porque está influenciada pelas forças que se afastaram do único caminho possível da Paz universal: a busca de um entendimento geral.¹³

Dessa maneira, os dirigentes do II Congresso, liderados pelo cientista francês Frédéric Joliot-Curie,¹⁴ acreditavam que a ONU deveria retornar ao caminho que desde o dia de sua fundação lhe foi traçado pelos povos: o de garantir o entendimento entre as nações, possibilitando, assim, a manutenção da paz mundial. Os dirigentes do II Congresso acreditavam que fazendo pressão e mobilizando a opinião pública internacional podiam resolver as questões conflitantes de maneira pacífica, sem que houvesse o perigo de uma nova guerra mundial e, sobretudo, com armas de destruição em massa.

A Carta da Paz possuía nove pontos. Destacava o perigo da Guerra da Coreia, as questões concernentes aos rearmamentos da Alemanha e do

¹² É importante destacar que diversos artigos na imprensa comunista mostravam contradição a respeito do número de países que o Congresso representava. É possível encontrar nas fontes comunistas 79, 80 e 81 países.

¹³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Departamento de Política Social (DPS), Panfleto 1326, ano de 1951.

¹⁴ Físico francês, cujo nome de solteiro era Jean Frédéric Joliot. Nasceu em Paris, em 19 de março de 1900. Licenciou-se na École de Physique et de Chimie, em 1923. Em 1925, tornou-se assistente de Marie Curie (descobridora dos elementos químicos radioativos Polônio e Rádio), no Instituto do Rádio, casando-se, em 1926, com a sua filha, Irène Curie, adotando a combinação Joliot-Curie no nome do casal. Ganharam o Prêmio Nobel de Química, em 1935. Em 1940, inscreveu-se no Partido Comunista Francês. Em 1946, foi nomeado pelo General Charles de Gaulle Alto Comissário da Energia Atômica, tornando-se o delegado francês na Comissão das Nações Unidas para a Energia Atômica, em Nova York. Em 1949 foi nomeado presidente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, liderando a luta pela coleta de assinaturas das diversas campanhas em favor da paz. Faleceu, em Paris, em 14 de agosto de 1958.

Japão, à questão da "Liberdade" e da "Independência Nacional" dos povos colonizados, ao perigo da propaganda de guerra feita pela imprensa mundial, à responsabilidade do general MacArthur sobre os crimes cometidos na Coreia, à "interdição absoluta das armas atômicas", à prejudicial economia de guerra nas relações econômicas mundiais e aos obstáculos que os países de regimes políticos diferentes impõem ao intercâmbio cultural.

O documento dirigido à ONU também lançou um novo apelo. Segundo a Carta da Paz, a ONU deveria "assegurar no mais breve prazo a reunião das cinco grandes potências: Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e República Popular da China, para o exame e a solução pacífica das divergências existentes".¹⁵ Contudo, o Apelo Por Um Pacto de Paz somente foi consolidado em 25 de fevereiro de 1951, em Berlim, quando o Conselho Mundial da Paz (CMP)¹⁶ realizou uma de suas reuniões. O Apelo Por Um Pacto de Paz era a nova campanha de luta pela paz na qual os comunistas brasileiros deveriam engajar-se. Eis o seu texto:

Atendendo às aspirações de homens do mundo inteiro, qualquer que seja sua opinião sobre as causas que engendram os perigos de guerra mundial;
Para assegurar a paz e garantir a segurança internacional:

Reclamamos a conclusão de um pacto de paz entre as cinco grande potências: Estados Unidos da América, União Soviética, República Popular da China, Grã-Bretanha e França.

Consideramos a negativa do Governo de qualquer das grandes potências a reunir-se para concluir esse pacto de paz, como evidência de desígnios agressivos por parte desse Governo.

Fazemos um apelo a todas as nações amantes da paz para que apoiem a exigência de um pacto de paz aberto a todos os Estados.

Colocamos nossas assinaturas ao pé deste Apelo e convidamos a assiná-lo a todos os homens e a todas as mulheres de boa vontade, a todas as organizações que aspiram à consolidação da paz.¹⁷

O Apelo de Berlim, como ficou conhecido, mobilizava os partidários da paz de todo o mundo a conseguirem assinaturas para serem enviadas à ONU, demonstrando, com isso, a força da opinião pública mundial no desejo de preservar a paz. O objetivo era conseguir mais de 600 milhões de assinaturas em todo o mundo. No Brasil, os militantes comunistas deveriam

¹⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Departamento de Política Social (DPS), Panfleto 1326, ano de 1951.

¹⁶ O Conselho Mundial da Paz foi criado em novembro de 1950, em uma das reuniões do Comitê Permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz. O objetivo de sua criação era o de dirigir e organizar as ações dos partidários da paz a partir de um só organismo. O Conselho Mundial da Paz ainda existe.

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Departamento de Política Social (DPS), Panfleto 1349, ano de 1951.

contribuir com seus esforços para a obtenção da cota de cinco milhões de assinaturas destinada ao país.

Importa ressaltar que a campanha em favor do Apelo de Berlim não estabelecia um prazo único para a entrega das assinaturas, como havia ocorrido com o Apelo de Estocolmo. As assinaturas ficariam sob a responsabilidade dos órgãos regionais, municipais, de bairros, estudantis etc., que deveriam recolher e enviar ao Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, que, por sua vez, poderia enviar diretamente à ONU ou levar ao III Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, que teve sua realização nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 1951, na cidade de Niterói.¹⁸

No Brasil, os revolucionários eram orientados sobre a política de “luta pela paz” da União Soviética. Diversos “comitês pela paz” foram criados em cidades, bairros, empresas etc. Salvo algumas exceções, eram em sua maioria constituídos por comunistas e simpatizantes.

O Apelo Por Um Pacto de Paz limitava-se a dirigir seus esforços para concretizar um acordo de paz entre as cinco grandes potências daquele período: Estados Unidos, Inglaterra, França, China e União Soviética.

O PCB assumiu a tarefa, divulgando, desenvolvendo e propagandeando a campanha. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias: jornais-murais, enterros simbólicos, palestras, comícios-relâmpago, panfletos, concursos, festivais, festas, conferências e, sobretudo, sua imprensa. Recorriam, também, aos “comandos”. Comando era o nome dado a uma forma de se coletar assinaturas. Nesse caso, era formado um grupo de pessoas para percorrerem as ruas da cidade, batendo de porta em porta, a fim de explicarem aos moradores os malefícios de uma nova guerra mundial com a utilização de bombas atômicas e, por fim, conquistarem suas assinaturas.

O Apelo Por Um Pacto de Paz lançou, ainda, uma maneira de participação individual. Em um dos panfletos distribuídos pelos comunistas em suas buscas por mais assinaturas podia ser lido:

QUE PODE VOCÊ FAZER?

Pode incorporar-se à ação mundial pela Paz, a título pessoal. Não duvide que esse simples gesto, repetido por centenas de milhares, de milhões de pessoas, tem sua eficácia.

Pode, também, promover uma ação de Paz coletiva, o que é ainda mais útil.

¹⁸ Na verdade, o referido congresso havia sido marcado para os dias 27, 28 e 29 de outubro. No entanto, a data foi alterada devido ao fato de não ter sido possível a acomodação de todos os delegados que participariam do conclave. Segundo os organizadores do III Congresso, tendo à frente o militante comunista Abel Chermont – presidente do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz –, “a Comissão de Hospedagem dos delegados ao III Congresso dos Partidários da Paz [encarecia] a colaboração de todos os Partidários da Paz no sentido de fornecerem hospedagem aos delegados estaduais, por faltarem ainda local de hospedagem para cerca de 500 delegados”. Os organizadores ainda faziam um pedido: “As pessoas que dispuserem de acomodações deverão se dirigir diariamente à sede do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, à Rua São José, nº 50 – 5º andar, sala 502, das 17h30 às 20 horas”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1951, p. 1.

INDICAÇÕES PRÁTICAS

Como atuar a título pessoal?

Conheça o conteúdo desta mensagem. Estamos certos de que estará de acordo com o conjunto de soluções que nela se propõe. Em todo caso poderá introduzir as modificações que julgue úteis. Faça seu esse texto e o envie, em seu nome, à Organização das Nações Unidas. Bastará, para isso, redigir sua aprovação nas linhas que para esse fim estão reservadas na parte superior da primeira página. Assim, por exemplo:

"O abaixo-assinado (ou os abaixo-assinados, se V. conseguiu incorporar alguns parentes ou amigos a esta ação) se declara integralmente de acordo (ou se declara de acordo, com esta ou aquela modificação) com a mensagem que segue."

Finalmente depois de destacar este talão, V. envia a mensagem junta à Organização das Nações Unidas.

[...]

ENDERÊÇOS:

Organização das Nações Unidas, Lake Success, New York, Estados Unidos.
Secretariado do Conselho Mundial da Paz, 2 rue de L'Elysée, Paris 8e.

Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz – Caixa Postal 1515 – Rio.¹⁹

Dessa maneira, sobretudo para aqueles que não queriam depositar suas assinaturas nos talões de coleta dos militantes e simpatizantes comunistas espalhados pela cidade – já que a propaganda anticomunista era intensa e insistiam em dizer que as campanhas pacifistas não passavam de “manobra da União Soviética” e de seus “agentes vermelhos” –, havia outro modo de participar e lutar pela paz, podendo, até mesmo, ter a garantia de que as assinaturas chegariam à ONU.

A sra. Sara Dibe Ide, militante comunista na época, quando questionada se era em nome do PCB que coletava as assinaturas, afirmou: “Não, geralmente a gente não dizia isso. Não dizia isso porque não existia o motivo de dizer. Era uma campanha mundial sem cor partidária [...]. Não era uma campanha do partido comunista”.²⁰ Mesmo não sendo uma campanha criada pelo PCB, eram os militantes do partido que corriam atrás das assinaturas. Por isso, muitas pessoas tinham medo de colocar seus nomes nas listas comunistas. Diante disso, a imprensa comunista procurava, num esforço constante, esclarecer a população que assinar os apelos pacifistas não era o mesmo que defender o comunismo. Com o título “Alguns Argumentos para a Coleta de Assinaturas”,²¹ o jornal *Voz Operária* procurava dar subsídios aos militantes para argumentarem em defesa da campanha. Por outro lado, os militantes apresentavam suas dificuldades,

¹⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Departamento de Política Social (DPS), Panfleto 249, ano de 1951.

²⁰ Entrevista concedida ao autor em 4 de julho de 2009.

²¹ *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1952, p. 4.

mostrando que muitos brasileiros não assinavam porque, quando por eles abordados, respondiam: “Assinar isto? Deus me livre: isso é comunismo”.²²

É preciso destacar que a grande parte da imprensa denunciava a referida campanha como sendo parte integrante dos planos soviéticos para aumentar suas áreas de influência e espalhar o comunismo pelo mundo. Vale lembrar que a imagem do comunismo em países ocidentais, e, no caso específico, do Brasil, era muito negativa. Os comunistas eram vistos como *inimigos da pátria*, e a grande imprensa não se cansava de publicar artigos e manchetes confirmando essa ideia (MARIANI, 1998). De acordo com Bethania Mariani, “o discurso da imprensa atua na constituição da figura do PCB no imaginário ocidental, mais especificamente, do comunista como o (outro) inimigo” (MARIANI, 1998, p. 11). A imprensa comunista e diversos panfletos distribuídos pelos militantes nas ruas, em portas de fábricas, colégios, levados de casa em casa etc., procuravam contradizer os jornais não comunistas, mostrando que a campanha do Apelo de Berlim era apenas uma campanha em favor da paz. Pode-se perceber que a defesa da humanidade dependia, principalmente, dos esforços da União Soviética e das democracias populares, enquanto os países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, representavam os grandes incentivadores do conflito nuclear e, particularmente, os iniciadores de uma catástrofe mundial.

Não obstante, os comunistas continuavam firmes no propósito de coletar assinaturas. A direção do PCB fazia a sua parte, orientando a militância em suas *tarefas*. Uma maneira de contribuir para a obtenção das quotas de assinaturas, acreditavam os dirigentes comunistas, era estimular na sua militância o espírito de emulação. Com a finalidade de angariar mais assinaturas e atingir a quota brasileira, havia competições promovidas entre os partidários da paz de diferentes países, entre as repartições, entre os bairros, entre os comitês pró-paz etc. Os dirigentes comunistas acreditavam na emulação como agente impulsionador da campanha. Em suas palavras: “a emulação tem sido – e deve ser cada vez mais – um fator importante para o êxito da campanha pela proibição das armas atômicas”.²³ No decorrer dos meses, diversas competições foram lançadas. Em Recife, os portuários desafiaram os transviários para alcançarem duas mil assinaturas num determinado período. Ficou estabelecida também a emulação individual em cada localidade, nas fábricas, repartições, escolas etc. O próprio jornal *Voz Operária* foi desafiado pelo periódico *Imprensa Popular*, que propôs a vitória para aquele que obtivesse o maior número de assinaturas enviadas às respectivas redações.

Os dirigentes comunistas, durante o Apelo de Berlim, promoveram concursos para premiar os mais dedicados à campanha. Em função do III Congresso Brasileiro pela Paz, o Movimento Carioca pela Paz instituiu

²² Idem.

²³ *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1950, p. 4.

o Concurso Pacto de Paz, no qual ficavam estabelecidos prêmios para os conselhos e outras organizações, bem como para os partidários da paz que se distinguiram na campanha. Alguns dos prêmios a serem disputados eram os seguintes:

Prêmio Elisa Branco – *Medalha Vermeil* – Será conferido a todas as organizações que realizarem suas Conferências, cumprindo as instruções baixadas pelo Movimento Carioca pela Paz. [...]

Prêmio Fadeiev – *Taça* – Será conferido à organização que conquistar maior percentagem de *Sócios da Paz* em relação a sua cota de assinaturas. [...]

Prêmio Jorge Amado – *Medalha de Prata* – Será concedido ao partidário da paz que conquistar maior número de sócios para o Movimento Carioca pela Paz, a partir de um mínimo de 10 sócios.

Prêmio Paul Robeson – *Flâmula* – Será conferido à organização que recolher ao Movimento Carioca pela Paz, maior contribuição para o *Fundo da Paz*, até o dia 31 de outubro, a partir de mínimo de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). Esse prêmio será entregue em solenidade especial constando de um almoço oferecido pelo Movimento Carioca pela Paz aos 10 partidários da paz da organização vencedora que mais se tenham destacado na coleta de assinatura e finanças.

Prêmio Branca Fialho – *Flâmula e Medalha de Prata* – Será conferido à organização que em primeiro lugar cobrir sua cota de assinaturas. [...]

Prêmio Pablo Neruda – *Medalha Vermeil* – Será conferido ao Conselho que mais superar percentualmente sua cota de assinaturas. [...]

Prêmio Movimento Carioca pela Paz – *Uma escrivaninha com sete gavetas* – Será conferido ao Conselho da Paz que conquistar em primeiro lugar uma sede independente.

Prêmio Movimento Brasileiro pela Paz – *Viagem a S. Paulo, com estadia de três dias* – Será conferido ao partidário da paz designado pelo Conselho, que mais se destacar nos trabalhos de propaganda (qualidade e quantidade).

Os prêmios acima discriminados serão entregues em solenidade a ser programada pelo Movimento Carioca pela Paz.

Para fazer jus aos prêmios, os Conselhos, as organizações e partidários da paz deverão apresentar semanalmente ao Movimento Carioca pela Paz, o resultado de seu trabalho e materiais demonstrativos.

Pela Diretoria do M. C. P.

J. F. Sampaio Lacerda.²⁴

Dessa forma, os dirigentes comunistas procuravam incentivar seus militantes a redobram seus esforços para o cumprimento da tarefa. É interessante observar que os prêmios de maior destaque não ofereciam a tão desejada medalha de ouro, mas sim a medalha vermelha.

²⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Departamento de Política Social (DPS), Panfleto 673, ano de 1951.

A imprensa comunista procurava pôr em destaque as assinaturas de personalidades não atreladas ao Partido Comunista do Brasil. Os comunistas brasileiros continuaram, por toda a campanha em favor do Apelo de Berlim, a negar que a Campanha fosse obra da propaganda política do governo soviético ou pertencente a um partido político, o PCB. A assinatura do jogador de futebol Leônidas da Silva, o Diamante Negro, foi intensamente explorada pelos dirigentes comunistas. O jogador afirmava que a melhor solução para se evitar uma nova guerra era estabelecer “um pacto de paz entre as cinco grandes potências”.²⁵ O partido incentivava a militância de base a utilizar os recortes de jornal e panfletos com tal assinatura para melhor persuadir os cidadãos brasileiros a assinarem o apelo. Da mesma maneira o fez com as assinaturas da atriz brasileira Vera Nunes e da cantora Dalva de Oliveira. Em matéria de primeira página, o periódico *Imprensa Popular* lançou o artigo “Vera Nunes apóia o Pacto de Paz”,²⁶ no qual demonstrava que a “atriz e estrela do cinema nacional” estava de pleno acordo com a proposta do Congresso Mundial dos Partidários da Paz. De acordo com a atriz, a paz só tende a dar incremento a todas as artes e só num clima de paz é que o artista pode de fato produzir. O teatro, particularmente, não pode progredir enquanto a paz não reinar de um modo que possibilite o entendimento entre os povos e o intercâmbio cultural entre as nações.²⁷

“Odeio a guerra e a bomba atômica”,²⁸ foi o que disse a artista brasileira Bibi Ferreira ao assinar o Apelo de Berlim. Segundo a artista, “só devemos guerrear em nossa defesa”.²⁹ Importa destacar que esse era exatamente o argumento utilizado pelo governo soviético para a fabricação de suas armas atômicas. Como revelou o jornal *Voz Operária*, em artigo de destaque, a arma atômica soviética era “fator de paz e segurança”.³⁰

Desde o início da campanha, os comunistas procuravam engrossar suas fileiras com personalidades de destaque na sociedade brasileira. Acreditavam que, com figuras proeminentes na literatura, na religião, nas artes, nos esportes, na política etc., conseguiriam cobrir a cota nacional e até mesmo ultrapassá-la. Além disso, os comunistas aproveitavam as declarações de algumas personalidades brasileiras, não filiadas ao PCB, para se defenderem das acusações de que a campanha pela proibição das armas atômicas era uma “manobra” dos comunistas e da União Soviética.

Alguns artigos demonstram como os comunistas brasileiros procuravam, por intermédio de uma pedagogia, orientar sua militância para as *tarefas* da campanha. Artigos como: Como Fazer a Campanha, Como

²⁵ *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1952, p. 1.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1951, p. 3.

²⁹ *Idem*.

³⁰ Manchete de *Voz Operária* em 1 de outubro de 1949, p. 3.

Organizar Um Comando de Assinaturas na Fábrica, Argumentos Para Combater a Propaganda de Guerra, Como Dirigir as Mulheres Para Que Assinem o Apelo?, Como Atingir a Nossa Cota dos 5 Milhões de Assinaturas, Você Sabe o Que Fazer para Propagandear a Campanha?, Como Reforçar a Campanha do Apelo, Alguns Argumentos Para a Coleta,³¹ demonstram, de maneira clara, uma espécie de pedagogia militante, na qual os dirigentes comunistas, por intermédio da imprensa e de outros meios, auxiliavam a militância de base no modo de proceder, na intenção de conquistar mais assinaturas. Direcionavam ações práticas para os militantes e exigiam êxito no seu cumprimento. Como destaca Reis Filho, "a dinâmica das organizações comunistas é marcada por uma extensa gama de atividades – ou tarefas. 'Internas' – realizadas para atender a imperativos da própria vida orgânica e 'externas', referentes à sociedade envolvente" (REIS FILHO, 1989, p. 124).

Os jornais comunistas mostravam-se de extrema importância no que concerne ao ensino das *tarefas*. Apresentavam por meio de exemplos, de maneira simples e didática, como os militantes deveriam agir em determinadas situações, como deveriam fazer para conseguir que diferentes segmentos sociais assinassem o Apelo, como abordar um trabalhador sem ser inconveniente, como esclarecer sem confundir, como convencer sem titubear. Enfim, explicitavam as melhores formas e condições para pedir aos operários, mulheres, jovens etc., que assinassem o apelo dos partidários da paz.

Em outros artigos: Uma Campanha Decisiva: 5 Milhões de Assinaturas para o Apelo de Berlim, 275 Milhões de Chineses Já Assinaram o Apelo por um Pacto de Paz, Toda Assembléia do Sindicato Assinou o Apelo, Populações Inteiras Assinam o Apelo, Duas Assembléias Legislativas e 24 Câmaras Municipais Já Votaram o Pacto de Paz, 5 Milhões de Assinaturas, Um Compromisso de Honra, Duas Mil Assinaturas, Em Um Bairro, Num Só Dia!, Prosegue com Êxito as Jornadas de Junho: Em Cada Três Habitantes da Capital Paulista, Um Já Assinou o Apelo Por Um Pacto de Paz,³² pode-se perceber as intenções da direção do Partido Comunista do Brasil. Por um lado, deve-se lembrar que um dos objetivos dos artigos era tensionar os militantes. Essas notícias, em particular, revelam que se algo de tamanha magnitude havia sido conseguido por outros militantes, incluindo a militância de outros países, em outras regiões esse fato também seria possível. Assim, o militante comunista não deveria "vacilar" em nenhum momento. Qualquer situação que presenciasse em seu cotidiano era uma oportunidade de angariar mais assinaturas, contribuindo não

³¹ As manchetes são do jornal *Imprensa Popular* e correspondem às respectivas datas dos anos de 1951: 5 de maio, p. 11; idem, p. 4.; 12 de maio, p. 4; 2 de junho, p. 4; 18 de agosto, p. 4; 1 de setembro, p. 4; 24 de maio de 1952.

³² As manchetes são do jornal *Imprensa Popular* e correspondem às respectivas datas dos anos de 1951 e 1952: 21 de abril, p. 1; 1 de setembro, p. 2; Idem, p. 4; 20 de outubro, p. 4; 16 de fevereiro de 1952, p. 1; 24 de maio de 1952, p. 4; 21 de junho de 1952, p. 1.

apenas para a campanha, mas para a consolidação da paz. Por outro lado, de acordo com os artigos apresentados na imprensa comunista, trabalhadores de diversos setores da economia brasileira davam sua colaboração ao movimento, o que demonstrava que o sucesso da campanha não era um sonho distante, mas sim uma realidade presente.

Em busca da paz

A primeira impressão que se tem ao ler as notícias era a da certeza na conquista dos cinco milhões de assinaturas destinados ao Brasil. Como revela Bronislaw Baczko (1985), as crenças, ideias e mitos, partilhados pelos militantes comunistas, “articulando entre si, traduzem no plano imaginário a grande mola impulsora da dinâmica dos revoltosos, isto é, a esperança, senão mesmo a certeza, de uma vitória próxima e fácil” (BACZKO, 1985, p. 321).

É dessa maneira, também, que os comunistas vão manifestar suas esperanças na Campanha Por Um Pacto de Paz. A crença na vitória movia a militância, fornecendo-lhe o ânimo necessário para a busca incansável de mais assinaturas. Assim como o mito da inevitabilidade da revolução, que levaria o mundo do capitalismo ao socialismo, o mito do pacifismo soviético direcionava os comunistas no caminho da vitória pela paz. Motivados por essa esperança, ou mesmo pela certeza, é que muitos militantes dedicavam-se, cada vez mais, às suas tarefas.

Tentando dar respostas a seus conflitos por meio de um imaginário, os comunistas possuíam a crença de que o único meio de impedir uma nova guerra mundial era efetivar um pacto de paz entre as cinco potências mundiais do período. Mais ainda, era necessário acabar com os arsenais atômicos em todo o mundo. Para isso, restava uma única alternativa: colher assinaturas para o Apelo de Berlim.

Entretanto, é necessário refletir mais detidamente sobre algumas questões. Diferentemente da campanha anterior – a campanha contra as armas atômicas –, não houve, desde o seu início, um prazo determinado para que fossem entregues as assinaturas. Como mencionado anteriormente, as assinaturas não estavam presas somente aos respectivos órgãos de coleta. As pessoas podiam enviá-las diretamente à ONU, o que dificultou – sobretudo para o pesquisador de hoje – contabilizar corretamente as firmas destinadas à campanha. Os dados relativos às assinaturas eram os que saíam divulgados nos documentos oficiais do partido e na sua imprensa. Todavia, mesmo de posse apenas das informações oficiais, é possível pensar sobre o resultado da campanha.

Em 30 de setembro de 1951, o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz anunciou que seria realizado, em outubro, o III Congresso Brasileiro pela Paz. Segundo o *Imprensa Popular*, “foi convocado o Congresso em nome de 1,5 milhão de homens e mulheres que assinaram o apelo por um

pacto de paz entre as cinco potências".³³ Conforme os números apresentados pelo jornal, de maio³⁴ até setembro, um milhão e meio de brasileiros já haviam assinado o Apelo de Berlim. Assim, pelo que já haviam conquistado, os comunistas mostravam-se entusiasmados com o desenvolvimento da campanha, revelando que rapidamente conseguiriam o restante das assinaturas. No entanto, dez dias depois, o mesmo periódico apresentava o artigo: "Um milhão e meio de assinaturas no apelo por um Pacto de Paz".³⁵ Nele, os comunistas demonstravam sua preocupação com o andamento da campanha. Segundo o artigo, havia a "expectativa de reunir 2.000.000 de assinaturas até a realização do Congresso Brasileiro da Paz; caso não [fosse] possível atingir esse número, [seria] muito difícil [atingir] os cinco milhões".³⁶ Importa ressaltar que o artigo ainda congratulava os "partidários da paz" brasileiros por terem obtido mais assinaturas do que a campanha anterior num período de tempo menor.³⁷ Desse modo, deve-se relativizar algumas questões. Como se preocupar com a conquista de dois milhões de assinaturas até o final de outubro – data da realização do III Congresso –, se já haviam angariado um milhão e meio, isto é, mais assinaturas em menos tempo, campanha pela proibição das armas atômicas? Por que, também, dez dias após contabilizar um milhão e meio de assinaturas, ainda havia o mesmo número de firmas coletadas? Não conseguiram mais nenhuma?

Outro conjunto de dados apresentados pela imprensa comunista é de causar alguma estranheza. No dia 30 de outubro de 1951, o jornal *Imprensa Popular* publicou uma matéria revelando que já haviam sido "coletadas 2.000.000 de assinaturas; porém a expectativa [era a] de que 2.600.000 [fosse] alcançada até a realização do III Congresso Brasileiro pela Paz".³⁸ Portanto, 20 dias após terem conquistado um milhão e meio de firmas, aumentaram-nas em 500 mil. Contudo, na véspera de instalação do III Congresso, o jornal publicou em sua primeira página: "2.350.000 assinaturas até ontem".³⁹ Dessa forma, pelos cálculos, em nove dias conseguiram 350 mil assinaturas.

No dia de abertura do III Congresso, os comunistas divulgaram em sua imprensa que haviam conseguido a cifra de 2 milhões e 600 mil assinaturas que precisavam para continuar batendo suas metas no rumo da obtenção da cota de cinco milhões destinadas ao Brasil. Segundo o periódico, "cinco horas antes da inauguração do Congresso, o Movimento Brasileiro pela Paz comunicava a cobertura da quota estabelecida – grande

³³ *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1951, p. 1.

³⁴ Maio foi mês de início da coleta de assinaturas em favor do Apelo Por Um Pacto de Paz.

³⁵ *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1951, p. 3.

³⁶ *Idem*.

³⁷ Numa comparação com o Apelo de Estocolmo: o marco de coleta de assinaturas da Campanha Por Um Pacto de Paz iniciou-se em maio, enquanto no apelo de Estocolmo havia se iniciado em março.

³⁸ *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1951, p. 3.

³⁹ *Idem*, 9 de novembro de 1951, p. 1.

entusiasmo entre as delegações ao tomar conhecimento do fato”.⁴⁰ Assim, de acordo com as informações apresentadas pelos dirigentes do congresso, publicadas na imprensa comunista, em pouco mais de 24 horas os “partidários da paz” (militantes comunistas) conseguiram coletar 250 mil assinaturas. Desse modo, cabe perguntar: como? Como algo tão improvável pode ter acontecido? Como foi possível se os próprios comunistas denunciavam, frequentemente, a repressão sofrida durante a coleta de assinaturas? Ainda cabe outro questionamento: se tudo corria tão bem, por que não continuar divulgando os resultados parciais da campanha ao longo do ano de 1952 no jornal *Imprensa Popular*?⁴¹ Uma hipótese para tais questionamentos é a de que os comunistas estavam inflacionando os dados relativos à coleta, e a direção tinha consciência disso.

A direção do PCB, após diversas tentativas frustradas de conseguir atingir a sua cota de assinaturas, determinou um prazo final para que, enfim, obtivesse êxito. No entanto, o prazo foi constantemente alterado, devido ao fato de não terem conseguido angariar os 5 milhões de firmas. O primeiro prazo foi estabelecido para março de 1952, mês de realização da Conferência Continental Americana Pela Paz, em Montevidéu, no Uruguai.⁴² De acordo com a direção do partido, tudo deveria ser feito para “atingir o mais rapidamente possível os cinco milhões de assinaturas”.⁴³ Os dirigentes afirmavam que os “partidários da paz” estavam “dando o máximo de suas atividades a fim de tirar o atrazo anterior”.⁴⁴ Todavia, os comunistas brasileiros não haviam conseguido cumprir a meta até a data da conferência. Desse modo, um novo prazo foi estabelecido. Desta vez, com metas mais modestas.

Em abril de 1952, sob a manchete de “Sob um novo impulso na coleta de firmas”,⁴⁵ o jornal *Voz Operária* noticiou a conquista de quatro milhões de assinaturas. Diante dessa vitória, estabeleceu o prazo de 8 de maio⁴⁶ para se chegar à cifra de quatro milhões e 300 mil. Quase três meses depois, lançou uma matéria afirmando: “Cerca de quatro e meio Milhões

⁴⁰ Idem, 10 de novembro de 1951, p. 6.

⁴¹ O último artigo do periódico *Imprensa Popular* em que foram divulgados os resultados parciais da Campanha Por Um Pacto de Paz foi publicado, em primeira página, no dia 7 de fevereiro de 1952, tendo como título: “3.185.007 brasileiros já firmaram o apelo da paz”. Apesar de exaltar o número de assinaturas obtidas, a direção do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz afirmou que a campanha ainda não estava marchando no ritmo necessário, cobrando uma maior entrega dos coletores (militantes comunistas). O objetivo era o de que se atingisse, até março – mês programado para a realização da Conferência Continental pela Paz – cota brasileira de cinco milhões. A partir dessa data, os assuntos relativos à campanha só seriam publicados no jornal *Voz Operária*.

⁴² Originalmente, a Conferência seria realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 16 de março. Contudo, o governo Vargas proibiu a sua realização, o que gerou uma série de protestos e manifestações, incluindo de muitos políticos (UDN, PDC, PSB, PTB), militares e personalidades não comunistas.

⁴³ *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1952, Caderno Especial.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1952, p. 4.

⁴⁶ A data simboliza o armistício europeu da Segunda Guerra Mundial.

de Votos pela Paz no Brasil".⁴⁷ Diante de mais uma vitória, os comunistas afirmaram: "estamos certos de que o povo brasileiro poderá chegar ao III Congresso Mundial da Paz com a sua cota de cinco milhões de firmas bastante ultrapassada".⁴⁸ Com isso, é possível perceber, mais uma vez, a crença na vitória final. Não apenas conseguiriam atingir a cota destinada ao Brasil, como também a ultrapassariam.

Entretanto, chegou o dia destinado à entrega da cota brasileira. O III Congresso Mundial da Paz, conhecido como Congresso dos Povos pela Paz, reunido em Viena, em 12 de dezembro de 1952, era a ocasião de recolhimento das assinaturas do povo brasileiro, demonstrando seus anseios pela preservação da paz mundial. Contudo, é de causar alguma estranheza o fato de a imprensa comunista não ter divulgado, desde julho, nenhum dado a respeito dos resultados parciais da campanha. Causa ainda maior surpresa, o fato de não terem revelado, no mês do congresso e nem no dia de sua realização, o número de assinaturas conquistadas pelos "partidários da paz" brasileiros, principalmente se refletirmos sobre o desenvolvimento da campanha ao longo dos anos de 1951 e 1952. De acordo com o que foi anteriormente apresentado, mesmo com dificuldades, os documentos oficiais do Partido Comunista do Brasil e, sobretudo, a sua imprensa, divulgavam o bom andamento da Campanha Por Um Pacto de Paz. Assim, é de espantar o fato de, ao longo de praticamente cinco meses, não terem apresentado nenhuma informação sobre a conquista dos cinco milhões de assinaturas.

Apesar desses problemas, não se pode esquecer que, independente das cifras obtidas pela campanha, os comunistas, na clandestinidade, e sob forte repressão política e policial, conseguiram mobilizar diversos setores da sociedade. Políticos, religiosos, estudantes, esportistas, intelectuais, trabalhadores de diferentes áreas da economia brasileira etc. foram abordados em seu cotidiano e convencidos a cederem suas assinaturas em prol da campanha. Realizaram um importante trabalho de divulgação sobre a bomba atômica, seus efeitos e o que poderia acontecer com o mundo se eclodisse uma guerra nuclear. A população, em sua maior parte, desconhecia os assuntos relativos às armas nucleares; não sabia, por exemplo, o que era a bomba atômica. Foi, em particular, através da imprensa comunista, dos "comícios-relâmpagos", dos congressos, dos panfletos distribuídos de casa em casa, entre outros meios de divulgação, que a população, de uma maneira geral, ficou conhecendo a ação de uma bomba atômica e suas consequências. Os militantes, atuando clandestinamente, conseguiram angariar um impressionante número de assinaturas e conquistar diferentes personalidades de diversos setores da sociedade para suas campanhas de luta pela paz.

⁴⁷ *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1952, p. 4.

⁴⁸ *Idem*.

Vale lembrar que a Segunda Guerra Mundial, no seu conjunto, afetou, de maneira incontestável, a vida do continente europeu. E os horrores vividos por aquelas populações estavam ainda bem vivos na memória das pessoas. No entanto, nenhum outro país foi afetado de modo tão catastrófico quanto a União Soviética. Segundo Reis Filho (1997), “enquanto a União Soviética perdeu 20 milhões de habitantes, entre civis e militares, Estados Unidos, Inglaterra e França, reunidos, tiveram perdas de cerca de 1,3 milhão de pessoas” (REIS FILHO, 1997, p. 153).

Os dados, em todos os níveis, eram sombrios. A vitória na Segunda Guerra Mundial fora conquistada. Contudo, a um custo extraordinariamente elevado. Para Reis Filho (1997, p. 153), “este custo marcaria a sociedade por gerações, de uma forma irremediável, acrescentando traumas e patologias inenarráveis”. Ainda O Congresso Mundial dos Partidários da Paz foi realizado em dois locais diferentes porque o governo francês não permitiu a entrada das delegações vindas da União Soviética e dos países socialistas. segundo o autor, “em meados dos anos 50, mais de dez anos após o fim da guerra, muitas regiões na União Soviética ainda não haviam recuperado os níveis demográficos de 1940”. Dessa maneira, é possível perceber que uma coexistência pacífica, a longo prazo, era um fator que agradava não apenas a população soviética, mas, de igual forma, a opinião pública internacional. Como salienta Reis Filho (1997), “nunca, talvez, a União Soviética conheceu, de forma tão generalizada e profunda, tal anseio e confiança numa paz duradoura. Um senso comum”.

Importa ressaltar que, mesmo nos Estados Unidos, foi preciso um grande esforço para mobilizar a sua população, durante a Guerra Fria, contra a União Soviética. Convém lembrar que os soviéticos haviam sido um importante aliado na luta contra o nazismo e saíram da Segunda Guerra Mundial com grande prestígio internacional. Assim, não se pode dizer que o Movimento pela Paz e a Campanha Por Um Pacto de Paz foram apenas chamamentos à paz, sem nenhum respaldo das populações, que foram criados apenas como manobra da União Soviética para conter o avanço das pesquisas nucleares norte-americanas e espalhar sua revolução comunista pelo mundo, como vão dizer os governos capitalistas, aliados dos Estados Unidos durante a disputa da Guerra Fria.

Os comunistas, embora com partido declarado ilegal e proscrito da vida política brasileira, procuravam envolver-se em campanhas e movimentos de diferentes naturezas a fim de continuarem participando da vida política do país e não se desestruturarem a ponto de se extinguirem enquanto instituição política. Como destaca o militante comunista Moisés Vinhas (1982), o que impedia os comunistas de desaparecer como força política efetiva era “provavelmente sua participação em campanhas pela paz, contra a bomba atômica, na qual conseguem reunir milhares de assinaturas”. Dessa maneira, afirma o militante, essas campanhas

mantinham "algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país" (VINHAS, 1982, p. 96) .

Referências

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi: antropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. vol. 5.

CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista: de la Komintern al Kominform*. Paris: Ruedo Ibérico, 1970.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: a história de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. vol. 2. (especialmente o cap. 13)

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. *Os 'combatentes da paz': a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

_____. Os 'combatentes da paz': a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 261-283, jul./dez. 2008.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira – 1961-1965¹

Ricardo Antonio Souza Mendes²

A análise dos militares no cenário político nacional de princípios dos anos 1960 é importante em função do papel de relevância que as forças armadas assumiram ao longo da ditadura imposta em 1964.

Pretendo neste capítulo abordar as diferentes propostas de política externa elaboradas na caserna. Identifico a existência de duas perspectivas que sinalizam para posturas distintas, embora não completamente antagônicas, quanto à forma de encaminhamento das relações internacionais e que começam a ser articuladas algum tempo antes do desencadeamento da deposição de João Goulart.

Com esse objetivo analiso uma série de publicações militares, tais como a revista *A Defesa Nacional* e a *Revista do Club Militar*, dois canais de manifestação das correntes militares. O último periódico, publicado pelo Club Militar, apresenta-se como espaço privilegiado para o confronto dos diversos “partidos militares”. A partir de julho de 1961, a Cruzada Democrática³ assumiu mais uma vez o controle do Club Militar e, portanto, da revista. *A Defesa Nacional*, por sua vez, foi fundada em 1913 pelos “jovens turcos”, que desejavam a modernização do Exército brasileiro a partir da influência germânica e originariamente tinha por objetivo difundir “suas ideias e fazer a propaganda dos militares alemães”. Após o término da I Grande Guerra, a revista reuniu tanto os chamados “francófilos” quanto os “germanófilos”. No período compreendido entre 1961 e 1965, os elementos que mais caracterizam uma relativa homogeneidade

¹ As considerações aqui apresentadas são relativas a uma parte de minha tese de doutorado realizado na Universidade Federal Fluminense e intitulada *Visões das Direitas no Brasil(1961-1965)*, defendida em 2003.

² Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ Segundo Antonio Carlos Peixoto (1980, p. 97) a Cruzada Democrática surgiu como um agregado de todos os grupos opostos ao nacionalismo, tendo por origem os veteranos da FEB e a alta hierarquia militar que se opunha a Vargas.

nos artigos da revista são a defesa da modernização e uma tendência autoritária dos militares nela envolvidos.

Utilizo ainda alguns exemplares das *Publicações do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra*, que contêm trabalhos realizados por alunos dos cursos desenvolvidos na instituição e que envolvem a análise da conjuntura nacional numa das instituições militares que mais forneceram participantes para o regime que se estabeleceu após o “golpe” de 1964.

Outras fontes complementares utilizadas para a elaboração desse artigo foram o acervo pessoal de Antonio Carlos Muricy, disponível no Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, bem como alguns depoimentos de caráter memorialístico feitos por oficiais participantes do movimento de 1964.

Antes de iniciar propriamente a análise dessa documentação, no entanto, creio ser necessário situar o debate historiográfico sobre o papel dos militares na sociedade brasileira antes do golpe e durante a própria ditadura.

Os militares e o golpe de Estado

Alguns dos trabalhos que analisam essa fase colocam ênfase no desempenho das forças armadas no desencadeamento do “golpe”. 1964 teria sido eminentemente uma mobilização militar tanto no que se refere à deposição do presidente quanto à hegemonia desse grupo diante dos demais participantes de uma coalizão que colocou fim ao governo João Goulart. Dentro desse enfoque, os autores mais representativos são Thomas Skidmore (1982), Alain Rouquié (1980), Antonio Carlos Peixoto (1980a,b), Alfred Stepan (1971), Maria Celina D’Araujo (1994) e Gláucio Soares (2001). Ora abordando especificamente o momento do golpe, ora enfocando a fase posterior, estes autores têm em comum, grosso modo, a perspectiva de proeminência dos militares diante de uma coalizão plural cujo comando caberia aos primeiros, mas que incluía grupos das camadas médias, empresários, segmentos políticos e contava com apoio ostensivo da alta hierarquia da Igreja católica.

Observando especificamente as instituições militares, Antonio Carlos Peixoto e Alain Rouquié apresentam a mesma perspectiva de Skidmore. Para Peixoto (1980), entre “1945 e 1964, o Brasil conheceu um período de intensa participação militar na vida política que acabou por levar, em abril de 1964, à tomada de controle global da máquina do Estado pelas Forças Armadas” (PEIXOTO, 1980, p. 71). Nesse sentido, para Celso Castro e Maria Celina D’Araujo (1994, p. 9), a tônica dessa perspectiva é a de compreender o momento como um “golpe” em que o “poder foi exercido em nome dos militares”. O mesmo considera Gláucio Ary Dillon Soares (2001, p. 351), para quem o “golpe [...] não foi dado pela burguesia

nem pela classe média, independentemente do apoio que lhe prestaram”.⁴ Dentro dessa perspectiva, o golpe resultou da conspiração militar com o apoio de grupos empresariais e não o contrário – uma conspiração empresarial que se utilizou de militares (FICO, 2004).

Outro grupo de autores também assinala a presença dos militares, desta feita como instrumentos da ação de determinados grupos sociais.⁵ Observa-se como representativos os trabalhos de Maria Helena Moreira Alves (1987), Joseph Comblim (1978), e René Dreifuss (1981). Estes apresentam as forças armadas por vezes como mais um dos diversos grupos articuladores do “golpe”, instituição à qual as direitas recorreram em função da necessidade de utilização do seu monopólio do uso da força no país. O objetivo das forças civis que teriam recorrido aos militares seria o de que estes realizassem uma intervenção utilizando-se da função de “poder moderador” e intermediador de conflitos que a instituição militar teria desempenhado por diversas vezes ao longo do período compreendido entre 1945 e 1964, sempre de forma favorável ao *status quo*. Comblim, em sua abordagem sobre a *Ideologia de Segurança Nacional* considera que, somente mais tarde, “a linha de segurança nacional se achou no dever de dismantelar o sistema que dera o golpe de Estado”. Gradativamente, de forma mais específica a partir de 1967, o Estado Autoritário transformou-se em Estado Militar. Ainda assim, mesmo com o predomínio dos militares no controle da máquina estatal, afirma que seria a “burguesia ligada aos grupos transnacionais e a burguesia ligada às empresas estatais” que constituíram os “pólos dominantes na sociedade em que o Estado é um regime de Segurança Nacional”.

A ideia de que a Doutrina de Segurança Nacional apresentava-se como uma ferramenta para instrumentalizar os militares a favor de um projeto de classe também está presente nas análises de Maria Helena Alves. O papel dos militares apresentar-se-ia a reboque de uma elite civil-empresarial e a ideologia de segurança nacional seria um instrumento de ofuscamento da realidade na qual o verdadeiro elemento de caracterização era a implementação de uma modernização conservadora.

Dentro desse enfoque de instrumentalização das forças armadas o trabalho de Dreifuss (1981) apresenta-se como o mais representativo. Dedicar todo um capítulo de sua obra à descrição do “envolvimento de civis e de oficiais das Forças Armadas pertencentes ao complexo IPÊS/IBAD⁶ ou ligados aos vários grupos da elite orgânica na estratégia militar” contra Jango e as “forças populares”. No entanto, assinala que o papel

⁴ Segundo o autor, “o economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe”.

⁵ Priorizei, neste artigo, somente as perspectivas que encontram maior receptividade entre os historiadores.

⁶ Respectivamente Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática. A grafia do IPÊS, com acento, visava associar o instituto com a solidez da referida árvore.

de liderança era do complexo empresarial multinacional-associado, sendo esses institutos os grandes responsáveis pela articulação.

Abordando especificamente os militares, dentro da perspectiva daqueles que entendem a intervenção sob uma ótica institucional, ou seja, de que a totalidade ou boa parte das forças armadas estava de acordo com o “golpe”, diversos são os analistas que indicam a existência de apenas um aspecto de ruptura nesse consenso e que se referiria ao grau de intervenção na vida política do país. Assim mesmo, esta ruptura apenas teria se tornado clara, segundo esses autores, após a efetivação do “golpe”. O resultado teria sido a formação, no pós-1964, de dois grupos denominados Moderados e Linha-Dura.

Ainda dentro de um enfoque que avalia os motivos das divergências nessa instituição, existe uma parcela da historiografia de 1964 que enfatiza uma dinâmica própria na mesma. Para esses autores, o aspecto responsável pelas cisões entre os militares e as respectivas alianças com o mundo civil, na fase anterior ao “golpe”, seria o posicionamento desses “partidos militares” quanto ao nacionalismo e ao antinacionalismo. Como desconsideram a existência de uma corrente nacionalista de direita dentro da caserna, afirmam que o confronto teria sido supostamente relegado ao segundo plano com o estabelecimento do regime autoritário, uma vez que a corrente nacionalista – vinculada aos grupos de esquerda e trabalhista –, teria sido praticamente expurgada da “caserna”. A partir de então, o confronto se limitaria à definição do tempo e do grau de intervenção na vida política do país, segundo afirmam.

Diferentemente dessas perspectivas, alguns dos relatos contemporâneos sobre 1964 confirmam a ideia de que as divergências eram significativas a ponto de colaborarem para a formação de projetos distintos do país. Para Adyr Fiúza de Castro, que cita elementos dessa divergência, “todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma república popular instalada no Brasil”. No entanto, quanto ao que queriam, mesmo no “interior de cada grupo havia grandes divergências” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1994, p. 155).⁷ Ao tentar apresentar uma justificativa para a ausência de “coordenação planejada” ou de um “comando único”, Geisel acaba por confirmar a existência dessas divergências, que poderiam ser percebidas pelo conjunto de alianças que cada grupo articulou. Assinala Geisel a existência de uma “revolução com vários chefes” e indica a presença de alguns grupos específicos dentro da caserna: um, formado por militares; outro, composto por militares com maior trânsito entre o empresariado, mas relacionado com o IPÊS e concentrado na região Sudeste; e o General Mourão, de modo independente, articulado com os civis e, inclusive, armando-os, do que discordava Geisel.

⁷ Depoimento de Adyr Fiúza Castro que em 1964 era tenente-coronel e servia no Estado Maior do Exército, na subseção de História da 5ª Seção. Em 1965 chefiou a Divisão de Informações do Gabinete do Ministro da Guerra. Posteriormente foi um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1969. Apoiou Costa e Silva na sucessão do presidente Castello Branco.

Esses depoimentos elaborados a *posteriori* são corroborados por declarações feitas no contexto da bem-sucedida deposição de João Goulart. Em entrevista a um canal de televisão brasileiro, em 1965, na qual buscava apresentar os motivos da “revolução”, o general Antonio Carlos Muricy, outro importante participante do movimento, asseverava que, ao final do ano de 1963

[as áreas militares de todo o Brasil começaram a entrar em ebulição e começou forte o trabalho tendente a unir os diferentes grupos. [...] Essa montagem não foi fácil e posso dar um testemunho de que nunca pensei que fosse tão difícil harmonizar tantas posições, embora houvesse um objetivo comum, mas procurado por caminhos um pouco diferentes. Essa situação se prolongou e se desenvolveu. Aos poucos, os comandos foram acertando seus relógios [...] e no final de março, já as articulações principais estavam feitas e os elementos articuladores centrais, os Generais Castelo e Costa e Silva, como elementos dirigentes, já tinham ouvido dos diferentes chefes militares opiniões que asseguravam uma unidade senão total, pelo menos de mais de 70% do Exército.⁸

Diversas considerações presentes neste depoimento merecem nossa atenção. Muricy assinala a existência de “diferentes grupos”, e diz que lideranças como ele tentavam unir para a efetivação do movimento. O depoente realça a dificuldade na concretização do intento de cimentar a proximidade entre esses grupos, ocasionada pela defesa de “caminhos um pouco diferentes”. Um ano após o “golpe”, a entrevista tenta assinalar uma suposta unidade de articulações, mas, ainda assim, Muricy apresenta um percentual de cerca de 70%.

Os “partidos militares” e seus projetos de nação

Como pôde ser observado, considero que a ideia de homogeneidade do projeto político existente dentro das forças armadas não passa de um equívoco que dificulta uma melhor compreensão da dinâmica do movimento de 1964. Partindo dessa premissa, utilizo a denominação “partidos militares” – adotada por Alain Rouquié, Antonio Carlos Peixoto e outros autores –, para enfatizar dois aspectos fundamentais relativos à especificidade das forças armadas. O primeiro deles refere-se à ideia de que estas são consideradas como forças políticas que “desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos” (ROUQUIÉ, 1980, p. 12). Num segundo sentido, a noção de partidos militares leva também a caracterizar estas forças como marcadas pela existência de diferentes grupos e subgrupos, bem como de diferentes projetos políticos que se encontravam em conflito no período ora abordado.

⁸ Acervo pessoal de Antônio Carlos Muricy, Série Atuação Político Militar (1936-1979). Fundação Getúlio Vargas.

Entendo que, no embate em torno das ideias que polarizaram a vida política naquele momento, algumas se apresentavam com um relativo consenso entre as direitas no meio militar, mas outras estabeleceram profundas divergências entre os diversos “partidos” de direita na instituição. Como parte do consenso pode ser assinalada a restrição do direito de participação política que continuaria limitado às elites, o projeto de modernização da sociedade e das forças armadas, a importância dada ao planejamento como instrumento fundamental para o fortalecimento estatal e a existência de um profundo caráter anticomunista.

No entanto, embora consensual e por isso tornando possível uma aproximação entre os diferentes “partidos militares” que compunham a coalizão vitoriosa, a variação no grau de exclusão da participação política e do anticomunismo acabou por aprofundar, ao longo do estabelecimento do regime autoritário, determinadas divergências oriundas do período anterior. Entre estas questões cito o debate sobre o prolongamento da intervenção dos militares na vida política brasileira, e a repressão aos que seriam considerados comunistas que aflorou com mais vigor, temas já considerados pela historiografia. Mas entendo também que existiam outros elementos diferenciadores entre os dois principais “partidos militares” de direita e que acabaram por colaborar para a configuração de projetos políticos distintos. Não apenas questões referentes ao nacionalismo/internacionalismo, mas também ao grau de intervenção/não intervenção do Estado na economia, à existência de uma legislação de defesa do trabalhador bem como à política externa dependente/associada. E, embora a questão do nacionalismo tenha se apresentado como “divisora de águas” entre estes dois grupos, fazendo com que as outras questões ficassem a “reboque” desta, nem por isso esses foram fatores de menor importância.

A inobservância de outras diferenças entre esses grupos, que não sejam aquelas referentes ao controle do poder no período pós-1964, chega a provocar uma certa confusão na identificação do projeto de sociedade instaurado pela coligação vitoriosa. Maria Helena Alves, por exemplo, assinala que a Doutrina de Segurança Nacional, na sua variante brasileira, se caracterizaria pela defesa de um desenvolvimento econômico associado-dependente, afastando-se do modelo utilizado no Chile e na Argentina. Creio que seria melhor compreender o resultado da política econômica adotada ao longo do período como fruto do embate entre os diferentes grupos dentro da arena estatal e, também, entre esses grupos e o restante da coalizão que comandou o país.

Inúmeros são os depoimentos e documentos que asseveram um posicionamento de defesa do nacionalismo por parte dos militares de direita. Alguns, até mesmo, defendiam um relativo distanciamento em relação aos Estados Unidos, em função de constatarem a existência de interesses muitas vezes conflitantes entre o Brasil e essa nação, apesar do reconhecimento do seu papel de liderança. Na caserna, o nacionalismo teve

um apelo significativo para parte dos oficiais que se posicionavam com reservas apenas em relação a quem deveria encampar a sua defesa, num contexto em que essa bandeira havia sido incorporada também pelos movimentos populares de esquerda. Para os nacionalistas das direitas nas forças armadas, que denomino *nacionalistas ditatoriais*, o protecionismo seria condição fundamental para a obtenção do tão propalado desenvolvimento do país. Colocava-se até mesmo a necessidade de defesa desse nacionalismo como forma de possibilitar uma redistribuição da riqueza nacional, embora a mesma acabasse por não ser efetivamente privilegiada posteriormente.

Quanto à questão social e à política externa, os *nacionalistas-ditatoriais* guardavam uma posição de defesa da realização de algumas reformas para diminuir a pressão popular e “abrandar a influência comunista”. Da mesma forma, entendiam que o caminho para o desenvolvimento do país deveria ser trilhado com uma proximidade apenas relativa dos Estados Unidos. De outro lado, os *internacionalistas-autoritários* outro segmento das forças armadas que considero igualmente como um partido militar de direita, assinalavam que somente após alcançado o desenvolvimento econômico é que os benefícios poderiam ser estendidos ao conjunto da sociedade e que o papel hegemônico norte-americano seria inquestionável, mesmo fundamental na obtenção de tecnologia e recursos para o alcance do desenvolvimento. Portanto, deve-se assinalar que esses dois grupos possuíam projetos de sociedade com diferenças que não podem ser ignoradas. Entre estas divergências, priorizo, a seguir, as proposições de sua política externa presentes nesses dois grupos.

Política externa na perspectiva das direitas militares

[...] a maioria dos “neutralistas” parece tender para o Bloco Comunista, já que a neutralidade real é posição que os fracos jamais poderão manter na disputa dos fortes.

Tenente-coronel Hernani D’Aguiar.

Os Estados integrantes (da coalizão militar com os Estados Unidos), embora possuindo vários interesses comuns, alimentam outros interesses colidentes, difíceis de conciliar sem restrições à soberania dos participantes.

Seminário apresentado pela equipe da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG – 1965.

Diversos eram os oficiais vinculados ao projeto *internacionalista-autoritário* que defendiam um alinhamento incondicional com os Estados Unidos.⁹ Colocando em relevo a questão do contexto mundial então

⁹ O marechal Juarez Távora; os generais Armando Villa Nova de Vasconcelos e Antonio Carlos Muricy; os tenentes-coronéis José Sá Martins, M. Potyguara e Alberto de A. Cardoso; os coronéis Heleno Soares Castellar e Antonio de Andrade, entre outros, adotavam esse posicionamento.

existente, caracterizado pela Guerra Fria, assinalavam que o país tinha como um dos seus objetivos nacionais a obtenção da autonomia política perante outras nações. Apesar de considerarem a política externa como um aspecto fundamental de soberania nacional, essa autonomia deveria ser colocada, momentaneamente, em segundo plano. O objetivo a ser privilegiado seria a obtenção de um equilíbrio de forças entre as duas superpotências. Entendiam os *internacionalistas-autoritários* que, caso a União Soviética conseguisse romper a paridade de forças, os comunistas desencadeariam uma ofensiva que isolaria os Estados Unidos, deixando-os “sem aliados e sem amigos”.

O Brasil, sendo o maior país da América Latina, possuindo uma posição estratégica fundamental no continente e apresentando-se como principal aliado dos norte-americanos, cumpriria um importante papel. Nesta ótica, afirmavam, o conflito mais geral da Guerra Fria assumiria grande relevância, praticamente eliminando alternativas a um alinhamento incondicional junto aos Estados Unidos. Caso o Brasil não adotasse essa posição, acabaria por viabilizar o enfraquecimento do “modelo ocidental” não apenas no país, mas também no hemisfério ocidental. No Brasil, a incerteza quanto aos rumos da política externa estaria também colaborando para que se tornasse alvo da disputa das nações que dividiam o mundo em zonas de influência.

A conjuntura internacional impunha, portanto, a construção de compromissos militares imprescindíveis à segurança coletiva do Ocidente. Um dos argumentos para justificar esse posicionamento de maior proximidade junto aos Estados Unidos era o fato de que ambos os países, segundo concebiam, partilhavam os “mesmos ideais e interesses” de contenção da expansão do comunismo. Afirmavam que as características da expansão comunista, através de uma “ofensiva mundial” e da tentativa de implementação da guerra revolucionária, tornavam inviável ao Brasil fazer frente, sozinho, a essa dupla ameaça. O sistema de alianças é que acabaria por delimitar o tipo de sociedade existente em cada nação.

Para garantir internamente a continuidade da “tradição ocidental”, “democrática” e “cristã”, seria de fundamental importância encaminhar uma política externa “inteiramente solidária com o Mundo Ocidental livre, ao qual pertence (o Brasil) por tradição, formação espiritual e intelectual e, mesmo interesse de ordem econômica”.¹⁰ Os Estados Unidos teriam um padrão ético a oferecer, enquanto o bloco soviético apenas ofereceria uma ideologia revolucionária. Contraditoriamente, os *internacionalistas-autoritários* assinalavam que a organização democrática era o que os colocava lado a lado com o “bloco ocidental”, e seria esta mesma democracia que se buscava preservar. Já os países que se haviam colocado sob a órbita de influência comunista teriam acabado, todos eles, por adotar um padrão de

¹⁰ Palestra A Escola Superior de Guerra proferida por Antonio Carlos Muricy na 7ª Região Militar, provavelmente na década de 1960, época em que ele era comandante desta região.

organização social “idêntico” ao da União Soviética, o que não poderia ser tolerado para o caso brasileiro.

Respaldava esse posicionamento de incondicional aproximação aos Estados Unidos e ao bloco “democrático ocidental” a possibilidade de uma guerra nuclear. Em face dos avanços tecnológicos e militares, num conflito de dimensões mundiais, não existiria a possibilidade de meio-termo. A existência de armas de longo alcance acabaria por envolver todas as nações, independentemente de seu desejo de participação no confronto. Esta posição encontra-se presente, por exemplo, em texto produzido por Armando Villa Nova, para quem a suposta busca pela expansão agressiva por parte da União Soviética, por meio da disseminação da guerra revolucionária, aliada à sua capacidade bélico-nuclear, tornava “limitada a capacidade auto-determinadora das Nações, na fase de transição”. A força tornava-se cada vez mais um recurso a ser utilizado como argumento decisivo de intimidação para a eliminação de divergências. Armando Villa Nova alertava para o fato de que nesse “ambiente de tensões permanentes, ninguém se sente em segurança pelo encurtamento das distâncias e pelo raio de ação das novas armas que a todos ameaça envolver num futuro conflito de dimensões globais”.¹¹

Da mesma forma, traçando uma definição sobre o que seria a Guerra Fria, Heleno Castellar estabelece a relação entre essa agressiva ofensiva comunista e a necessidade de definição clara do Brasil quanto à sua política externa. O oficial entendia que

podemos conceituar a “Guerra Fria” como uma manobra estratégica de envergadura mundial, orientada por uma grande potência e dirigida pelos órgãos de sua propaganda, visando conquistar para a esfera de sua influência político-militar, sem guerra declarada e aberta, as nações e povos que habitem as áreas geográficas ainda não incorporadas à órbita política de outra potência.¹²

Acompanhando a perspectiva de Villa Nova, Castellar avaliava que o país situava-se numa região estratégica para os dois blocos em confronto, o que tornava mais urgente uma tomada de posição. Octávio Costa, outro oficial a defender a perspectiva do alinhamento efetivo, citava o exemplo cubano como sinal da agressividade soviética e da possibilidade de isolamento:

A América do Sul desfruta de [...] uma posição estratégica de excepcional importância, pois que domina todas as rotas que ligam o Atlântico ao Pacífico e pode exercer o controle do Atlântico Sul, bem como o das

¹¹ NOVA, Armando Villa. *A segurança nacional: conceitos fundamentais e sua caracterização*. Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, fev.1961, p. 3.

¹² CASTELLAR, Heleno Soares. *Instrução teórica de oficiais sobre guerra insurrecional*. Acervo pessoal de Antônio Carlos Muricy, Série Atuação Político Militar (1936-1979). Fundação Getúlio Vargas.

rotas que ligam o Atlântico ao Pacífico. [...] Essa privilegiada posição e as atuais condições de subdesenvolvimento e atraso social constituem dois poderosos estímulos à ação do Comunismo Internacional. As condições de subdesenvolvimento constituem terreno fértil à propaganda subversiva. A conquista da América do Sul permitiria ao Mundo Comunista o isolamento da potência líder do Mundo Ocidental, e, conseqüentemente, o domínio do Mundo estaria à vista. [...] Se a pequena Cuba, facilmente neutralizável pelos Estados Unidos, com uma população correspondente à décima parte da população do Brasil e com uma extensão cerca de 8 milhões e 400 mil km quadrados inferior à do nosso país, constitui, presentemente, séria ameaça à segurança dos Estados Unidos, podemos admitir, perfeitamente, que o Brasil representa para o Comunismo Internacional o objetivo capital na sua luta decisiva pela dominação do mundo.¹³

Com Cuba a ameaça comunista ampliava-se. Mais do que nunca tornava-se necessária a vinculação irrestrita entre Estados Unidos e Brasil. Segundo o autor, seria uma relação de dependência recíproca já que a segurança norte-americana dependia da continuidade do capitalismo no Brasil. De outro lado, observe-se que ao lado da ideia de ameaça ao modelo ocidental, cujo representante máximo eram os Estados Unidos, o autor demonstra que a debilidade econômica brasileira, aliada aos problemas de segurança internos, limitava a capacidade ofensiva do país no cenário internacional.

Diversos eram os oficiais que consideravam que não somente o Brasil, mas também todos os países subdesenvolvidos estavam “compelidos a uma atitude defensiva até que seu desenvolvimento lhes proporcionasse liberdade de optar”.¹⁴

A crença na importância estratégica do continente e do Brasil não era nova. Desde a Segunda Guerra Mundial, quando os países Aliados e os pertencentes ao Eixo disputaram o apoio dos diversos países da região, esse aspecto passou a ser considerado pelos militares brasileiros. A situação e indefinição do Brasil quanto aos rumos de sua participação na Segunda Guerra até 1942 acabou por provocar a elaboração de um plano de invasão norte-americana na costa do nordeste. Devido ao alinhamento brasileiro às forças aliadas o plano acabou por ser abortado.

Diante disso, a adoção de uma política externa independente tornava-se impossível. No entanto, não era somente em função de uma agressão externa que o neutralismo tornava-se impraticável. A Guerra Insurrecional ou Revolucionária apresentava-se como uma estratégia de embate em que, segundo Castellar, não “há meio termo, porque [...] é próprio da revolução totalitária ser intransigente e explorar, em proveito próprio, as tentativas

¹³ SILVA, Octávio Costa da. *Aspectos geopolíticos do Brasil*. Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, abr./ maio 1964, p. 26.

¹⁴ ARAÚJO, Antonio de Andrade. *Estratégia econômica*. Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas – Departamento de Estudos, dez. 1964, p. 6.

de conciliação”.¹⁵ A neutralidade oferecia chances “ao inimigo”. Portanto, segundo o coronel Alberto Cardoso (1962), era necessário manter “uma constante vigilância contra a atividade do oponente em nosso território” (CARDOSO, 1962, p. 33).

Outro importante aspecto a ser considerado por esses oficiais para inviabilizar o neutralismo ou qualquer tipo de flexibilização de relações com o bloco comunista era o argumento de que a União Soviética e a China utilizavam-se do salvo-conduto das relações comerciais ou de assistência técnica para influenciar ideologicamente uma nação. Essa influência se daria de forma mais intensa caso houvesse uma indefinição quanto à política externa. Para o tenente-coronel Hernani D’Aguiar, o posicionamento dos “neutralistas”, situação extrema de indefinição, havia possibilitado a ampliação da difusão do comunismo, que já ocorria em todo o continente. A proximidade da ameaça comunista, intensificada pela Revolução Cubana, já estaria se manifestando através da “ação fidelista”, observada na “propaganda de certa parte de nossa imprensa falada e escrita”, dos “manifestos dos órgãos estudantis”, e também na “orientação seguida pela maioria de nossos órgãos sindicais” (D’AGUIAR, 1964, p. 43). Outro aspecto assinalado por D’Aguiar era que a “maioria dos ‘neutralistas’ parece tender para o Bloco Comunista, já que a neutralidade real é a posição que os fracos jamais poderão manter na disputa dos fortes”.

Além disso, a adoção de uma flexibilização nas relações internacionais tendo por justificativa a busca de novos mercados, acabaria, para alguns, por criar novos laços de dependência, além de colocar o país numa situação “ambígua em relação ao Mundo Livre, cujas desconfiças se avolumavam, em detrimento de nossos reais interesses” (CARVALHO, 1964, p. 51).

De outro lado, a adoção de um alinhamento aos Estados Unidos proporcionaria ganhos consideráveis em termos de desenvolvimento industrial. Aluizio Uzeda, major e oficial de Estado Maior em 1961, assinala que o nacionalismo dos países subdesenvolvidos era pernicioso e que uma demonstração cabal disso seria o fato de que os comunistas viam esses nacionalistas como aliados. Explica que “prejulgar-se economicamente subjugado por um capital estrangeiro que não temos sabido disciplinar, capital estrangeiro que só benefício poderá trazer a quem dele está ávido, é prejulgar-se inferior”. A necessidade de conhecimento, técnica, equipamentos e capital colocaria o Brasil numa situação de “reconhecer a superioridade desse líder [os Estados Unidos] sem inveja ou complexo” pois seria a única nação capaz de possibilitá-los. Nesse sentido, não poderíamos “hostilizar o país que é o único capaz de liderar o bloco a que pertencemos e do qual não devemos querer sair” (UZEDA, 1962, p. 85-87).

Por último, mas não de menor importância, esses militares reconheciam a existência de uma desigualdade natural entre as nações do mundo.

¹⁵ Idem.

Esta, por sua vez, acabava por provocar alguns inconvenientes, tais como a tentativa de interferência das nações mais fortes sobre as mais fracas. Reconhecendo a desigualdade entre as nações, Juarez Távora assinalava que

exercemos a plenitude dos direitos de soberania nas áreas submetidas à nossa jurisdição política, sem interferências descabidas de outras nações soberanas. Temos concordado, entretanto, em limitá-la, em benefício da paz universal, no campo das atividades comuns internacionais [...]. Embora todos os povos civilizados a aceitem [a igualdade jurídica entre os povos] em princípio, na prática, entretanto, ainda prevalecem privilégios de decisão beneficiando as nações mais fortes. O direito de veto, sobre determinadas decisões da ONU, é caso típico da quebra dessa igualdade jurídica. [...] Podemos, contudo, concluir que o princípio da igualdade jurídica, face às demais nações, constitui aspiração do povo brasileiro, pelo menos teoricamente, realizada.¹⁶

Mesmo considerando que o “direito de decidir, cada nação, livremente, em virtude de autoridade própria, sobre tudo aquilo que julgue ser de seu interesse”, para ele as interferências de outras nações nas questões internas do Brasil, deveriam ser aceitas desde que não fossem “descabidas”. Ou seja, desde que efetuadas pelos Estados Unidos em torno da defesa dos “valores da civilização ocidental”, os “direitos de soberania” dos países deveriam ser “limitados”. Também deveria ser aceito, pelo menos momentaneamente, a existência de uma estrutura que impunha a desigualdade entre as nações. Embora a superação tanto das interferências estrangeiras quanto da desigualdade no plano internacional estivesse presente nos Objetivos Nacionais que faziam parte da Doutrina de Segurança Nacional brasileira, existiria uma necessidade premente de colocá-la em segundo plano.

Outra perspectiva quanto à política externa brasileira está presente entre os nacionalistas-ditatoriais.¹⁷ Normalmente, a historiografia sobre 1964 não confere atenção à existência desse posicionamento quanto às relações internacionais. Talvez porque o posicionamento dos militares aqui mencionados não defendesse o distanciamento absoluto em relação aos Estados Unidos nem mesmo considerasse a ideia de neutralidade em termos de política externa, o que pode ter contribuído para uma visão de uniformidade quanto ao posicionamento do país nas relações

¹⁶ TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *Interpretação das aspirações e interesses nacionais do povo brasileiro: análise política*. Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1961, p. 10 e seguintes.

¹⁷ Cito, aqui, alguns militares como o general Edmundo Macedo Silva; os tenentes-coronéis Carlos de Meira Mattos, Walter dos Santos Meyer, Paulo Emilio Souto; o coronel-aviador Ismael da Motta Paes; o Major Níaza Gandra; e o capitão-de-mar-e-guerra Oswaldo Newton Pacheco. Com a exceção mais significativa de Meira Mattos, normalmente associado ao projeto político dos nacionalistas-autoritários, quase todos vinculavam-se à proposta dos nacionalistas-ditatoriais.

internacionais, que entendo equivocada. Também achavam fundamental a liderança desse país dentro do quadro mais geral de confronto entre comunismo e capitalismo. Para eles a liderança norte-americana apresentava-se de forma a reforçar o “caráter democrático” do Brasil e sua proximidade às tradições cristãs e ocidentais. Esses oficiais entendiam, ainda, em sua grande maioria, que existia a necessidade de o país integrar-se a um bloco militar. A finalidade de tal integração seria a “instalação de um sistema de proteção cujo objetivo principal é assegurar a capacidade de luta, pelo fortalecimento da estrutura social e pela integração dos grupos que a compõem”. Justificando uma estratégia de coalizões, afirmavam que as

limitações impostas à capacidade de promoverem com seus próprios meios uma Segurança Nacional adequada aconselham quaisquer países, e por assim dizer obrigam os países subdesenvolvidos, a se unirem politicamente a outros Estados, em coalizões ou alianças, visando geralmente o aumento relativo do Poder nacional [...] tendo como objetivos políticos comuns [...] a defesa da democracia [...] e [conter] a expansão mundial do Comunismo.¹⁸

Nesse sentido, esses militares colocavam-se num posicionamento de alinhamento junto aos Estados Unidos. No entanto, a defesa da proximidade em relação à nação que exercia o papel de liderança do mundo “democrático”, “livre” e “cristão” possuía muitas reservas da parte desses oficiais. Meira Mattos, em artigo intitulado “Formas de expansionismo – ideias fundamentais”, analisa as diversas maneiras de expansão presente nos dois países que dividiam a liderança mundial. Para ele, enquanto União Soviética apresentava um expansionismo “polimorfo” – com tendências ideológicas, políticas e econômicas –, o norte-americano apresentava aspectos que colocavam uma ênfase maior na dimensão econômica. Portanto, ele não perde de vista o fato de que a pressão, de forma variada, vem dos dois lados e que, dentro de uma perspectiva de geopolítica profundamente difundida dentro da Doutrina de Segurança Nacional, a questão deveria ser enfrentada com cuidado por parte de uma nação que tivesse pretensões de liderança regional como era o caso brasileiro.

Diferentemente do grupo anterior, Meira Mattos não achava que a interferência norte-americana era, em todos os casos, tolerável. Entendia, ainda, que o objetivo norte-americano não se caracterizaria apenas pela manutenção da democracia mas também pela expansão econômica. Ressaltava que essa pressão deveria possuir limites, dado que a vitória sobre o comunismo estaria fundamentada no equilíbrio “entre o êxito da civilização ocidental a cujo grande corpo pertencemos e o sucesso político de cada um de seus membros (Estados), entre os quais nos encontramos”.

¹⁸ CAMINHA, Herick Marques; PAES, Ismael da Motta; SOUTO, Paulo Emílio. *A Estratégia Nacional*, Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, nov. 1965, p. 22.

Mattos (1961) asseverava que a “compreensão dessa correlação esclarece por que as nações se agrupam para defender a filosofia, os padrões éticos e a dinâmica política das civilizações a que pertencem” (MATTOS, 1961, p. 12). O militar em questão defendia uma concepção igualitarista no plano das relações internacionais entre aqueles que pertencessem ao mesmo bloco e que, para isso, deveria se estabelecer uma limitação ao expansionismo e à liderança norte-americanos.

A afinidade existente entre as nações ocidentais que aceitavam a posição de liderança norte-americana colocava-se, ainda, na expectativa de poderem atingir o “sucesso político” por meio de seu auxílio. Utilizando-se do mesmo tipo de articulação dos defensores de um maior alinhamento junto aos Estados Unidos, por outro lado, Meira Mattos assinalava que o objetivo fundamental não era apenas afastar a ameaça comunista pela força desse país mas também garantir uma organização que viabilizasse uma melhor estrutura por parte das nações que se colocassem sob sua liderança. Era necessária a articulação de mecanismos que possibilitassem a coexistência do sucesso individual de cada Estado com o crescimento da influência da “nação potência”:

A conciliação entre essa tendência expansionista natural e consequente alargamento de área de influência da nação potência, vêm sendo procurados, na esfera do Ocidente, através de fórmula comunitária, isto é, da formação de Comunidades de nações livres que aceitam espontaneamente a liderança, sob certos aspectos de convivência, da nação mais poderosa. (MATTOS, 1961, p. 125)

Não era negada a supremacia dos Estados Unidos, nem mesmo era defendida uma posição de neutralidade, de distanciamento simultâneo em relação às duas nações que bipolarizavam as relações internacionais dentro do cenário dos anos 1960.

Atento às questões internacionais, em outro artigo Meira Mattos observava com profunda preocupação a expansão econômica norte-americana não somente sobre o Brasil mas também sobre o continente africano, no qual surgiam inúmeras nações em consequência do processo de descolonização. Esses novos países colocavam-se como os grandes competidores por mercados das grandes nações consumidoras de “produtos similares aos nossos” sob estímulo das nações industrializadas. A existência de um mercado competitivo tornava importante certa independência ante o expansionismo econômico norte-americano. Diante do alto índice de financiamentos destinados pelos Estados Unidos à região africana, Meira Mattos afirma que haveria a necessidade de se estar em estado de alerta, dado que o “desenvolvimento econômico da África representará, para nós, a perda paulatina dos mercados europeus e norte-americanos”. A solução não era evitar o processo, mas criar mecanismos de defesa

tais como a elaboração de um mercado comum americano, a aceleração do processo de industrialização do país, a proteção da produção atual e a estimulação de relações diplomáticas, principalmente com a África. Para Mattos, o país teria uma função de liderança que deveria exercer devido às condições gerais que possui.

O posicionamento de Meira Mattos não era único. A necessidade de imposição de limites ao papel de liderança dos Estados Unidos de forma a que esta nação não se sobrepusesse aos interesses dos diversos participantes da aliança contra a União Soviética e contra o comunismo também está presente no trabalho conjunto elaborado por membros da Divisão de Assuntos Doutrinários da ESG e intitulado *A Estratégia Nacional*. Considero este artigo de importância significativa devido à função que os autores desempenhavam dentro da Escola Superior de Guerra. Herick Marques Caminha era capitão de mar-e-guerra e chefe da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG. Ismael da Motta Paes era coronel-aviador e chefe adjunto de Assuntos Doutrinários e de Coordenação da ESG, assim como o tenente-coronel Paulo Emílio Souto. Observem que essas funções eram desempenhadas no ano de 1965, somente 12 meses após a deposição de João Goulart.

No artigo, os autores observam que, para deter o avanço comunista, a aliança com os norte-americanos era de extrema importância, mas não deveria estabelecer-se sem restrições. Nesse sentido, os mesmos que afirmam, em citação apresentada anteriormente, que a existência de limitações à capacidade de promover a segurança forçava as nações “subdesenvolvidas” a se unirem em coalizões para evitar a expansão comunista no mundo, também consideravam que

Os Estados integrantes, embora possuindo vários interesses comuns, alimentam outros interesses colidentes, difíceis de conciliar sem restrições à soberania dos participantes. As flutuações da política interna de cada Estado, os problemas específicos de sua Segurança, a diversidade das implicações que os negócios internacionais proporcionam a cada um, são fatores, além de outros, que dificultam a harmonização dos pontos de vista, com prejuízos para a completa integração, requisito essencial de quaisquer estratégias.¹⁹

Que “interesses colidentes” seriam esses? Mais uma vez a questão é colocada quanto à disputa por mercados ou, como aponta o artigo, à “diversidade das implicações que os negócios internacionais proporcionam a cada um”. Os autores também assinalam no referido trabalho a necessidade de incentivar a industrialização por meio de tarifas protecionistas, facilidades cambiais, favores fiscais e aduaneiros. A autonomia econômica

¹⁹ CAMINHA, Herick Marques; PAES, Ismael da Motta; SOUTO, Paulo Emílio. *A estratégia nacional*. Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, novembro de 1965, p. 14 e seguintes. Todos os autores pertenciam à Comissão de Assuntos Doutrinários da ESG.

por meio do pleno desenvolvimento de uma industrialização caracterizada pela necessidade de reserva de mercado também seria, desta forma, um interesse colidente.

O general Edmundo Macedo, por sua vez, estabelece a relação existente entre o “desenvolvimento” do país e a necessidade de o Brasil delimitar seu papel de liderança regional no cenário internacional. Indica que a preocupação fundamental para estabelecer programas de desenvolvimento seria “quebrar os grilhões da prisão em que tem vivido cercada [a América Latina], como formadora de matéria-prima [...] e consumidora de manufaturas”. Ele considerava que a América Latina possuía condições geográficas favoráveis, que “as matérias-primas mais essenciais [para o processo de industrialização] existem [no continente] e que seu mercado consumidor é um dos que mais crescem”. No entanto, existia uma dificuldade de intercâmbio que acabava por beneficiar os mercados consumidores dos países mais industrializados. O intercâmbio latino-americano é ainda insuficiente. Seu incremento depende, a nosso ver, da industrialização e não temos dúvida em afirmar que nosso país [...] terá um grande papel a desempenhar. (SILVA, 1960, p. 160).²⁰

Era grande a preocupação desses oficiais em formar um bloco econômico como forma de obtenção de maior autonomia. Espelhavam-se na formação de blocos em outros continentes buscando a integração regional para fazer valer o importante papel de liderança regional que o Brasil teria dentro da América Latina. Ao mesmo tempo, a formação de um bloco reforçaria a garantia de uma proximidade apenas relativa com a grande nação hegemônica no Ocidente. O major Niaza Gandra (1964) também era adepto da consolidação de blocos econômicos liderados pelo Brasil, tal como a ALALC.²¹ O objetivo seria o de incrementar o comércio exterior e “resolver os graves problemas de suas balanças comerciais, originários de uma persistente deterioração dos preços de seus produtos primários de exportação, no comércio mundial” (GANDRA, 1964, p. 33). Para ele, o comércio internacional caracterizava-se pela deterioração dos termos de troca e o auxílio externo, por intermédio de capitais, acabaria por ser utilizado apenas para “cobrir os *deficits* dos balanços de pagamentos provenientes da instabilidade de preços dos seus produtos exportáveis”. A necessidade dos países “subdesenvolvidos” de organizarem mecanismos de defesa para suas economias de forma coletiva se colocava com a intenção de se estabelecer “em melhores condições num mercado cada vez mais caracterizado por blocos econômicos”.

Embora não indique explicitamente o distanciamento dos Estados Unidos, a formação de um bloco por parte das economias latino-americanas sem a presença desse país caracteriza uma posição não de

²⁰ Apesar de ser citado por Dreifuss (1981) como pertencente à ADEP, associação vinculada inicialmente ao IBAD e, posteriormente, ao IPÊS, o artigo escrito pelo oficial assinala claramente uma necessidade de seguir uma trajetória própria, com certa autonomia em relação aos Estados Unidos.

²¹ Associação Latino Americana de Livre Comércio.

neutralidade, mas de proximidade com “limites”, em função dos já citados “interesses colidentes”. Tratava-se, portanto, de demarcação dos espaços de atuação de cada individualidade nacional.

A busca por tecnologia com vistas a dar continuidade ao desenvolvimento do país também é um aspecto do mesmo problema: os “interesses colidentes”, como assinalado anteriormente. Walter dos Santos Meyer (1963) criticava a extrema dependência do país em relação aos fatores fundamentais para alcançar um estágio superior de organização econômica, relacionando esse aspecto ao alinhamento incondicional com os Estados Unidos. Portanto, para ele, no “estágio técnico científico a que já atingimos não é possível esperarmos mais e continuarmos a depender de planos de defesa mútua, de acordos internacionais, de convênios ou que outros nomes tenham” (MEYER, 1963, p. 25).

Tornava-se urgente viabilizar a autossuficiência em termos de defesa. Meyer (1961) é representativo de uma posição que via a necessidade de que o Brasil desenvolvesse uma capacidade industrial que lhe possibilitasse possuir uma indústria bélica, ou um certo número de indústrias que estariam sob o controle das forças armadas. Isso era indispensável para a diminuição da dependência. Segundo Alain Rouquié, o fornecimento por parte dos Estados Unidos de material bélico de má qualidade para os exércitos da América Latina descontentou muitos militares do continente. Isso levou Brasil e Argentina, por exemplo, a tornarem-se importantes produtores de armas bem como ao desenvolvimento de um nacionalismo mais intenso dentro das forças armadas (ROUQUIÉ, 1980).²² Esse nacionalismo estava relacionado, em diversos casos, com uma maior autonomia no plano das relações internacionais.

Vários eram os oficiais que reclamavam para o Brasil uma posição de liderança no cenário internacional. Não com o objetivo de contestar a posição norte-americana, mas sim para valorizar um papel para a nação que levasse em consideração “nossa expressão mundial”. Meira Mattos (1961b, p. 141) assinalava o imperativo de “tomada de uma posição internacional; justa avaliação de nossa expressão mundial (de potência); nossa vinculação a uma política verdadeiramente pan-americana, de concepção global e igualitária”. Para o coronel Antonio Carlos de Andrade de Araújo,²³ o fato de ser o Brasil uma nação “subdesenvolvida”, conforme consideravam diversos artigos elaborados por oficiais da caserna, compelia o país a “uma atitude defensiva até que seu desenvolvimento lhe proporcionasse liberdade de optar”. Contudo, isso não implicava em

²² Contudo, como já indicado anteriormente, o autor considera a existência do nacionalismo nas forças armadas da região somente após 1969.

²³ Chefe de Assuntos Estratégicos da Escola Superior de Guerra em 1964 no período posterior à deposição de João Goulart.

“passividade permanente” mas “comporta ações próprias – agressivas, se necessário – através de uma Política Externa adequada”.²⁴

A preocupação com um cenário internacional caracterizado por uma comunidade de nações mais equilibrada também estava presente. A ideia de comunidade internacional que proporcionasse a presença do igualitarismo entre os países componentes do bloco ocidental contrapunha-se ao projeto de liderança absoluta norte-americana e caracterizava o pensamento daqueles oficiais que entendiam que somente por meio da diminuição das diferenças entre as diversas nações é que poderia consolidar-se, por completo, o afastamento da “ameaça comunista”.

Mesmo que não fossem majoritários dentro das forças armadas, os *nacionalistas-ditatoriais* representavam um “partido militar” que possuía uma força não desprezível. Sua existência se manifestava em periódicos das forças armadas os mais diversos, tais como a *Revista do Club Militar* e a *Revista Defesa Nacional*. E sua presença era tão efetiva que, mesmo onde parcela da historiografia somente identifica a existência dos internacionalistas-autoritários, eles estavam presentes em funções importantes, elaborando artigos e buscando difundir seu projeto político: na Escola Superior de Guerra.

Conclusão

Procurei assinalar neste artigo que os “partidos militares” de direita, presentes nas forças armadas, estabeleceram um embate entre diferentes projetos políticos que se manifestou principalmente por meio dos mais relevantes instrumentos de divulgação existentes dentro da caserna. As revistas militares e os trabalhos elaborados por ocasião dos cursos que eram realizados por esses oficiais nas diversas escolas de Alto Comando, mas, de maneira privilegiada, na principal instituição formadora dos oficiais de alta patente – a Escola Superior de Guerra –, foram o palco em que os diferentes projetos de nação foram apresentados e disputavam adeptos.

No que se refere às diferentes perspectivas de política externa, busquei apresentar que a ideia de alinhamento incondicional em relação aos Estados Unidos não era a única proposta existente. De certa forma, essas divergências podem ser esclarecedoras para se compreender as oscilações observáveis no encaminhamento do regime. A percepção de sua existência contribui para melhor se entender os fatores que acabaram por colaborar para que, em meados dos anos 1970, o Brasil adotasse uma política de maior independência em relação à nação que, segundo a totalidade desses oficiais, era a grande responsável pela defesa daquilo que compreendiam como sendo o “mundo livre”.

²⁴ Antonio Andrade de Araújo, *Estratégia Econômica*, Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas. Departamento de Estudos. C-13-64. Foi chefe de Assuntos Estratégicos da Escola Superior de Guerra em 1964 no período posterior à deposição de João Goulart.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARDOSO, Alberto de Antonio. Segurança e defesa. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 574-575, p. 33, maio/jun. 1962.

CARVALHO, Ferdinando de. A guerra revolucionária comunista no Brasil. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 597, p. 51, set./out. 1964.

COMBLIN, Joseph. *Ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'AGUIAR, Hernani. Guerra revolucionária comunista no mundo atual. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 597, p. 43, set./out. 1964.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumara, 1994.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GANDRA, Niaza Almeida. ALALC. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 164, p. 33, mar. 1964.

MATTOS, Carlos de Meira. Consciência geopolítica brasileira. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 563-564, p. 141, jun./jul. 1961b.

_____. Formas de expansionismo: ideias fundamentais. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 563-564, p. 12, jun./jul. 1961a.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. 2003. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

MEYER, Walter dos Santos. A ciência, a técnica e o exército. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 587, p. 25, jul. 1963.

MEYER, Walter dos Santos. A influência da siderurgia na economia e na indústria militar. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 160, p. 41-46, nov./dez.1961.

PEIXOTO, Antonio Carlos. O clube militar e os confrontos no seio das FA. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980b.

_____. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980a.

ROUQUIÉ, Allain. *Os partidos militares no Brasil*. São Paulo: Record, 1980.

SILVA, Edmundo Macedo Soares. A América Latina em face do desenvolvimento mundial. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 552, p. 160, jun.1960.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Glauco Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

STEPAN, Alfred. *Brasil: los militares y la política*. Buenos Aires: Amorroutu Editores, 1971.

UZEDA, Aluizio. Nacionalismo. *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 579, p. 85-87, nov. 1962.



Parte IV
Quarta República (1964-1985)
sobre homens, mulheres e seus ideais
em tempos sombrios

Tempo de calar: a ditadura militar e a repressão aos movimentos de educação e cultura popular¹

*Wagner da Silva Teixeira*²

Em 1º de abril de 1964, Caruaru, Pernambuco, um grupo de jovens foi detidos por uma patrulha do Exército. Com mochilas e carros oficiais, eles foram confundidos com guerrilheiros. Sob a mira das armas, o grupo se rendeu. A equipe que implementava o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) em Sergipe foi presa quando tentava retornar a Natal (RN). No momento seguinte ao golpe que depôs o presidente João Goulart, sem notícias confiáveis e diante dos rumores sobre a violência da repressão, “inclusive que o Exército estava eliminando todo o pessoal do Paulo Freire, prendendo e massacrando”,³ o grupo de estudantes iniciou sua fuga em Aracaju, passando pelo interior do Nordeste, e terminando no Recife, local para onde foram levados, interrogados e presos.

O que ocorreu com a equipe do PNA em Pernambuco é um exemplo da repressão que se abateu, nos primeiros meses após o golpe civil-militar de 1964, sobre os movimentos de educação e cultura popular. Movimentos criados entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 foram responsáveis por uma série de iniciativas no campo da educação popular e da luta pela democratização da educação brasileira. Apesar de relativamente curto, o período vivenciou uma intensa mobilização social, cultural e intelectual.

Os Centros Populares de Cultura (CPC's) ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento de Cultura Popular (MCP) de

¹ O texto resume questões centrais discutidas no quarto capítulo de minha tese de doutorado intitulada *Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2008.

² Mestre em História pela UNESP/Franca, Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

³ Brasil Nunca Mais 266, Caixa 3A, v. 13, p. 2.611, AEL/UNICAMP.

Pernambuco, a Campanha de Pé no Chão de Natal (RN) e o Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica foram as principais expressões daqueles movimentos. Suas experiências serviram de base para o PNA, coordenado por Paulo Freire no governo João Goulart. Os movimentos atuavam no trabalho de alfabetização de adultos e na expansão da oferta de vagas. Reinterpretaram a ideia de cultura, defenderam as reformas e um projeto político inserido no interior do projeto nacional-estatista (FERREIRA; DELGADO, 2003).⁴

Num momento em que a Constituição proibia o voto do analfabeto, os movimentos ganharam importância política. Para as esquerdas, o crescimento do número de eleitores significava democratizar o processo eleitoral e aumentar as chances de realizar as reformas de base. Para as direitas, a ampliação do número de eleitores poderia levar a uma mudança brusca na correlação de forças, privilegiando as esquerdas, sobretudo o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, na época em expansão eleitoral.

Com o golpe civil-militar de 1964, a situação política mudou de forma dramática; os movimentos não só perderam o apoio governamental, como passaram a ser perseguidos sistematicamente pelas forças militares da recém-instalada ditadura. O capítulo discute alguns elementos para a análise do impacto da repressão política nos movimentos, bem como dos discursos que justificaram a ação repressiva. O texto é dividido em duas partes: a primeira apresenta de modo sucinto o contexto de surgimento dos movimentos, com o objetivo de situar o leitor, explicando as razões para a repressão tão rápida, violenta e brutal como a que ocorreu. A segunda parte analisa como a ação repressora pôs fim à política educacional do governo Goulart e perseguiu os movimentos de educação e cultura popular.

Os movimentos

Em 1958 ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, um dos acontecimentos que marcam o início do contexto que deu origem aos movimentos. Naquele encontro foi debatido o texto *A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos Mocambos*, de autoria de Paulo Freire. A obra representou um marco nos debates sobre o tema. O analfabetismo deixava de ser visto como um problema apenas educacional e passava a ser analisado a partir de suas raízes econômicas e sociais, como consequência e não como causa do subdesenvolvimento. Freire (1958) faz uma rápida análise das populações marginais do Recife, dos habitantes dos *mocambos*, evitando os “transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo” e propondo em seu lugar que os “programas devem ser, em

⁴ Projeto de desenvolvimento nacional que incluía a criação de empresas estatais, a defesa dos direitos trabalhistas, o aumento das redes de proteção social, investimentos estatais em setores estratégicos, forte presença do Estado em praticamente todos os setores sociais.

parte, planejados com os alunos, para que correspondam à sua realidade existencial” (FREIRE, 1958, p. 7-8).

Em 1959, Paulo Freire concorreu à cadeira de Filosofia e História da Educação da Universidade do Recife. Para isso, escreveu a tese *Educação e Atualidade Brasileira*. Para Freire (2001), a sociedade brasileira passava por “alterações tão radicais e, às vezes, até bruscas [...], e em que as transformações tendem mais e mais a contar com a participação do povo, que já não se satisfaz, como antes, com as velhas posições quietistas diante dos problemas”, necessitando “de uma reforma urgente e total no seu processo educativo” (FREIRE, 2001, p. 83-84). A educação é vista como lugar de “criação de disposições mentais democráticas, através de que se substituam no brasileiro antigos e culturoológicos hábitos de passividade, por novos hábitos, de participação e ingerência” (FREIRE, 2001, p. 86).

As elaborações de Freire permitem perceber elementos fundamentais do ambiente político e educacional. A sociedade brasileira passava a conhecer um forte movimento de politização da cultura e da educação, cujo objetivo, segundo Monica Velloso (2002), seria o de “desenvolver a nação via povo”. Entre o final dos anos 1950 e o início da década de 1960, “o povo torna-se o ator social mais requisitado”. É o povo que aparece como elemento de “sustentação dos vários projetos políticos como os do ISEB, do cunho reformista; dos centros populares de cultura (CPCs), de orientação marxista, e dos movimentos de cultura popular no Nordeste e de alfabetização, inspirados nos grupos católicos de esquerda” (VELLOSO, 2002, p. 183).

Os movimentos tiveram origem na ação das principais forças políticas de esquerda. A Ação Popular (AP), no caso da UNE, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), no caso do CPC do Rio de Janeiro, eram as forças hegemônicas nessas respectivas entidades. Seja disputando o mesmo espaço político ou atuando em frente única, a AP e o PCB conseguiram, naquele momento, revitalizar os movimentos estudantil e cultural. A UNE-volante tanto serviu para pôr em contato os militantes da UNE e do CPC com as outras experiências de cultura popular que estavam ocorrendo no país, sobretudo no Nordeste, como também serviu para espalhar por diversas universidades em várias capitais do país a iniciativa de criação de Centros Populares de Cultura, que trabalhavam tanto a questão da cultura popular como da educação popular.

O MCP foi produto direto da chegada de Miguel Arraes e da Frente do Recife ao poder – primeiro em Recife e depois em Pernambuco. Formada por um amplo arco de alianças à esquerda, a frente tinha um programa político transformador. O MCP aglutinou em torno de si, desde sua formação inicial, uma série de diferentes experiências que em comum tinham o fato de valorizar a cultura popular como elemento de transformação da sociedade. Além disso, sua composição política comportava uma aliança entre comunistas e cristãos progressistas, que se não eram organicamente

ligados à AP, tinham nela uma referência importante. Politicamente, de acordo com um documento do MCP, o movimento popular para transformar a realidade teria como base três princípios fundamentais:

- a. Só o povo pode resolver os problemas populares;
- b. Tais problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que não pode ser corrigida senão pela *supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes*;
- c. O instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política guiada por ideias que representam adequadamente a realidade objetiva.”⁵

De forma semelhante, a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” nasceu em Natal a partir da eleição de Djalma Maranhão para a prefeitura. Ex-militante comunista, Maranhão tinha um forte discurso anti-imperialista, e sua campanha para prefeito teve como base os Comitês Nacionalistas. Além de Maranhão, se aglutinaram em torno da campanha intelectuais progressistas, estudantes universitários ligados à AP e militantes do PCB. Nas análises sobre a campanha é possível perceber uma evolução política que partiu de uma postura de “simples” expansão do número de vagas escolares, para uma educação “libertadora” (GÓES, 1991, p. 160).⁶

O MEB foi resultado de um convênio entre a Igreja Católica e o governo federal na presidência de Jânio Quadros. Apesar de surgir no governo de um político conservador, o desenvolvimento posterior do movimento demonstrou claramente sua postura progressista em direção às esquerdas. De uma proposta de educação de base pelo rádio, partiu para o trabalho de conscientização, alfabetização de adultos e sindicalização rural. Do ponto de vista político, o movimento seguiu a linha da AP. A presença de militantes, tanto na base como nas coordenações, foi essencial para isso. De acordo com Osmar Fávero (2006), o MEB “alinhou-se com a Ação Popular, num projeto de construção de uma sociedade socialista (que queria ser cristã), por meio de uma revolução (que não se desejava violenta)” (FÁVERO, 2006, p. 266).

As relações entre os movimentos e as esquerdas eram muito fortes. A AP estava na Frente de Mobilização Popular (FMP) juntamente com Brizola, Arraes e Djalma Maranhão. Nas análises de Jorge Ferreira fica claro que a linha política da frente, principalmente na fase presidencialista do governo Jango, foi a estratégia do confronto político, em particular com o Partido Social Democrático (PSD). A aliança entre os petebistas e os pessedistas, estratégia adotada pelo presidente Goulart, era definida pelas esquerdas reunidas na FMP como “política de conciliação” e um

⁵ MCP, *Plano de Ação para 1963*, p. 2-3, (grifo nosso).

⁶ Ver também Relatório *Cultura Popular: tentativa de conceituação*

impedimento para a aprovação das Reformas de Base (FERREIRA, 2004). O aumento da participação política organizada das esquerdas, de acordo com Lucília Neves Delgado (2003, p. 147), significou “uma conjuntura de ampliação da participação cidadã. Foi também uma conjuntura de franco crescimento de múltiplas formas de organização social e política, tanto no espectro da sociedade civil, como no interior do aparelho de Estado”.

De seu lado, o governo Goulart apoiou os movimentos. Os primeiros contatos foram feitos na gestão de Oliveira Britto. Darcy Ribeiro criou o Plano de Emergência, liberando verbas para o MCP, o MEB e a CEPLAR, e realizando um documentário sobre a Campanha de Pé no Chão. Jango esteve presente no encerramento da experiência de Angicos, defendendo o método de alfabetização de Paulo Freire. Com a entrada de Paulo de Tarso Santos no MEC em meados de 1963, os movimentos não somente ganharam apoio financeiro, como também espaço político. A proposta de formação de uma Coordenação Nacional de Cultura Popular foi prontamente aceita pelo MEC. O Plano Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire, teve início em janeiro de 1964. Afonso Scocuglia (2001) afirma que no governo Jango “as questões educacionais foram tratadas como prioridade de ação estatal. Entre essas questões destacou-se o apoio aos movimentos de alfabetização e cultura popular, especialmente a partir do Plano de Emergência (liderado por Darcy Ribeiro) de 1962” (SCOCUGLIA, 2001, p. 40).

A atuação dos movimentos deve ser inserida num contexto mais amplo que, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (2003, p. 147), foi marcado por “um efetivo movimento de ruptura com a tradição histórica brasileira, consolidada em torno da prática da exclusão dos segmentos menos favorecidos da população do país”. Tradição que se traduzia por meio da “cooptação e da coerção em resposta às tentativas desses sujeitos históricos de levantarem suas vozes e lutarem por seus direitos”. Diante disso, parece claro o que representou para os setores golpistas os movimentos de educação e cultura popular.

A ditadura

Ao contrário das outras intervenções na política brasileira, nas quais, após afastarem o presidente da República se recolhiam aos quartéis e repassavam o governo a um civil, em 1964 os militares trilharam outro caminho: permanecer no poder.⁷ Entre a decisão de tomá-lo e permanecer nele, os militares trilharam um curto caminho. “João Goulart caiu no

⁷ Nos referimos às intervenções militares de 1945, na qual Vargas foi afastado por uma junta militar que passou o poder ao presidente do Supremo Tribunal Federal; 1954, quando o suicídio de Vargas impediu o golpe e o vice-presidente Café Filho assumiu; 1955, quando o Marechal Lott desfechou um contra-golpe preventivo para garantir a posse de Juscelino Kubitschek; e finalmente 1961, quando, à beira de uma guerra civil, a posição do III Exército foi fundamental para o desfecho que permitiu a posse de João Goulart na presidência da República.

dia 1º de abril. O regime de 1946, nos dias seguintes” (GASPARI, 2002, p. 121). Como sabemos, foram vários os grupos que formaram a frente golpista que derrubou Goulart; o consenso construído para o golpe não se manteve quanto ao tipo e a duração do regime inaugurado em abril de 1964. De acordo com Gorender (1998, p. 78), “a ideia de um regime militar duradouro não estava nos planos de importantes conspiradores.”

O novo regime logo se ocupou em perseguir todos aqueles identificados com o governo Jango. Prisões e denúncias de torturas se tornaram cada vez mais frequentes. O grupo no interior das forças armadas identificado com a linha-dura queria “acabar, extirpar do país a corrupção e a subversão” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 183). A cruzada anticomunista levou a uma reorganização das estruturas de segurança do Estado. Algumas das consequências foram “a hipertrofia, o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança” (BRASIL, 1985, p. 72). Nesse contexto, os militares iniciaram um processo de perseguição e destruição das campanhas e movimentos de educação e cultura popular. Para os novos mandatários do poder “uma das primeiras providências consistiu em eliminar tudo o que o governo anterior viera fazendo no campo da educação de adultos” (BEISIEGEL, 1974, p. 253). Nesse sentido, a alfabetização de adultos era vista como uma ameaça à nova “ordem democrática”. Vanilda Paiva (1987) afirma que “o temor aos efeitos dos programas de educação de massas, criados entre 1961 e 1964, observou-se através da repressão desencadeada contra esses programas e seus promotores” (PAIVA, 1987, p. 259).

O fim da política educacional do governo Goulart e a perseguição a Paulo Freire

A principal expressão da política educacional do governo Goulart foi o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), elaborado e coordenado por Paulo Freire. O plano previa para 1964 a alfabetização de cinco milhões de pessoas. No momento do golpe, o plano estava em fase de implantação na Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e em Sergipe. Logo no dia 1º de abril de 1964 todas as atividades do PNA foram paralisadas. O ministro da Educação Júlio Sambaqui e toda a sua equipe, inclusive Paulo Freire, foram afastados do MEC. O PNA acabou antes mesmo de ser colocado em prática: no Rio ele parou no treinamento dos cerca de mil monitores. Em Sergipe, com a fuga e a prisão da equipe, foi paralisada a seleção dos monitores.

No dia 13 de abril foi decretada a cassação dos direitos políticos de 62 pessoas, entre elas Júlio Sambaqui.⁸ No dia seguinte, 14 de abril, o PNA foi oficialmente extinta. A Portaria 237 do MEC “revogava todas as portarias anteriores” (BEISIEGEL, 1974, p. 254). A ideia era por fim de forma

⁸ Ato n. 4, 13 de abril de 1964, de acordo com o artigo 10º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

imediate a toda política educacional do governo anterior, considerada já há algum tempo como subversiva. Em Angicos, um ano antes, na época comandante do IV Exército, Castelo Branco já havia alertado sobre o perigo que representava o método de alfabetização de Paulo Freire. Para o militar, o método estaria “engordando cascavéis” no sertão do Nordeste.

Após esse momento inicial de interrupção das atividades e extinção do PNA, “os novos governantes iniciaram o processo de apuração das responsabilidades” (BEISIEGEL, 1974, p. 254). Chegara rapidamente o momento das perseguições, cassações, prisões e interrogatórios. Vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram abertos com o objetivo de apurar as atividades subversivas na área educacional. Cecília Coimbra, na época estudante de história da Faculdade Nacional de Filosofia e integrante da equipe que participou da implantação do PNA no Rio, respondeu a dois inquéritos, ambos relacionados à sua participação no PNA. “Respondi a dois IPMs, porque antes do golpe trabalhava com o Paulo Freire no programa nacional de alfabetização”.⁹ Foi como coordenador nacional do PNA que Paulo Freire sofreu o impacto do golpe e da repressão.

Por meio do primeiro depoimento de Paulo Freire no IPM de Pernambuco, prestado em Recife no dia 1º de julho de 1964, foi possível reconstituir parte de sua trajetória, entre o golpe em abril e sua prisão em junho. De acordo com seu depoimento, ele estava em Brasília no momento do golpe e lá permaneceu até meados de maio, quando decidiu voltar ao Recife. No dia seguinte ao seu retorno, apresentou-se ao secretário de Segurança Pública, coronel Ivan Rui. Teve de comparecer à Comissão de Inquérito para prestar depoimento, “tendo sido por fim, detido no dia 17 do mês de junho próximo passado”.¹⁰

Paulo Freire ficou preso por volta de 70 dias e foi interrogado mais de uma vez pelo tenente-coronel Ibiapina. Este era o responsável pelas investigações e seu objetivo era conseguir informações sobre seu “método de alfabetização, suas atividades subversivas antes e durante o movimento revolucionário de primeiro de abril do corrente ano e suas ligações com pessoas ou grupos de agitadores nacionais e internacionais”.¹¹ O primeiro depoimento foi longo; Paulo Freire fez uma descrição detalhada de sua trajetória de vida e formação acadêmica. Foi muito questionado quanto à politização e ao caráter subversivo do método, sendo este comparado a outros métodos de alfabetização. Foi questionado também sobre a “politização” do método e o interesse despertado no governo anterior. Nos autos do processo, consta a resposta de Paulo Freire: “os convênios eram feitos para a aplicação do método. Sobre este já afirmou o depoente não

⁹ Entrevista de Cecília Coimbra, *Revista Caros Amigos*, ano 8, n. 92, p. 30, nov. 2004.

¹⁰ Brasil Nunca Mais (BNM) 266, Caixa 2, p. 2.259, Fundo Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) UNICAMP.

¹¹ BNM 266, Caixa 2, p. 2.245 AEL/UNICAMP.

ter objetivos politizantes”.¹² Para Celso Beisiegel (1974, p. 258), “Paulo Freire foi acolhido pelos interrogadores como um inimigo político e não como um educador”. As perguntas de Ibiapina a Freire durante o interrogatório tentaram a todo o momento comprovar “a orientação subversiva de suas atividades e sua completa ignorância em matéria de educação” (BEISIEGEL, 1974, p. 255).

Libertado por força de *habeas corpus* no final de agosto de 1964, Paulo Freire foi para o Rio de Janeiro no mês seguinte. Arrolado em outro IPM, sobre a subversão no MEC, foi convocado a prestar depoimento. “Pretendia retornar ao Recife imediatamente após esses depoimentos. Mas uma série de fatos novos, entre eles uma notícia da imprensa anunciando que seria submetido a uma outra prisão preventiva, o levaram a refugiar-se na embaixada da Bolívia” (BEISIEGEL, 1974, p. 255). Freire foi para o exílio; depois de uma passada rápida pela Bolívia, seguiu para o Chile onde trabalhou no governo de Eduardo Frei, da Democracia Cristã. Depois foi para a Europa, África e outras partes do mundo. Voltaria ao país somente em 1979 com a anistia.

O golpe e os estudantes: a UNE e os CPCs

A União Nacional dos Estudantes e os Centros Populares de Cultura tiveram participação fundamental na formulação e na implementação de diversas ações na área de educação e cultura popular. O projeto ou programa que movia toda aquela juventude era guiado por um objetivo maior: colaborar na construção de um país

mais justo e democrático, que, defendendo sua autonomia nacional, pudesse promover reformas estruturais que levassem em conta os interesses e direitos da base da pirâmide social e tentasse conter os abusos das classes dominantes, tradicionalmente egoístas e autoritárias ao longo de nossa história. (BARCELLOS, 1994, p. 7).¹³

Os estudantes brasileiros foram reprimidos em diversas partes do país. O caso ocorrido na Bahia revela a face autoritária dos golpistas. Um dos IPM's abertos para investigar a subversão na educação baiana denunciou nove estudantes. O único já formado era o engenheiro-agrônomo José Alberto Bandeira Ramos, vereador cassado de Cruz das Almas, no interior do Estado. Durante o governo Jango, foi delegado da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).¹⁴ José Alberto, de acordo com a denúncia, era “orientador da Associação dos Tarefeiros da Escola Agrônoma, onde pregava sobre a união dos estudantes-operários-camponeses e fundação

¹² BNM 266, Caixa 2, p. 2257 AEL/UNICAMP.

¹³ Depoimento de Ênio Silveira à Jalusa Barcellos (1994).

¹⁴ BNM 394, Caixa 1, v. 1, p. 2 AEL/UNICAMP.

de ligas camponesas”.¹⁵ A acusação, obviamente, era de que ele pertencia ao Partido Comunista, “atuante no setor universitário”.¹⁶

Dos oito estudantes, dois tinham relação com o CPC da Bahia. Jorge Antonio Freire de Sá Barreto tinha 23 anos, era estudante de Direito e atuava no teatro do CPC como ator. Depois de ter sido procurado por militares do Exército em sua casa, Jorge Barreto resolveu se apresentar ao quartel general em Salvador, no dia 24 de abril de 1964. Foi interrogado e identificado pelo major Melo Campos e levado para o quartel do Mont Serrat, onde foi preso. No dia 11 de junho de 1964 Barreto foi novamente interrogado, dessa vez pelo tenente-coronel professor Jardro de Alcântara Avellar, responsável pelo IPM. Ao ser “perguntado a que atribui a sua procura por elementos do Exército, respondeu que acha que pelo fato de ter trabalhado no Centro Popular de Cultura”.¹⁷ A continuidade do depoimento levou o estudante a responder por que estava no CPC, “gostava de teatro e que concordava com algumas coisas e ideias lá ventiladas, como por exemplo o problema das reformas de base”. Em 1963, foi preso colando cartazes e pixando muros pela cidade de Salvador na comemoração dos 41 anos do PCB. Jorge Barreto foi denunciado pelo promotor por ser “um comunista confesso e militante, tendo efetuado efetiva propaganda da doutrina marxista, pixando muros, paredes e afixando cartazes subversivos”.¹⁸

Aristiliano Soeiro Braga tinha 25 anos, cursava Direito e foi presidente da União dos Estudantes da Bahia (UEB) entre 1961 e 1962. Acusado de ser membro do Partido Comunista, teria obtido, segundo a denúncia da promotoria, “grande projeção na Campanha de Alfabetização de Adultos, sendo o fundador do Centro Popular de Cultura, órgão de difusão da ideologia bolchevista”.¹⁹ No depoimento, Aristiliano reconhece que o CPC havia sido fundado durante a sua gestão. Segundo ele “vários estudantes e intelectuais manifestaram à UEB o desejo de formar um órgão em que desenvolvesse as artes de um modo geral”.²⁰ Continuou o depoimento afirmando que em congressos e assembleias anteriores já havia sido aprovada a proposta de colaboração com esse tipo de atividade. Nesse sentido, a UEB “não podia deixar de apoiar de vez que era uma decisão de seus filiados, e que portanto ela se incorporou como uma das fundadoras do Centro Popular de Cultura da Bahia”.

Isso era motivo de sobra para tornar a UNE e os CPCs, assim como os demais movimentos de educação e cultura popular, alvos de uma rápida e violenta perseguição. O objetivo da repressão, além de procurar

¹⁵ BNM 394, Caixa 1, v. 1, p. 5 AEL/UNICAMP.

¹⁶ BNM 394, Caixa 1, v. 1, p. 5 AEL/UNICAMP.

¹⁷ BNM 394, Caixa 1, v. 3, p. 522, AEL/UNICAMP.

¹⁸ BNM 394, Caixa 1, v. 1, p. 4, AEL/UNICAMP.

¹⁹ BNM 394, Caixa 1, v. 1, p. 4, AEL/UNICAMP.

²⁰ BNM 394, Caixa 1, v. 3, p. 1 169, AEL/UNICAMP.

impor silêncio aos protestos do movimento estudantil, buscava impedir que os estudantes, segundo Artur Poerner (1979, p. 222), “promovessem novas campanhas de alfabetização de adultos, cujos organizadores e participantes eram, então, submetidos aos atrabiliários Inquéritos Policiais Militares”.

O movimento estudantil sobreviveu ao golpe, pelo menos até 1968. Na retomada de suas atividades políticas alguns estudantes conseguiram manter suas ações culturais e educacionais. O ator Carlos Vereza cita o exemplo do CPC de Niterói. “Mudamos de nome, passamos a ser um grupo de arte popular, e ficamos fazendo espetáculos. Mas chegou uma hora em que eles começaram a desconfiar, e aí ficou impraticável. Mas, com o pessoal de Niterói, o CPC resistiu até 1965” (BARCELLOS, 1994, p. 132).²¹

Mesmo durante o governo Castelo Branco, período que o jornalista Élio Gaspari chama de “ditadura envergonhada”, os setores mais conservadores das forças armadas, a chamada *linha-dura* utilizou os mecanismos repressivos para dar prosseguimento à *Operação Limpeza*. A principal consequência foi o fim das experiências de educação e cultura popular realizadas por estudantes espalhados por todo o país. O CPC original, no Rio de Janeiro, também não sobreviveu ao golpe, porém seus principais integrantes se reuniram no show *Opinião*, que estreou no final de 1964. Seu sucesso, de acordo com Ferreira Gullar (apud RIDENTI, 2000, p. 126) foi a identificação da classe média com o espetáculo. “Viram que aquilo era a expressão contrária à ditadura”.

O MCP e a “fortaleza destroçada”

Em 1964, o Nordeste sofreu o impacto mais violento do golpe. As prisões e imediatas cassações dos governadores Miguel Arraes, de Pernambuco e Seixas Dória, de Sergipe e dos prefeitos Pelópidas Silveira, em Recife e Djalma Maranhão, em Natal, demonstraram a postura do novo regime diante das esquerdas na região. Ocorreram no Nordeste as principais denúncias de torturas e prisões arbitrárias, de assassinatos e execuções de militantes ligados aos movimentos estudantil, camponês e sindical. (CAVALCANTI, 1978).²²

Foi dentro desse contexto de terror e violência que o Movimento de Cultura Popular conheceu a repressão do governo militar. Os relatos, trabalhos e documentos sobre o MCP permitem reconstituir a vontade dos novos mandatários do poder de destruir totalmente o movimento. A trajetória final deste teve início logo após o golpe: “o MCP foi invadido e ocupado – pilhados os seus bens, os seus livros e suas máquinas – com dois

²¹ Depoimento de Ênio Silveira à Jalusa Barcellos (1994).

²² Relata alguns casos de assassinatos logo nos primeiros dias depois do golpe.

tanques de guerra, com cães de guarda, nos jardins de sua sede”.²³ Muitos de seus dirigentes, funcionários e militantes, foram presos ou perseguidos pelo novo regime. Para João Francisco de Souza aquilo representou o início de “um trabalho de demolição de toda a atuação do governo estadual na área de educação/cultura popular”. (SOUZA, 1986, p. 114)

Com a posse do vice-governador Paulo Guerra no lugar de Arraes, o MCP sofreu processo de intervenção. O presidente-interventor foi o jovem professor Carlos Frederico Maciel.²⁴ Em seu discurso de posse começou falando que estava assumindo uma “fortaleza destruída”. Para ele, antes do golpe militar, o MCP era o lugar onde se espalhava “o veneno ideológico que vinha infestando a atmosfera que respiramos”.²⁵ O momento era de se repensar a administração do movimento e fazer uma política verdadeiramente “democrática”, afirmou o novo presidente.

Após a paralisação inicial ocorrida com a depredação de sua sede imediatamente após o golpe, algumas atividades do MCP foram restabelecidas, mas com um caráter muito diferente do que havia tido antes. Continuaram paralisadas as ações ligadas à cultura popular e à educação popular. Foram reabertas somente as “classes de adultos e adolescentes que venham seguindo o método tradicional”.²⁶

Para os setores que apoiaram o golpe, destruir a máquina “comunista/janguista” era uma tarefa que já havia sido feita. No *Diário de Pernambuco*, lia-se: “O difícil, o quase sobre-humano, é reconstruir esta casa saqueada, essa massa falida, este caos generalizado, no país e na região”.²⁷ Nesse contexto, o MCP era visto pelos vencedores como um empecilho que deveria ser extinto e substituído. Para o governador Paulo Guerra “aquele movimento de cultura popular, com aquele espírito – ou antiespírito – já não existe mais”. Entretanto, permaneceu uma estrutura, cuja responsabilidade era do MCP, que não podia parar de funcionar: “Um conjunto de serviços de utilidade pública” que atuava nas áreas de educação e saúde.

Em 5 de outubro de 1964, a Câmara Municipal do Recife, sob a presidência do vereador Wandenkolk Wanderley, aprovou a lei 9.297 que denunciava e rescindia “o contrato de administração de bens e execução de serviços, celebrado entre a municipalidade do Recife e o Movimento de Cultura Popular (MCP)”.²⁸ Os argumentos para tal rescisão eram dois: primeiro, “em virtude de não ter sido ouvido o Poder Legislativo” e, segundo, “por ser pública e notoriamente comunista a orientação e direção anteriores do Movimento”. A lei decretava também a reversão dos bens cedidos ao movimento para a municipalidade, indicava a criação “de uma

²³ COELHO, Germano. *Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular*. Disponível em: <<http://forum-eja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/pfreiregermano.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

²⁴ *Diário de Pernambuco*, 8 de abril de 1964, FUNDAJ.

²⁵ *Diário de Pernambuco*, 8 de abril de 1964, FUNDAJ.

²⁶ *Última Hora Nordeste*, 11 de abril de 1964, p. 2, FUNDAJ.

²⁷ *Diário de Pernambuco*, 25 de abril de 1964, p. 5, FUNDAJ.

²⁸ *Diário Oficial de Pernambuco*, 21 de novembro de 1964, p. 7546.

fundação para prestação de tais serviços” e mantinha o pagamento do funcionalismo do MCP.

O projeto de um substituto para o MCP demorou. Somente em março de 1966 foi criada a Fundação Guararapes, cuja finalidade era “a promoção do homem e da família e o soerguimento de grupos e comunidades”.²⁹ Para realizar essa tarefa a fundação recém-criada contaria com a colaboração de “órgãos públicos e privados interessados nesse trabalho”. A fundação passou a dirigir o ensino público do Recife.

O relatório final do Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a subversão em Pernambuco, do Tenente-coronel Ibiapina, indiciava 235 pessoas por atividades subversivas. Na terceira página, verificadas pelas investigações, estão relatadas as atividades subversivas de 197 civis. Entre eles, sete foram acusados de algum tipo de envolvimento com o MCP, além de Miguel Arraes, acusado de ter desenvolvido o “MCP ao máximo e logo que chegou ao Estado, criou a FEP (Frente de Educação Popular) toda nos mesmos moldes do MCP”. Constavam na lista Abelardo da Hora, Paulo Freire e Gregório Bezerra. Apareceram também os nomes de Aloysio Gonçalves Costa, acusado de ser “coordenador do PEA (Plano de Educação de Adultos). Do MCP (Movimento de Cultura Popular) e ligado ao SEC (Serviço de Extensão Cultural)”; Miguel Newton Arraes de Alencar, “um cripto comunista muito ativo” que teve sua atuação sentida, “sobretudo, no Movimento de Cultura Popular de que era diretor”;³⁰ e Naide Regueira Teodósio por atuar “não só nos meios intelectuais como também no meio popular através do MCP, máquina comunizante da municipalidade que jamais teríamos palavras que definissem sua importância no consenso comunizante de Pernambuco”.

Para Silke Weber (1984) no conflito ideológico que aconteceu em Pernambuco naquele período, a “educação popular teve um papel relevante”. Diante de um governo estadual que usava recursos internos para “cumprir os compromissos assumidos com o povo”, a classe dominante pernambucana procurou a ajuda externa e a aliança com a burguesia do Sudeste, ficando a ela subordinada. De acordo com a reflexão de Weber (1984, p. 261) poderia estar “ai talvez, também, uma das explicações para a rapidez com que a violência foi utilizada em Pernambuco”. Violência esta, que como vimos, estava a serviço dos interesses dos novos grupos no poder, fossem eles militares ou civis. Para João Francisco de Souza (1986), o fim do MCP representou a interrupção da “experiência ideológica, nos campos político e educacional, mais significativa que já houve no Brasil, onde as diversas camadas da classe trabalhadora vislumbraram uma possibilidade real de sua emancipação” (SOUZA, 1986, p. 119).

²⁹ *Diário Oficial de Pernambuco*, 1 de março de 1966, p. 1330.

³⁰ *Diário Oficial de Pernambuco*, 1 de março de 1966, p. 6142.

A destruição da Campanha de Pé no Chão

O impacto do golpe em Natal não foi muito diferente do que aconteceu no Recife. As esquerdas também foram duramente perseguidas com o início da *Operação Limpeza* na capital potiguar. Após alguma indecisão do dia 31 de março, a declaração da vitória no dia seguinte deu origem a uma verdadeira caçada. O prefeito e praticamente toda sua assessoria foram presos nos primeiros dias de abril de 1964. Em Natal, a prefeitura municipal, sob a gestão de Djalma Maranhão, foi o alvo principal das prisões e investigações.

Nesse contexto de repressão ao “comunismo” é que poderemos compreender o fim da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, considerada como um dos principais veículos de mobilização popular e responsável pela propaganda e pela agitação comunista. As aulas foram interrompidas por alguns dias, algumas professoras foram demitidas, os acampamentos escolares foram vistoriados, livros, cartilhas, cadernos e documentos foram destruídos ou apreendidos. Toda a coordenação da campanha foi presa. O objetivo era claro: acabar com a campanha, pôr fim àquela experiência de educação popular por eles taxada de “subversiva”. A ação dos militares foi muito rápida e violenta. Era “a fúria de LEVIATÃ personificado nas Forças Armadas” (CORTEZ, 2005, p. 219).

Moacyr de Góes foi substituído na Secretaria Municipal de Educação pelo capitão de corveta Thomaz Édison Goulart do Amarante. No dia 2 de abril, o secretário de educação Moacyr de Góes (1991) passou pela última vez em seu gabinete, sem tempo sequer para “fechar as gavetas”. O capitão da Marinha, ao assumir o posto, realizou “o expurgo inicial que se tornava necessário” (ALVES apud GÓES, 1991, p. 149), já que cabia “à Secretaria de Educação Municipal uma parcela ponderável da difusão das ideias subversivas”.

De acordo com a ex-professora da Campanha Pé no Chão, Maria Assunção, que na época trabalhava no Acampamento Chico Santeiro, “a invasão que houve na escola porque foi assim de noite, não foi de dia não [...] foi do dia 30 para o dia 31 de madrugada” (CARVALHO, 2000, p. 275).³¹ As aulas foram suspensas, segundo o depoimento da ex-professora Neide Rosa, que trabalhava no Acampamento da Rua dos Pegas. “Eu lembro que cheguei para dar aula, a Escola estava fechada. E, simplesmente, uma pessoa de frente disse: Volte, não pode entrar, a biblioteca está fechada, alguns livros foram levados [...]. E assim passamos dez dias sem trabalhar. Após dez dias, eu voltei. (CARVALHO, 2000, p. 245)³²

Diante da necessidade de comprovar a ação educacional subversiva, a repressão incidiu sobre os livros e materiais didáticos. De acordo com os autos de busca e apreensão anexados ao IPM sobre a subversão em

³¹ Depoimento de Maria Assunção à Maria Elizete Guimarães Carvalho (2000).

³² Depoimento Neide Rosa à Maria Elizete Guimarães Carvalho (2000).

Natal, comandado pelo capitão Ênio Lacerda, no dia 5 de abril de 1964 foram realizadas diligências em três bibliotecas: na Biblioteca Municipal do Alecrim, na qual foram apreendidos 24 volumes; na biblioteca localizada na Concha Acústica, onde foram apreendidos 21 livros; e no Centro de Formação de Professores, que teve 33 livros apreendidos.³³

As aulas ainda não tinham retornado nos acampamentos escolares e escolinhas quando se iniciaram as prisões dos coordenadores e apoiadores da campanha. As prisões relacionadas à Secretaria de Educação da Prefeitura podem ser divididas em três fases distintas; as ocorridas em abril; a prisão do secretário municipal em maio, e as últimas em junho de 1964. Em abril foram presos José Fernandes Machado, dia 7; Hélio Vasconcelos, dia 9; Omar Pimenta, dia 10; todos ligados à campanha. Pouco mais de uma semana depois, o ex-chefe de gabinete de Moacyr de Góes na Educação, Francisco Ginani foi preso. “Precisamente no dia 22 de abril foi levado, por auxiliares do mesmo delegado (José Domingos), para depor no quartel da Polícia Militar. Encerrado o interrogatório, o escrivão informou-o de que estava preso”. (GALVÃO, 2004, p. 74)

Após a prisão dos coordenadores da campanha, o investigador Carlos Veras se debruçou sobre Moacyr de Góes. O ex-secretário de Educação de Djalma Maranhão milagrosamente continuava fora do cárcere, em regime de prisão domiciliar. Teve sua casa e sua correspondência violadas. No dia 22 de maio, boatos fortes vinham dos meios militares. No dia 26 de maio de 1964, depois de dar aulas na universidade pela manhã, Moacyr de Góes estava em casa, com a mulher e os filhos, lendo o jornal e esperando o almoço quando bateram à porta. Ao abri-la deu de cara com o delegado Carlos Veras, que anunciou: “Vim buscar o senhor para prestar um depoimento.” (GALVÃO, 2004, p. 57). Góes foi preso logo após o depoimento.

Na segunda quinzena de junho aconteceu a última onda de prisões relacionadas à campanha. Josemá Azevedo era o responsável pelos círculos de cultura da Campanha Pé no Chão. Foi preso no dia 16. As últimas prisões ligadas à campanha ocorreram em 19 de junho. Naquele dia, Mailde Galvão, Diva Lucena e Margarida Cortez foram presas. Todas as três foram encaminhadas para o 16º RI. A partir daquele momento todos os coordenadores da Campanha Pé no Chão estavam detidos.

Três fatores foram decisivos para o fim da campanha. Primeiro e antes de tudo, a violência, por meio de ameaças, apreensões e prisões. O segundo fator foi o afastamento dos coordenadores, apoiadores e funcionários públicos remanejados. “À medida que as prisões se sucediam, a campanha era submetida a um processo de desestruturação, desarticulação de seus espaços e estruturas, que provocou a sua completa destruição” (COSTA, 2004, p. 71). Em terceiro lugar o medo, um fator danoso à campanha e à sua memória, o medo de ser pego com algum material da Campanha Pé no Chão e ter seu nome envolvido em algum processo, levou muitas pessoas

³³ BNM 46, Caixa 2, p. 1933-1935, AEL/UNICAMP.

a destruírem tudo o que tinham da campanha. Segundo Neide Rosa, depois do golpe e do início das prisões, “minha mãe disse: “Você vai queimar tudo que tiver aqui que tiver o nome ‘Pé no Chão’ e você vai dar fim a tudo. Até as fotos foram rasgadas, queimadas e enterradas. Foi tudo destruído. Eu não tenho mais, porque, na realidade, o medo foi muito grande, a repressão foi muito grande” (CARVALHO, 2000, p. 261).³⁴

MEB: a intervenção, as resistências e os fechamentos

Ao contrário dos demais movimentos destruídos em 1964, o Movimento de Educação de Base continuou existindo. Com a garantia de intervenção da hierarquia católica no movimento, a ditadura manteve o convênio com o MEB. Mas a nova realidade autoritária da política brasileira inviabilizou a continuidade do movimento nos moldes anteriores ao golpe. No início de abril de 1964 muitos monitores foram presos, escolas radiofônicas fechadas, lideranças comunitárias perseguidas. A repressão militar atingiu principalmente a base do movimento. Aída Bezerra, pertencente à equipe de Pernambuco, relata que, “nos dias que se seguiram ao golpe, foi todo um sofrimento de perseguição: gente dos sindicatos presa, peregrinação pelos quartéis, etc.”³⁵ As equipes estaduais e a nacional conseguiram ficar fora do alcance da repressão. A presença e a intervenção da CNBB foi fundamental para isso. Mesmo em relação à base, alguns bispos e padres também se mobilizaram para tirar da cadeia quem havia sido preso.

Essa perseguição inicial levou ao afastamento de muitos quadros do movimento. Diversos “monitores foram ameaçados, presos ou demitidos de seus cargos em meia dúzia de estados”.³⁶ Muitos professores foram remanejados para suas escolas de origem e “um grande número de supervisores renunciou por causa das acusações que caíram sobre eles por autoridades civis e militares”. A interferência direta da hierarquia da Igreja também afastou muitos militantes. “Nessa linha das ‘portas estão abertas’ muitos foram afastados. Não pela polícia mas pelos próprios bispos”. Zezé, da equipe do Maranhão, foi afastada de suas atividades em 1964.³⁷

O ala mais conservadora da Igreja conseguiu intervir no movimento por meio do monsenhor Tapajós, responsável pelas *Diretrizes para o Funcionamento do MEB*, apresentadas em junho de 1964. Sem ligação anterior com o MEB e com a responsabilidade de enquadrar o movimento, monsenhor Tapajós propôs “uma organização complicada com ‘linhas de comando’ paralelas para as funções do clero e dos leigos” (KADT, 2003, p. 281). Resistindo ao avanço da hierarquia, os coordenadores se articularam

³⁴ Depoimento de Neide Rosa à Maria Elizete Guimarães Carvalho (2000).

³⁵ Depoimento de Maria Aída Bezerra Costa (1986, p. 110).

³⁶ Idem, p. 277

³⁷ Depoimento de Nazira Vargas (COSTA, 1986, p. 111).

e, nos três encontros nacionais, seus substitutos elaboraram documentos, nos quais reafirmavam suas posições quanto à relação do MEB com a Igreja, sua ação educativa, a orientação ao lado do povo e sua organização nacional.

Entretanto, em agosto de 1964, as *Diretrizes* de monsenhor Tapajós foram aprovadas e “efetivamente neutralizaram as consequências potenciais da nova orientação dos leigos em relação ao povo” (KADT, 2003, p. 285). Os embates entre hierarquia e leigos, num plano, e no interior da própria hierarquia, em outro, diante da conjuntura política cada vez mais consolidada pela conquista do poder pelos militares, foram determinantes para o desfecho desse processo. “O conflito com a Hierarquia da Igreja estava cada dia mais acirrado. A cada acontecimento o cerco se fechava ainda mais”.³⁸

Em janeiro de 1966 se descobriu que no orçamento da União não havia dotação para o MEB. A descoberta era inesperada para a Igreja. Os militares não estavam dispostos a renovar o convênio. Imediatamente a CNBB se pôs a pressionar o governo para a renovação do contrato, oferecendo em troca o enquadramento total do MEB, permitindo a revisão do material pedagógico pelo MEC e a descentralização gradativa do movimento, aumentando, como já colocado, o poder das dioceses. A decisão sobre a continuidade ou não do MEB e do convênio com o governo federal se arrastou por todo o ano de 1966. Somente em setembro o governo anunciou, “por decisão pessoal do presidente Castelo Branco”, a renovação do convênio com o MEB (FÁVERO, 2006, p. 122).

A reação dos coordenadores e da equipe técnica a essas negociações foi forte. Eles tinham acabado de encerrar um encontro nacional no Rio, depois de muitos dias de debates, de “um consenso duramente conseguido” em torno da continuidade do movimento,³⁹ de todo aquele esforço coletivo. A CNBB fez os contatos com o governo militar “sem qualquer consulta aos” coordenadores e técnicos do MEB. De acordo com o novo convênio, o “Movimento não teria mais caráter nacional e ficaria na dependência imediata de cada Diocese e da orientação de cada bispo”.⁴⁰ Isso, obviamente, não foi aceito pelos coordenadores, como afirma Aída Bezerra. “Para nós, esse compromisso era inaceitável”. Os membros da equipe nacional enviaram uma cópia do acordo para todas as equipes regionais, “sugerindo que cada Equipe produzisse um documento em reação àquele compromisso com o MEC”. Os documentos foram encaminhados para Marina Bandeira, secretária geral do MEB. Na reunião seguinte do CDN, “passou a ler, um a um, na ordem dos menos violentos aos mais violentos. Vale dizer que a maioria dos documentos incluía um pedido de demissão em bloco” (COSTA, 1986, p. 115).

³⁸ Depoimento de Maria José Sousa dos Santos (COSTA, 1986, p. 111).

³⁹ Idem, p. 120.

⁴⁰ Depoimento de Roberto Mendes (Idem, p. 114).

De acordo com Osmar Fávero, naquele momento os sistemas maiores e mais significativos foram levados a um impasse: continuar perdendo a direção política do movimento ou parar e manter sua coerência ideológica. Para Nazira Vargas, “por volta de 65/66, o clima era insuportável [...]”. De todo modo, ‘empurramos a porta’ até 1966. E aí vimos que não dava mais”. As equipes estaduais começaram a fechar. Pernambuco foi o primeiro sistema a parar com suas atividades. “Discutimos a situação, o que estava acontecendo em termos de repressão e contenção [...]. A maior parte das Equipes não aguentava mais [...] não havia mais condições para continuar”.⁴¹ O sistema de Goiás fechou depois do encontro nacional ocorrido em julho de 1966. Na Bahia e em Minas Gerais a decisão de parar com as atividades do MEB foi tomada pela hierarquia.⁴²

Chegava ao fim a primeira fase do MEB. Várias mudanças ocorreriam depois dali. A região de maior atividade do MEB se deslocaria para o Norte, sobretudo, para a Amazônia. O trabalho de animação popular, iniciado em 1965, começou a ganhar mais espaço; o debate em torno do desenvolvimento de comunidade também.

Conclusões

Uma das questões centrais do debate, em torno dos movimentos de educação e cultura popular dos anos 1960, foi a relação com os governos identificados como de esquerda na época, como os governos de João Goulart, Miguel Arraes e Djalma Maranhão. O debate ocorre da seguinte maneira: de um lado se afirma esta relação, demonstrando o erro que significou submeter os movimentos aos “governos populistas”, retirando-lhes a autonomia. De outro, se nega esta relação, afirmando que havia na época uma dicotomia entre o “populismo” e o popular, governo *versus* movimentos. A partir dessas duas interpretações, os movimentos ora são “manipulados” pelo Estado “populista”, ora são compreendidos na contraposição do “populismo” ao popular.

A relação ocorreu, e não se tratou de um “erro”, mas de uma opção política consciente dos dirigentes dos movimentos que defendiam mudanças reais na sociedade brasileira. No caso das interpretações que contrapõem o “populismo” e o popular há uma falsa contradição, pois coloca em confronto uma aliança que se deu na prática política. O que se pode afirmar, entretanto, é que a repressão aos movimentos revelou que para os setores golpistas os movimentos estavam a serviço dos governos depostos e representavam uma ameaça ao equilíbrio político e eleitoral. Suas trajetórias, do início ao fim, demonstram a relação de alinhamento político com as forças políticas de esquerda.

⁴¹ Depoimento de Maria Lúcia Moreira Costa (Lucinha) (COSTA, 1986, p. 116).

⁴² Depoimentos de Ruth Vieira e Roberto Mendes (Idem, p. 117).

Vistos como parte da política de agitação e propaganda do Partido Comunista, os movimentos foram violentamente perseguidos. A repressão buscou provar de toda maneira suas práticas educacionais “perniciosas e subversivas”. Suas ações culturais e educacionais, como o teatro e a alfabetização de adultos, eram reduzidas à pura agitação comunista. Suas sedes foram invadidas logo nos primeiros dias depois de vitorioso o golpe, de maneira violenta. Parte do patrimônio dos movimentos foi destruída. Seus documentos, livros e textos foram queimados, apreendidos e expostos como prova de “subversão”. Não foram poucas as pessoas perseguidas, presas e até mesmo exiladas por seu envolvimento com os movimentos de educação e cultura popular. No Nordeste, como parte da *Operação Limpeza*, os militares empreenderam ainda em abril uma verdadeira caçada ao comunismo, atingindo as esquerdas de forma geral, as lideranças dos governos depostos, os movimentos sociais e também os movimentos de educação e cultura popular.

As perseguições, as intimidações, as prisões, as investigações e os IPM's foram os principais instrumentos utilizados pela ditadura para pôr fim àquelas experiências de educação e cultura popular. A consequência direta dessa ação destrutiva do novo governo foi a paralisação, quase completa, da educação de adultos nos dois primeiros anos da ditadura, o que representou um enorme retrocesso ao que vinha sendo feito nesse campo no Brasil. Segundo Vanilda Paiva (1987, p. 260), o “problema da educação dos adultos é deixado de lado pelo Ministério da Educação. [...] a paralisação dos esforços brasileiros no sentido de diminuir sua porcentagem de analfabetos e de educar sua população adulta”. Somente a partir de 1966 o governo militar iniciou suas atividades na área de educação de adultos, primeiro apoiando a Cruzada ABC, e, depois, no final de 1967, criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

O impacto do golpe nos movimentos de educação e cultura popular foi muito violento. O MCP, a Campanha Pé no Chão e os CPC's foram destruídos quase imediatamente após o golpe. O Programa Nacional de Alfabetização (PNA) do MEC foi extinto duas semanas depois. Dos grandes movimentos, apenas o MEB sobreviveu, porém, sob uma forte intervenção da hierarquia católica. A extinção dos movimentos não foi suficiente para a ditadura. Era necessário ir mais longe com a “limpeza”, afastando da vida pública as pessoas que haviam participado dos movimentos. Nesse sentido, Moacyr de Góes afirma que “os movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados” (GÓES, 1985).

Não foram poucas as pessoas perseguidas por sua participação nos movimentos. Estudantes, professores, funcionários e políticos foram atingidos. O medo causado por tamanha repressão foi responsável pela destruição de boa parte dos documentos dos movimentos. As fontes documentais sobreviveram porque foram guardadas, enterradas, escondidas

ou guardadas em arquivos públicos. O objetivo da ditadura não era simplesmente acabar com os movimentos, mas também com seus registros, suprimi-los da história. Apagar a memória e calar as experiências de educação e cultura popular dos anos 1960 no Brasil, eis os objetivos dos governantes civis e militares da ditadura instaurada em 1964.

Referências

BARCELLOS, Jalusa. *O CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. *Memórias da Campanha “De Pé no Chão”* (1961 – 1964). 2000. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

CORTEZ, Margarida. *Memórias da campanha pé no chão*. Natal: EDUFRN, 2005.

COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. *Conhecimento proibido: a educação popular na visão dos “guardiães da ordem”*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

COSTA, Maria Aída Bezerra; JACCOUD, Vera; COSTA, Beatriz (Org.) *MEB: uma história de muitos*. Petrópolis: Vozes, 1986. (Cadernos de educação popular, 10).

D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, jan. /jun. 2004.

_____. Crises da República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos. In: *Relatório final do Seminário Regional de Educação de Adultos de Pernambuco, preparatório para o II Congresso Nacional de Educação de Adultos*. Rio de Janeiro: CBPE/UFRJ, 1958.

_____. *Educação e atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: aconteceu em abril*. Natal: EDUFRN, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOÉS, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): uma escola democrática*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____; CUNHA, Luiz A. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. João Pessoa: UFPB; São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, João Francisco de. *Uma pedagogia da revolução*. São Paulo: CORTEZ, 1986.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

WEBER, Silke. Política e educação em Pernambuco. *Dados Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 233-262, 1984.

Fé, razão e conflito: a trajetória intelectual de Leonardo Boff¹

Bruno Marques Silva²

O protagonista

O intelectual Leonardo Boff tem um significado fundamental para a teologia latino-americana e mundial. Esteve presente no início da reflexão que procurou articular o discurso indignado ante a miséria e a marginalização com o discurso da fé cristã – gênese da chamada Teologia da Libertação –, tendo colaborado para formular uma interpretação original do catolicismo a partir das realidades latino-americanas. Teólogo poliglota, Boff é autor e coautor de mais de 60 livros, nas áreas de teologia, filosofia, antropologia e mística. Tem sido agraciado com vários prêmios no Brasil e no exterior, também graças a sua luta em favor dos marginalizados e dos direitos humanos.³

Boff vive atualmente no município de Petrópolis, no Rio de Janeiro e compartilha a vida com a educadora Márcia Maria Monteiro de Miranda. Tornou-se, assim, pai por afinidade de seis filhos.⁴ Ex-frade franciscano, foi padre da Igreja Católica, deixando posteriormente o ministério em 1992 – o que para ele se constituiu muito mais como uma imposição. Continua na Igreja, como teólogo. Boff acorda cedo todos os dias e está sempre produzindo textos. Participa frequentemente de debates e entrevistas em diversos canais de TV e rádio, no Brasil e em vários países, sobre assuntos relativos à religião, à sociedade, às relações internacionais, ao futuro do socialismo e sobre questões ligadas à justiça social, à espiritualidade e à ecologia – campo de estudos ao qual se tem dedicado desde

¹ O capítulo resume questões centrais contidas em minha dissertação de mestrado *Fé, razão e conflito: a trajetória intelectual de Leonardo Boff* defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, em 2007.

² Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professor do Colégio Pedro II.

³ Site oficial de Leonardo Boff. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/bio/biografia.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2006.

⁴ Idem.

que, pressionado pelo Vaticano por conta de suas posições progressistas, rompeu oficialmente com a estrutura formal católica.

Genésio Darci Boff nasceu em Concórdia, Santa Catarina, em 14 de dezembro de 1938. É neto de imigrantes italianos, vindos para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. Boff cresceu numa realidade tipicamente rural. Enquanto puxava enxada com a mãe Regina, o garoto fazia planos para ser motorista de caminhão.⁵ Filho de família numerosa, começou seus estudos em casa com o pai, Mansueto, que, por sua vez, dedicava-se, todas as noites, à alfabetização de adultos. Cursou, posteriormente, a escola primária em Concórdia. Com 11 anos de idade, o garoto partiu na boleia de um caminhão. Não era para ser motorista. O destino era o seminário de Luzerna, também em Santa Catarina, no qual complementaria a formação primária em 1951. Um ano depois, ingressou no antigo ciclo ginasial no seminário São Luis de Tolosa, em Rio Negro, Paraná.⁶ Em 1958, completaria o ciclo no seminário Santo Antônio, em Agudos, São Paulo.⁷ Dos 11 irmãos de Boff, três optaram pela formação religiosa: Clodovis, Jenura e Lina. A escolha de Boff não encontrou grandes resistências da mãe, mas sim do pai.⁸ Entrou no noviciado do convento São Francisco de Assis, em 1959, ingressando, então, na Ordem dos Frades Menores Franciscanos. Agora era Leonardo Boff. Trocou de nome ao adotar o hábito, como manda a tradição.

De 1960 a 1961, Leonardo Boff cursou a Faculdade de Filosofia da Província da Imaculada Conceição, em Curitiba. No período de 1962 a 1965, frequentou a Faculdade de Teologia dos Franciscanos de Petrópolis. Entre os anos de 1965 e 1970, realizou estudos em nível de doutorado em Filosofia e Teologia na Universidade Ludwig-Maximilian de Munique, Alemanha. Era, então, um frade que frequentava a universidade, tinha de pagar os estudos – trabalhando nas férias –, vivendo num mundo profundamente secular.⁹ Em 1970, defendeu sua tese de doutorado em Teologia, sob o título: *A Igreja como sacramento no horizonte da experiência do mundo. Tentativa de uma fundamentação estrutural-funcional da eclesiologia*. A tese foi publicada por iniciativa do então cardeal Joseph Ratzinger, hoje papa Bento XVI. No mesmo ano, obteve o título de doutor em Filosofia da Religião, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir dos anos 1970, iniciou sua trajetória docente em instituições nacionais e internacionais. Em 1993, ingressou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

⁵ Seção Grandes Brasileiros da Revista *Isto É*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/religiao>>. Acesso em: 9 jan. 2006.

⁶ Idem.

⁷ Entrevista de Leonardo Boff concedida à *Revista Caros Amigos* de setembro de 1998, publicada na seção “Grandes Entrevistas” de dezembro de 2000, p. 31.

⁸ Entrevista de Leonardo Boff concedida à *Revista Memória e Caminhada*, n. 6, ligada à Universidade Católica de Brasília, 2004, p. 32-33.

⁹ Paralelamente, de 1968 a 1969, Boff realizou estudos de extensão para pós-graduados na universidade Oxford (Inglaterra), especialmente em Linguística e Antropologia. *Revista Caros Amigos*, p. 31-32.

como professor concursado em Filosofia, Ética e Ecologia.¹⁰ O ingresso na Uerj é um divisor de águas na trajetória do teólogo, pois foi posterior ao seu desligamento do corpo eclesiástico.

Desde 1996, Leonardo Boff exerce a função de professor visitante em várias universidades. Durante sua trajetória profissional, trabalhou como assessor teológico de confederações religiosas no Brasil e na América Latina.¹¹ Em 1980, foi cofundador do Movimento Fé e Política. Entre 1980 e 1993, foi assessor e cofundador do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, em Brasília. Exerceu também o cargo de redator de diversos periódicos brasileiros e latino-americanos.¹²

No decorrer do ano de 1970, quando da volta ao Brasil, Leonardo Boff começou a sua ação pastoral, entrando em contato com o marxismo. Depois de tal experiência, parece ter tido cada vez mais a impressão de que não era apenas este ou aquele lugar pobre que o indignava, mas que todo o mundo social em que vivia estava, de alguma maneira, errado. E começou a lutar contra tal situação à sua maneira. (BOFF, 1989, p. 20). Nesse contexto, merece destaque a sua atuação intelectual na editora *Vozes* pelo impulso que tomou sua obra e pela ressonância social das suas principais publicações. Entre os anos de 1970 e 1986, foi chefe do editorial religioso, tendo sido responsável pela coleção *Teologia e Libertação*.

Leonardo Boff se consolidava, de fato, como um grande intelectual: produzia reflexões criativas e interessantes sobre diversos temas teológicos, mas quase sempre se referindo a questões que emergiam das comunidades e de outros grupos sociais com os quais interagia (ANDRADE, 2004, p. 54). Entretanto, a construção da sua reflexão teológica foi também alicerçada teoricamente na espiritualidade de São Francisco de Assis. Outra importante influência: Teilhard de Chardin (GUIMARÃES, 1984, p. 99-100).¹³ O papel que o cardeal dom Paulo Evaristo Arns (CORRÊA, 2001, p. 348-354) desempenhou na sua trajetória intelectual também é digno de nota. Porém, de acordo com seu relato de vida, a grande influência parece ter sido dom Hélder Câmara.¹⁴

Com toda a probabilidade, a diversidade das experiências teóricas e práticas a que Boff foi exposto estimulou sua inclinação às experiências e à busca de novas sínteses entre as várias escolas de seu tempo: o marxismo,

¹⁰ Site oficial de Leonardo Boff. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/bio/biografia.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2006.

¹¹ Idem.

¹² Leonardo Boff foi redator da *Revista Eclesiástica Brasileira, Concilium, Puebla, Revista de Cultura Vozes, Cadernos de Fé e Política* e, além disso, foi coordenador dos periódicos: *Religião e Sociedade, Tempo e Presença, America, la patria grande* e de *America Libre*.

¹³ O jesuíta Chardin foi um dos teólogos mais influentes do século XX. É denominado o Tomás de Aquino do século XX. Elaborou uma visão que abarcou tanto o mundo da ciência quanto o da fé. O princípio dominante da sua espiritualidade reside na valorização da ação, do trabalho, das obras humanas.

¹⁴ Entrevista de Leonardo Boff, concedida ao grupo Igreja Nova no dia 21 jan. 1996. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boff/boff_entrevista1.html>. Acesso em: 10 jan. 2006.

a teoria da dependência e o humanismo cristão da chamada “esquerda católica” brasileira. O teólogo começava a difundir proposições que não se limitavam às ciências do sagrado. A sua teologia libertadora interpretou, com sucesso, os Evangelhos à luz das teorias esquerdistas correntes nas décadas de 1960 e 1970.

A tentadora ideia da “vocação religiosa” não foi herdada geneticamente. Quando ainda pequeno, seu interesse não estava concentrado na religião. A influência da educação do pai, da peculiaridade de sua infância e do ambiente intelectual em que viveu e se formou, fez com que Boff elaborasse sua teologia. Ainda: uma consciência desenvolvida durante sua atuação pastoral junto aos marginalizados estava ligada à sua criação intelectual (ELIAS, 1995, p. 76). Em inícios da década de 1970 encontrava-se, então, consolidada sua visão de mundo. Tudo faz supor que o ativismo político de Boff tenha sido resultado da indignação ante a desigualdade social, bem como com a letargia da hierarquia católica. Quando voltou ao Brasil escreveu o livro *Jesus Cristo libertador*. Nele, Boff sistematizou toda a ação de dom Hélder e começou um imenso trabalho, base para a Teologia da Libertação.¹⁵ Emergiu como líder corporativo, saindo do seu retraimento em relação à vida política nacional. Publicando seus ensaios, ingressava na vida política. (SAID, 2005, p. 111).

Desde 1972, quando foi publicado o livro *Jesus Cristo libertador*, seus textos vinham sendo contestados, tendo sido convocado algumas vezes pelo Vaticano para prestar esclarecimentos. Cada livro que publicava era objeto de análise.¹⁶ Há toda uma longa história com cartas, idas e vindas, um diálogo extremamente penoso com o Vaticano, mais precisamente com a Congregação para a Doutrina da Fé, ex-Santo Ofício.¹⁷ Mas, foi no ano de 1984 que Boff sofreu um processo doutrinário, graças ao seu livro *Igreja: carisma e poder*, no qual estão reunidos artigos criticando a Igreja Católica e sua estrutura de poder. Em 1985, foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso” e deposto de todas as suas funções editoriais e de magistério no campo religioso.¹⁸ Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, a pena foi suspensa em 1986, e ele pôde retomar algumas de suas atividades. Mesmo com restrições, a militância intelectual de Boff continuava. Durante a Eco-92 no Rio de Janeiro, quando se reuniram chefes de Estado para discutir a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, chegava mais uma punição. O teólogo deveria novamente entrar em silêncio obsequioso, e deveria agora sair da América Latina e do Brasil, escolhendo algum convento nas Filipinas ou na Coreia. A posição

¹⁵ Entrevista de Leonardo Boff concedida à Record. Disponível em: <<http://www.record.com.br/entrevista.asp?entrevista=26&origem=2>>. Acesso em: 14 jan. 2006.

¹⁶ Entrevista de Leonardo Boff concedida à Paula Gobbi, jornalista do *Los Angeles Times*, em 21 abr. 2005.

¹⁷ Entrevista de Leonardo Boff à *Revista Caros Amigos*, op. cit., p. 32.

¹⁸ Comunicado do Vaticano sobre as medidas disciplinares de maio de 1985. (*Roma Locuta* - Documentos sobre o livro *Igreja: carisma e poder* de frei Leonardo Boff).

de Roma era irredutível. Sendo novamente ameaçado, Boff renuncia às suas atividades de padre e se autopromove ao estado leigo. Deixava a ordem franciscana.¹⁹ No auge do conflito com o Vaticano, num momento de decisão, foi determinante o teólogo, o intelectual, e não o padre.

Enfim, aos 54 anos, um novo começo. Leonardo Boff continuou como teólogo da libertação, escritor, professor e conferencista, assessor de movimentos sociais de cunho popular, como o Movimento dos Sem Terra e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entre outros. Não se pode deixar de perguntar o que teria acontecido com o seu pensamento religioso plural, caso Boff não tivesse rompido sua ligação com a hierarquia católica. É muito provável que se Boff tivesse decidido obedecer à ordem romana e usar a maior parte de sua energia de trabalho do modo que a Igreja desejava, estaria muito mais preso às formas tradicionais de fazer teologia e teria menos liberdade para desenvolver o tema da libertação de forma cada vez mais ampla, que é característica de seus trabalhos mais recentes e do seu reconhecimento mundial.

Atualmente, Boff continua sendo lido, comentado, requisitado, mas, não ainda, detidamente estudado. Nessa perspectiva, o presente capítulo pretende realizar uma análise que contribua, mesmo que de maneira modesta, para a historiografia brasileira no que tange ao estudo de certa esquerda católica brasileira, a da chamada Teologia da Libertação, destacando a importância da contribuição política e intelectual do teólogo Leonardo Boff. Ele se tornou o principal teólogo da libertação no Brasil, tanto por seu estilo próprio como pela capacidade de fazer teologia, sendo, provavelmente, o mais lido no Brasil e no mundo. Trata-se, dessa forma, do intelectual de maior expressão no campo da esquerda católica (VASCONCELOS, 2005, p. 89; AZZI, 2005, p. 61; GUIMARÃES, 1984, p. 15-16). Produziu reflexões que, expressas em livros, tiveram grande repercussão, amplitude e difusão social. Procurando entender o fenômeno social do chamado “cristianismo da libertação” (LÖWY 2000, p. 56), tornou-se porta-voz do movimento. Houve, com sua importante contribuição, a constituição de um pensamento social brasileiro, bem como a formação de uma cultura política cristã identificada com a transformação social radical, no contexto político-social do Brasil dos anos 1960 e 1970.

O cristianismo da libertação

A inserção intelectual e militante de Leonardo Boff se situou no contexto da emergência da chamada “esquerda católica brasileira”, bem como da nova postura adotada pela Igreja Católica a partir do Concílio do Vaticano II (1962-1965), a maior reforma em dois mil anos de catolicismo (SERBIN, 2005, p. 18). Na América Latina, uma das consequências mais importantes do concílio foi a convocação da II Assembleia Geral do

¹⁹ Entrevista de Leonardo Boff concedida a Paula Gobbi, jornalista do *Los Angeles Times*, op. cit.

Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em Medellín, Colômbia, no ano de 1968. O encontro de bispos de todo o continente redigiu uma declaração exigindo justiça social na região e condenando o subdesenvolvimento e a violência, assinalando o início da Teologia da Libertação na América Latina. Boff afirma que “foi na ebulição latino-americana, depois de assumir a cátedra de teologia em Petrópolis que, junto com outros, elaboramos a teologia da libertação. Que tem um olho na realidade conflitiva, na injustiça, e outro na reflexão crítica, moderna”.²⁰

Considero, portanto, que a mudança da Igreja Católica do Brasil ocorreu em função de dois fatores: mudanças na sociedade e na política do país, e transformações na Igreja internacional. Foi esse o caso, mesmo em se tratando de uma instituição historicamente conservadora como a Igreja Católica romana (MAINWARING, 2004, p. 21). Assim sendo, acredito que a contextualização da trajetória intelectual do teólogo Leonardo Boff, como representante do chamado “cristianismo da libertação”, poderá iluminar tais questões.

Há muitas razões para crer que a Teologia da Libertação surgiu como uma resposta teórica às práticas católicas progressistas que vinham se desenvolvendo desde a década de 1960. Paralelamente ao desenrolar dos posicionamentos ditos menos conservadores da Igreja Católica, as teorias baseadas numa nova Igreja, agora preocupada com os problemas terrenos, foram-se consolidando até a constituição do primeiro congresso sobre a Teologia da Libertação, em março de 1970. Nesse momento assistiu-se a uma profusão de publicações visando dar conta das problemáticas sociais do continente latino-americano, sob a perspectiva religiosa da “libertação”.

Na segunda metade do século XX o catolicismo foi ocupando, progressivamente, um novo lugar na sociedade brasileira, bem como mudando seu perfil (DELGADO, 2003, p. 97-98). Em finais da década de 1950, percebia-se um movimento no quadro religioso no sentido de uma maior aproximação das camadas populares e dos grupos que se empenhavam por transformações sociais. Parcelas significativas da sociedade brasileira comprometeram-se, nesse contexto, com um conjunto de demandas associadas ao sentimento nacionalista e com o programa de reformas econômico-sociais. A militância de alguns membros do catolicismo em diversas áreas da sociedade, contribuía para essa mudança.

Um novo olhar começava a despontar no horizonte do catolicismo. O período foi marcado pela insistência no conhecimento da realidade e maior compromisso social. Sob a influência do pensamento de teólogos europeus como Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Lebreton e Maritain, várias formas de atuação se desenvolviam, entre elas, a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude

²⁰ Entrevista de Leonardo Boff concedida a “A Notícia”, agência do *Jornal de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.an.uol.com.br/grande/boff/0gra1.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

Universitária Católica (JUC). Segundo Scott Mainwaring (2004, p. 93) era a chamada “esquerda católica”. A fidelidade eclesial era muito presente nos estágios iniciais, mas à medida que a Igreja se abria, e que os conflitos sociais polarizavam e politizavam toda a sociedade, a esquerda católica envolvia-se profundamente na política.

A JUC começou como um movimento conservador clerical, visando cristianizar a futura elite brasileira. Entretanto, passou a ter maior envolvimento no movimento universitário e nos grupos de esquerda e foi, em contrapartida, gradualmente afetada por esses movimentos. Um célebre documento, intitulado “Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro”, foi aprovado em 1960, no Rio de Janeiro. Nele se revelava a opção por um “socialismo democrático” e pelo que chamavam de “revolução brasileira” (ARANTES, 1984, p. 28). O documento utilizava claramente conceitos marxistas e esboçava a necessidade de uma transformação socialista (LÖWY, 1991, p. 53). A tarefa de realização desse ideal histórico concreto não pertenceria à hierarquia. Os católicos progressistas, apesar de suas críticas aos grupos leninistas, mantinham-se em constante contato com o movimento estudantil e, ainda, sobre vários movimentos pela educação e cultura populares. A ênfase em aprender do povo questionava concepções elitistas (MAINWARING, 2004, p. 89).²¹ Nesses anos, no movimento estudantil, a esquerda católica competia com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) constituindo-se numa força hegemônica da esquerda organizada. A JUC tentava vivenciar sua nova visão de fé, envolvia-se numa política mais ampla, passando a atuar na União Nacional dos Estudantes (UNE). A JUC dava início, então, a uma rápida radicalização que a levou a um contundente conflito com a hierarquia eclesial. No Brasil, o papel do leigo começava a se alargar. Padres faziam críticas contundentes ao clericalismo e ao paternalismo católico.

A JUC, tentando fugir do controle do episcopado, que em 1961 emitira um documento contra seus pronunciamentos, foi paulatinamente entrando em declínio. A ação dos jovens católicos passou a ser desempenhada pela Ação Popular, entidade que, mesmo não sendo considerada parte da organização da Igreja, teve a sua ideologia fortemente marcada pelo humanismo cristão. Em sua declaração de princípio, a Ação considerou como tarefa fundamental superar o capitalismo pelo regime socialista, que poria fim à servidão criada pela economia de mercado. (IOKOI, 1996, p. 36)

Nessa época, também a visão política da JOC transformava-se num processo acelerado: tornou-se um movimento abertamente anticapitalista.

²¹ As inovações pedagógicas do Movimento de Educação de Base (MEB) marcaram o desenvolvimento da Igreja brasileira, sendo a primeira grande tentativa de desenvolver práticas transformadoras junto às classes populares. Suas práticas inverteram a tradicional exclusão do povo da tomada de decisão dentro da Igreja. Paulo Freire é um importante exemplo de como indivíduos e movimentos fora da Igreja Católica afetaram-na.

A visão jocista se diferenciava da esquerda marxista e assumia um compromisso com a mudança social radical como elemento da fé cristã. Intensificava-se o contato com novos métodos de análise social, como a teoria da dependência (MAINWARING, 2004, p. 149). A metodologia “ver, julgar e agir” – própria da JOC – era incorporada por outros grupos e tornava-se o eixo central da orientação do apostolado leigo. Mais do que ideias, foi-se definindo uma nova relação entre a Igreja e o mundo social e político. Foi “a partir da prática desses grupos, e sua teoria, que emergirá a ruptura teológica mais importante da história latino-americana desde o século XV” (DUSSEL, 1999, p. 55).

Em algumas áreas rurais surgia também uma nova experiência em termos de responsabilidade do leigo: uma missa dominical sem padre. Inicialmente concebida por alguns padres progressistas como resposta à sua incapacidade de celebrar a missa todos os domingos nos vastos territórios em que serviam, essas novas experiências eram os primeiros exemplos do que mais tarde viria a ser conhecido como as comunidades eclesiais de base, as CEBs (DUSSEL, 1999, p. 70). Criadas por volta de 1963 e formalmente nomeadas pelo Plano Pastoral Geral por volta de 1965, em seu pouco tempo de existência, as CEBs tornaram-se uma das mais importantes estruturas na história recente da Igreja Católica. Leonardo Boff chegou a afirmar que elas “reinventaram a Igreja”.

Mudanças na sociedade e na política brasileira ajudavam a estimular reformas na Igreja Católica. Movimentos populares conquistavam uma força sem precedentes no Brasil. Esses movimentos afetaram muitos líderes da Igreja, tanto por chamarem a atenção para a importância de se dar apoio às reformas sociais, quanto por criarem, no caso dos conservadores, uma conscientização do rápido crescimento das esquerdas. Muitos padres proeminentes tornaram-se críticos do capitalismo liberal e, no período entre 1961 e 1964, alguns sacerdotes e bispos se interessariam firmemente pelo socialismo (MAINWARING, 2004, p. 68). A polarização política da sociedade civil brasileira se fazia sentir no seio da Igreja Católica. Esboçavam-se os primeiros conflitos entre uma teologia de caráter reformista e uma teologia de caráter revolucionário. Porém, este fenômeno teve uma articulação mais vasta, ou seja, estava ligado com o pensamento e os problemas latino-americanos. Nesse contexto, a Revolução Cubana também causou um profundo impacto na Igreja Católica em toda a América Latina (MAINWARING, 2004, p. 64).

Embora fosse pequena em termos numéricos e terminasse por ser, muitas vezes, marginalizada pela hierarquia e, então, reprimida pelo regime militar, a esquerda católica introduziu novos conceitos de fé e mostrou o dinamismo potencial do laicato da Igreja brasileira (MAINWARING, 2004, p. 82). Os movimentos da esquerda católica no Brasil constituíram um exemplo da mudança vinda de baixo. Os jovens católicos de esquerda não reduziram a fé à ação política, nem colocaram Karl Marx à frente de

Cristo, mas, de fato, acreditaram que a fé exigia um compromisso de criar um mundo mais justo. Eles estavam convencidos da necessidade de uma mudança social radical. Essa esquerda desenvolveu uma nova concepção da missão da Igreja, iniciando reflexões sobre a especificidade da fé católica no Terceiro Mundo. Ela constituiu-se, assim, num dos fatores singulares no desenvolvimento da Igreja brasileira, ajudando a explicar por que ela se tornou mais progressista do que as outras Igrejas latino-americanas. Seu papel de precursora da Teologia da Libertação foi uma inovação importante.

Porém, é importante comentar alguns limites na importância dessa esquerda católica no que se refere à transformação da Igreja. Primeiro: bispos progressistas e agentes pastorais de base também estavam empenhados nessa renovação (MAINWARING, 2004, p. 94). E ainda: mudanças significativas na Igreja Católica, no nível internacional, também marcaram o rumo do catolicismo progressista no Brasil. Essa nova ideia de fé expressava uma renovação do pensamento católico no mundo inteiro, culminando com o Concílio Vaticano II. Esse concílio reformulou a doutrina da Igreja, tentando responder às pressões por inovação provenientes do mundo pós-guerra. O Vaticano aprovou, então, novidades, tais como padres operários, a missa na língua vernácula e maior atenção aos cristãos leigos. O papa João XXIII promoveu reformas importantes. As Encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961, e *Pacem in Terris*, de 1963, bem como a convocação do concílio, contribuíram para a renovação do modo de se pensar a Igreja no contexto latino-americano. Desenvolveu-se uma nova concepção da Igreja, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social. Quando João XXIII faleceu em 1963, Paulo VI concluiu o Vaticano II e, apesar de algumas oscilações, deu continuidade ao processo de renovação da Igreja até sua morte, em 1978 (MAINWARING, 2004, p. 62).

A encíclica *Populorum Progressio* – publicada em 1967 e tachada de “marxismo requentado” pelo *Wall Street Journal* – avançava em relação às questões sociais. Falava com clareza em “construir um mundo em que todo homem, sem exceção de raça, religião, nacionalidade, possa viver vida plenamente humana, liberta das servidões provindas de outros homens e de uma natureza insuficientemente dominada”.²² Sustentava que as nações ricas eram relativamente responsáveis pelos problemas do Terceiro Mundo. As imagens tradicionais da Igreja (como instituição e como sociedade perfeita) eram desafiadas por uma rápida sucessão de novas imagens: Igreja como povo de Deus, como serva e como símbolo de salvação do mundo (COSTA, 2001, p. 54). Porém, é relevante destacar que as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram tendências que já existiam, em vez de criar algo de novo.

²² ENCÍCLICA *Populorum Progressio*, n. 47. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br>>. Acesso em: 27 dez. 2004.

Mas, dentro de uma instituição hierárquica como a Igreja Católica, a legitimação de cima é de vital importância (MAINWARING, 2004, p. 63).

Em agosto de 1968, um acontecimento marcou mais uma etapa do catolicismo progressista na América Latina – a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín. A reunião foi a mola propulsora da Teologia da Libertação. A tentativa de adequar o Vaticano II à América Latina terminou chegando a conclusões que em muito suplantaram as do Concílio (MAINWARING, 2004, p. 131). Os documentos finais da conferência foram utilizados como material de apoio para os futuros “teólogos da libertação”. Eram particularmente enfáticos quanto à necessidade de ver a salvação como um processo que tem seu início na Terra, às conexões entre a fé e a justiça, à atenção privilegiada da Igreja aos pobres, ao caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas, à necessidade de ver os aspectos positivos da secularização e à importância de se ter uma Igreja pobre. Medellín ajudou a legitimar os católicos progressistas brasileiros.

A Teologia da Libertação já era uma discussão no seio da Igreja Católica. Pela primeira vez a Igreja latino-americana conseguiu formular uma teologia articulada à realidade de sua ação pastoral; saíra do eixo definido pela Igreja europeia e produziu uma crítica a essa mesma concepção. Passados dez anos da realização da conferência, o movimento de rejeição à nova teologia não conseguiu adeptos tão facilmente como se esperava (IOKOI, 1996, p. 57). Esta nova mentalidade desencadeou uma práxis capaz de propor alternativas tanto à sua matriz teórica fundamental – o marxismo – quanto ao projeto de construção de outro mundo, amalgamando “a cidade dos homens com a cidade de Deus” (IOKOI, 1996, p. 108). Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1995):

A grande novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares e anticlericais, foi o surgimento de padres católico-marxistas, que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições. A tendência, legitimizada por uma “teologia da libertação”, apoiada por uma conferência episcopal na Colômbia (1968), surgiu após a Revolução Cubana, e encontrou poderoso apoio intelectual no setor mais inesperado, os jesuítas, e na menos inesperada oposição do Vaticano. (HOBSBAWM, 1995, p. 439).

Nos anos posteriores à Conferência de Medellín foram realizados numerosos encontros sobre Teologia da Libertação. Em dezembro de 1971, Gustavo Gutiérrez publicou o livro inaugural dessa nova reflexão teológico-pastoral: *Teologia da Libertação: perspectivas*.²³ Foi a primeira sistematização das ideias. A obra é considerada o trabalho teológico mais influente da segunda metade do século XX.²⁴ Pode-se afirmar, também,

²³ A pesquisa foi feita a partir da edição de 1975.

²⁴ Citado em 1000 que fizeram o século XX (*Isto É/ The Times* - 1999).

que a publicação foi o sinal da estruturação de uma corrente de opinião (COUTROT, 2003, p. 349), fruto de um contexto histórico específico: a emergência da esquerda católica brasileira e latino-americana. O sociólogo Michael Löwy (2000, p. 8), em análises imediatamente posteriores, acrescentou a expressão “cristianismo para a libertação” por considerar tal movimento “mais profundo e amplo que uma mera corrente teológica”. Em agosto de 1975, foi organizado, no México, o I Encontro de Teólogos da Libertação, significando um ponto alto no caminho da etapa aberta em 1968, na Conferência de Medellín.

Jesus Cristo libertador: a obra pioneira

Como visto, a década de 1970 significou a consolidação das ideias da Teologia da Libertação na história política recente do Brasil. Apesar de várias mudanças anteriores, foi somente nesse período que a Igreja Católica brasileira passou a ser uma das mais progressistas do mundo e a ter um significativo impacto na política. Lançou documentos incisivos acerca da sociedade e da política brasileira e adquiriu uma importância sem precedentes no catolicismo internacional. As obras de Leonardo Boff simbolizam esse processo. A primeira obra do teólogo sobre o tema da libertação – *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*²⁵ – representou a constituição dessa reflexão teológica no Brasil, bem como se inseriu na trajetória aberta por Gustavo Gutiérrez.

As mudanças políticas do Brasil pós-1964, notadamente a repressão militar aos movimentos sociais e também a certos setores da Igreja Católica, aproximaram grupos de base e hierarquia.²⁶ Nesse contexto, a Igreja perdeu sua invulnerabilidade. Enquanto a repressão efetivamente silenciava outras instituições e movimentos, no caso da Igreja provocava uma mudança interna. Incontáveis atos de repressão levaram a fortes defesas de sua própria autonomia e integridade institucional. Alguns bispos discordavam do tipo de trabalho pastoral que conduziu aos problemas com o Estado autoritário brasileiro, mas resistiam à interferência no trabalho da Igreja. Assim, as tentativas para silenciar os católicos progressistas na verdade fortaleceram a sua posição (MAINWARING, 2004, p. 121). O sentimento de autopreservação consolidava novas relações no seio da Igreja brasileira, transformando-a numa das mais progressistas do mundo.

Bispos emitiram declarações cada vez mais contundentes na defesa dos direitos humanos e contra a injustiça social no Brasil. A Igreja, desfrutando de uma estrutura internacional poderosa e de grande legitimidade

²⁵ A pesquisa foi feita a partir da sexta edição, de 1976.

²⁶ As torturas de muitas pessoas da Igreja e a violação de propriedades eclesiásticas repercutiram tanto, que dom Eugênio Salles (então arcebispo de Salvador) e dom Vicente Scherer (de Porto Alegre) viajaram para o Rio para falar com representantes do governo. As perseguições contra a Igreja começaram nas bases, e por fim atingiram os mais altos escalões da instituição. (SERBIN, 2001)

moral, era uma das únicas instituições com autonomia suficiente para defender os direitos humanos (MAINWARING, 2004, p. 102-103). A rádio do Vaticano, por exemplo, denunciava as prisões. Por toda a Europa, jovens operários católicos bombardeavam os consulados e as embaixadas brasileiras com telefonemas de protesto contra as torturas. O papa Paulo VI também anunciou sua solidariedade, legitimando, assim, aquele clero comprometido com a denúncia dos abusos autoritários.²⁷ Nesse contexto, Leonardo Boff ganhou reconhecimento acadêmico por meio do livro *Jesus Cristo libertador*. O livro foi publicado em 1972 e divulgado mundialmente. Em 1974, Boff ganhou prêmio na categoria de melhor livro religioso na França.²⁸

Na referida obra, Boff tem a preocupação com um aspecto da Teologia da Libertação: a chamada “cristologia”, tema sobre o qual ele concentrou seus maiores esforços. A motivação para a formulação teórica de uma “cristologia crítica” guarda relação com a tentativa mais ampla dos teólogos da libertação de dissociarem as suas reflexões de outros ramos, ou mesmo de uma subdivisão da teologia oficial. Pretendem sim, uma nova maneira de se fazer teologia.

Dessa maneira, Leonardo Boff e outros teólogos da libertação viam a necessidade de sustentar a maioria das suas declarações a partir da figura do “Jesus histórico”. A trajetória terrena de Jesus é vista como fundamental para a base bíblica do movimento da libertação. Para Boff, o Jesus que é apresentado nos Evangelhos não corresponde ao Jesus que realmente existiu; é o Cristo da fé e da reflexão elaborado posteriormente pela Igreja. A hipótese de Boff é que, a fim de se conhecer Jesus, é preciso confrontar criticamente os relatos sobre ele, buscando o significado do texto, indo além das interpretações posteriores. Propõe, então, a volta ao Jesus histórico por intermédio da cristologia. E continua:

essa tendência teológica ressalta em Jesus e em sua mensagem exatamente os elementos de crítica, de contestação e libertação que relidos em nosso contexto cultural ganham especial relevância religiosa e política. À mensagem de Cristo acede uma função crítico-libertadora contra situações repressivas, sejam religiosas sejam políticas. Ele não veio fundar uma nova religião mas trazer um novo homem. (BOFF, 1976, p. 30)

Boff assinala o esquecimento de que o “Cristo profeta e mestre não se deixava ajustar ao *status quo* e foi exatamente pelos mestres da época

²⁷ Entretanto, é preciso ficar atento ao fato de que instituições religiosas nem sempre se tornam mais progressistas caso uma sociedade se torne mais desigual ou repressora. Em outros países latino-americanos, a Igreja Católica vivenciara regimes autoritários sem passar por uma mudança semelhante. (MAINWARING, 2004, p. 155)

²⁸ Entrevista de Leonardo Boff concedida ao *Jornal Igreja Nova*, em Brasília, no dia 27 julho de 1996, durante a realização do IV Congresso Internacional de Padres Católicos Casados e suas famílias, Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boff/boff_entrevista1.html>. Acesso em: 10 jan. 2006.

combatido, preso e liquidado” (BOFF, 1976, p. 250). A partir desses pressupostos, conclui que a Igreja não poderia identificar-se diretamente com Jesus Cristo nem com o Reino de Deus. A ela caberia a “função de levar a causa libertadora de Cristo à frente, não só no âmbito pessoal, chamando-a de conversão, mas também na esfera pública”. Para Boff, “tal compreensão obriga a uma crítica muito séria dentro da própria Igreja e não somente fora dela” (BOFF, 1976, p. 39). Seria preciso “libertar Jesus da Igreja para que ele novamente possa falar e criar comunidade, que então se chamará com razão de Igreja de Cristo” (BOFF, 1976, p. 44).

Buscando compreender a mensagem e, principalmente, os objetivos de Jesus, Boff nos apresenta, então, o seu “Cristo libertador”: “Cristo se entende como o Libertador porque prega, presencializa e já está inaugurando o Reino de Deus. Reino de Deus é a revolução e a transfiguração total, global e estrutural dessa realidade. Reino de Deus não quer ser um outro mundo, mas o velho mundo transformado em novo” (BOFF, 1976, p. 66). O “Reino de Deus” para Boff não seria um território, mas uma nova ordem das coisas. Seria a totalidade do mundo material, espiritual e humano. Para o teólogo, os jovens de sua época não se filiavam à Igreja por entenderem que o Jesus dos Evangelhos teria sido feito prisioneiro da Igreja, de sua interpretação eclesial e da dogmática. Segundo ele, a proposta de Cristo não atingiria somente as pessoas, exigindo-lhes conversão, “mas também o mundo das pessoas como libertação do legalismo, das convenções sem fundamento, do autoritarismo e das forças e potentes que subjagam o homem” (BOFF, 1976, p. 85). Boff diz que Jesus “não se ateve às convenções religiosas. Não respeita a divisão das classes. Fala com todos, busca contato com os marginalizados, os pobres e desprezados” (BOFF, 1976, p. 87).

Seria, então, preciso ler as escrituras cristãs com a visão latino-americana dos oprimidos e deixar que a experiência da opressão leve a Jesus, e dele retorne à realidade com a esperança de libertação. Seria necessária a elaboração de uma cristologia crítica compatível com a geração, com a história e com a situação da América Latina. A reflexão sobre Cristo feita por gerações anteriores não poderia substituir a reflexão latino-americana. A proposta teórica de Boff se tornaria, assim, uma espécie de orientação para o cotidiano das chamadas comunidades eclesiais de base, nas quais os cristãos vivenciavam a sua fé, lendo a Bíblia como um espelho para enxergar a sua própria realidade. Entenderiam a Bíblia a partir de suas experiências e as reinterpretariam a partir dos símbolos bíblicos.

Portanto, uma cristologia refletida e testada na América Latina precisaria ter características próprias. A consequência de tal pressuposição é que, sendo a cristologia da libertação concebida a partir de um contexto de opressão e dominação, ela requer um compromisso sociopolítico específico para romper com tal situação. Este seria o único modelo competente para fazer com que se responda à revelação de Deus num contexto

latino-americano. Por isso, a cristologia de Boff busca quase sempre um Jesus humano e racional. “Deus não assumiu a humanidade em abstrato. Mas um homem concreto, individualizado e historicamente condicionado, Jesus de Nazaré” (BOFF, 1976, p. 215). Para Boff, a Igreja teria reproduzido modelos e estruturas importados da Europa. Para o teólogo o “futuro da Igreja Católica [...] está inegavelmente na América Latina. É numa visão mais antropológica, no novo homem que aqui se está elaborando, que podem ser colhidos elementos alimentadores de uma reflexão cristã renovada” (BOFF, 1976, p. 57).

Percebe-se no discurso de Leonardo Boff posições teóricas próprias de uma intelectualidade inserida no contexto histórico vivido. Marcelo Ridenti (2000, p. 26), na obra *Em busca do povo brasileiro*, traça um panorama dos sonhos, das utopias, das lutas dos anos 1960 e 1970 de certa intelectualidade de esquerda, a partir do conceito de “romantismo revolucionário” de Michael Löwy. Segundo Ridenti (2000), artistas e intelectuais, socialmente comprometidos, foram parte de uma cultura política radical dos chamados “anos rebeldes”. Buscavam-se as raízes do povo brasileiro e a ruptura com o subdesenvolvimento. O “romantismo revolucionário” dessa intelectualidade buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro. A utopia revolucionária do período valorizava acima de tudo a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a história, num processo de construção do *homem novo*, nos termos do jovem Marx recuperados, na época, por Ernesto Che Guevara. Assim, na segunda metade do século XX, dimensões românticas estariam presentes: no maio de 1968 francês e em outros movimentos da época, como os terceiro-mundistas; em certas correntes ecológicas; na Teologia da Libertação.

Leonardo Boff ensina que uma “cristologia da libertação” dependeria da análise social, que abordaria a realidade a ser mudada. Em *Jesus Cristo libertador* fica claro que Boff adotou, como outros teólogos da libertação, algumas categorias da análise marxista. Contudo, não é possível afirmar que Boff utiliza o marxismo como um ponto de referência determinante. O seu propósito é dialogar com propostas teóricas marxistas e apropriar-se delas. Zilda Iokoi afirma que, enquanto outros teólogos da libertação, como Gustavo Gutiérrez, utilizavam no plano filosófico os recursos que o marxismo lhes oferecia para a análise da sociedade contemporânea, Boff procurou na própria religião os elementos da crítica, considerando que ela mesma ofereceria uma “cosmovisão” capaz de permitir sua superação. Ele reelaborou o sentido da liberdade convencional, tanto do marxismo, como do cristianismo, e buscou construir uma noção de evolução total, do ser com a existência, com a história e com a vida.

Da investigação de Boff resulta que os elementos específicos da opressão no mundo de Jesus eram: regime geral de dependência, opressão socioeconômica e opressão religiosa (GUIMARÃES, 1984, p. 80). Em sua perspectiva cristológica, trata-se de uma análise muito importante, pois,

a seu ver, tal situação sociopolítica apresentava surpreendentes analogias com a situação em que se desenvolvia a Teologia da Libertação na América Latina. Por isso, são muitas as razões para a centralidade de Jesus como figura histórica e concreta na obra de Boff. O teólogo procura meditar sobre a vida humana de Jesus, em vez de especular somente sobre sua condição divina. Ainda: a vida humana de Jesus poderia fornecer pistas sobre como os latino-americanos poderiam realizar o seu potencial humano reprimido e conseguir a necessária libertação. Para Boff, o encontro da realidade de Jesus poderia acontecer sem a mediação das escrituras cristãs. A interpretação dos textos bíblicos estaria no envolvimento social e político em favor dos oprimidos. Falar tendo Jesus como um ponto de partida não significaria conversão e submissão a sua autoridade; antes, significaria falar a partir de um compromisso com a libertação social. Assim, a fé, na teologia de Leonardo Boff, não é sustentada somente pelos Evangelhos, mas pela práxis social. Nesse compromisso cristão, os teólogos da libertação veem sua própria fé fortalecida e validada. Para o teólogo:

Por não poucos Cristo é considerado e seguido como um contestador e um libertador, um reformador e um revolucionário. Ele é a *favor* do amor, da justiça, da reconciliação, da esperança e da total realização do sentido da existência humana em Deus. Ser cristão é ser nova criatura. Enquanto Cristo prega e promete essa boa-nova para o homem ele anuncia uma autêntica revolução. Mas é só neste preciso sentido que pode ser chamado de revolucionário e não no sentido emocional e ideológico de revolucionário como o violento ou o rebelde frente à estruturação político-social. Talvez a palavra mais adequada seria de Libertador da consciência oprimida pelo pecado e por toda sorte de alienações e Libertador da triste condição humana nas suas relações para com o mundo, para com o outro e para com Deus. (BOFF, 1976, p. 259-260)

Enfim, a análise da obra *Jesus Cristo libertador* de Leonardo Boff nos permite recuperar de modo crítico a análise da ação e da transformação das práticas católicas no contexto histórico da década de 1970 no Brasil e, de modo mais amplo, na América Latina. A teologia proposta por Boff nos possibilita também reconstruir a relação dialética entre a busca do novo e a tradicional prática religiosa, como movimentos que se constroem e se reconstroem no cotidiano da sua inserção social.

Igreja, carisma e poder: a obra decisiva

Em 1981 foi publicada a obra *Igreja: carisma e poder*. Ensaios de eclesiologia militante,²⁹ responsável pelo processo doutrinário sofrido por

²⁹ BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1981. A pesquisa foi feita a partir da edição de 1994.

Leonardo Boff, pela decretação do “silêncio obsequioso” por parte do Vaticano e pelo consequente rompimento do frei franciscano com a hierarquia católica. Decididamente, a motivação de Boff para escrever o livro em questão guarda íntima relação com o contexto histórico da consolidação do “cristianismo da libertação” e da Teologia da Libertação –, mais precisamente quando da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla, México, no ano de 1979.

À época, a manchete da revista *Veja* afirmava: “Às vésperas do último Natal dos anos 70, a fé parece não caber mais nas igrejas e ressurgir onde menos se espera, da política à ciência”.³⁰ Os grandes temas da Teologia da Libertação foram amplamente abordados no III Celam. O compromisso resultante, resumido pela célebre fórmula da “opção preferencial pelos pobres”, foi suficientemente amplo para que cada corrente pudesse interpretá-lo à sua maneira (LÖWY, 1991, p. 44). As propostas católicas progressistas da Teologia da Libertação pareciam encontrar em Puebla um novo impulso. Os irmãos Boff deixam claro que

ante a marginalidade e empobrecimento das grandes maiorias latino-americanas, a Igreja continental [...] tomada de senso humanístico de compaixão, fez uma solene opção preferencial pelos pobres, despontada em Medellín (1968) e ratificada em Puebla (1979). Os bispos reconheceram “a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação”. (BOFF, 2001, p. 76).

As disputas no interior da Igreja Católica em torno das mensagens episcopais se fortaleciam acompanhando o entusiasmo cada vez mais revolucionário dos partidários da “libertação”. Em Puebla não seria diferente e, agora, com a presença e a influência de um ator um tanto especial para a instituição católica: o papa.

Antes mesmo de desembarcar no [...] México, onde abriria [...] a III Conferência Episcopal Latino-Americana –, o papa deixou claro que não estava vindo de Roma apenas para presidir cerimônias e desfilar em carros abertos. Nada disso: ele veio para mostrar aos pastores do rebanho de 300 milhões de católicos latino-americanos que, aos três meses de pontificado, tem algumas ideias bem definidas sobre como deve agir a Igreja do continente – e fez sentir sua mão forte, desde logo, sobre a mais delicada das questões da Celam. “A Teologia da Libertação é uma teoria falsa”, disse ele aos jornalistas. “Se se começa a politizar a teologia, já não é mais teologia. Trata-se de uma doutrina social, um tipo de teologia, mas não de doutrina religiosa”.³¹

³⁰ Revista *Veja*. Edição de 19 de dezembro de 1979.

³¹ Revista *Veja*. Edição de 19 de dezembro de 1979.

Como se depreende, o papa João Paulo II rejeitou a utilização do marxismo na elaboração de uma síntese teológica. Por ocasião da conferência de Puebla, também confirmava-se a postura conservadora e restauradora por parte do Vaticano, iniciada anos antes: a Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, organizadora do encontro, assim como em Medellín (1968), interditou aos teólogos da libertação a sua participação direta. Entretanto, eles estiveram presentes na cidade de Puebla e, por intermédio de certos bispos, exerceram influência sobre os debates. Com João Paulo II, intensificou-se a reação contra a Teologia da Libertação, sendo esta acusada por ele de comunizante. No dizer de dom Waldyr Calheiros: “os acusadores da Teologia da Libertação não entendiam a leitura que fazíamos da análise marxista” (COSTA, 2001, p. 172).

Por volta de 1982 – um ano após a publicação de *Igreja: carisma e poder*, de Leonardo Boff – tal postura restauradora por parte da Cúria Romana se fez sentir no Brasil (MAINWARING, 2004, p. 270). Até porque a Teologia da Libertação, justamente nesse período, atingiu o seu auge no que se refere ao exuberante número de publicações – principalmente de Boff –, bem como à conquista da declaração da “opção preferencial pelos pobres” feita na cidade de Puebla. Outro fator relevante foi a afirmação, no Brasil, das comunidades eclesiais de base.

Nesse momento, a redemocratização brasileira, sem dúvida, levou a certo estreitamento do papel político da Igreja Católica, mas nem tudo caminhava nesse sentido. Com o conseqüente relaxamento da repressão, bem como com a possibilidade de novos canais de participação política na sociedade civil, certos setores da Igreja Católica, principalmente os conservadores, tentaram reenquadrar a instituição num âmbito estritamente religioso e apolítico. Assim como o golpe civil-militar de 1964 provocara mudanças eclesiais, a abertura política provocou também mudanças dentro da Igreja – apesar de ela própria ter sido uma importante contribuinte no processo.³²

Tal postura foi facilitada, ainda, pela perspectiva conservadora do Vaticano expressa pelo papado de João Paulo II. Adotavam a noção de libertação, “mas desmobilizaram seus aspectos políticos e lhe deram um sentido mais espiritual, enfocando libertação do pecado. Argumentavam que os liberacionistas haviam reduzido a fé à política, transformaram a Igreja numa organização política e ameaçavam a unidade da Igreja”, na avaliação de Mainwaring (2004, p. 217). Líderes institucionais acham que as mudanças – especialmente na América Latina – ou já tinham ido longe demais ou ameaçavam ir. Os movimentos radicais que a hierarquia católica percebia como sendo um magistério paralelo foram sendo constantemente minados. Possivelmente, a motivação de Leonardo Boff em

³² Especialmente após 1978, com o fortalecimento dos partidos de oposição e com os esforços da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa, a Igreja passou a ter um envolvimento menor na defesa das liberdades civis. (MAINWARING, 2004, p. 172).

escrever *Igreja: carisma e poder* guarda íntima relação com esse complexo contexto histórico brasileiro e latino-americano.

O livro de Leonardo Boff se estruturou a partir de uma coletânea de estudos sobre a realidade histórica do poder na Igreja Católica. Seguramente, o livro representou o ápice das propostas da Teologia da Libertação, tendo em vista o fato de reunir escritos de Boff realizados desde 1969, mais precisamente, desde a formulação de sua tese doutoral.

Para o teólogo brasileiro, a politização da Igreja teria alterado a religião cristã. Ficava sinalizado, assim, o eixo central da sua crítica. Para Boff, a Igreja Católica encontrava-se “centrada em si mesma e não articulada com o mundo” e, portanto, “indiferente à trama da história”. Permanecia evidente, então, uma postura eclesial auto-suficiente (BOFF, 1994, p. 21). Tal postura, principalmente na América Latina, guardaria relação com modelos herdados do passado em que se cultivavam a tradição, a exatidão das fórmulas ortodoxas oficiais e a fixação canônico-jurídica da liturgia com os fiéis.

A partir do panorama histórico das práticas eclesiais, Leonardo Boff coloca, então, o problema central da sua obra: a estrutura da Igreja Católica, com seus mecanismos de poder, promove violações aos direitos humanos. De acordo com o teólogo, a causa dos abusos de autoridade por parte da Igreja Católica não diz respeito às deficiências humanas dos membros do corpo hierárquico. O problema situar-se-ia num nível mais profundo: a lógica e o funcionamento estrutural da Igreja-instituição. Uma das explicações seria, então, a estrutura de poder na Igreja. Em termos de decisão, o eixo circularia em torno do papa, do bispo e do presbítero, excluindo o leigo e o religioso. Tal estrutura autoritária seria devedora de representações de poder que possuíam séculos de existência e que nela convergiram: a experiência com o poder romano e com a estrutura feudal. De tais momentos históricos a Igreja teria incorporado costumes, títulos, expressões e símbolos de poder.

Para Leonardo Boff, a Igreja Católica se relacionaria com os poderes estabelecidos e não com os movimentos populares emergentes, sendo a referência à autoridade, especialmente ao papa, sempre presente. Segundo Boff (1994, p. 22), “o poder religioso não é entendido como uma forma de leitura de toda a realidade, mas uma região delimitada da realidade, cuja competência cabe à Hierarquia”. A concentração do poder no corpo hierárquico facilitaria as referidas relações de poder. A Igreja, não detendo mais os meios políticos de poder para exercer a violência contra os acusados de heresia, como em outros contextos históricos, preservaria, ao menos, a mentalidade essencial. A hierarquia católica se considera como a principal e exclusiva portadora da revelação de Deus ao mundo, com a missão de proclamá-la, defendê-la e mantê-la sempre intacta. A Igreja Católica possuiria, recebido de Deus, um complexo de verdades absolutas,

infalíveis. Criaria, então, discursos articulados a uma doutrina absoluta, livre de qualquer dúvida (FOUCAULT, 1982, p. 8).³³

A análise teórica de Boff leva, então, em consideração que a Igreja-instituição tenderia a substituir o próprio Jesus Cristo, divino ou histórico, ou a entender-se igual a ele. O catolicismo privilegiaria, assim, o dogma e a lei canônica que, por sua vez, exigiriam especialistas. Surgiriam, portanto, as elites hierárquicas que possuiriam a “gestão do sagrado”. Presumiriam que somente mediante suas doutrinas, dogmas, ritos e normas se obteria a salvação cristã. Às representações religiosas do catolicismo popular se opunham, então, as verdades oficiais do catolicismo ortodoxo. Segundo Boff, dessa forma, o catolicismo pôde

se transformar numa ideologia total, reacionária, violenta, repressiva e um dia invocada por conhecidos regimes totalitários instalados em vários países da América Latina. Nada mais longe e alheio ao espírito evangélico do que [...] o encapsulamento do cristianismo numa única e exclusiva expressão, do que a incapacidade de reconhecer o Evangelho senão numa única doutrina, numa única liturgia, numa única norma moral e uma única organização eclesiástica. (BOFF, 1994, p. 149)

O teólogo tem o mérito de identificar uma rede complexa que passa pela produção e apropriação do capital simbólico garantidor do *status quo*. Ele procura entender como todo esse conjunto de pessoas e instrumentalidades do universo católico podem ser agregados e articulados sob diferentes tipos de poder.

Após percorrer a tessitura da análise de *Igreja: carisma e poder* sobre a problemática do poder na Igreja Católica, chega-se às alternativas propostas pelo autor. Segundo Boff, todo poder “para ser legítimo e salvaguardar sua função precisa conhecer os seus limites. Caso contrário cai na tentação de todo poder, que é a absolutização. Esta significa pura e simples opressão sobre os demais” (BOFF, 1994, p. 235). O poder “pode ser um carisma, desde que se faça serviço aos irmãos e instrumento de construção da justiça da comunidade” (BOFF, 1994, p. 261). Dessa maneira, no que concerne ao pensamento religioso, teria sido, sem dúvida, uma ironia que as “boas novas” das Escrituras, a promessa da “vida eterna”, tivessem por fim resultado não em um aumento da alegria, mas antes o medo sobre a terra.

As críticas do teólogo mostram certa falta de compromisso com a hierarquia e o seu engajamento na luta dos movimentos populares e a sua vinculação ao paradigma fundamental do movimento da libertação: a “opção preferencial pelos pobres”. Dentro de tal opção, que, segundo ele, sempre foi uma tradição da Igreja e que remonta às fontes evangélicas do

³³ Michel Foucault nos adverte que o poder se mantém e que é aceito, simplesmente por não pesar só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

cristianismo, Leonardo Boff se situa em continuidade, que lhe serve ainda de referência e de inspiração.

O livro *Igreja: carisma e poder* deixa claro que o teólogo pensava os problemas políticos de sua época e, mais precisamente, sobre aqueles concernentes à estrutura de poder católica – em termos de “verdade/poder”. A partir dessa obra, Boff desenvolve uma posição específica na ordem do saber teológico. Ele se propõe a designar os focos de poder, denunciá-los, falar publicamente sobre eles. Sua linguagem subversiva abria, assim, a possibilidade de mudar o mundo social. Talvez resida aí a importância intelectual de Leonardo Boff para o movimento do cristianismo da libertação.

Entretanto, a Teologia da Libertação no Brasil – mesmo questionada, confrontada e até perseguida – se manteve influente em função de uma nova identidade religiosa sedimentada a partir de condições econômicas, políticas e sociais que possibilitaram a identificação do cristianismo brasileiro com a ideia de libertação social. Por meio de uma compreensão cautelosa da relação entre religião e política, uma apreciação madura de como fazer um trabalho com as classes populares e de como respeitar seus valores religiosos e culturais, uma relação mais harmoniosa entre as bases e a hierarquia e a consolidação de novas estruturas eclesiais, a Igreja brasileira pôde agir de forma minimamente coesa, embora com suas diferenças internas. Apesar da ofensiva conservadora, a Igreja brasileira estimulou inovações que modificaram a Igreja latino-americana e tiveram impacto significativo na política brasileira. A obra *Igreja, carisma e poder* de Leonardo Boff, sem dúvida, foi representativa desse contexto.

Conclusão

Leonardo Boff representou, não só na América Latina, mas no mundo inteiro, uma das expressões intelectuais mais importantes da Teologia da Libertação. A vida do teólogo brasileiro se enriqueceu com vivências de natureza tal que, combinadas, criaram um campo favorável a decisões e ações que tiveram, nos anos seguintes, efeitos sobre a sociedade brasileira. Nesse percurso, algumas de suas intervenções sociais influenciaram o rumo do processo histórico brasileiro: seu discurso teológico progressista amparado em pressupostos marxistas, produzindo em parte uma cultura política identificada como “cristianismo da libertação”; sua formulação teórica, base para o movimento das comunidades eclesiais de base – as CEBs – e outros movimentos sociais da Igreja Católica brasileira; sua presença intelectual na resistência da sociedade civil ao regime militar brasileiro – mais precisamente na luta pelos direitos humanos – e, por fim, seu enfrentamento ideológico com o autoritarismo da hierarquia da Santa Sé romana, que se traduziu num embate com o Estado autoritário brasileiro.

Muitos observadores não hesitam em decretar o fim da Teologia da Libertação. Antes de tudo, é preciso verificar que, como movimento

cultural e como grupo de pensadores engajados, ela ainda se mantém. Nenhum dos grandes teólogos latino-americanos – ao contrário de alguns dirigentes da esquerda leiga, desorientados pelo fim da União Soviética – renegou suas convicções, ou sua opção pela luta emancipadora dos pobres. Não se incorporaram à cruzada romana de restauração e muito menos às propostas neoliberais. Provavelmente, o teólogo brasileiro Leonardo Boff, um dos principais perseguidos, preferiu deixar a ordem dos franciscanos e a Igreja Católica, para reconquistar sua liberdade de expressão e prosseguir sua luta em melhores condições.

Assim sendo, acredito que as ideias políticas de Leonardo Boff – representativas de uma certa esquerda católica – questionam a memorialística simplificadora que associa catolicismo ao conservadorismo e nos permite entender as mudanças por que passava a Igreja Católica enquanto instituição. Sua trajetória intelectual deixa claro que o conservadorismo não é intrínseco às Igrejas, como salientava a sociologia do século XIX. O catolicismo inspirou muitos a trabalhar para mudanças sociais radicais na América Latina. Boff fez parte, como sujeito histórico, dessa atmosfera política marcada por católicos progressistas.

Dessa maneira, na trajetória intelectual de Leonardo Boff, podemos encontrar valores evangélicos ressignificados, confrontando-se com um tipo de prática católica que se apresentava antes como um conjunto de crenças e que constituía a base do engajamento social. Esse setor da Igreja Católica latino-americana mudou de posição no que se refere à luta de classes e se transferiu com seus recursos materiais e espirituais para o lado dos populares e da sua luta por uma nova sociedade. Ocorreu, assim, uma nova fraternidade entre revolucionários católicos e não católicos que escapou tanto ao controle de Roma quanto ao de partidos de orientação marxista. Igualmente relevante foi o fato de católicos progressistas, como o teólogo Leonardo Boff, trazerem às vanguardas revolucionárias uma sensibilidade moral, um cuidado no trabalho popular de base e uma exigência utópica que acabaram por enriquecê-la.

A Teologia da Libertação apresentou uma rejeição metodológica radical a todos os modos, ditos tradicionais, de fazer teologia. Não foi propriamente uma elaboração de novos temas teológicos, mas a releitura de temas anteriormente frequentados. Procurou fazer com que o cristão e a Igreja descobrissem a presença do pecado na injustiça social e na violência institucionalizada. A Teologia da Libertação e as práticas pastorais a ela associadas foram a contribuição original mais significativa na história da Igreja latino-americana. Pela primeira vez, latino-americanos produziram alguns dos trabalhos teológicos mais importantes da cristandade contemporânea. Mais do que em qualquer outro país, a Igreja católica no Brasil, a brasileira tem sido responsável pela transmissão dessa teologia em novas abordagens pastorais. Com toda a certeza, reside aí a importância da contribuição política e intelectual do teólogo brasileiro Leonardo Boff.

Referências

ANDRADE, William César de. E a igreja se fez povo – eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo. *Memória e Caminhada*, Petrópolis: Vozes, n. 6, p. 54, 2004. Resenha de: BOFF, Leonardo. E a igreja se fez povo – eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo. *Memória e Caminhada*, Petrópolis: Vozes, 1986. 200p.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular, da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.

AZZI, Riolando. Ordens e congregações na formação social brasileira. *Revista História Viva*, São Paulo, n. 2, p. 61, 2005. Edição especial.

BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Um balanço de corpo e alma. In: BOFF, Leonardo et. al. *O que ficou: balanço aos 50*. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CORRÊA, Maria Leticia. Arns, Paulo Evaristo (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et. al. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth (Org.). *O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol. 4.

DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GUIMARÃES, Daniel. *Teologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e Política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Autores Associados, 1991.

MAINWARING, Scott. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SERBIN, Keneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. A voz dos que não têm voz. *Revista História Viva*, n. 2, p. 16-23, set. 2007. Edição especial.

SILVA, Bruno Marques. *Fé, razão e conflito: a trajetória intelectual de Leonardo Boff*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

VASCONCELOS, Pedro Lima. Católica, mas dividida. *Revista História Viva*, São Paulo, n. 2, p. 89, 2005.

“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”: a campanha pela anistia no Brasil (1977-1979)¹

Alessandra Ciambarella²

O ano de 2009 foi marcado por inúmeros eventos sobre os 30 anos da decretação da Lei da Anistia no Brasil. Foram publicados livros e reportagens especiais nos jornais,³ e a proposta do presidente da República de uma nova etapa do Programa Nacional de Direitos Humanos lançou luzes – e também polêmicas – sobre as ações e, sobretudo, sobre os limites da lei aprovada em agosto de 1979.

É curioso perceber tal movimento de recuperação de memória e de retomada das discussões quanto à decretação da última anistia política no Brasil. Afinal, quando de sua aprovação, as palavras de ordem – sobretudo para os juristas do Estado autoritário – eram o perdão mútuo, o esquecimento, a pacificação nacional. Caminhávamos, então, para o fim do regime autoritário instaurado em 1964 e, na democracia que se pretendia construir, não cabia apuração das responsabilidades do governo militar ou dos opositores ao regime, sobretudo dos casos de tortura promovidos pelo Estado.

A origem da anistia remonta na história desde a Grécia Antiga, sempre como um meio de cura para as atribulações políticas nacionais, restabelecendo (ainda que, na maior parte dos casos, restritamente) direitos e privilégios dos cidadãos, buscando o apaziguamento dos ânimos, por meio do perdão entre as partes e do esquecimento dos atos cometidos. Mesmo

¹ O capítulo trata de questões desenvolvidas em minha dissertação de mestrado *Anistia ampla, geral e irrestrita: as relações Estado e sociedade na campanha pela anistia política no Brasil*, defendida em abril de 2002, no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

³ Sobre tais produções sugiro, entre outros: SILVA, Haiké R. Kleber da. *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP, 2009.

que na prática as restrições acontecessem, a noção de anistia sempre vinha acompanhada da ideia de absolvição absoluta, de "indulgência sem restrições" (MARTINS, 1978, p. 18). Sendo assim, seu sentido está ligado a "um ato eminentemente político, destinado a promover o esquecimento dos crimes e processos decorrentes de lutas e divisões internas dos povos, e assim reconquistar a paz".

Anistia e democracia são ideias que caminham juntas, pois nascem como respostas às necessidades políticas, próprias da vida democrática: a coexistência dos opostos, a diversidade, o respeito às minorias e a alternância de diferentes grupos no poder. Neste sentido, anistiar surge como importante instrumento para a conciliação de interesses diversos e para a manutenção da unidade nacional.

Conceder anistias tem sido uma característica presente na política do Brasil, que teve cerca de 100 decretos. Nossa história é marcada por diversos conflitos, revoltas e posteriores anistias, não apenas nas épocas colonial e imperial, mas principalmente no período republicano.

A República inaugurou uma nova fase na vida política do país, na qual o acirramento da luta pelo poder entre as diversas correntes político-ideológicas e a crescente intervenção das forças armadas foram características marcantes. E, nesse contexto, a anistia funcionava muitas vezes como o único meio capaz de promover a conciliação entre os diferentes interesses em jogo, e trazer ao país a normalidade constitucional.

Muitos foram os momentos em que anistiar parecia ser a única forma de conter as graves divergências internas que assolavam o país, sendo, então, a principal arma para trazer a sociedade e seus diferentes grupos de volta à discussão das grandes questões nacionais, não como criminosos, mas como cidadãos. Diversos foram os exemplos históricos de todos os tipos de anistiamiento, que se deram nas mais variadas condições políticas. E a tradição de conceder anistia, notadamente a crimes políticos, tem sido uma constante em nosso país.

No entanto, anistiar nem sempre foi garantia de acordos políticos duradouros. De fato, o retorno, 30 anos depois, das discussões quanto à última anistia concedida, pode ser analisado, de um modo mais amplo, a partir da percepção do quão limitado foi o alcance de suas ações.

Minha proposta, aqui, é refletir sobre um dos processos mais importantes da história republicana brasileira: a anistia no contexto da abertura política promovida durante a ditadura civil-militar de 1964, momento decisivo em que o Estado autoritário e setores da sociedade civil disputavam espaços legais de ação. Foi momento de tensão e negociação, quando as forças armadas, controlando o processo de abertura, propuseram uma anistia muito restrita, deixando de fora os chamados "crimes de sangue" e, paradoxalmente, anistiando os torturadores, mediante o conceito jurídico de "crimes conexos".

Considerando a lembrança dos 30 anos da decretação da Lei da Anistia, a questão central será a campanha pela anistia política, desenvolvida, sobretudo, em fins da década de 1970. O ponto de partida será a ação de dois importantes grupos sociais de pressão: o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), bem como o engajamento de outros setores da sociedade civil – tais como a Igreja e a imprensa – nas discussões que envolveram a anistia política em fins dos anos 1970. Tenho como objetivo principal mapear suas propostas e perceber nelas suas concordâncias e pontos de conflito, especialmente no tocante à concessão de anistia plena ou parcial. Recuperar seus argumentos, suas estratégias de luta, suas palavras de ordem e símbolos.

Como elemento central de análise para este trabalho, considero a hipótese de que a campanha pela anistia no Brasil vigorou como um momento decisivo para as tentativas de reconstrução da luta política de setores então alijados desta, em virtude do fracasso de suas propostas iniciais e pelo autoritarismo de Estado. Mais do que isso, tal campanha representou um momento essencial para as reconstruções das memórias e para o estabelecimento de novas relações entre o Estado autoritário que se desarticulava e a sociedade civil, no contexto do fim da ditadura civil-militar e do início da redemocratização.

A abertura política no Brasil: avanços e recuos

A segunda metade da década de 1970, no Brasil, correspondeu ao período marcado pela “distensão” e pela “abertura política”. Sobretudo, foi um momento de crise de poder militar, em que prevaleceram disputas, fossem no interior do próprio governo ou entre o Estado e a sociedade civil. São diversas as teorias que procuram explicar o processo de abertura política nacional e que vão além da já tradicional explicação, a partir da polarização Estado *versus* sociedade. Não pretendo, aqui, desenvolver um trabalho minucioso acerca do tema, mas antes de tudo produzir uma amostragem das principais teorias sobre ele.

Entre elas, uma primeira seria a que prioriza os fatores econômicos. Nesta análise, existe uma forte relação entre a legitimidade política do regime e as elevadas taxas de crescimento interno produzidas pelo chamado “milagre econômico” (FURTADO, 1981). Viveu-se um impasse político, reflexo do esvaziamento do modelo econômico-social baseado no binômio SEGURANÇA-DESENVOLVIMENTO, amplamente utilizado pela gestão anterior para, entre outros, encobrir e justificar o autoritarismo de Estado. Por volta de 1973, a chamada “crise do petróleo” passou a ocupar lugar de destaque na imprensa e nos pronunciamentos oficiais. A explosão dos preços dos derivados afetou diretamente o país, terceiro importador mundial, inviabilizando o desenvolvimento econômico acelerado. Na verdade, o “milagre” já dera sinais de seu esgotamento em função das

inúmeras contradições em que fora constituído e, nesse momento, a crise internacional acentuava ainda mais esse declínio.

Outra corrente teórica busca explicar a transição a partir de um arranjo entre as elites nacionais. Condicionam o sucesso da transição a algum tipo de pacto entre elas, uma forma de união interelites contra a participação popular no processo de transição, isto é, um consenso antidemocrático para explicar a viabilidade da redemocratização no Brasil (REIS, 1988).

Uma terceira interpretação seria a que explica a transição democrática a partir do controle do Estado e não pelas forças da sociedade. Como afirmam Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares (1995, p. 28): "A ênfase no Estado é meio caminho andado para recuperar a importância dos militares, tanto para os golpes e os regimes militares, quanto para o fim destes regimes e as transições democráticas".

As reflexões mais atuais, que parecem dar conta desse complexo contexto, residem nas indicações de Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares (1995, p. 8-41), no que chamam de "cultura política", que determina uma "correspondência" com o conjunto de instituições e arranjos institucionais que definem uma ditadura ou uma democracia, construindo uma inextricável relação entre normas culturais e leis/instituições políticas. A base de tal interpretação é a de que para o sucesso de um regime político – e isso significa a sua permanência –, este deve contar não só com a aceitação da sociedade, mas, principalmente, com a sua ativa participação. No Brasil, a principal dificuldade de estabelecer essa relação estava justamente no caráter transitório e saneador do regime militar, além de seu caráter ditatorial. Os militares tomaram o poder para impedir uma suspeita de "ameaça comunista", pretendendo "arrumar o país" e logo se retirarem do cenário político (SOARES, 1995; FICO, 2000).⁴

Em comum entre tais teorias, a ideia de que as razões para a transição são prioritariamente internas. Acredito que estas – com seus pontos positivos e suas críticas – são complementares para entender o processo de transição política brasileira, iniciado em meados dos anos 1970. O país vivia um momento de grave crise econômica, provocada por questões internas e externas, já descritas. Por constituir sua legitimidade principalmente sobre os êxitos econômicos produzidos pelo "milagre", o poder político do Estado militar enfrentava também uma séria crise.

Em meio a tal cenário, assumiu a presidência da República o general Ernesto Geisel, oriundo da facção moderada do Exército – a chamada "ala castelista" –, apresentando um projeto de liberalização política marcado pelo gradualismo. Geisel tentava não só amenizar a crise política e econômica que recebera das gestões anteriores, mas também enfrentar a própria crise interna do Estado militar caracterizada pelas divisões intrínsecas à própria corporação, e que iam muito além da dicotomia "linha-dura"

⁴ Os militares variavam em sua opinião quanto à necessidade de permanência no poder, mas eram unânimes em entender como uma permanência provisória.

versus moderados (FICO, 2000, p. 17-32; SOARES, 1995, p. 8-41). A primeira facção estava presente sobretudo nas comunidades de informação, e que viam no projeto de abertura política do general-presidente uma forte ameaça à sua permanência no poder.

Por sua vertente “moderada”, seguindo a determinação de que a intervenção saneadora do Exército já havia durado mais do que o necessário, Geisel buscava conter as manobras da ala mais radical para boicotar o projeto de abertura política, além de tentar romper o isolamento social e político dos militares, estabelecido nas gestões anteriores, priorizando as perspectivas de negociação com importantes setores da sociedade civil, em especial com aqueles que compartilhavam das mesmas ideias de gradualismo e restrição como forma de assegurar a transição controlada.

Tal cenário político, marcado pela negociação, abriu espaços para o retorno da mobilização da sociedade que, organizada em grupos de pressão os mais diversos, passou a ter papel de personagem central nas discussões políticas com o Estado, numa relação marcada ora pela concessão, ora pela conquista. Nesse sentido, de acordo com Maria Celina D’Araújo, “podemos caracterizar a abertura como um *projeto*, que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças” (SOARES, 1995, p. 39).

O retorno democrático, ou, como afirma Carlos Fico (2004, p. 10), a “saída da ditadura”, era, segundo Maria Paula Nascimento Araújo (1999, p. 15), um período decisivo na história política do Brasil, por tratar-se de um momento em que os movimentos sociais e políticos que se (re) organizavam, estavam disputando com o Estado “todos os espaços possíveis de ação política legal”.

A partir de uma “intenção liberalizante” do governo, notadamente marcada por avanços e recuos, a sociedade – e em especial grupos de pressão como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sindicatos, estudantes, entre outros – buscava estabelecer uma oposição mais expressiva ao regime, apresentando novos projetos políticos, auxiliados por uma imprensa recém-saída de anos de censura prévia e repressão.

No entanto, tais negociações não se desenvolveriam de forma linear e muito menos estável. Como todo *projeto* que se torna *processo*, em diferentes momentos, o diálogo muitas vezes difícil entre o Estado autoritário e os grupos de pressão da sociedade esteve sujeito a avanços e recuos, que poderiam comprometer não só a luta pela anistia política como também a própria caminhada em direção à redemocratização política.

A anistia e seus diferentes projetos: o MFPA e o CBA

O perdão do Estado aos chamados “crimes políticos”, representado pela decretação da anistia, era um entre diversos projetos defendidos

pelas oposições que estavam se fortalecendo. Se, inicialmente, o debate circulou em torno da concessão ou não da anistia (em especial a partir de 1977), posteriormente outras discussões deram-se no interior dos principais grupos de oposição e também dentro do Estado, cristalizando as contradições internas de cada um deles. O principal ponto de discussão girava em torno da forma como seria concedida a anistia: ampla e geral ou com restrições. Outra questão que acirrava os debates era a extensão ou não da anistia aos crimes de tortura, promovidos pelos órgãos de informação.

Em suma, após longo período de repressão sobre as instituições da sociedade, o Estado fez do diálogo uma de suas principais metas, assumindo o compromisso público com a abertura política, esta denominada "lenta, gradual e segura".

Por seu lado, o avanço da oposição não podia ser contido, ainda que muitos sinais do autoritarismo do regime ainda se mantivessem – as notícias das prisões e torturas não cessavam, bem como as cassações, os expurgos universitários e a falta de autonomia do movimento estudantil –, retrocessos no caminho traçado para a abertura, que contava agora com a mobilização da sociedade que, conforme analisa Ronaldo Costa Couto (1998, p. 134), "reivindica e pressiona crescentemente, resgatando e alargando paulatinamente alguns direitos de cidadania. Pouco a pouco, a liberalização deixa de ser meramente unilateral e concessiva para tornar-se processo interativo de 'concessão-conquista-concessão-conquista' entre o governo e a sociedade, entre a sociedade e o governo".

Em meados da década de 1970, a necessidade de anistiamiento surgia como única solução capaz de pôr fim à divisão política em que se encontrava a nação, ainda que inicialmente não encontrasse espaços para reivindicação. A princípio, a mais importante bandeira das oposições era o respeito aos direitos humanos e o fim dos arbítrios promovidos pela repressão.

Nesse momento, destacaram-se grupos como a Igreja católica, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e suas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e os advogados em suas diversas seções regionais da OAB, atuando junto à Justiça Militar na defesa dos presos políticos. Soma-se aí o movimento estudantil que, aliado aos advogados e familiares dos presos, fundou o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (1974); ou ainda a criação do DCE Livre da USP (1976) em assembleia geral dos estudantes e proibida pelas autoridades. Além disso, desde 1972, parlamentares emedebistas já elaboravam programas e defendiam projetos no Congresso que exigiam uma anistia ampla e total, aliada à reclamação por eleições diretas e respeito aos direitos individuais.

Nesse contexto de combate à ditadura e na luta pelos direitos humanos, na América Latina de um modo geral, destacavam-se as mulheres. Eram as mães, as filhas, as esposas, as irmãs que lutavam por seus entes queridos e fizeram da campanha pela anistia uma luta pela vida dos seus. Conforme analisa Maria Auxiliadora Arantes:

A luta pela anistia [...] contou desde a primeira hora com a participação das mulheres que se uniram à batalha como mães, irmãs, esposas e amigas de atingidos e também como militantes até então clandestinas. O lugar de mãe, de esposa e de irmã são lugares, em si, que se qualificam pela sua condição subjetiva inquestionável: a história de Antígona, que lutou pelo sepultamento do irmão Polínicês apesar da proibição de Creontes; a da mãe que diante de Salomão não permitiu dividir seu filho ao meio; a de Ifigênia, filha de Agamemnon, que aceitou ser sacrificada pela causa da Grécia, [...]. No século XX, as avós e mães da Praça de Maio, [...] protagonistas de uma permanente campanha de busca de seus filhos e netos, exigindo esclarecimento sobre os 30 mil desaparecidos na Argentina. (ARANTES, 2009, p. 86).

Precisamente a partir de 1975, considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o primeiro Ano Internacional da Mulher, a luta pela anistia ganhou cada vez mais força, deixando de ser uma reivindicação para se organizar em um movimento. Por iniciativa da advogada Therezinha Zerbini, esposa do general cassado Euriale Zerbini, surgiu em 15 de março de 1975, em São Paulo, o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), que gradativamente vai adquirindo caráter nacional, aliado à criação do informativo oficial do movimento, o *Maria Quitéria*, e à edição do jornal *Brasil Mulher*,⁵ ligado à defesa dos direitos humanos e da anistia (LEITE, 2003, p. 234-241).

O MFPA surgiu a partir de um grupo de mulheres de categorias sociais e profissionais distintas – donas de casa, universitárias, profissionais liberais –, que no Ano Internacional da Mulher lançavam um movimento em favor da paz e da conciliação nacional. Além de sua coordenadora, Therezinha Zerbini, o MFPA contava com importantes outras mães e parentes de presos e perseguidos políticos, como Branca Moreira Alves, Iracema Teixeira e Regina Sodrê Von der Weid.

Entre suas importantes atividades, ainda em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia arrecadou, no evento A Mulher e a Paz, na ABI, quando do lançamento de seu núcleo carioca, cerca de 16.000 assinaturas para o abaixo-assinado Manifesto da Mulher Brasileira pela Anistia, que dizia:

Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a Anistia, Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

⁵ Vale destacar que o jornal *Brasil Mulher* e outros periódicos como o *Nós Mulheres*, foram importantes não só para a divulgação do movimento pela anistia como também vigoraram como uma imprensa feminista alternativa, expressando a efetiva participação da mulher nas lutas políticas nacionais e também como espaços de divulgação das demandas essencialmente feministas.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este Movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade imperiosa da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: *A União da Nação*.⁶

Nos anos seguintes, novos núcleos foram sendo fundados ampliando o espaço de ação da entidade, que se espalhou por oito estados brasileiros: São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco. Mais do que lutar pelo anistiamiento político, o MFPA agia junto aos políticos, a fim de engajá-los na causa, bem como procuravam encampar toda e qualquer manifestação em favor dos perseguidos pelo regime, pela paz e a conciliação nacional. Aliás, o que marcava a existência do grupo era justamente essa visão de campanha por uma anistia política sem restrições para trazer ao país os seus filhos e com eles a conciliação nacional, a pacificação e o esquecimento.

Ainda que a entidade não se colocasse vinculada a nenhuma classe, partido ou grupo específico, o MFPA ganhava apoio de diferentes entidades políticas e sociais, a exemplo do partido de oposição MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que abria espaços em seus veículos de comunicação para a divulgação das ações do movimento, ou a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), que, em suas sessões regionais, cedia os locais para as reuniões dos núcleos, bem como contava com a força e o ímpeto do movimento estudantil que, naquele momento, se rearticulava em todo o país.

Dessa forma, o MFPA crescia consideravelmente, sobretudo na região Nordeste, ampliando suas atividades: envio de cartas às autoridades e aos brasileiros exilados, visitas aos presos políticos, arrecadação de contribuições financeiras, organização e participação em manifestações. Formavam-se, então, as principais redes de apoio sociais e políticas ao movimento e à luta pela anistia. Conforme declarou sua vice-presidente do núcleo paulista, sra. Diana Guenzburguer:

O Movimento Feminino pela Anistia foi criado para solidarizar-se com todos os que foram atingidos em seus direitos de cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Lutar pela anistia ampla e geral, para a pacificação da família brasileira, é a sua principal finalidade. [...]* A palavra de ordem da anistia pode congrega uma faixa muito ampla da sociedade na luta pelo estado democrático. Luto pela anistia como luto por uma sociedade mais humana. Mais democrática.⁷

⁶ *Anistia*, publicação comemorativa do Movimento Feminino Pela Anistia-seção Rio de Janeiro, 1980, p. 23.

⁷ *Idem*, p. 15.

Ou, ainda, segundo a primeira presidente do núcleo gaúcho, sra. Lícia Peres: “começamos indo a todas as instituições, visitando a OAB, a Igreja, as autoridades constituídas e coletando assinaturas [...], na rua, no supermercado, nas feiras, nós íamos a pontos de ônibus, explicando para as pessoas o que era a Anistia, a importância dos companheiros viverem no Brasil”.⁸

Nesse sentido, promover a anistia significava muito mais do que o retorno de exilados, liberdade para os presos ou revisão de punições. Significava pré-condição para o fim do regime de exceção e para o restabelecimento do Estado de direito. Mais do que isso, para as representantes do MFPA, significava a pacificação dos ânimos, o perdão mútuo, o esquecimento. A conclusão de um período sombrio da vida política nacional, abrindo as portas para uma nova era de liberdades e respeito aos direitos humanos, uma nova era marcada pela democracia. Como afirmou outra integrante do MFPA, sra. Alaíde Nunes, a anistia era uma bandeira capaz de unificar toda a sociedade, porque era uma “bandeira de esperança”.

Outro documento formulado pela entidade deixava claro que os objetivos do MFPA ampliavam-se e abarcavam reivindicações e demandas que nasciam para o grupo mediante os múltiplos diálogos travados com outros grupos de pressão da sociedade civil e política, com relação à campanha que crescia ainda mais entre os anos de 1977 e 1978:

Seus propósitos vão de uma defesa dos valores fundamentais da mulher e do homem contra qualquer violação dos direitos humanos, por uma sociedade mais justa, à luta pela democratização do país, à defesa das riquezas nacionais e à campanha pela Constituinte. Os postulados do MFPA, além de outros tantos, abrangem a defesa da autodeterminação dos povos, o combate à corrida armamentista e às armas nucleares e principalmente todos os esforços pela Paz Mundial.⁹

Os primeiros dias de 1978 foram marcados pela movimentação em torno de outra entidade identificada com a luta pelo anistiamento político: o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Era o momento de organização dos principais grupos envolvidos na luta e de importantes mobilizações. A campanha sofria importantes avanços, sobretudo a partir de novas adesões em todo o país, ganhando *status* de reivindicação nacional, não só com o avanço das entidades ligadas à luta, mas, em especial, com a criação de novas organizações pró-anistia.

Com esse espírito que, em 14 de fevereiro de 1978, foi criado oficialmente o primeiro CBA, na sede da ABI, no Rio de Janeiro, tendo como

⁸ VARGAS, Mariluci C. de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH, 2008.

⁹ *Anistia*, publicação comemorativa do Movimento Feminino Pela Anistia – seção Rio de Janeiro, 1980, p. 17.

proposta “trabalhar pela anistia plena e universal para todas as pessoas atingidas por atos de exceção, em vigor desde 1964”,¹⁰ defendida por uma de suas representantes, a advogada Eny Raimundo Moreira. Um dos mais importantes membros do comitê, o advogado Artur Muller, explicava, na cerimônia de lançamento, os principais objetivos do CBA: “entendemos a anistia como um ato essencialmente político, que extingue todos os efeitos da pena e impõe perpétuo silêncio ao processo. Não é como o indulto, perdão ou clemência, mas extingue o próprio ato punível e punido. Além disso, enquanto o indulto é uma mera concessão, a anistia deve ser sempre conquistada”.¹¹

Sendo assim, o CBA não aceitava uma anistia parcial – ideia que estava se desenvolvendo no governo –, que excluísse os envolvidos em movimentos armados, mas sim uma anistia plena, visto que abrangeria todos os presos, exilados, cassados e até fugitivos. Todos aqueles que, mesmo lutando de formas diferentes, tinham a mesma causa – a contestação do regime militar imposto. Em todos os comitês que reuniu, no Brasil e no exterior, as bandeiras de luta eram as mesmas: levar adiante um programa mais amplo de ação política e que ultrapassava a concepção da anistia como forma de pacificação ou esquecimento. O CBA exigia a libertação imediata de todos os presos políticos; o retorno dos banidos e exilados; as suas reintegrações sociais, políticas e profissionais; o fim das arbitrariedades do regime e, sobretudo a denúncia, apuração e punição para os casos de tortura cometidos pelos agentes do Estado. Em suma, ao contrário do MFPA, tudo que o CBA queria era *não esquecer*.

Em nota oficial, a direção do comitê denunciava que “essa restrição à anistia, que inclua os participantes de movimentos revolucionários, é fruto de pensamento contrário à toda tradição histórica, política e jurídica nacional”.¹²

O lançamento do CBA foi realizado por meio de uma conferência do general cassado Pery Bevilacqua, ex-ministro do Supremo Tribunal Militar, aposentado compulsoriamente pelo AI-5. Em seu discurso, o militar defendeu a anistia sem restrições como um “ato de sabedoria política”, destinado a reparar um “imenso acervo de injustiças”. Mais do que acalmar os ânimos políticos, a anistia seria, para o general, a única forma de trazer para a sociedade brasileira a paz e a união, e o retorno à democracia. Para ele, “a anistia opera milagres. E deve ser concedida sempre sem demora, [...] para desarmar espíritos e conduzir à reconciliação geral, para corrigir injustiças, estancar sofrimentos, muitos deles imerecidos e evitar vindictas futuras”.¹³

¹⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, s/n, p. 8, 14 fev. 1978.

¹¹ *Idem*.

¹² *Idem*.

¹³ *Idem*, Rio de Janeiro, s/n, p. 4, 15 fev. 1978.

Cerca de três meses depois, em 12 de maio de 1978, era lançada a seção paulista do CBA, tendo como uma das primeiras tarefas de sua Comissão Executiva a discussão e elaboração da “Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação”. Concluído em julho de 1978, o documento reafirmava os princípios de combate à ditadura, bem como a perspectiva de apuração dos casos de tortura e morte, e o não esquecimento.

Tais iniciativas funcionaram como um impulso qualitativo na elaboração e consolidação da campanha. A partir de então, a luta pela anistia geral reforçava seu caráter de movimento organizado, reunindo adesões em todo o país e no exterior, a partir da formação de comitês em capitais europeias. Exemplos foram a publicação, em oito de março de 1976, do dossiê pelo Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil, em Lisboa, ou ainda a declaração da Anistia Internacional, sediada em Londres, destacando o Brasil como um dos maiores desrespeitadores dos direitos humanos no continente americano.

Em torno dos seus mais diferentes núcleos, agregaram-se entidades civis as mais variadas, como no caso do CBA-SP, que contava com o apoio de entidades como a OAB, a ABI, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), as Comissões de Presos Políticos e de Mortos e Desaparecidos Políticos, a Associação de Sociólogos no Estado de SP, a Associação de Docentes da USP, o DCE livre da USP, entre outras. Dentro de sua Comissão Executiva, organizaram diferentes núcleos de ação, tais como o Núcleo de Profissionais da Saúde e o Núcleo dos Advogados, elementos importantes na assessoria médica e legal aos presos políticos e nas denúncias dos casos de tortura.

A partir do mapeamento desses dois grupos, de seus personagens, demandas e ações, é importante observar que, contrariamente ao CBA, que definiu reivindicação pela anistia aliada à apuração e julgamento dos casos de tortura e perseguição política, o MFPA não citava tais questões em sua plataforma, priorizando o aspecto de pacificação e esquecimento na decretação do anistiamento político.

A questão central a compreender é que tais grupos estavam unidos enquanto uma oposição organizada da sociedade contra o governo, concordando entre si quanto à necessidade de anistia. Mas se a luta contra a ditadura militar, em determinado momento, parecia unir forças, elas jamais deixaram de existir com suas especificidades. Logo, no interior desses mesmos grupos, havia diferenças que se refletiam inclusive na defesa de como se conceder a anistia, a exemplo da própria CNBB, que da mesma forma fazia restrições aos que praticaram crimes de morte. Mas o caso mais claro se dava entre as duas principais entidades: o MFPA e o CBA.

Embora em muitos momentos o movimento feminino e o comitê estivessem juntos, parecendo uniformes em seus projetos, apresentavam claras diferenças. Apesar da origem semelhante – entidades formadas, majoritariamente, por pessoas com alguma ligação mais forte com aqueles

atingidos pelos atos de exceção do regime –, o MFPA e o CBA tinham visões e procedimentos diversos, e algumas vezes conflitantes.

O Movimento Feminino Pela Anistia entendia a anistia como principal condição para levar o país à pacificação nacional, pregando o perdão mútuo e o esquecimento. E ainda que, da mesma forma que o CBA, lutasse para o fim dos atos de exceção e pelas liberdades democráticas, suas principais preocupações estavam na reintegração de todos os perseguidos políticos – em especial ao mundo do trabalho –, na valorização dos direitos humanos e na “união da nação” como caminhos para a redemocratização.

Por outro lado, o Comitê Brasileiro pela Anistia adotava uma posição, por assim dizer, mais radical. Tendo entre seus membros prioritariamente pessoas ligadas aos grupos de oposição derrotados pelo regime, em especial os banidos e exilados atuantes em comitês no exterior, o projeto defendido pelo CBA ia além da libertação de presos políticos ou o fim do exílio, não acreditando em um decreto que visasse ao perdão mútuo ou ao esquecimento – nas palavras de uma de suas fundadoras, Iramaya Benjamin: “Anistia recíproca é figura retórica. Tortura é crime”.¹⁴

Já em sua fundação, o comitê deixava bem claro seu projeto político. Buscava transformar a campanha numa luta popular, muitas vezes supervalorizando o que chamavam de “resistência popular à ditadura”, tentando avaliar a campanha pela anistia como um grande movimento de massas que poderia acuar o Estado autoritário. Para tanto, procurava associá-la às outras reivindicações contra o governo, tendo a objetiva visão de que o benefício da anistia deveria ser concedido somente aos que foram alvo da perseguição do regime e que todos aqueles que serviram a ele, em especial nos órgãos de informação, deveriam ser denunciados e punidos. Os argumentos foram fornecidos por Fernando Gabeira: “Os torturadores não foram julgados ainda, de forma que não se colocava nenhuma anistia no horizonte. Quem somos nós para dar anistia aos torturadores que sequer são conhecidos?”.¹⁵

Logo, o CBA partia para uma ação de tomada das ruas com passeatas e manifestações, reinventando as grandes mobilizações de fins da década de 1970 – ainda que em menor porte –, seja como organizador ou como participante dos eventos. Durante tais manifestações, havia duras palavras de ordem contra o regime, denúncias de prisões e torturas, e até a queima de bandeiras americanas. O CBA tentava, não só em seus atos como em suas palavras, ganhar cada vez mais adeptos, reivindicando também liberdade política para os estudantes, melhores salários para operários e liberdade de expressão cultural, entre outros. A ideia era criar um movimento popular, que ganhasse todo o país.

¹⁴ BENJAMIN, Iramaya. *Ofício de mãe: a saga de uma mulher*. Depoimento a Margarida Autran. Rio de Janeiro: Marco Zero, [19-]. p. 46.

¹⁵ GABEIRA, Fernando. *Carta sobre a anistia e entrevista para o Pasquim*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. p. 13.

Já o MFPA não apresentava essa pretensão de tornar-se um movimento de massas, centrando-se sobretudo na cooptação de importantes grupos formadores de opinião da sociedade – o que não quer dizer que isso também não fosse uma diretriz do CBA –, como advogados, jornalistas e artistas. Como afirmou Therezinha Zerbini: “Nosso movimento pela anistia, contra a ditadura, não era de massa. Era de conscientização e pressão. Pregávamos a necessidade de anistia para redemocratizar o país. [...] Não precisávamos queimar bandeiras, tínhamos cabeça e tutano” (grifos da autora).¹⁶

Já Iramaya Benjamin, lembrando sua atuação nas ações do Comitê Brasileiro pela Anistia, foi incisiva: “A gente parava o trânsito panfletando, apoiava greves, acompanhava julgamentos. Não éramos fáceis. Foi um movimento coletivo, a população juntou-se a nós”.¹⁷

Assim, a campanha pela anistia não pode ser vista como um movimento monolítico. Ela apresentava tendências que expressavam a própria sociedade. Enquanto o MFPA identificava-se como sendo um “movimento de conscientização e pressão”, atuando sobretudo entre as camadas sociais médias, o CBA tinha por objetivo reunir adeptos entre as classes populares. Mesmo diante de uma origem e composição orgânica semelhantes, o projeto político do comitê pretendia-se mais radical, porque mais popular e esquerdizante.

O ponto mais característico era a tentativa de refazer uma resistência ao regime nos moldes das manifestações da década de 1960, e com um discurso também bastante explosivo. Sobretudo, permanecia para os membros do comitê – seja no Brasil ou no exterior –, a mesma visão mantida pelos grupos de esquerda dizimados pela ditadura, de uma resistência popular grandiosa, expressa em grandes manifestações, com o povo aderindo à luta contra o regime opressor e pressionando fortemente para acuar a ditadura e provocar a sua derrocada final.

Seja como for, os dois grupos estiveram juntos na grande maioria dos eventos organizados em prol da campanha, como o concurso Um cartaz para a Anistia, em parceria com o jornal *O Pasquim*, além da contribuição para a formação de outros grupos como o Núcleo dos Artistas, Músicos e Atividades Congêneres pró-Anistia.

Dessa forma, os últimos anos da década de 1970 se tornavam os mais importantes para todos os perseguidos pela ditadura e para os movimentos sociais que contra ela lutavam. Diante do fim, ainda que gradativo, da censura à grande imprensa, a sociedade conhecia, pelas páginas dos jornais, o drama dessas pessoas e de seus familiares, mediante a denúncia das fraudes criadas pelo regime para encobrir os horrores das torturas,

¹⁶ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Disponível em: <<http://fpabramo.org.br>>. Acesso em: 19 abr. 2002.

¹⁷ Idem.

mortes e desaparecimentos políticos.¹⁸ Pelos jornais, a sociedade exigia que o governo justificasse seus arbítrios.

O ano de 1978 terminava com o I Congresso pela Anistia, que acontecia entre os dias dois e quatro de novembro. Realizado em São Paulo, o congresso promoveu discussões nos mais diferentes espaços da cidade paulista, como a abertura no teatro da PUC-SP e seu encerramento no teatro Ruth Escobar. Contando com entidades nacionais e estrangeiras, o congresso coroava um ano de intensa luta pela anistia.

O ano seguinte foi marcado pela intensificação da luta – em especial com o reaquecimento das lutas operárias motivadas pelo chamado novo sindicalismo –, diante da posse do novo presidente da República, general João Baptista Figueiredo, e de sua disposição pública em dar continuidade ao processo de abertura política iniciada na gestão anterior. O novo governo iniciava sem uma de suas principais armas repressivas, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), revogado por Ernesto Geisel no apagar das luzes de seu governo, mas com uma nova Lei de Segurança Nacional, que revogava banimentos e permitia a recuperação de direitos políticos de importantes lideranças políticas nacionais. Mas contava com a herança deixada pelo Pacote de Abril, conjunto de medidas políticas que garantiram ao governo base parlamentar suficiente para as medidas que preparavam os momentos finais da transição.

O novo presidente, que seria empossado em 15 de março, recebia um país mais liberalizado e, ao contrário de seus antecessores, teria de governar baseado mais na habilidade política e na negociação e menos na coerção. Já em seu discurso de posse, Figueiredo dava o panorama de seu governo: “Reafirmo: é meu propósito inabalável [...] fazer deste país uma democracia. Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e se resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente” (COUTO, 1998, 255-256).

O presidente Figueiredo definiu como grande agenda política do primeiro semestre de 1979 a formulação do projeto de anistia a ser concedida ainda naquele ano. Como principal articulador do projeto governista estava o ministro da Justiça, Petrônio Portella, responsável por abrir as discussões com os principais setores da sociedade civil quanto ao teor da anistia a ser concedida.

Finalizada a primeira parte de especulações nos bastidores do poder, no início do mês de junho, após consultas prévias às bases partidárias e às articulações do ministro Portella, o governo encaminhava ao Congresso seu projeto de anistia política, restrito, e sob a proibição expressa do

¹⁸ Como exemplo ilustrativo, podemos citar os cadernos especiais produzidos pelo *Jornal do Brasil*, ao longo dos meses de 1978, cujos principais personagens foram frei Tito de Alencar, em reportagem intitulada *A morte de um dominicano*; ou ainda *Quem matou Rubens Paiva?*, sobre o desaparecimento do então deputado federal Rubens Beirodt Paiva, nas dependências do DOI-Codi do Rio de Janeiro.

palácio do Planalto de quaisquer retoques no texto original que, segundo um assessor presidencial consultado por *Veja*, era “uma medida que vai permitir o retorno à política de todas as lideranças que realmente contam no país”.¹⁹

Assim, o anteprojeto elaborado pelo ministro Portella era enviado para apreciação do presidente Figueiredo no dia 18 de junho, e pelo documento, os benefícios se estenderiam a personalidades como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes. Mas ainda havia restrições e estas poderiam se acentuar depois da apreciação do presidente. Ainda assim, para o ministro da Justiça, nada retiraria o mérito do projeto que, segundo ele, significava “talvez o principal momento da Revolução, ou seja a formalização do esquecimento e da conciliação nacional”.²⁰

As restrições não se limitavam somente aos “criminosos de sangue”, atingindo também militares punidos pelos atos institucionais, que teriam direito à aposentadoria, mas sem a reintegração no serviço ativo da corporação, o mesmo ocorrendo com outras categorias de servidores públicos. Segundo o *Jornal do Brasil*, o maior receio do governo para essas reintegrações seria “o risco de uma ‘infiltração’ de ideias esquerdizantes no seio das forças armadas, capaz de provocar abalos na base de sustentação militar do Governo Figueiredo”, além da própria ausência de recursos econômicos do Tesouro Nacional para o pagamento de indenizações. Pelos cálculos do CBA, tais restrições atingiriam cerca de 2.260 pessoas.

Com esses obstáculos, o governo procurava acalmar as alas mais radicais do Exército que não viam com bons olhos um perdão para os “inimigos da Pátria”, militantes políticos comunistas e subversivos, e, mais ainda, o retorno à corporação dos que foram expulsos por pertencerem a esses grupos e por terem se tornado uma ameaça às bases das forças armadas: disciplina e hierarquia.

Outras dúvidas do projeto permaneciam, principalmente no que diz respeito à diferenciação entre crime político e crime comum, o que contribuía para diminuir o raio de ação de seus benefícios. O governo tentava algumas soluções para evitar maiores discussões quanto ao projeto de anistia restrita que pretendia levar ao Parlamento. Para resolver a questão mais crucial, que era justamente a anistia aos “terroristas”, o governo aceitava com uma resolução que se daria fora do projeto, mediante a concessão de um indulto aos que não seriam beneficiados, desde que demonstrassem publicamente a intenção de mudar de comportamento.

Até os últimos momentos, tentara-se aumentar a abrangência do projeto, mas o que acabava prevalecendo era o conceito dominante no interior das forças armadas de que os acusados por “atos terroristas” não poderiam ser beneficiados por ato de perdão político. Dois dias depois do

¹⁹ *Veja*, São Paulo, n. 560, p. 36, 30 maio 1979.

²⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, s/n, p. 15, 4 jun. 1979.

pronunciamento do presidente Figueiredo, o projeto foi enviado para os debates no Congresso Nacional.

Dias antes da votação, o *Jornal do Brasil* fazia um amplo levantamento dos efeitos possíveis da anistia sobre os que receberam “punições revolucionárias”. Pela pesquisa realizada pelo periódico, cerca de 56 presos políticos em todo o país não seriam beneficiados. Lembrava, também, que, além desses presos e mais outras duas centenas de punidos, três importantes figuras políticas também não estariam vendo ou vivendo os benefícios da anistia do ano de 1979: Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda. Todos, mortos.

No entanto, o projeto governista tinha a virtude – ou a incoerência – de incluir em seus benefícios a “lista de indesejados” que, mesmo quando da aprovação da nova LSN – concedendo indultos isolados –, não tiveram direito à concessão de passaportes: os ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, o líder comunista Luiz Carlos Prestes, os ex-deputados Gregório Bezerra, Marcio Moreira Alves e Francisco Julião, o educador Paulo Freire e o economista Paulo Schilling – este último, pai de Flávia Schilling.²¹

As discussões ultrapassavam os limites do Parlamento e se processavam no seio da sociedade civil. Se para muitos o projeto era visto com certa desconfiança, para outros as condições impostas para a reintegração dos anistiados era uma forma de humilhação maior do que a própria punição sofrida. Era o caso dos servidores públicos, em especial os professores universitários, que mesmo anistiados teriam de submeter-se a uma comissão julgadora para reaver seu cargo no interior da instituição onde então lecionavam. Para o sociólogo Florestan Fernandes, ex-diretor do Departamento de Ciências Sociais da USP, esta era uma anistia que não lhe interessava – “Ter de submeter um pedido de reingresso ao julgamento de uma comissão é uma humilhação, uma violência talvez ainda mais odiosa que o próprio expurgo a que fomos vítimas”. Da mesma forma avaliava a ex-catedrática de História Moderna e Contemporânea da UFRJ, Maria Yedda Leite Linhares – “Isso equivaleria a legitimar o arbítrio, porque, afinal, não cometi crime nenhum”.²²

Tanto o professor Florestan quanto a professora Maria Yedda alertavam em suas declarações para outra forma de restrição praticada pelo Estado militar, o que o MFPA chamava de “cassações brancas”: vetos dos órgãos de segurança às tentativas de emprego a qualquer beneficiado pela nova LSN ou posteriormente anistiado que, segundo a entidade, não contava com “as boas graças ou a complacência do SNI”, impedindo o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, e, em especial, nas repartições públicas ou empresas privadas ligadas ao governo. Ainda conforme o MFPA, tais “cassações brancas” significavam, no mínimo, um contrassenso – “chega a constituir uma agressão aos direitos inerentes à pessoa humana

²¹ Idem, p. 8, 28 jun. 1979.

²² *Veja*, São Paulo, n. 564, p. 23, 27 jun. 1979.

permitir a vinda dos exilados, para negar-lhes, depois, condições de plena reintegração na sociedade, através inclusive do trabalho”.²³

As últimas manifestações de fôlego pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” aconteceram no dia 21 de agosto: um grande ato público, reunindo cerca de 10.000 pessoas, na praça da Sé, em São Paulo, promovido pelo CBA paulista, além de ocorrer outro ato simultaneamente no Rio de Janeiro, com a participação de quase 6.000 pessoas, o mesmo acontecendo em Porto Alegre e Curitiba.

Um dia depois o debate final ocorria no Congresso, com o MDB pedindo destaque para a emenda do deputado arenista Djalma Marinho, que acabava com as restrições do texto inicial. Alterações foram incorporadas – com base na aprovação da emenda de outro arenista, deputado Ernani Satyro –, como a alteração da data-limite da anistia de 31 de dezembro de 1978 para 15 de agosto de 1979. Além disso, eram beneficiados os dirigentes sindicais punidos por atos institucionais, os empregados de empresas privadas despedidos por participação em greves, bem como a concessão de uma “declaração de ausência da pessoa” para parentes de desaparecidos políticos. Mas a emenda Djalma Marinho não foi aceita por completo.

Mesmo diante da pressão das manifestações, greves de fome ou a presença maciça de membros do MFPA e do CBA, seja nas salas dos políticos momentos antes da votação, sejam ocupando as galerias no momento dos votos, a “anistia do governo” era aprovada no Congresso com uma diferença de apenas cinco votos – 206 a 201 –, estabelecendo a 48ª anistia do Brasil.

Seja como for, em 28 de agosto de 1979 era decretada a anistia por meio da Lei nº 6.683, regulamentada pelo decreto nº 84.143, de 31 de outubro do mesmo ano.²⁴ Conforme constatou *Veja*, a anistia aprovada era aquela que o governo sempre quis: “ela não será ampla, pois não beneficia terroristas presos, nem geral, porque distingue entre os crimes perdoados, nem irrestrita, porque não devolve aos punidos os cargos e patentes perdidos”. Mas arremedando o líder arenista no Senado, Jarbas Passarinho, a revista afirmava que, pelo menos, era aquela “a anistia possível de dar”.²⁵

Considerações finais: anistia ontem e hoje

Vale citar aqui o conceito expresso no *Dicionário Parlamentar e Político: o processo político e legislativo no Brasil*. Segundo ele, anistia é: “ato político

²³ *Anistia*, publicação comemorativa do Movimento Feminino Pela Anistia-seção Rio de Janeiro, 1980, p. 35.

²⁴ Somente na Constituição de 1988 – quase 10 anos depois – nos artigos 8º e 9º e seus parágrafos, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, haveria uma ampliação dos benefícios da anistia de 1979, inclusive fazendo retroagir os atos por ela abrangidos a 18 de setembro de 1946. Todavia, dada a sua extensão, até hoje muitos processos pendem de solução, submetidos ao julgamento do Poder Judiciário. Além disso, a partir dessa Constituição, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o ato de conceder anistia, sujeita à lei a sanção do presidente da República.

²⁵ *Veja*, São Paulo, n. 573, p. 20, 29 ago. 1979.

que (i) *apaga* o fato considerado crime por lei; (ii) impede o prosseguimento das ações em curso para puni-lo; e (iii) anula eventuais condenações. A principal característica da anistia vem da sua etimologia: do grego *a* (não) e *mne* (lembrar); portanto: *esquecer*" (FARHAT, 1996, p. 36). Assim, o ato de anistiar politicamente diz respeito ao perdão a crimes relacionados com o processo político, implicando o esquecimento total dos crimes e a anulação de suas penas, abrangendo, coletivamente, todos os envolvidos nos fatos, e não cada um por si, e se completa na reparação dos danos e prejuízos materiais sofridos pelos anistiados. Mais do que isso, difere da indulgência por não ser uma deliberação pessoal de um governante, mas sim fruto de um ato político, cujo objetivo final é o bem do Estado. Assim, toda decretação de anistia política tem, em sua essência, o conceito de esquecimento, de perdão, sobretudo em caso de concessão de uma anistia plena e sem restrições.

Esta não foi a anistia aprovada no Congresso Nacional, em fins de agosto de 1979. É bem verdade que ela permitiu o retorno de centenas de exilados, bem como libertou um expressivo número de presos políticos. Mas não foi ampla o suficiente, excluindo a grande maioria dos punidos politicamente, em especial militares subalternos, pequenos funcionários e deixando prevalecer as chamadas "cassações brancas", que impediam a uma série de anistiados o acesso ao mercado de trabalho. Todavia, ela foi muito eficiente, excluindo os "criminosos de sangue" ou "terroristas" e beneficiando aqueles que no "cumprimento da lei", torturaram e mataram – estes últimos, beneficiados a partir do conceito de "crimes conexos".

A aprovação da lei da anistia seguindo os preceitos indicados pelo governo resultava, então, em um dispositivo político-institucional, dentro do firme propósito de um retorno democrático "lento e seguro", que resguardava os perseguidores enquanto fixava limites para a devolução dos direitos de cidadania aos perseguidos.

Cerca de 30 anos depois, diante da aprovação, por parte do governo de Luis Ignácio Lula da Silva, da terceira etapa do Programa Nacional dos Direitos Humanos, a discussão sobre a revisão da Lei da Anistia ganha os jornais e torna-se pauta dos debates políticos e acadêmicos. A questão dividiu opiniões, no Brasil e no exterior, sobretudo no que diz respeito ao "direito à verdade" que a sociedade brasileira tem diante de seu passado recente. E a questão não passaria exclusivamente pela revisão da lei aprovada em 1979, mas sim pela abertura dos arquivos e o direito ao reconhecimento e publicização dos torturadores do regime e de seus atos.²⁶

Seja como for, em 2008 a Ordem dos Advogados do Brasil entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) argumentando que a anistia não pode ser aplicada aos agentes da ditadura. A rigor a OAB defende que a tortura (sobretudo o estupro e o sequestro) não pode ser enquadrada na

²⁶ Para maiores informações ver o Caderno "Prosa & Verso" da edição de *O Globo*, Rio de Janeiro, s/n, p. 1-3, 9 jan. 2010.

condição de “crime político” ou “crime conexo” – como rege a lei – visto que a tortura não atentava “contra a ordem política e a segurança nacional”, não recebendo assim a classificação de “crime político”. Muito menos pode ser considerada “crime conexo” aos crimes cometidos pelos grupos armados de oposição ao regime, pois “a conexão criminal implica uma identidade ou comunhão de propósitos e objetivos”. Por fim, a Ordem argumenta ainda que o Brasil é signatário de diversas convenções internacionais que estabelecem, entre outros, que tortura é crime imprescritível e passível de punição em qualquer momento.

Num julgamento histórico, no dia 29 de abril de 2010, o STF confirmou – por sete votos a dois – a validade da Lei aprovada em 1979. O relator do processo, ministro Eros Grau (ele próprio vítima de tortura durante a ditadura), defendeu a manutenção da Lei, argumentando que a anistia não pode e nem deve significar esquecimento. Mas que o caminho não estava na revisão da lei, mas na abertura dos arquivos da ditadura à sociedade.

A maioria dos ministros considerou que a anistia foi amplamente negociada entre civis e militares, tendo sido fator fundamental para a transição democrática que o Brasil vivia naquele momento. Uma transição pactuada, em que a própria sociedade, em suas complexas relações com o Estado autoritário, optou pelo esquecer. Com a palavra, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso: “O Brasil fez uma opção pelo caminho da concórdia. Se eu pudesse concordar com a afirmação de que certos homens são monstros, os monstros não perdoam, só o homem perdoa”.²⁷

Referências

ARANTES, Maria Auxiliadora de A. C. O Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP): memória e fragmentos. In: SILVA, Haike R. K. *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP, 2009.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esferas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CIAMBARELLA, Alessandra. *Anistia ampla, geral e irrestrita: as relações Estado e sociedade na campanha pela anistia política no Brasil*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

COUTO, Ronaldo C. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

²⁷ O *Globo*, Rio de Janeiro, n. 28.025, p. 3, 30 abr. 2010.

FARHAT, Said. *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil*. São Paulo: Fundação Peiropolis, 1996.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEITE, Rosalina de Santa C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origem da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 11, p. 234-241, jan./jun. 2003.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

REIS, Fábio W. ; O'DONNELL, Guillermo (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

SOARES, Gláucio A. D. ; D'ARAÚJO, Maria Celina. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

Os autores

Alessandra Ciabarella

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Berenice Abreu

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora Adjunto da Universidade Estadual do Ceará.

Bruno Marques Silva

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Professor do Colégio Pedro II.

Cláudia Maria de Farias.

Mestra em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Doutoranda em História na mesma Universidade.

Cláudia Miriam Quelhas Paixão

Mestra em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Elio Chaves Flores.

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela PUC-RS e Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba.

Igor Gak

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e doutorando em História do Lateinamerika-Institut da Freie Universität zu Berlin

Jayme Fernandes Ribeiro

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela mesma Universidade e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Jorge Ferreira (organizador do livro)

Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor Titular na mesma Universidade.

Michelle Reis de Macedo

Mestra em História Social pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda em História na mesma Universidade.

Mirelle Ferreira Borges

Mestra em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Ricardo Antonio Souza Mendes

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Wagner da Silva Teixeira.

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Coleção História

1. As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura

Jorge Ferreira (Organizador)



Conselho Brasileiro
de Manejo Florestal
FSC Brasil



PRIMEIRA EDITORA NEUTRA EM CARBONO DO BRASIL

Título conferido pela OSCIP PRIMA (www.prima.org.br)
após a implementação de um Programa Socioambiental
com vistas à ecoeficiência e ao plantio de árvores referentes
à neutralização das emissões dos GEE's – Gases do Efeito Estufa.



www.editora.uff.br

Este livro foi composto na fonte Chaparral Pro , corpo 11.
Impresso na Globalprint Editora,
em Papel Polén Soft 80g gramas (miolo) e Cartão Supremo 250 gramas (capa)
produzido em harmonia com o meio ambiente.
Esta edição foi impressa em fevereiro de 2011.